



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

O PODER DA COMUNICAÇÃO SOCIAL UMA ANÁLISE DAS MENSAGENS PARA O DIA MUNDIAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

MARGARIDA BENEDITA MARTINS MACHADO
ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARTA MENDONÇA

Lisboa, 2014

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

MARGARIDA BENEDITA MARTINS MACHADO

N.º DE ALUNO: 100509027

O PODER DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
UMA ANÁLISE DAS MENSAGENS PARA O DIA MUNDIAL
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Professora Doutora Marta Mendonça

LISBOA, 2014

RESUMO

O poder da comunicação social

Uma análise das Mensagens para o Dia Mundial da Comunicação Social

Margarida Benedita Martins Machado

PALAVRAS-CHAVE: meios de comunicação social, Magistério, doutrina social da Igreja, Papa Paulo VI, Papa João Paulo II, Papa Bento XVI, verdade, liberdade, poder, paz, família, educação, progresso, tecnologia, regulação.

Desde sempre, mas sobretudo desde que se massificaram, os meios de comunicação tornaram-se fatores de desenvolvimento, e um tema permanente na sociedade, na comunidade política e até nas discussões científicas. Os Pontífices tentaram responder a este desafio e ao longo das quarentas e seis mensagens em análise, olharam sempre com esperança para estas mudanças culturais e para o progresso tecnológico que as acompanha. Advertiram contudo, também de forma insistente, que é necessário exigir o respeito pela verdade e a justiça: é indispensável alcançar a equidade no acesso aos meios de comunicação para que o desenvolvimento humano e o crescimento económico não sejam discrepantes, e conseguir assim que exista um autêntico progresso social.

Esta dissertação contém aproximadamente 60.000 palavras.

À minha mãe e à Nossa Mãe.

Em memória do meu querido Avô Francisco.

"Quando julguei encontrar-me sozinho, percebi que estava na posição ridícula de ser apoiado por toda a cristandade. Pode bem ser – e Deus me perdoe por isso – que tenha tentado ser original, mas o máximo que consegui fazer sozinho foi inventar uma versão de menor qualidade das tradições da religião civilizada. O navegador pensou que tinha descoberto a Inglaterra; eu pensei que tinha descoberto a Europa. Tentei efetivamente encontrar uma heresia que fosse minha e depois de lhe ter dado os últimos retoques, descobri que se tratava da ortodoxia."

G.K. Chesterton, *Ortodoxia*

“Nós não temos medo que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: - Temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que o mundo é curto, e o tempo mais curto ainda”

Vitorino Nemésio, *Corsário das Ilhas*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, a Professora Doutora Marta Mendonça, pelo seu íntegro profissionalismo, pela sua sempre pronta disponibilidade, pela sua constante ajuda, mas sobretudo pelo exemplo da sua vida académica, pela qual eu tenho uma enorme admiração, que contagia e estimula muitos alunos da academia portuguesa.

Agradeço também à Coordenadora de Mestrado do IEP, a Professora Doutora Ivone Moreira, sempre prestável para responder e resolver todas as minhas dúvidas, que aliás não foram poucas.

Nada seria possível sem o apoio dos meus pais, que estando nos Açores souberam estar perto para que nunca me sentisse só.

Aos meus avós Alfredo e Henriqueta, cuja enorme generosidade possibilitou em muito o meu trabalho universitário. À minha avó *Minha*, que pela sua genuína caridade me introduziu, sem saber, nos ensinamentos do Magistério e ao meu avô Francisco que me iniciou no estudo dos meios de comunicação social quando me ensinou a ler as legendas dos filmes de Fellini. Aos meus tios, sobretudo ao tio Miguel, que juntamente com a minha mãe, praticavam a autêntica doutrina social da Igreja mesmo sem a conhecerem enquanto cuidavam do meu avô. Aos meus irmãos Artur e João que muitas vezes lavaram a loiça do jantar enquanto eu trabalhava na tese.

Agradeço também ao Padre Hugo, Capelão da Universidade Católica, que me despertou para a grandeza da filosofia tomista, não só através das nossas discussões mas também pelas suas pregações. Ao Padre Gonçalo que durante a minha vida universitária me ensinou a amar o mundo apaixonadamente e, conseqüentemente, também os meios de comunicação social.

Por fim agradeço a todos os meus amigos e amigas que me acompanharam ao longo desta epopeia, animando-me e motivando-me nos momentos mais árduos: para escrever o nome de todos, o capítulo dos agradecimentos seria muito maior que a tese... Queria recordar de modo especial as pessoas com quem me cruzei no Darca e mais recentemente na Quinta de Penaferrim em S. Pedro de Sintra: nestes dois lugares onde passei tantas horas a trabalhar na tese encontrei sempre gente disponível, incansável no

trabalho e na amizade. Agradeço sobretudo à Raquel, porque a partir das nossas discussões compreendi que a comunicação é um meio eficaz para se alcançar a liberdade e a verdade. E agradeço-lhe todas as suas correções e o interesse manifestado por esta investigação desde o primeiro momento.

Este trabalho é feito em memória do meu avô Francisco: partiu antes de este trabalho estar concluído mas só aparentemente, porque esteve – e está – sempre presente.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO I – COMUNICAÇÃO SOCIAL E DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: EXPECTATIVAS E TEMORES SEGUNDO PAULO VI	8
1. A importância dos meios de comunicação na doutrina social da Igreja.....	8
2. Comunicação política	11
3. Os meios de comunicação social e o bem comum	12
4. Indivíduo <i>vs</i> individualismo	15
5. O Concílio Vaticano II perante os meios de comunicação.....	16
6. Os meios de comunicação na escolha entre o bem e o mal	18
7. Objetividade num mundo bipolar e a lógica do perdão na comunicação política	19
8. Meios de comunicação: um instrumento ao serviço dos Direitos Humanos	22
9. Uma entidade reguladora.....	24
10. A ação da publicidade	27
11. Uma mesa redonda do diálogo e da verdade	35
12. O desafio do cidadão ativo	37
CAPÍTULO II – JOÃO PAULO II – A FAMÍLIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL	40
1. Em defesa da família	40
2. Televisão: um instrumento de educação?	44
3. Liberdade de expressão: um agente deontológico da televisão	54
4. A dimensão moral da comunicação social	57
5. Meios de comunicação social: um areópago feminino.....	59
6. A ação dos meios de comunicação social na qualidade de vida dos idosos	63
7. Jovens: os protagonistas da cultura mediática.....	65
8. O desafio da liberdade	68
CAPÍTULO III – JOÃO PAULO II - A COMUNICAÇÃO SOCIAL AO SERVIÇO DO HOMEM E A RESPONSABILIDADE PELA PAZ	71
1. Meios de comunicação ao serviço do homem.....	71
2. A regulação institucional	72
3. Uma arma na promoção da paz	73
4. Operadores da comunicação social como <i>peacemakers</i>	75
5. A nova linguagem: um recurso do bem comum.....	76
6. Compreender para comunicar, comunicar para compreender	77
7. O desafio da democracia	79
CAPÍTULO IV – BENTO XVI – O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO	88
1. Desenvolvimento e crescimento tecnológico, meios de comunicação e a procura da verdade	88
2. Uma mesa redonda	92

3. Método da educação positiva: educar em liberdade	97
4. Comunicar para a educação ou educar para comunicar?	102
5. A globalização pelo dever da verdade	104
6. A encruzilhada do progresso	106
7. Em defesa de uma <i>info-ética</i>	107
8. Cooperadores da verdade	109
9. No impulso da cultura	110
10. Comunicar pelo amor	113
11. Internet: pátio dos gentios	117
12. Revolução digital.....	119
13. O cidadão do areópago digital.....	121
14. Comunicar pelo silêncio.....	124
15. Comunicar-se a si mesmo ou o mito <i>de Narciso</i> ?	127
16. O desafio das redes sociais na cultura contemporânea.....	131
 CONCLUSÃO	 134
 ANEXOS.....	 140
Anexo A: Democracia e doutrina social da Igreja.....	140
Anexo B: Conceito de Estado na doutrina social da Igreja	143
Anexo C: A contextualização política no início <i>das Mensagens para o Dia Mundial da Comunicação Social</i>	146
Anexo D: Conceito de liberdade	148
Anexo E: As influências da televisão.....	150
Anexo F: A promoção dos valores da família é a promoção da paz	152
Anexo G: O papel da mulher na sociedade contemporânea: maternidade e a genuína emancipação	159
Anexo H: Solidariedade e fraternidade: um caminho para a paz	161
Anexo I: A paz segundo o Papa João XXIII: pela liberdade, com justiça e caridade...165	
Anexo J: Relativismo	173
Anexo L: A natureza da cultura.....	175
 BIBLIOGRAFIA.....	 180

INTRODUÇÃO

Quando Johannes Gutenberg, em 1439, deu início à imprensa móvel, foi desde logo perceptível o seu impacto social. A obra do inventor alemão tornou-se um meio poderoso de fazer política, marcando a Idade da Renascença, e constituindo-se, como condição fundamental para o início da reforma protestante. Ou seja, a imprensa tornou-se não somente um instrumento de propaganda cultural ou de informação, entendido como um avanço tecnológico, como também um meio de inspirar as relações sociais, tendo até capacidade de provocar a guerra ou de contribuir para a paz, de criar desunião ou de promover a liberdade.

Edmund Burke em 1787, na abertura dos relatórios da imprensa na Câmara dos Comuns, usou pela primeira vez a expressão o *quarto poder* - *Fourth Estate*, para se referir ao domínio da comunicação social. Esta designação é recuperada pelo escritor Thomas Carlyle em meados do século XIX. Compara-se a influência da comunicação social com os pilares da democracia, que são os três poderes constitucionais: *executivo*, *legislativo* e *judicial*. Mas os poderes constitucionais são naturalmente aceites como poderes, estando portanto sob apreciação e regulamentação democrática. Será que o mesmo acontece com este *quarto poder*?

O *quarto poder* exerce uma enorme influência crítica na opinião pública e na sociedade, mas condiciona a prática política; faz-se sentir no parlamento e nas praças. Pode, portanto, alterar tanto a forma de fazer política, de tomar decisões, como a forma de avaliar a política e o desempenho dos governantes. A sua enorme margem de manobra está associada à capacidade para fabricar opiniões.

Os operadores da comunicação, por possuírem um acesso quase ilimitado à informação, podem tornar-se atores das várias teorias da manipulação¹. Compreende-se assim que a comunicação social seja vista como uma arma poderosa, que pode persuadir, explorando um arsenal de técnicas argumentativas, manuseando factos e interesses.

Um dos exemplo mais claros deste poder é o dos líderes dos regimes ditatoriais do último século na Europa. Estes chefes de Estado ficaram conhecidos pelo tipo de alianças promíscuas que mantiveram com a comunicação social, de enormes consequências tanto nos seus países como fora deles. Se muitas vezes a humanidade se questiona como foi possível que tantos homens se tenham deixado levar pelas injustiças das teorias totalitárias, não podemos deixar de nos questionar acerca da cooperação dos meios de comunicação a esses totalitarismos.

¹ Numa primeira fase do período entre-guerras, período em que o estudo da comunicação se tornou mais político, devido ao aproveitamento dos regimes totalitários e aos seus efeitos massificados, as teorias centram-se sobretudo na relação entre o operador da comunicação e o recetor da mensagem: teoria hipodérmica; teoria da persuasão; teoria empírica de campos; teoria funcionalista; teoria crítica; teoria culturalológica. Numa segunda fase, os estudos académicos baseiam-se na forma de fazer a comunicação, a relação centra-se mais na informação, na mensagem e na forma de seleção e escolha da notícia: teoria do agendamento; teoria guardiões do portão - gatekeeper; teoria do que faz a notícia - newsmaking.

O mundo no século XX ficou marcado por mudanças extraordinariamente rápidas, uma configuração predominantemente industrial das sociedades, as Grandes Guerras, o incremento da tecnologia e da ciência na sociedade, etc. Estas mudanças configuraram o mundo contemporâneo e, nessa medida, não foram indiferentes à Igreja Católica.

A Igreja acompanhou essas transformações, e ela própria sentiu necessidade de se adaptar às mudanças. Pois, embora a sua mensagem não seja temporal ou circunstancial, tem de a fazer chegar a cada circunstância histórica concreta, servindo-se dos progressos dos homens e informando-os com os seus valores. O desafio foi então, como em outros momentos de grandes mudanças culturais, levar a cabo a adaptação da tradição ao mundo contemporâneo e fazê-lo *fortiter in re, suaviter in modo*.

Neste âmbito o grande marco foi o Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII em 1961 através da bula *Humanae Salutis*: vivemos “*mundo que se exalta pelas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna caracteriza-se por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral. Daí, enfraquecer-se o anseio pelos valores do espírito e crescer o impulso para a procura quase exclusiva dos gozos terrenos, que o avanço da técnica põe, com tanta facilidade, ao alcance de todos*”²

A reflexão do Concílio, que se “*propõe fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições suscetíveis de mudança*”³, pôs em evidência a necessidade de responder aos problemas contemporâneos de forma mais incisiva, e a realidade da comunicação social não passou despercebida ao Magistério, até porque ela foi um dos grandes agentes destas mudanças.

O documento conciliar dedicado especificamente a esta matéria, e que recolhe as recomendações para os meios de comunicação, é o decreto *Inter mirifica – Sobre os meios de comunicação social*, publicado por Paulo VI a 4 de Dezembro de 1966.

Globalmente, o posicionamento da Igreja, em relação aos meios de comunicação é radicalmente otimista: qualificará estes meios como *maravilhosos*, como consta no próprio título do decreto *Inter mirifica*, qualificando assim as “*invenções da técnica que, principalmente nos nossos dias, o engenho humano extraiu*”; entre todas elas prossegue o documento a “*Igreja acolhe e fomenta aquelas que dizem respeito, antes de mais, ao espírito humano e abriam novos caminhos para comunicar facilmente notícias, ideias e ordens*”⁴.

Inter mirifica é uma defesa dos meios de comunicação e um apelo ao seu bom uso, porque, sendo estes um meio, a sua avaliação ética e moral depende sobretudo da forma

² João XXIII, *Humanae Salutis*, 1961, n. 3.

³ CONCÍLIO VATICANO II, *Sacrosanctum Concilium*, nº 1.

⁴ CONCÍLIO VATICANO II, *Inter Mirifica*, 1966, nº 1.

como são utilizados e do fim a que se destinam. Contém um conjunto de recomendações que ultrapassa os conselhos pastorais, dirigindo-se assim a toda a humanidade.

Entre os resultados deste texto conciliar encontra-se a instituição pela Santa Sé do *Dia Mundial da Comunicação Social*, a celebrar anualmente. Estes dias são assinalados por mensagens apostólicas, dirigidas ao mundo da comunicação social e a todos os cidadãos.

Os Pontífices exortam os operadores da comunicação, as famílias e os dirigentes políticos a realizarem e promoverem uma comunicação social guiada por critérios éticos: a Igreja, que "*se sente intimamente solidária com o género humano e com a sua história*"⁵, quer chamar a atenção de todos os homens de boa vontade para o vasto e complexo fenómeno dos modernos meios de comunicação, como a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e internet, que são um dos aspetos mais característicos da civilização moderna.

Graças a esses meios, a convivência humana assumiu dimensões novas: o tempo e o espaço foram superados, e o homem tornou-se efetivamente um cidadão do mundo, co-participante e testemunha dos acontecimentos mais distantes e das vicissitudes globais. Como repetiu o Concílio, "*podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que tem os seus reflexos também na vida religiosa: para esta transformação contribuíram positivamente os meios de comunicação*"⁶.

As *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social* são textos dirigidos a informar a vida quotidiana; ultrapassando os conteúdos teológicos ou mesmo pastorais, visa chamar à atenção de todos os homens para as suas responsabilidades: a dimensão ética da política, a procura da verdade, a autêntica conceção da liberdade, a globalização, a moralidade da economia, a justiça social, a paz duradoura, etc.

Entre 1967 e 1978, o Papa Paulo VI escreveu 12 destas *Mensagens*. Ao mesmo tempo que expressa a sua confiança nas novas tecnologias, estas mensagens refletem também alguma preocupação pelas diferenças no acesso a esses meios entre os países do norte e as ex-colónias, e pela falta de valores morais nas gerações mais novas⁷, pela defesa da dignidade do homem, pela afirmação dos seus direitos e deveres.⁸ Algumas recomendações de Paulo VI são dirigidas aos líderes mundiais e a instituições internacionais, como a ONU⁹. As preocupações deste Papa refletem os momentos históricos e as mudanças culturais da Europa dos anos 70, momentos esses que foram igualmente difíceis para a compreensão da doutrina da Igreja Católica¹⁰.

João Paulo I, durante o seu curto pontificado, não chegou a escrever nenhuma mensagem. Já o seu sucessor, João Paulo II, deixou-nos 26, entre 1978 e 2005. O Papa

⁵ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 1965, n.1.

⁶ Paulo VI, *I Mensagem do Dia das Comunicações Sociais*, 1967, *Os Meios de Comunicação Social*. A partir de agora, para referir as mensagens, usa-se a abreviatura *MDCS*, seguida do Ano.

⁷ Paulo VI, *IV MDCS*, 1970.

⁸ Paulo VI, *X MDCS*, 1976 e também *XI MDCS*, 1978.

⁹ Paulo VI, *II MDCS*, 1976.

¹⁰ Paulo VI, *VII MDCS*, 1974.

polaco não podia esquecer a marca deixada pelo regime soviético no seu percurso biográfico, nem a sua proveniência de uma Igreja perseguida. Por isso os temas por ele tratados giraram com frequência à volta da liberdade,¹¹ do conceito de Estado e da sua regulação, da liberdade de expressão, da relação da estrutura familiar com o conflito interno¹², do desequilíbrio económico, da globalização. Em 1996 referiu-se à comunicação social como o *areópago da modernidade*. Será neste sentido – como areópagos da modernidade — que se pretendem avaliar os meios de comunicação numa esfera política.

Por fim, Bento XVI, entre 2006 e 2013, escreveu *7 Mensagens*, em que destaca o tema da tecnologia digital, abordado na linguagem filosófica que caracteriza o professor e Cardeal Ratzinger. O papa-filósofo elucida sempre com profundidade os conceitos que a comunicação social terá tendência a banalizar – por exemplo o silêncio numa sociedade extra- sensitiva¹³ -- e alerta para o risco da comunicação social se tornar protagonista da ditadura do relativismo¹⁴.

O Papa Francisco anunciou o tema da *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação social de 2014*: “*Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro*”, que se enquadra na linha da ação pastoral do atual Romano Pontífice.

O Dia Mundial das Comunicações Sociais foi celebrado em diferentes datas: Com os papas João Paulo II e Bento XVI tendeu a comemorar-se na festa litúrgica de São Francisco de Sales, a 24 de Janeiro. Francisco de Sales foi declarado patrono da imprensa católica em 1923. Na sua obra *Introduction à la vie dévote* expressa esta necessidade de estar no mundo, de compreender o mundo e de comunicar com o mundo.

Compreender estes meandros da comunicação social é essencial; mas mais do que apenas compreender, é necessário dar resposta às suas lacunas, salvaguardando a verdade e a liberdade. Tornou-se evidente que “*quanto maior, portanto, são o poder e a ambivalente eficácia destes meios de comunicação, tanto mais atento e responsável deve ser o seu uso.*”¹⁵

O objetivo primordial das *Mensagens* é contribuir para que a comunicação esteja ao serviço da “*elevação da humanidade e darão uma contribuição positiva para a edificação de uma sociedade nova, mais livre, mais consciente, mais responsável, mais fraterna, mais digna*”¹⁶; neste sentido, a Igreja Católica, a partir dos textos conciliares e dos da doutrina social, “*também quer dar sua contribuição para o ordenado progresso do mundo da comunicação: contribuição de inspiração, de encorajamento, de exortação, de orientação, de colaboração (...), confirmam a solicitude materna da Igreja pela promoção destes valores humanos que o cristianismo, assumindo-os, vivifica, enobrece e orienta para o fim supremo do homem, fazendo de tal modo que ao*

¹¹ João Paulo II, *XV MDCS*, 1981.

¹² João Paulo II, *XXV MDCS*, 1991.

¹³ Bento XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

¹⁴ Bento XVI, *XLII MDCS*, 2008.

¹⁵ Paulo VI, *I MDCS*, 1967.

¹⁶ Paulo VI, *I MDCS*, 1967.

*admirável progresso técnico corresponda um verdadeiro e fecundo progresso espiritual e moral. Formulamos, por isso, o voto que o "Dia Mundial" seja ocasião para um consciente chamado a um despertar saudável das consciências e a um empenho solidário de todos por uma causa de tão grande importância.”*¹⁷

¹⁷ Paulo VI, *I MDCS*, 1967.

CAPÍTULO I

COMUNICAÇÃO SOCIAL E DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: EXPECTATIVAS E TEMORES SEGUNDO PAULO VI

1. A importância dos meios de comunicação na doutrina social da Igreja

Os meios de comunicação são o instrumento doméstico mais poderoso. Considerados mesmo como uma arma de persuasão e de poder, em tempos de paz travam-se batalhas na comunicação social, derrubam-se governos e criam-se líderes. O empenho para compreender e para melhor utilizar estes instrumentos constitui um desafio, não só da comunidade política, como de toda a sociedade – a própria academia tem vindo a criar novas disciplinas de investigação na área da comunicação, dando origem ao aparecimento dos *spin doctors*¹⁸ forjadores de uma *celebridade instantânea*.

Nos dias de hoje ninguém fica alheio às consequências dos meios de comunicação: as suas ações atingem uma dimensão sem precedentes, pelo que ainda não existe uma percepção rigorosa dos seus efeitos, sobretudo devido à constante e rápida evolução das técnicas de comunicar.

A Igreja sempre teve preocupação, não simplesmente pela população em abstrato, mas por cada homem: “aos homens e às mulheres do nosso tempo, seus companheiros de viagem, a Igreja oferece também a sua doutrina social (...) ensina-lhes as exigências da justiça e da paz.”¹⁹ Um reflexo dessa solicitude diz respeito à utilização dos meios de comunicação, que devem sentir a exigência de estarem ao serviço do homem.

Desta forma, o Magistério adverte tanto para os desafios dos meios de comunicação como para as suas influências. Esta responsabilidade fez-se sentir com mais insistência desde o Concílio do Vaticano II. No entanto, para compreender a visão do Magistério sobre os meios de comunicação social é necessário, antes de mais, enquadrá-la no seio da doutrina social da Igreja, que envolve não somente os pontificados de Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI, mas toda a reflexão da Igreja Católica sobre a organização social e as questões fundamentais na ordem mundial. “Para a Igreja, a mensagem social do Evangelho não deve ser considerada uma teoria, mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a ação”²⁰.

Há que ter em conta que o conjunto da doutrina social não assume uma forma partidária ou ideológica. Como o próprio nome indica forma um corpo de doutrina que

¹⁸ *Doutor em engano*, expressão que surgiu em Inglaterra, no início do século XX, para definir os manipuladores de opinião.

¹⁹ *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, n. 3. A partir de agora, para referir o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, usa-se a abreviatura *CDSI*.

²⁰ JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, 1991, n. 57.

deve inspirar a prática política plural dos que se deixam guiar por ela, afastando-se mesmo de uma visão da terceira via. Assim, a atuação do Magistério não pode ser interpretada – como pretenderam alguns dos seus opositores – como uma invasão do religioso na *praxis política*. Situando-se noutra plano, a doutrina social diferencia-se inclusivamente das ciências sociais²¹.

Na *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* de 1975, Paulo VI deixou clara a intenção da Igreja ao intervir nesta área, insistindo não só no direito, como no dever de agir: “a Igreja, por sua vez, não reivindica, neste campo, nenhum privilégio, mas reafirma o seu direito-dever de estar presente — com a sua longa e universal tradição histórica, cultural e, sobretudo, religiosa e educativa — no setor dos meios de comunicação social de propriedade pública ou privada e, se necessário, com a possibilidade de ter os seus próprios meios, na visão direta não só pelo seu dever primário de comunidade evangelizadora, mas também pela afirmação de seus direitos humanos, que a torna — como aconteceu no passado — promotora do desenvolvimento integral do homem. (...) Com os auspícios que os meios de comunicação ofereçam a sua contribuição positiva à promoção dos direitos e ao conhecimento dos deveres do homem”²²

O fundamento para este direito-dever de participação encontrou-o a Igreja no próprio Evangelho, que proclama os valores da liberdade religiosa, da autonomia da fé perante o Estado, e do Estado perante a fé, na famosa resposta de Jesus Cristo aos fariseus: “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”²³. Neste sentido, a doutrina social da Igreja propõe-se como uma doutrina que supera as questões e as opções políticas particulares: “a Igreja não é uma possibilidade política ou uma ideologia política entre várias outras centenas de propostas que competem na arena pública.”²⁴

Ao abordar a doutrina social – e o mesmo se poderia dizer das *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social* – “não é o cristianismo como credo religioso e via para a vida eterna que esta questão procura tratar, é o cristianismo como fermento de vida social e política dos povos e como portador de esperança temporal dos homens;

²¹ O sociólogo português Sedas Nunes caracteriza nestes termos a finalidade das doutrinas sociais, por contraste com os distintos objetivos das ciências sociais: “Uma atitude normativa, doutrinal, que se esforça por apreciar e julgar as situações que se deparam na sociedade; formular princípios e orientações acerca do modo como os problemas da vida e da organização social devem ser resolvidos; traçar linhas de ação é definir condições para a realização de uma sociedade mais perfeita, melhor.” In: SEDAS NUNES, Adérito, *Introdução ao estudo das sociedades*, Instituto de Estudos Sociais de Lisboa 1963-1964, p.5.

Assim, a doutrina social parte de uma atitude do pensamento normativo, ao contrário das ciências sociais, que partem de uma atitude experimental.

²² PAULO VI, *X MDCS*, 1976.

²³ Mateus 22, 21.

²⁴ WEIGEL, George, “Para além da «laicidade», do «laicismo» e do «clericalismo» o que a Igreja pede ao mundo”, *Nova Cidadania*, Ano IX, n. 36, Julho-Setembro 2008, p. 14.

não é sobre o cristianismo como tesouro de verdade divina mantida e propagada pela Igreja, é sobre o cristianismo como energia histórica em trabalho no mundo.”²⁵

A finalidade da doutrina social da Igreja é contribuir para promover o bem comum, pelo que procura incidir nos problemas de ordem social, nas questões socioeconómicas, na defesa dos direitos fundamentais, na proteção da liberdade e da dignidade humanas.

Como é bem sabido, a doutrina social da Igreja como disciplina nasce num contexto de reflexão sobre as questões do proletariado e sobre as consequências da revolução industrial. Em 1891, 26 anos antes da revolução bolchevique de 1917, quando o comunismo era ainda uma teoria, Leão XIII escreve a encíclica *Rerum Novarum - Das Coisas Novas*, centrada na questão dos operários, denunciando a exploração dos trabalhadores e alertando para a ameaça de uma ideologia comunista, mesmo que nesse momento fosse somente uma conjectura. “*Esta situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o génio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano.*”²⁶

Apesar de na sua origem ter estado a questão da luta de classes, a doutrina social não se limitou a esta preocupação. D. António dos Reis Rodrigues assinala: “*mas na expressão doutrina social da Igreja não cabe apenas a questão operária, embora a Igreja lhe atribua, como se vê, um lugar de especial relevo no conjunto do seu magistério social, visto que «os mais fracos, ou os mais pobres, requerem uma atenção prioritária». Cabem também os mais variados aspetos de toda a organização da sociedade, onde quer que esteja ou possa estar em causa a ordem moral*”.²⁷

Será também neste contexto que se compreende a relevância da comunicação na sociedade contemporânea, pois “*no início dos anos setenta, num clima turbulento de contestação fortemente ideológica, Paulo VI retoma a mensagem social de Leão XIII e atualiza-a, por ocasião do octogésimo aniversário da Rerum novarum, com a Carta apostólica Octogesima adveniens. O Papa reflete sobre a sociedade pós-industrial com todos os seus complexos problemas salientando a insuficiência das ideologias para responder a tais desafios: a urbanização, a condição juvenil, a condição da mulher, o desemprego, as discriminações, a emigração, o incremento demográfico, o influxo dos meios de comunicação social, o ambiente natural.*”²⁸

Ou seja, a comunicação social, tal como “*toda a vida social, é expressão do seu inconfundível protagonista: a pessoa humana. De tal fato a Igreja sempre soube, amiúde e de muitos modos, fazer-se intérprete autorizada, reconhecendo e afirmando a centralidade da pessoa humana em todo âmbito e manifestação da sociabilidade: «A*

²⁵ MARITAIN, Jacques, “*Christianisme et Démocratie*” in ESPADA, João Carlos, ROSAS, João Cardoso (orgs.), *Pensamento Político Contemporâneo – Uma Introdução*, Lisboa, Bertrand Editora, 2004, p. 196.

²⁶ LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, 1891, n. 1.

²⁷ RODRIGUES, António dos Reis, *Pessoa, Sociedade e Estado*, Estoril, Principia, 2008.

²⁸ CDSI, n. 100.

sociedade humana é objeto da doutrina social da Igreja, visto que ela não se encontra nem fora nem acima dos homens socialmente unidos, mas existe exclusivamente neles e, portanto, para eles». Este importante reconhecimento encontra expressão na afirmação de que «longe de ser o objeto e o elemento passivo da vida social», o homem, pelo contrário, «é, e dela deve ser e permanecer, o sujeito, o fundamento e o fim». Nele, portanto, tem origem a vida social, a qual não pode renunciar a reconhecê-lo seu sujeito ativo e responsável e a ele deve ser finalizada toda e qualquer modalidade expressiva da sociedade.»²⁹

2. Comunicação política

A comunicação política é uma das dimensões mais influentes da comunicação social, não só porque é o diálogo entre o cidadão e o político, mas também porque é por seu intermédio que a ciência política pode analisar as variáveis condicionantes dos regimes, estando numa constante vigilância e escrutínio dos estadistas, resguardando a liberdade e a democracia. Em suma, *“não é pensável participação alguma sem o conhecimento dos problemas da comunidade política, dos dados de fato e das várias propostas de solução.”*³⁰

O acesso à comunicação é parte da ordem social, já que a própria democracia só é efetiva se houver respeito pelo direito à informação; daí que se exija uma especial atenção, sendo *“necessário assegurar um real pluralismo neste delicado âmbito da vida social, garantindo uma multiplicidade de formas e de instrumentos no campo da informação e da comunicação, facilitando também condições de igualdade na posse e no uso de tais instrumentos mediante leis apropriadas. Entre os obstáculos que se opõem à realização plena do direito à objetividade da informação, merece especial atenção o fenómeno das concentrações editoriais e televisivas, com perigosos efeitos para o inteiro sistema democrático quando a tal fenómeno correspondem liames cada vez mais estreitos entre a atividade governativa, os poderes financeiros e a informação.”*³¹

O Magistério deteta, no entanto, que existem grandes obstáculos à liberdade no âmbito da comunicação política, que põem muitas vezes em causa o direito da informação; *“no mundo dos meios de comunicação social as dificuldades intrínsecas da comunicação não raro são agigantadas pela ideologia, pelo desejo de lucro e de controlo político, por rivalidades e conflitos entre grupos, e por outros males sociais.”*³² Estas dificuldades têm manifestações concretas, tanto por pressões económicas, como pela coação. Mas há que reconhecer que *“os valores e os princípios morais valem também para o setor das comunicações sociais: «A dimensão ética diz respeito não só ao conteúdo da comunicação (a mensagem) e ao processo de*

²⁹ CDSI, n. 106.

³⁰ CDSI, n. 414.

³¹ CDSI, n. 414.

³² CDSI, n. 416.

comunicação (o modo de comunicar), mas também às questões fundamentais das estruturas e sistemas, que com frequência incluem grandes problemas de política que dependem da distribuição de tecnologia e produtos sofisticados (quem serão os ricos de informação e os pobres de informação?)»³³

Os meios de comunicação, como o próprio nome indica, são um meio para alcançar um fim, um fim social – seja ele cultural, ideológico, político ou económico – que deve visar sempre o bem comum. Estes instrumentos têm um tal alcance que se justifica amplamente a designação de *quarto poder* que lhes foi atribuída. Trata-se do instrumento com mais influência na sociedade contemporânea: por seu intermédio difundem-se mensagens, ideias, teorias, avanços da investigação científica, e tudo isto a uma velocidade extraordinária, alicerçada numa capacidade tecnológica em constante progresso. Por tudo isto, os meios de comunicação são também, por excelência, o instrumento das novas revoluções políticas, como ficou patente nas mobilizações sociais dos últimos anos: quando tem cobertura dos meios de comunicação, uma manifestação assume outra dimensão e pode mesmo desencadear por contágio movimentos similares.

3. Os meios de comunicação social e o bem comum

O bem comum - conceito fulcral na doutrina social da Igreja - é o objetivo de toda a vida social: um Estado que não tenha como fim o bem comum é, à partida, um Estado injusto e nunca alcançará a ordem. Os textos do *Conselho Pontifício «Justiça e Paz»* recordam que o bem comum é responsabilidade de todos, e a sua prossecução não se limita aos legisladores nem aos políticos: “*as exigências do bem comum derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais. Essas exigências referem-se, antes de mais, ao empenho pela paz, à organização dos poderes do Estado, a uma sólida ordem jurídica, à salvaguarda do ambiente, à prestação dos serviços essenciais às pessoas, alguns dos quais são, ao mesmo tempo, direitos do homem: alimentação, morada, trabalho, educação e acesso à cultura, saúde, transportes, livre circulação das informações e tutela da liberdade religiosa.*”³⁴ Assim, embora os deveres decorrentes do bem comum tenham manifestações variáveis consoante a época e a cultura, este não deixa de ser algo exigido pelo verdadeiro desenvolvimento humano.

Segundo a doutrina social, o bem comum respeita o homem passado, a tradição, cuida do homem presente e defende o homem futuro. Neste sentido, “*o bem comum empenha todos os membros da sociedade: ninguém está escusado de colaborar, de acordo com as próprias possibilidades, na sua busca e no seu desenvolvimento.*”³⁵ Por outro lado, o bem comum é “*correspondente às mais elevadas inclinações do*

³³ CDSI, n. 416.

³⁴ CDSI, n. 166.

³⁵ CDSI, n. 167.

homem”³⁶, o que não significa que seja de fácil consecução: “é um bem árduo de alcançar, porque exige a capacidade e a busca constante do bem de outrem como se fosse próprio.”³⁷ Promover o empenho de todos nessa procura constante do bem comum será precisamente um dos desafios dirigidos aos meios de comunicação.

Em 1931, na encíclica *Quadragesimo Anno*, Pio XI vislumbrou o modo como a comunicação social poderia contribuir para o bem comum, ao apontar para uma *globalização positiva*: “por isso só haverá uma verdadeira cooperação de todos para o bem comum, quando as diversas partes da sociedade sentirem intimamente, que são membros de uma só e grande família”³⁸. Trata-se de uma responsabilidade de todos, do cidadão, dos corpos intermédios, das instituições e do Estado, bem assim como é responsabilidade da própria ciência e dos instrumentos de comunicação, mesmo reconhecendo que o “bem comum da sociedade não é um fim isolado em si mesmo; ele tem valor somente em referência à obtenção dos fins últimos da pessoa e ao bem comum universal de toda a criação.”³⁹

Toda a regulamentação e avaliação dos meios de comunicação social é entendida pelo Magistério na base do seu contributo para o bem comum. Por outras palavras, os meios de comunicação deverão ser avaliados pelo seu trabalho na defesa e promoção do bem comum.

O *Catecismo* reconhece que o uso dos meios de comunicação configura configurar a sociedade contemporânea, devendo-se-lhe reconhecer “um papel de grande relevo na informação, na promoção cultural e na formação. Este papel é cada vez maior, em virtude dos progressos técnicos, do alcance e diversidade das notícias transmitidas e da influência exercida sobre a opinião pública. A informação mediática está ao serviço do bem comum. A sociedade tem direito a uma informação fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.”⁴⁰ Pode-se dizer os meios de comunicação são autênticos protagonistas da evolução e do progresso da sociedade moderna.

Instrumentos da globalização, os meios de comunicação social foram cruciais e até responsáveis por tornar este mundo mais plano. O jornalista Thomas L. Friedman divide o processo da globalização em três períodos: “o primeiro durou de 1492 - quando Colombo se fez ao mar, abrindo o comércio entre o Velho e o Novo Mundo – até cerca de 1800.”⁴¹ (...) A segunda grande era, a globalização 2.0, decorreu entre 1800 e 2000, tendo sido interrompida pela Grande Depressão e pelas primeira e segunda guerras mundiais.⁴² (...) Entramos numa era completamente nova por volta do ano 2000: a globalização 3.0 (...) está a encolher o mundo do tamanho pequeno para

³⁶ CDSI, n. 167.

³⁷ CDSI, n. 167.

³⁸ PIO XI, *Quadragesimo Anno*, 1931, n.3.

³⁹ CDSI, n. 170.

⁴⁰ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA n. 2493-2494. A partir de agora, para referir o *Catecismo da Igreja Católica* usa-se a abreviatura CIC.

⁴¹ Cf. FRIEDMAN, Thomas L., *O Mundo é Plano*, 5ª Edição, Lisboa, Actual Editora, 2006, pp. 17-18.

⁴² Cf. *Idem*, pp 18-19.

um tamanho reduzido. (...) O que imprime carácter único – é a recém-descoberta possibilidade dos indivíduos colaborarem e competirem globalmente. (...) A criação de uma rede global de fibra ótica que nos tornou vizinhos uns dos outros. Cada um de nós deve e pode perguntar agora: Onde é que eu me encaixo em termos de concorrência global e nas oportunidades imediatas e de que forma posso, por mim próprio, colaborar com outros a nível global? (...) Estão a ser delegados poderes aos indivíduos de todos os cantos do mundo plano. A globalização 3.0 faz com que muitas mais pessoas se conectem, de tal forma que veremos todas as cores do arco-íris humano a participar no processo.”⁴³

É neste sentido que a Igreja considera os meios de comunicação “*inter mirifica technicae artis inventa*” - “entre os maravilhosos inventos da técnica”⁴⁴ e, tal como Friedman, também a Igreja promove uma globalização que conta com “*todas as cores do arco-íris humano*”. No entanto, é consciente que estas grandes mudanças trazem consigo grandes consequências, novos problemas éticos e morais. Por isso, estimula a uma constante reflexão, sem dar por garantido que tudo o que se considera desenvolvimento o é verdadeiramente. Também se pergunta se não serão igualmente os meios de comunicação um fator de disparidade entre os países pobres e os países ricos: terão todos os cidadãos acesso a esta boa globalização? E será que todos os que dirigem os meios de comunicação têm a preocupação pelo bem comum?

É em virtude da nova etapa da globalização – com o conseqüente aumento do poder num nível mais individual - que surge a necessidade da formação de cada cidadão, que agora se encontra, graças aos meios de comunicação, numa nova posição de soberania.

Como já se indicou, o contributo do Magistério a esta questão ganha corpo, nomeadamente depois do Concílio do Vaticano II⁴⁵, nas *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social*. No seu conjunto, podem ser vistas como uma espécie de manual do bom uso da comunicação social, na perspetiva de promover uma proveitosa e rentável utilização dos seus instrumentos, com o fim último do serviço ao homem: “*O nosso apelo dirige-se — parece-nos — ao que é atual e moderno, em nome do que é permanente e antigo: nós queremos mobilizar, o quanto é possível, a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema, e os outros veículos da arte e da ciência para a transmissão das*

⁴³ Cf. *Idem*, pp. 17-20.

⁴⁴ CONCÍLIO VATICANO II, Decreto. *Inter Mirifica*, 1.

⁴⁵ Em 1936, Pio XI escreveu a carta encíclica *Vigilanti Cura*, sobre o cinema, dirigida ao clero norte-americano. Em 1948, Pio XII escreve também a instrução *Ad experimentum* da comissão de consulência e de revisão eclesialística dos filmes com tema religioso ou moral. É também em 1948 que se dá a instituição da Pontifícia Comissão para a Cinematografia Didática e Religiosa e aprovação dos Estatutos. Em 1952 dá-se a transformação em Pontifícia Comissão para a cinematografia e aprovação dos estatutos mas em 1954 haverá uma aprovação de novos estatutos e a transformação em Pontifícia Comissão para o Cinema, a Rádio e a Televisão. Em 1955, Pio XII escreve uma exortação Apostólica aos representantes do mundo do cinema: *O filme ideal*. Mas a mais divulgada é a carta encíclica de 1957 Pio XII *Miranda Prosus*, sobre a cinematografia, a rádio e a televisão. Será também Pio XII, em 1958, a proclamar Santa Clara padroeira da televisão. João XXIII escreve em 1959 o *Motu Proprio. Boni Pastores*, onde instituiu a Pontifícia Comissão da cinematografia, rádio e televisão, como organismo permanente da Santa Sé, e por fim, no dia 16 Novembro de 1959 é aprovado os estatutos da filmoteca vaticana.

ideias, para colaborar com um empreendimento autenticamente bom e, por isso, meritório. Trata-se, por certo, de meios que não têm somente uma função instrumental, não servem somente para estabelecer contatos ou espalhar mensagens, não se prestam somente à evasão e à diversão: são também, e sobretudo, instrumentos educativos e, como tais, são guindados a uma função mais alta, que é de ordem didática e formativa. Quem não sabe, por exemplo, que em muitos países os meios de comunicação social absorvem, com grande eficácia supletiva ou integrativa, o trabalho escolar, contribuindo para a alfabetização e para a instrução de velhas e novas gerações? Exatamente por causa desta reconhecida capacidade, a Igreja propõe para estes meios uma meta posterior e indica a quem os usa uma tarefa bem mais nobre e urgente: servir à causa dos direitos e dos deveres primordiais do homem.”⁴⁶

Para se compreenderem estas expectativas e acautelar os temores associados aos meios de comunicação é preciso garantir um cenário favorável ao seu desempenho; caso contrário, aumentará a probabilidade de corrupção destes instrumentos; a condicionante mais evidente, e mais vezes referida nos textos do Magistério, para o íntegro funcionamento dos meios de comunicação social é a liberdade⁴⁷, entendida também como mercado livre.⁴⁸

4. *Indivíduo vs individualismo*

A Igreja, ao apresentar a democracia, o mercado livre e a iniciativa individual como o melhor cenário para o desenvolvimento e para o crescimento económico não está a propor como ideal o individualismo emergente no pensamento neo-liberal, que acentua a dimensão meramente material do indivíduo.

Na doutrina social da Igreja, o homem não depende somente da sua condição material: a inteligência e a vontade, faculdades imateriais ou espirituais, intrínsecas à personalidade humana, são potências que garantem a superioridade da humanidade em relação aos outros seres vivos. *“A pessoa, incluindo o corpo, está totalmente confiada a si própria, e é na unidade da alma e do corpo que ela é o sujeito dos próprios atos morais”*⁴⁹ Segundo a Igreja: *“«A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a “forma” do corpo; ou seja, é graças à alma espiritual que o corpo constituído de matéria é um corpo humano e vivo; o espírito e a matéria no homem não são duas naturezas unidas, mas a união deles forma uma única natureza».* *Nem o espiritualismo, que despreza a realidade do corpo, nem o materialismo, que considera o espírito mera manifestação da matéria, dão conta da natureza complexa, da totalidade e da unidade do ser humano.”*⁵⁰

⁴⁶ PAULO VI, *X MDCS*, 1976.

⁴⁷ Este tema será abordado com mais profundidade por João Paulo II.

⁴⁸ Ver anexo A, p. 140.

⁴⁹ JOÃO PAULO II, *Veritatis splendor*, 1993, n. 48.

⁵⁰ *CDSI*, n. 129.1

É certo que o Magistério também faz referência a uma *consciência coletiva*, mas essa consciência coletiva respeita o indivíduo, enquanto realização única e irrepetível: “*O povo opõe-se à massa: vive da liberdade e da consciência de cada um.*”⁵¹

Assim, nas mensagens dirigidas aos comunicadores, o Magistério insiste em fomentar o respeito pelo homem completo - nas suas duas dimensões, espiritual e material. É também a noção de indivíduo própria do personalismo cristão que funda na doutrina social o entendimento de Estado.⁵²

5. O Concílio Vaticano II perante os meios de comunicação

Paulo VI correspondeu à iniciativa do Concílio de proceder a uma constante avaliação dos meios de comunicação; o seu pontificado decorreu entre 21 de Junho de 1963 e 6 de Agosto de 1978, durante as reformas da Igreja Católica do século XX.

O Concílio Vaticano II foi inaugurado a 25 de Dezembro de 1961 por João XXIII, mas a sua realização prolongou-se em quatro sessões, tendo-se concluído já com Paulo VI a 8 de Dezembro de 1965. Os tópicos de reflexão tinham por base o *aggiornamento*⁵³ e a situação da Igreja no mundo moderno. Neste quadro, a comunicação social tornou-se um dos temas fundamentais em análise, dado o desenvolvimento tecnológico e o impacto na sociedade.

No nono aniversário do seu pontificado, a 29 de Junho de 1975, Paulo VI pronunciou umas palavras que despertaram enorme atenção nos meios de comunicação da época: “*o fumo de Satanás entrou por alguma fenda no templo de Deus*”. Esta conhecida expressão refletia a convicção do Pontífice de que muitas pessoas da própria Igreja, tanto leigos como clérigos, não tinham interiorizado o verdadeiro sentido do Concílio. Foi também durante esses anos que a Igreja Católica teve maior protagonismo nos meios de comunicação, veiculando-se uma ideia de matiz socialista - *destruir para contruir de novo* – que propunha a revolução, e não a renovação, no interior da Igreja.

A televisão, a rádio e os jornais, procurando através do sensacionalismo aumentar audiências, com frequência deformaram ou silenciaram parcialmente a doutrina, fazendo crer ao mundo que a Igreja estava em revolução, acompanhando assim a cultura dominante. Esses momentos obrigaram o Magistério a tomar posições bem claras, expressas nos textos pontifícios.

Numa total consciência do papel da comunicação social na transmissão, muitas vezes errónea, do Vaticano II, Paulo VI apercebeu-se da necessidade de promover um trabalho mais fiel, mais produtivo e, sobretudo, que desse uma maior atenção à defesa da verdade. O Papa não só viveu este desafio, a mudança no interior da Igreja, como

⁵¹ PIO XII, Rádio Mensagem de Natal de 1944.

⁵² Ver anexo B, p. 143.

⁵³ Na Constituição Apostólica *Sacrosanctum Concilium* n. 1, o *aggiornamento* é assim apresentado: “*Fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições suscetíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja*”.

também o enfrentou na sociedade, em que profundas transformações sociais sustentavam as revoluções políticas dos anos 60 e 70.

A *revolução social* nas comunidades mais jovens, inspiradas no marxismo e no socialismo libertário ou anarquista, propugnava o repúdio pelo capitalismo mas também pela tradição, sobretudo pela tradição cristã, a tentativa de contruir uma nova cultura, com influências espirituais do oriente, inspirando-se no budismo, no hinduísmo e na cultura dos nativos americanos, o pacifismo, o consumo de drogas, a revolução sexual, com o aparecimento da pílula contraceptiva em 1960, e a banalização de comportamentos humanos tidos como desviantes, como a pornografia, a nudez, o *amor livre*, a campanha contra o casamento, a normalização da homossexualidade e outras alternativas sexuais, o aborto..., a que se aliaram *slogans* como: *Os limites impostos ao prazer excitam o prazer de viver sem limites* ou *Viva o efêmero*. Este movimento influenciou profundamente toda a sociedade, nela se incluindo a elite intelectual académica e estudantil e os artistas. Ganham enorme protagonismo novos líderes, como os do movimento académico de Maio de 68 em Paris, inspirados em filósofos niilistas, que se assumem claramente como anticlericais, manifestando-se abertamente contra a doutrina católica, não só contra a ideia do catolicismo social, mas sobretudo contra a fé, a dogmática e a moral, e exercendo uma oposição direta à Igreja, desenvolvida à volta da ideia de que *o movimento popular não possui templo*.

Estes movimentos, de enorme impacto na sociedade ocidental, utilizaram os meios de comunicação social para espalharem as suas mensagens, que invadiram a televisão, o cinema, a rádio e a música, promovendo através deles tanto as suas ideologias como novos ideais de comportamentos assumidamente amorais, numa forma ao mesmo tempo global e veloz.

Quando Paulo VI deu início às *Mensagens Apostólicas do dia Mundial das Comunicações Sociais*⁵⁴, no ano 1967, tinha consciência deste mundo em mutação e da ação da massificação dos instrumentos de comunicação: “*quem pode ignorar os perigos e os prejuízos que estes nobres instrumentos podem causar a cada pessoa e à sociedade, quando não são empregados pelo homem com sentido de responsabilidade, com reta intenção, e de conformidade com a ordem moral objetiva? Quanto maiores, portanto, são o poder e a ambivalente eficácia destes meios de comunicação, tanto mais atento e responsável deve ser o seu uso.*”⁵⁵

O Magistério compreendeu a urgência de tomar uma posição perante esta evolução tecnológica que estava longe de ser inócua. A Igreja sentia a necessidade de se pronunciar – apelando à verdade, ao bem comum e ao respeito pela dignidade do homem. Na primeira *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* o Papa optou por dirigir-se aos operadores: “*eles têm o direito de não serem condicionados por pressões indevidas ideológicas, políticas, económicas, que limitem a sua justa e responsável liberdade de expressão e o seu colóquio com o público, da mesma forma,*

⁵⁴ Ver anexo C, p. 146.

⁵⁵ PAULO VI, *I MDCS*, 1967.

*exigem o respeito pela dignidade do homem e da sociedade. Todo o seu esforço, portanto, seja no sentido de difundir a verdade nas mentes e nos corações, a adesão ao bem, a ação coerente nas obras. Eles estarão assim a contribuir para a elevação da humanidade e darão uma contribuição positiva para a edificação de uma sociedade nova, mais livre, mais consciente, mais responsável, mais fraterna, mais digna.*⁵⁶.

⁵⁶ PAULO VI, *I MDCS*, 1967.

6. Os meios de comunicação na escolha entre o bem e o mal

Como tem sido referido, os meios de comunicação são os principais agentes da globalização: “o tempo e o espaço foram superados, e o homem tornou-se um cidadão do mundo, coparticipante e testemunha dos acontecimentos mais distantes e das vicissitudes de toda a humanidade.”⁵⁷ É nos *mass-media* que se realizará a afirmação clássica que Plutarco atribui a Sócrates: “Não sou nem ateniense nem grego, mas sim um cidadão do mundo”, de um mundo que superou o próprio tempo e o espaço.

O Magistério, que desde sempre viu os meios de comunicação social como uma ferramenta benéfica, associando-os ao desenvolvimento social, humano e económico, reconhecia que “*deve ser, portanto, muito apreciada, no seu justo valor, a contribuição que a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e os outros meios de comunicação social oferecem ao incremento da cultura, à divulgação das obras de arte, à distensão dos ânimos, ao mútuo conhecimento e compreensão entre os povos.*”⁵⁸ A Igreja tinha a percepção da enorme valia cultural e social destes meios, que os tornaria indissociáveis ao desenvolvimento humano, mas foi captou também o seu poder, associado à sua enorme capacidade de domínio.

Infelizmente, um mau uso destes instrumentos tem consequências enormes. O abuso ideológico, a propaganda de uma cultura da morte, o desrespeito pela dignidade do homem, a usurpação dos regimes ditatoriais, a difusão do mau uso da liberdade, são alguns dos riscos que podem ameaçar continuamente os meios de comunicação, muitos deles ainda com efeitos sociais difíceis de avaliar.

No entanto, é preciso distinguir o mau uso do mau instrumento: os meios de comunicação são bons em si mesmos, mas podem ser, e são por vezes, utilizados indevidamente. A Igreja depositou uma enorme esperança nos meios de comunicação, sabendo que os efeitos morais do seu uso dependem da forma como são utilizados, ou seja dependem dos *atos humanos*.

Paulo VI, sentindo a necessidade de denunciar algumas mudanças de valores que ganhavam vigência no mundo na sua encíclica de 1968 - porventura a mais polémica - *Humanae Vitae*, adverte que “o homem fez progressos admiráveis no domínio e na organização racional das forças da natureza, de tal maneira que tende a tornar extensivo esse domínio ao seu próprio ser global: ao corpo, à vida psíquica, à vida social e até mesmo às leis que regulam a transmissão da vida.”⁵⁹ Sendo assim, um primeiro passo a dar para que a comunicação cumprisse o seu trabalho em prol da humanidade, era comprometê-la com a defesa da verdade e da vida humana, e não a manter refém das influências vigentes.

A ânsia de encontrar a verdade tornou-se a inquietação motora do progresso humano, da ciência e da cultura ao longo da história; este desejo também reflete-se nos meios de comunicação, que têm a responsabilidade grave de transmitir a verdade. Esta

⁵⁷ PAULO VI, *I MDCS*, 1967.

⁵⁸ PAULO VI, *I MDCS*, 1967.

⁵⁹ Paulo VI, *Humanae Vitae*, 1968, n. 2.

luta pela verdade é um autêntico desafio pois “*cada fato tem a sua própria verdade, que abrange muitos aspetos, nem sempre facilmente perceptíveis no seu todo. Somente o esforço conjunto e sincero de comunicadores e recetores pode oferecer uma certa garantia de que cada evento seja compreendido na sua verdade integral. Aqui aparece a excelência da tarefa do informante, que consiste não somente em revelar o que pode ser imediatamente verificado, mas também em procurar elementos de enquadramento e de explicação sobre as causas e as circunstâncias de cada fato que ele deve comunicar. Este trabalho poderia, de certa maneira, ser comparado com uma "pesquisa científica", pela seriedade e a dedicação que exige no controle e na avaliação crítica das fontes, na fidelidade aos dados observados, e na sua transmissão integral. A responsabilidade é ainda mais grave se o comunicador, como muitas vezes acontece, é levado a acrescentar, à simples relação do fato, elementos de juízo e de orientação.*”⁶⁰ Todavia só chegaremos à verdade se formos livres, e por isso Paulo VI reconhece que o desejo de liberdade é fundamental para que a tarefa da comunicação social alcance da verdade.⁶¹

7. Objetividade num mundo bipolar e a lógica do perdão na comunicação política

Em 1975 Paulo VI, compreendendo a lógica de uma geopolítica movida por interesses ideológicos associada a uma cultura superficial, por efeito da massificação da comunicação, advertindo, na sua nona *Mensagem*, para a importância do conceito de *objetividade* na comunicação: “*a objetividade é um aspeto essencial da informação; corresponde ao direito que cada um possui de desenvolver integralmente a própria personalidade conforme a verdade; de exercer as próprias responsabilidades sociais com conhecimento de causa; supõe, antes de mais nada, que os fatos sejam relatados com honestidade.*”⁶² Claro está que esta ressalva da *objetividade* na informação, não equivalia a extinguir a criatividade, pois “*é lícito enriquecer a narração com uma certa "interpretação" que, porém, somente se justifica na medida em que contribui para fazer aparecer melhor a natureza dos fatos, a dimensão real que os mesmos assumem no contexto, como também na sua relação com os valores humanos.*”⁶³ Assim, o receio do Magistério incide na usurpação de uma suposta neutralidade da informação, para impor mensagens ideológicas ou partidárias. Paulo VI apela à clareza pública: “*não podemos aprovar comportamentos que pretendam ser "neutros" e "independentes", enquanto concretamente mostram hábeis manipulações, como por exemplo: a insistência unilateral sobre as depravações humanas; a pressão sobre a opinião pública para despertar aspirações insaciáveis, enganadoras e, no fundo, irrealizáveis, como as de um consumismo incessante de coisas supérfluas; a apresentação de modelos de comportamento ilusórios ou imorais; o calar, selecionar ou apresentar de modo*

⁶⁰ PAULO VI, VI MDCS, 1972, n. 1.

⁶¹ Ver anexo D, p. 148.

⁶² PAULO VI, IX MDCS, 1977.

⁶³ PAULO VI, IX MDCS, 1977.

deformado os mais importantes acontecimentos conforme ideologias que não respeitam a liberdade do homem e violam o direito à informação; o gosto por levantar problemas ou insinuar dúvidas que põem em crise certezas éticas indiscutíveis; o considerar arte somente o que é permissividade e repressão dos imperativos humanos que controlam legitimamente a convivência social sadia; considerar como justiça o que é somente violência, vingança, represália.”⁶⁴

O controlo da comunicação que Paulo VI propôs deve-se em primeiro lugar ao operador da informação e traduz-se naquilo que se poderia chamar *o autocontrolo da objetividade*. O Papa frisa que a questão da *objetividade* tem por base a liberdade, inseparável da verdade. Mas esta liberdade não é libertinagem e a *objetividade* impõe-se com limites. Num mundo ainda dividido pelo bipolarismo da União Soviética e dos Estados Unidos da América apelar à *objetividade* era uma provocação à geopolítica contemporânea. Contudo, continuamos a carecer desta *objetividade* e do seu reconhecimento direto numa comunicação política ou económica.

Na mensagem de 1975, intitulada “*A Comunicação Social e a Reconciliação*”, o Papa eleva os objetivos dos meios de comunicação, envolvendo a comunicação na luta pela paz a partir da reconciliação, ou seja, na *lógica do perdão* e do perdão cristão.

De facto, os anos 70, marcados por mudanças históricas, são férteis em temas que despertam a atenção do Magistério, desde a questão da autonomia das colónias, ao desenvolvimento humano no Ocidente e ao crescimento económico nos países subdesenvolvidos. Durante o século XX a humanidade viveu conflitos aparentemente insolúveis; as divisões entre nações, longe de serem efémeras, eram questões sociais e culturais muito enraizadas na educação, em rancores históricos, que nem sempre os tratados de paz resolviam, reduzindo-se muitas vezes a simples fórmulas protocolares.

Hannah Arendt em 1958 numa perspetiva do pós II Guerra Mundial, referiu-se à lógica do perdão no sentido cristão, na esfera política, ao escrever *A irreversibilidade e o poder de perdoar*⁶⁵: “*A única solução possível para o problema da irreversibilidade – a impossibilidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. (...) O descobridor do papel do perdão na esfera dos negócios humanos, foi Jesus de Nazaré. O facto de que Ele tenha feito esta descoberta num contexto religioso e a tenha enunciado em linguagem religiosa não é motivo para levá-la menos a sério num sentido estritamente secular. (...) A perda de respeito nos tempos modernos, ou melhor, a convicção de que só se deve respeito ao que se admira ou se preza, constitui claro sintoma da crescente despersonalização da vida pública e social.*”⁶⁶

⁶⁴ PAULO VI, *IX MDCS*, 1977.

⁶⁵ ARENDT, Hannah, *A condição humana*, 4ª Edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989, pp. 248-255.

⁶⁶ A citação não pretende esgotar o pensamento arendtiano relativo à relação entre a irreversibilidade do poder e o poder de perdoar. Aliás, o trecho citado está propositadamente restringido, já que Arendt fica aquém do pensamento de Paulo VI. Pretende-se apenas chamar à colacção o pensamento de uma eminente filósofa.

A guerra deixa marcas, tanto ao nível político-económico, como na vida de cada cidadão e de cada família; naturalmente essas marcas são vestígios que não se apagam com meras ajudas humanitárias, tornando-se quase necessária uma renovação geracional para se atingir a tranquilidade, mais uma vez não só a tranquilidade política, mas a de cada cidadão, com base numa *lógica do perdão*.

Segundo Paulo VI, os meios de comunicação serão um serviço à paz se forem um serviço à reconciliação, e serão um serviço à reconciliação se forem um serviço prestado com *objetividade* e qualidade nas suas programações: *“para prestar um verdadeiro serviço à reconciliação, a objetividade na escolha e na apresentação dos fatos exige um profundo conhecimento das responsabilidades, bem como uma preparação e competência adequadas. A mesma objetividade exige, além disso, uma renovação autêntica das posturas deploráveis, muitas vezes tidas como fontes de informação, por profissionais das comunicações sociais e por um certo público de leitores, de espectadores e de ouvintes que se tornam cúmplices deles. Poder-se-á chegar a um resultado melhor se em todos os países for garantido um razoável pluralismo de fontes de informação. Em vez de obrigar, por assim dizer, os usuários a limitar-se às suas notícias e às suas interpretações, estes órgãos diversos devem permitir um diálogo aberto e um conforto leal, que permita aos indivíduos expressar livremente as suas legítimas ideias. Diferentemente, poder-se-ia cair, provavelmente, numa espécie de “tirania”, ou ainda num “terrorismo cultural”, difundido e quase anónimo, que pode até encontrar, paradoxalmente, acolhida favorável como pretexto que tal monopólio ajuda à promoção pessoal e social, mesmo violando as convicções religiosas, éticas e cívicas.”*⁶⁷ Esta *objetividade* não é somente uma exigência do político, é também do operador: aos trabalhadores da comunicação social é exigida uma formação cultural e intelectual sólida, caso contrário transformar-se-ão facilmente em autênticos *“terroristas culturais.”*

Além disso, os requisitos exigidos aos operadores terão de estender-se ao público recetor, caso contrário poderão tornar-se cúmplices das consequências negativas da má comunicação. Trata-se de uma corresponsabilidade, porque a importância do espectador pode ditar a exigência do jornalista. Esta realidade é hoje especialmente visível, em que muitos diretores de informação justificam a programação sensacionalista dos seus canais pela falta de exigência dos seus usuários. – *“O esforço pela busca e o respeito da verdade diz respeito, com a mesma urgência, também àqueles que dirigem-se aos meios de comunicação social em busca da informação e orientações de juízos. É dever de todos os recetores ser sempre ativos e corresponsáveis; o seu senso de responsabilidade e sua preparação deve torná-los disponíveis a acolher ativa e criticamente tudo o que vier de fora.”*⁶⁸

Este apelo por aperfeiçoar o desempenho dos meios de comunicação é dirigido a todos os homens de boa vontade, a partir do *“juízo próprio”*: *“o homem, e muito mais o cristão, não pode abdicar jamais da sua capacidade de contribuir para a conquista da*

⁶⁷ PAULO VI, IX MDCS, 1977.

⁶⁸ PAULO VI, VI MDCS, 1972, n. 3.

*verdade: não somente a verdade abstrata e filosófica, mas também a verdade concreta e cotidiana de cada acontecimento: se isso acontecesse, viria em prejuízo da própria dignidade pessoal. Queremos, pois, nesta ocasião, renovar o nosso convite para que cada homem se empenhe e seja adequadamente favorecido na consecução da capacidade necessária de juízo próprio, diante da mensagem dos meios de comunicação social, de modo que possa livremente escolher entre as várias opiniões e dar sua adesão à melhor delas.*⁶⁹ Se fizer esse esforço, a comunicação social respeitará a dignidade do homem e tornar-se-á verdadeira embaixadora dos direitos humanos.

8. Meios de comunicação: um instrumento ao serviço dos Direitos Humanos

Um dos grandes benefícios da massificação da comunicação é a expansão dos direitos humanos. Mas, por justiça e equidade, aos direitos devem corresponder deveres: *“a Igreja sabe e deve lembrar a todos que qualquer atentado aos direitos do homem, e qualquer omissão dos correspondentes deveres, são também uma violação desta lei”*⁷⁰

A comunicação social tem capacidade de dar a conhecer os direitos humanos de uma forma acelerada e territorialmente ilimitada, contribuindo para a verdadeira universalidade dos direitos humanos, ao chegar a comunidades distantes em pouco tempo, com uma configuração espontânea e direta, ou com uma configuração de *soft power - poder suave* (a partir de filmes, anúncios, músicas e artigos que exibem estilos de vida em países em que já estão consagrados estes mesmos direitos, a liberdade de expressão).

São também os meios de comunicação um intermediário dos direitos humanos, quando mostram abusos de autoridade, atrocidades, atos de violência cometidos contra a humanidade, crimes de guerra ou os graves problemas sociais e ambientais, sensibilizando assim as diferentes sociedades, as autoridades, elites políticas e culturais, para questões que, de outro modo, desconheciam. Isto facilita o aparecimento de grupos de solidariedades e de pressão económica ou política, tendentes a assegurar que a defesa da dignidade do homem, a partir dos seus direitos, seja uma prioridade.

Hoje uma família europeia tem noção que existe fome em África, ou um cidadão americano sabe que na China a liberdade de expressão é experimentada de um modo diferente da sua. Países com milhões de quilómetros de distância podem, a partir da comunicação social, ajudar-se reciprocamente.

A própria noção de guerra torna-se mais humana. Se antes se sabia que havia países em guerra de um modo distante e até frio, sem nenhuma ligação cultural ou familiar, com a massificação dos meios de comunicação social a guerra ganha rosto: rostos humanos marcados pelo sofrimento, a destruição, pondo em evidência, para quem assiste à distância, que aqueles que estão nos cenários de guerra são igualmente

⁶⁹ PAULO VI, VI MDCS, 1972, n. 3.

⁷⁰ PAULO VI, X MDCS, 1976.

homens, cidadãos, que têm família. Essa visão de dor envolve as comunidades mais distantes e promove uma maior sensibilidade à própria guerra.

Paulo VI refere como, desde sempre, os direitos humanos foram uma preocupação da Igreja Católica; mesmo antes de estes estarem consagrados na Carta das Nações Unidas, ou no direito positivo em geral, a igualdade perante a lei, a dignidade do homem, o respeito, a solidariedade, eram já dimensões milenares da caridade cristã: *“a preocupação da Igreja pelos direitos humanos e pela observância dos consequentes deveres certamente não é nova: com frequência testemunhamos nos nossos atos, como fizeram também os nossos predecessores. Mas, na presente mensagem, temos a alegria de lembrar os deveres particulares, que os meios de comunicação social assumem sobre os direitos e deveres fundamentais do homem.”*⁷¹ O Papa alerta constantemente para a competência dos meios de comunicação social: *“entre estes — e a civilização moderna, indubitavelmente, deu-lhe um destaque considerável — há um que depende, quase unicamente, dos meios de comunicação: o direito à verdadeira e completa informação. Diríamos que até a consciência dos homens sobre os próprios direitos e deveres depende, em grande parte, da ação informativa-formativa dos meios de comunicação social. É fácil, portanto, tomar consciência da responsabilidade que pesa sobre todos os que trabalham neste setor delicado.”*⁷² Todavia o Pontífice alerta igualmente para o contrário, o risco de manipulação dos valores: *“cumpre-nos salientar, a propósito, um fenómeno que se renova com ameaçadora frequência em diversas partes do mundo: são negados direitos fundamentais do homem não só como exercício arbitrário de violência, mas, até, como resposta a desejos artificialmente suscitados na opinião pública, aparecendo como reivindicação de direitos o que, na realidade, é um seu flagrante aviltamento. Não queremos com isto afirmar que os meios de comunicação social devam tornar-se os únicos responsáveis por semelhantes distorções. Mas não se pode negar que eles também podem ter uma influência considerável enquanto “manipulam” ideias, elementos, valores e interpretações; subestimam a capacidade crítica de amplos estratos da população; exercem uma espécie de opressão — por assim dizer — cultural, propondo ou suscitando somente aquelas aspirações, às quais se quer responder.”*⁷³

Para o Papa, as consequências negativas dos meios de comunicação na sociedade são verdadeiramente uma preocupação, porque chegam a apoderar-se da liberdade do homem, sem que o próprio homem se aperceba. *“Nenhuma mensagem comunicada pode esquecer-se da pessoa humana, ou impor-lhe um modo de pensar e de viver em contraste com a dignidade que lhe é própria, ou dissuadi-la de desenvolver as virtualidades positivas que traz dentro de si ou privá-la de poder afirmar os próprios direitos autênticos, cumprindo ao mesmo tempo os deveres. Antes de dominar os elementos, o homem é obrigado — e é uma sua aspiração profunda — a dominar-se a si*

⁷¹ PAULO VI, X MDCS, 1976.

⁷² PAULO VI, X MDCS, 1976.

⁷³ PAULO VI, X MDCS, 1976.

mesmo e a agir responsabilmente. Esta sua exigência espiritual deverá ser respeitada e, mais ainda, ajudada pelo uso correto dos meios de comunicação social.”⁷⁴

Em 1976, decorridos 28 anos da assinatura da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, o mundo continuava a viver sob uma geopolítica bipolar: a Alemanha, e com ela a Europa, encontrava-se dividida pelo Muro, que só se desmoronaria em 1989. Nesse ambiente ideológico, era notório para o Magistério que, da mesma forma que os meios de comunicação social têm uma capacidade extraordinária de formar, também possuem a de deformar e distorcer os valores fundamentais, consoante as ideologias vigentes.

9. Uma entidade reguladora

A preocupação por esta presumível manipulação levou a que Paulo VI enumerasse três atores fundamentais na regulação dos meios de comunicação, tendo sempre como base o conceito de verdade:

1. As autoridades públicas.

Segundo o *Catecismo da Igreja Católica*, o conceito de *autoridade* é indissociável da condição humana. Com a faculdade de manter a ordem social e proteger o bem comum, a autoridade é tão essencial à sociedade como à própria liberdade: “*a sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda, se a ela não presidir uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum Chama-se «autoridade» àquela qualidade em virtude da qual pessoas ou instituições dão leis e ordens a homens e esperam obediência da parte deles. Toda a comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a governe. Esta tem o seu fundamento na natureza humana. Ela é necessária para a unidade da comunidade civil. O seu papel consiste em assegurar, quanto possível, o bem comum da sociedade.*”⁷⁵

O Papa começa por responsabilizar as autoridades públicas, porque é essencial que esteja assegurada uma sociedade livre. É bom que o Estado seja prudente, mas se não garantir a liberdade de expressão à partida, a verdade fica ameaçada. A liberdade de imprensa é uma aliada da verdade, mas o espaço da comunicação, que é espaço público, tem que se submeter a uma regulação, e tal como nas estradas existem sinais de trânsito, que regulam a nossa condução, mas não existe uma preceito que nos obrigue a usar uma marca específica de carros ou uma determinada cor, na comunicação social deve-se alcançar aquele mesmo controlo saudável e substancial que ao mesmo tempo garante o bom funcionamento e a liberdade individual.

“Às autoridades públicas pedimos que favoreçam a comunicação social da cultura; pedimos o respeito aos fatos e às opiniões; pedimos a busca diligente da verdade, que mostre ao homem o que ele realmente é diante dos irmãos e

⁷⁴ PAULO VI, *X MDCS*, 1976.

⁷⁵ *CIC*, n. 1897.

*diante de Deus; pedimos que esta busca se traduza em atitude de deferente e profunda atenção aos valores supremos da pessoa.*⁷⁶

A doutrina social da Igreja recolhe a mesma ideia quando firma que *“a responsabilidade de perseguir o bem comum compete, não só às pessoas consideradas individualmente, mas também ao Estado, pois que o bem comum é a razão de ser da autoridade política. Na verdade, o Estado deve garantir coesão, unidade e organização à sociedade civil da qual é expressão, de modo que o bem comum possa ser conseguido com o contributo de todos os cidadãos. O indivíduo humano, a família, os corpos intermédios não são capazes por si próprias de chegar ao seu pleno desenvolvimento; daí serem necessárias as instituições políticas, cuja finalidade é tornar acessíveis às pessoas os bens necessários — materiais, culturais, morais, espirituais — para levar uma vida verdadeiramente humana. O fim da vida social é o bem comum historicamente realizável.*”⁷⁷

2. Os operadores dos meios de comunicação.

Os trabalhadores nos meios de comunicação, sejam eles os próprios investigadores, jornalistas ou diretores, sejam os técnicos de luz, de som, da imprensa etc., devem possuir a formação tanto intelectual ou profissional como humana, para agirem em consciência e serem capazes de discernir o bem do mal. Pede-se que sejam prudentes, que tenham a capacidade de ultrapassar a tentação de manipulações, de corrupção, das trocas de favores ou do próprio tráfico de influência, não esquecendo nunca que o fim destes meios é o homem; se agirem deste modo, farão da comunicação um instrumento ao serviço do bem comum.

“Aos que trabalham no campo dos mass-media pedimos que sejam coerentes no pensamento e na vida; quando apresentam as notícias e as interpretam, que exprimam de maneira inequívoca em que ideal de vida se inspiram, e não se deixem condicionar pela tentação da "manipulação" nos contatos com os recetores, sempre prepondo o amor e o serviço dos homens ao favor da popularidade ou às vantagens económicas”⁷⁸

3. Os utentes dos meios de comunicação.

Por fim, Paulo VI alerta os utentes dos meios de comunicação para os seus compromissos. Os espectadores tem uma responsabilidade acrescida. Inevitavelmente todos os cidadãos têm contacto com a comunicação social: basta saírem à rua para serem invadidos por informações. É certo que uns têm mais acesso a ela do que outros, dependendo da capacidade tecnológica e económica do seu país, e também da capacidade financeira de cada cidadão. Mas a comunicação social é algo inevitável, de tal modo que mesmo um sem-abrigo, que não possua nenhum bem material, estará exposto aos meios de comunicação social.

⁷⁶ PAULO VI, X MDCS, 1976.

⁷⁷ CDSI, n. 168.

⁷⁸ PAULO VI, X MDCS, 1976.

Como pode o homem tirar partido da comunicação? Como pode fazer com que este meio seja um verdadeiro instrumento ao serviço do bem comum?

Aqui ganha especial protagonismo os *corpos intermédios*, presentes na doutrina social da Igreja, que têm a responsabilidade grave de intervir com iniciativas, sejam elas individuais ou coletivas. Isto exige desenvolver o sentido crítico, tanto para saber exigir, avaliar e defender a própria consciência, como para saber acolher, elogiar e fomentar o trabalho de qualidade. Também é papel dos utentes ter uma posição de constante defesa da dignidade do homem e fomentar nas famílias a educação perante os meios de comunicação.

*“Aos que se utilizam dos meios de comunicação, pedimos que se formem num acurado senso crítico, pelo qual saibam acolher, encorajar, sustentar moralmente e materialmente as pessoas, os editoriais, as transmissões, os filmes, que defendem os direitos do homem e o educam aos seus deveres; e saibam, ao mesmo tempo, defender-se diante das agressões ou seduções, em contraste com a verdade objetiva e com a dignidade humana. Pedimos que avaliem retamente tudo o que recebem e que se tornem capazes de intervir nos meios de informação, com oportunas iniciativas individuais ou coletivas. Leitores, espectadores, ouvintes, com sua escolha terão sempre a palavra definitiva sobre o futuro dos meios de comunicação, e é esta uma responsabilidade que eles muitas vezes ignoram.”*⁷⁹

A doutrina social da Igreja ressalta igualmente que os *deveres éticos* na comunicação não se limitam aos operadores, mas são também uma obrigação dos seus utilizadores: *“os profissionais dos meios de comunicação social não são os únicos a ter deveres éticos. Os que deles fruem também têm obrigações. Os operadores que tentam assumir responsabilidades merecem um público consciente das próprias. O primeiro dever dos utentes das comunicações sociais consiste no discernimento e na seleção. Os pais, as famílias e a Igreja têm responsabilidades precisas e irrenunciáveis.”*⁸⁰

Nesta orientação torna-se fundamental compreender a dimensão do compromisso que comporta. A responsabilidade perante os meios de comunicação é uma verdadeira obrigação: *“para quantos atuam no campo das comunicações sociais ressoa forte e claro a admoestação de São Paulo: «Por isso, renunciad à mentira. Fale cada um a seu próximo a verdade, pois somos membros uns dos outros... Nenhuma palavra má saia da vossa boca, mas só a que útil para a edificação, sempre que for possível, e benfazeja aos que ouvem». O serviço à pessoa mediante a edificação de uma comunidade humana baseada na solidariedade, na justiça e no amor e a difusão da verdade sobre a vida humana e sobre a sua realização final em Deus são as exigências éticas fundamentais dos meios de comunicação social. À luz da fé, a comunicação humana deve ser considerada como um percurso de Babel⁸¹ a Pentecostes, ou seja, o*

⁷⁹ PAULO VI, *X MDCS*, 1976.

⁸⁰ *CDSI*, n. 562.

⁸¹ Esta comparação da comunicação contemporânea com a Torre de Babel é significativa se pensarmos na perspetiva da publicidade, que adota uma linguagem universal e incisiva nas suas mensagens.

empenho, pessoal e social, de superar o colapso da comunicação abrindo-se ao dom de línguas”⁸².

10. A ação da publicidade

Por fim, as duas últimas mensagens do *Dia Mundial da Comunicação Social* de Paulo VI centram-se nas dicotomias expectativas / temores e deveres / direitos. Estão dedicadas a pensar “*A publicidade nas comunicações sociais: vantagens, perigos, responsabilidades*” e “*O recetor da comunicação social: expectativas, direitos e deveres*”.

A publicidade na comunicação social não diz respeito apenas ao *marketing*, não é meramente comercial. Paulo VI advertiu a sua relevância e os perigos que lhe estão associados ao longo da história da humanidade.

A publicidade esteve presente entre os homens desde cedo. Alguns historiadores defendem que na antiguidade clássica existiam os pregoeiros que, de certa forma, praticavam já formas de publicidade. Também surgem alguns vestígios de publicidade em pinturas e murais tanto no império romano como no antigo Egipto. Mas só depois do aparecimento da imprensa e do jornal em papel é que se poderá falar de uma forma de publicidade massificada e estandardizada. Muitos dos primeiros panfletos a serem produzidos na Europa, sobretudo em Paris, eram de carácter religioso: panfletos publicitários convidando a população para procissões e outras manifestações de fé.

Considera-se que a primeira vez que se utilizou a terminologia propaganda, foi no século XVII, em 1622, pelo Papa Gregório XV, com a criação da *Congregatio de Propaganda Fide*, hoje conhecida como Congregação para a Evangelização dos Povos, com o objetivo de propagar a fé cristã nas *missões* fora da Europa.

Outro agente que fortaleceu e fez crescer o mundo da publicidade foi a comunicação política, começando de forma rudimentar por avisos municipais e evoluindo para as ostensivas campanhas partidárias. O primeiro grande impulsionador desta publicidade foi um dos *pais fundadores* dos EUA, o conhecido cientista, jornalista e editor Benjamin Franklin.

Com a Revolução Francesa, a publicidade política é utilizada como um meio para a difamação, neste caso contra a família real francesa, como apelo ao associativismo, que foi, de certa forma, o fator que fez expandir as ideologias revolucionárias.

O ponto mais alto da evolução da publicidade deu-se com o sistema capitalista e a revolução industrial. Em Filadelfia, Volney Palmer, em 1841, cria a primeira agência de publicidade. Os países ocidentais tinham aumentado a circulação de produtos no mercado, que se tornavam mais acessíveis em consequência da produção em maior quantidade e a baixo custo. Foi esta revolução económica que trouxe para os centros

⁸² CDSI, n. 562.

urbanos a população rural, aumentando desta forma a natalidade; ou seja, o número dos consumidores aumentou enormemente. Assim, a existência simultânea de muitos produtos e de muitos compradores constituiu um cenário favorável para o advento de uma nova publicidade, a publicidade massificada.

Com o desenvolvimento da tecnologia, a publicidade no século XX torna-se fator substancial na comunicação, com uma enorme importância social, que fomenta novas visões culturais. O aparecimento de patrocinadores torna-se, inicialmente para a rádio, mais tarde para a televisão, uma garantia de sustentabilidade. Atualmente a internet tornou-se um meio de publicidade ainda mais acessível e mais influente.

É precisamente no século XX que a publicidade assume um marcado teor ideológico. No início dos anos 20 a publicidade era considerada uma forma de fazer arte. A própria corrente artística, com origem parisiense, que teve início no século XIX - *art nouveau* ou *arte nova* -, conhecida pela arte aplicada, ou seja prática, ganhou notoriedade sobretudo pelos cartazes e publicidades, onde se destacaram artistas como Toulouse-Lautrec. Agora a publicidade não era um simples meio para vender um produto, era arte e era também política, pois a publicidade do século XX ficará conhecida pela sua vertente estatal, dando origem à propaganda de guerra.

Na Primeira Guerra Mundial, não faltou uma promoção imperialista, baseando-se na exaltação do império, realizada a partir de cartazes políticos através de figuras mitológicas como frases que apelavam à defesa da nação, mas também por emotivas mensagens na rádio.

Foi na Primeira Guerra Mundial que os EUA iniciaram uma forte campanha política. O próprio presidente norte-americano, Thomas Woodrow Wilson, conhecido como um idealista, impulsionador do começo da Sociedade nas Nações, condecorado em 1919 com o Prémio Nobel da Paz, utilizou frequentemente a propaganda de guerra. Tendo como assessores o jornalista Walter Lippman e o conhecido psicólogo Edward Bernays, sobrinho do Sigmundo Freud, cujas técnicas de manipulação eram inspiradas nas teorias do tio.

Edward Bernays chegou a ser considerado um dos homens mais influentes do mundo. Na sua obra *Propaganda*, publicada em 1928, pode-se ler logo no primeiro capítulo, acerca do perigo da manipulação nos regimes democráticos: “*A manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões das massas é um elemento importante da sociedade democrática. Aqueles que manipulam esse mecanismo invisível da sociedade constituem um governo invisível que é o verdadeiro poder de controlo do nosso país. (...) Nós somos governados, as nossas mentes moldadas, os nossos gostos formados, as nossas ideias sugeridas, largamente por homens de quem nunca ouvimos falar. Esse é o resultado lógico da maneira a qual a sociedade democrática é organizada. Números vastos de seres humanos devem cooperar dessa maneira se forem viver juntos em uma sociedade que funcione suavemente. (...) Eles governam-nos pelas suas qualidades*

naturais e pela sua capacidade de suprir ideias e por suas posições chaves na estrutura social.”⁸³

Um dos pontos mais altos da propaganda norte americana deu-se com o ilustrador James Flagg, conhecido como o mais famoso ilustrador americano; em 1917, para despertar os jovens a alistarem-se no exército, desenhou o *tio Sam*, figura ledária na história americana: o homem robusto, de cara séria, apontava o dedo indicador com o *slogan* imortal “*I want you for U. S. Army – Preciso de ti para o exército americano*”. Foram impressos mais de 4 milhões de cartazes e a campanha repetiu-se com sucesso novamente durante a II Guerra Mundial.

Mas serão os regimes totalitários os mais hábeis na manipulação. Durante a vigência das ditaduras da Europa do século XX, houve um enorme abuso na comunicação social e a publicidade tornou-se um dos instrumentos mais perversos na política.

Conhecida como a *estética totalitária*, este tipo de arte esteve presente em todos os regimes ditatoriais⁸⁴ (o comunismo, o nazismo e o fascismo) com características semelhantes: uma arte baseada sobretudo na massificação cultural, com um controlo do Estado, em que o líder ditava os contornos estéticos a partir de políticas de produção cultural ou com o forte instrumento da censura. Esta corrente artística assentava sobretudo no *design*, sendo sustentada por propaganda ideológica, culto ao líder e à nação. Muitas vezes é executada por artistas contemporâneos famosos.

A estética nazi tinha uma aversão à arte moderna de vanguarda. Baseava-se notoriamente naquilo que o regime intitulava a *pureza germânica* ou a raça ariana, sendo uma constante tentativa de mostrar a grandeza da nação.

Utilizou sobretudo o cinema, trabalhando com os melhores realizadores europeus como Leni Riefenstahl, uma das realizadoras mais promissoras do regime, conhecida pela aplicação de técnicas inovadoras nos seus documentários.

Adolf Hitler também era conhecido por ser um artista frustrado, a sua formação académica era em Belas-Artes e também como *designer*, e assim o *Führer* desde sempre foi um grande apreciador de arte.

Um dos homens com mais influência no regime nazi foi Joseph Goebbels, ministro da propaganda – *Propagandaminister*. Goebbels era conhecido pela sua enorme manipulação e controlo dos meios de comunicação; um líder carismático com grandes dotes de retórica, organizava marchas pelas ruas de Berlim de apoio ao regime que ficariam conhecidas pela sua magnanimidade. Também é a este propagandista que se atribuí a famosa expressão: “*Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade*”. Não será por acaso que o seu nome surgiria como o do sucessor de Hitler, e que após o

⁸³ BERNAYS, Edward, *Propaganda*, Lisboa, Editora Mareantes, 2006.

⁸⁴ Em Portugal o salazarismo, apesar de não ser propriamente um regime totalitário, mas sobretudo autoritário, teve algumas influências da *estética totalitária*, principalmente na arquitetura, mas distanciou-se no culto ao líder, ao contrário do que se verificou nos regimes totalitários.

suicídio do *Führer* Joseph Goebbels se torna chanceler do *Reich*, embora apenas por um dia – de 30 de Abril a 1 de Maio de 1945.

A *estética totalitária*, no caso do regime nazi, tinha como base a monumentalidade, a enormidade, o magnânimo a nível de propaganda e de arquitetura, não esquecendo o célebre arquiteto do regime Albert Speer. Para os alemães esses efeitos de grandeza possuíam o objetivo de dar glória à raça ariana, ou seja, visavam uma exaltação étnica. Já o regime comunista sustentava um estilo de arte que mais tarde será intitulado como o *realismo socialista*, que tinha como base não a etnia mais a ideologia, e é somente por e para a ideologia que a arte subsiste.

O *realismo socialista* era uma espécie de arte oficial, sendo literalmente imposta pelo Estado; não surgiu naturalmente por uma mera consequência social ou cultural, era uma arte decretada. A ortodoxia do realismo socialista tem sobretudo inspiração estalinista, e um dos nomes mais sonantes do controle estético-ideológico foi o braço direito de Estaline, Andrei Jdanov.

No início do século XX a Rússia possuía níveis altíssimos de analfabetismo; assim sendo, a propaganda revolucionária deveria ter em conta a baixa escolaridade e a insuficiência material da tecnologia gráfica. Ou seja, a publicidade passava sobretudo por cartazes, com frases curtas, cores fortes como o vermelho, laranja, preto, elementos básicos, formas geométricas e símbolos com formas retas. As mensagens eram principalmente a exaltação do Estado, da nação, do partido *bolchevique* e, claro, do líder, habitualmente referido de uma forma paternal.

Apesar desta corrente artística ter sido severamente criticada pelas grandes figuras intelectuais e artísticas do ocidente, como Piet Mondrian, ou até mesmo por aqueles que tinham simpatias com ideologias de esquerda, como Pablo Picasso, no entanto o *marketing* presente no *realismo socialista* não deixou de impressionar. Um destes marcos foram os Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980: inclusive a simples mascote, o urso, chamado *Misha*, tornou-se num símbolo da ilustração.

A base da publicidade dos Jogos Olímpicos tinha um fim claro: impressionar o resto do mundo com o poder soviético, passar a ideia do desenvolvimento humano, económico e industrial do regime.

A realidade é que os Jogos Olímpicos de Moscovo, apesar dos famosos boicotes - com mais impacto o dos EUA - foram graficamente um sucesso, graças à hábil utilização dos meios de comunicação, mesmo que 9 anos depois se desse a queda do Muro de Berlim e 11 anos depois o fim da URSS.

Outra forma de propaganda do regime comunista foi o *construtivismo russo*, que incidiu sobretudo na arquitetura e no cinema.

A instrução pastoral *Communio et Progressio – Sobre os Meios de Comunicação Social*, de 1971, publicada na sequência de uma recomendação do Concílio Vaticano II, tem um capítulo dedicado à questão da publicidade: “*A importância da publicidade na*

sociedade moderna é cada vez maior. Por toda a parte faz sentir a sua presença, de maneira que não podemos escapar à sua influência”⁸⁵

De facto, Paulo VI tinha bastante presente a manipulação política da publicidade, e em 1975 destina a sua penúltima mensagem à publicidade na comunicação social, sublinhando as suas vantagens e alertando para os seus perigos. O Papa tenta contribuir para “*sensibilizar a consciência dos usuários das comunicações sociais leitor, ouvinte ou telespectador — na escolha, muitas vezes determinante, no plano promocional, de tudo o que lê, escuta e vê, mas, mais ainda, na madura valorização do próprio conteúdo das comunicações recebidas*”⁸⁶

Mais uma vez ficará claro que o Magistério tem uma visão positiva dos meios de comunicação, considerando-os um investimento educativo e cultural. Contudo é necessário acompanhar a complexidade destes meios e levar a cabo uma constante avaliação ativa da publicidade. Este trabalho deve-se realizar nos consumidores: “*é certo que pode prestar múltiplos benefícios: informa os compradores sobre géneros e serviços que se encontram no mercado; promove uma maior distribuição dos produtos, contribuindo assim para o que não pode deixar de reverter em bem de todo o povo. Benefícios portanto inteiramente aceitáveis, contanto porém que se respeitem duas condições: primeiro, que fique sempre salvaguardada a liberdade de escolha - mesmo quando se apela a necessidades primárias do consumidor para estimular a compra; segundo, que ao fazer valer o produto se não saia da verdade própria deste tipo de comunicação.*”⁸⁷ Paulo VI tentará despertar para estas questões, não só os cristãos mas todos os cidadãos.

Como se viu pela história, a publicidade tem um enorme poder na sociedade, impondo estilos de vida e comportamentos, e com frequência divulga condutas alheias à própria cultura do consumidor ou à sua educação familiar.

Não sendo possível evitar a publicidade, é fundamental que os cidadãos prestem atenção a este meio de influência: “*a resposta é que se trata de um fato da convivência humana muito importante, porque condiciona o desenvolvimento integral do homem e, diretamente ou indiretamente, exerce influência sobre a vida cultural. Hoje, ninguém pode fugir da sugestão da publicidade, porquanto, mesmo prescindindo do conteúdo de suas mensagens, ela apresenta, ou, pelo menos, inspira-se em determinadas visões do mundo, que solicitam inevitavelmente o cristão, o seu juízo, o seu modo de agir; a publicidade, além disso, assume uma importância cada vez mais crescente, porque, em grande parte, os financia e se serve deles, no desenvolvimento dos meios de comunicação, incidindo de maneira direta e de formas por vezes perigosas sobre a orientação e sobre sua liberdade.*”⁸⁸

⁸⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 59.

⁸⁶ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

⁸⁷ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 59.

⁸⁸ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

A publicidade não é um instrumento inocente. As suas capacidades fazem com que seja uma ferramenta de comunicação muito atreita à manipulação, não só comercial, como política e ideológica. A relação entre os meios de comunicação social e a publicidade é de interdependência: a publicidade existe nos meios de comunicação, mas é a publicidade que sustenta financeiramente os próprios meios de comunicação, tornando-se assim mais suscetível de perverter o fim da comunicação.

Esta perigosa relação entre publicidade e meios de comunicação é explorada pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais: *“As grandes somas de dinheiro gastas na publicidade, ameaçam até os próprios fundamentos dos meios de comunicação. O público, com efeito, fica às vezes com a impressão de que a função de tais meios se reduz praticamente a estimular as necessidades do homem, fazendo-o comprar artigos divulgados. Além disso, dada a pressão e procura económica, é ameaçada a liberdade dos meios de comunicação. Pois, por um lado, é verdade que estes só podem muitas vezes subsistir economicamente devido aos subsídios da publicidade o que, por outro lado, vai abrir a porta aos monopólios, prejudicando o direito à informação e dificultando o intercâmbio e diálogo social. Portanto, é preciso salvaguardar o chamado pluralismo, no uso dos meios de comunicação, até por meio de leis apropriadas, se preciso for; pluralismo tanto mais necessitado de ser defendido, quanto em geral a publicidade dirige os seus investimentos para os meios de comunicação mais favorecidos”*⁸⁹

O Magistério encontra na publicidade um bom instrumento, que oferece amplos contactos, trocas de produtos entre pessoas e comunidades, aumentando o desenvolvimento, a capacidade produtiva e criativa, favorecendo a reciprocidade de informações e de conhecimentos. *“A Igreja vê com benevolência não só o envolvimento da capacidade produtiva do homem, mas também o entrelaçamento sempre mais amplo de contactos e de trocas entre pessoas e grupos sociais: são para ela motivo, sinal e antecipação de uma fraternidade sempre maior, e sob este ponto de vista ela encoraja a publicidade, que pode tornar-se um instrumento sadio e eficaz de ajuda recíproca entre os homens. Um outro aspeto fundamental que a Igreja vislumbra na publicidade é o aspeto informativo, com todo o peso e as obrigações que disto derivam: deve ser verdadeira, prudente, respeitosa do homem e dos seus valores essenciais, atenta na escolha das circunstâncias e dos modos de apresentação.”*⁹⁰ Neste sentido, a publicidade deve assumir o peso das obrigações que derivam destas qualidades: a prudência no uso dos meios de comunicação, uma visão pluralista, defendendo sempre a verdade, respeitando o homem e os valores e ponderando as circunstâncias e os modos como se apresenta.

É preciso, e o Magistério fá-lo com clarividência, denunciar os perigos de uma má publicidade, que dará origem a erros tremendos. *“Se, porém, os anúncios publicitários aconselham produtos nocivos ou totalmente inúteis, se fazem promessas*

⁸⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 62.

⁹⁰ PAULO VI, *XI MDCS*, 1977.

falsas acerca do produto a vender, ou se exploram tendências menos nobres do homem, os seus responsáveis prejudicam a sociedade e perdem o crédito e confiança. Por outro lado, estimular necessidades falsas, prejudica indivíduos e famílias, os quais, instados pela oferta de artigos de luxo, podem ficar desprevenidos para as necessidades fundamentais. Sobretudo deve-se evitar a publicidade que fere o pudor, explora o instinto sexual para fins comerciais ou influencia o subconsciente, de tal modo a violentar a liberdade dos compradores. Por conseguinte, os próprios agentes de publicidade estabeleçam limites à sua ação, de tal modo que a venda de certos produtos não ofenda a dignidade humana e prejudique a comunidade.”⁹¹

Para Paulo VI, era notório que a publicidade é movida por interesses económicos, o que não é, à partida, uma coisa má, pois estes interesses económicos podem e devem promover o respeito pela dignidade do homem e pelo bem comum. Contudo, se perdem este fim, a propaganda será somente uma mera instrumentalização dos seus consumidores. Não valerá o homem mais do que o capital? *“A publicidade é, ainda, promotora de determinados interesses que, mesmo que legítimos, devem levar em conta o bem comum, os não menos legítimos interesses dos outros e, especialmente, as circunstâncias concretas de desenvolvimento integral do destinatário, do próprio ambiente cultural e económico e do grau de seu desenvolvimento educativo. Como se vê, a mensagem publicitária é naturalmente orientada para um convencimento eficaz, e é divulgada com a ajuda de conhecimentos psicológicos e sociais precisos, na busca constante de modos e formas persuasivas. É aqui que se impõe para ela e, portanto, para os que dela se servem, a exigência de respeitar a pessoa humana, o seu direito-dever a uma escolha responsável, a sua liberdade interior, todos bens que seriam violados se fossem usadas as tendências deterioradas do homem, ou estivesse comprometida a sua capacidade de refletir e de decidir.”⁹²*

A relevância da publicidade na vida do homem é tal que muitas vezes será pela publicidade que o cidadão escolhe a roupa, a comida, a casa e o carro, a escola dos filhos. Aparentemente todas estas escolhas são livres, mas são igualmente escolhas com influências diretas da publicidade. Por isso Paulo VI escreve: *“a vastidão do fenómeno publicitário, com suas implicações morais e religiosas, envolve, antes de tudo, os meios de comunicação social, que se tornam muitas vezes, eles próprios, agentes publicitários, mas, mais geralmente ainda, são veículo de mensagens provenientes de outros agentes económicos, e se mantêm, parcial ou integralmente, com os proventos da publicidade. Pode-se dizer, portanto, que toda a atividade comunicativa destes meios conserva um liame estreito com o moderno fenómeno da publicidade, liame que permite aos fatores da vida económica ajudar o desenvolvimento socialmente necessário; mas não deve haver condicionamentos sobre a liberdade dos mesmos meios e na troca dos valores culturais e religiosos”⁹³*

⁹¹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 60.

⁹² PAULO VI, XI MDCS, 1977.

⁹³ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

Ainda acerca da relação entre os agentes económicos e a publicidade, o Papa considera também que se pode e se deve aproveitar esta ligação para o desenvolvimento social. Por exemplo, o Magistério vê a publicidade como um instrumento contra a pobreza, pois a publicidade traz consigo comércio livre, conhecimento de novas tecnologias e um maior acesso a novos produtos. Na Instrução pastoral *Communio et Progressio* destaca-se esta importância política, bem assim como as suas consequências: “em contraposição, o uso prudente da publicidade pode contribuir para o melhoramento do nível de vida dos povos em via de desenvolvimento. Mas pode também causar-lhes grave prejuízo, se a publicidade e a pressão comercial se torna de tal maneira irresponsável, que as comunidades, que se esforçam por sair da pobreza e elevar o seu nível de vida, vão procurar o progresso na satisfação de necessidades que foram criadas artificialmente. Deste modo, grande parte dos seus recursos são desaproveitados, ficando relegado, para último lugar, o autêntico desenvolvimento e a satisfação das verdadeiras necessidades.”⁹⁴

Assim sendo, as soluções propostas por Paulo VI para o bom desempenho da publicidade nos meios de comunicação, decorrem da constante atenção dos operadores e dos usurários destes meios, centram-se na ação cívica, a partir de uma avaliação atenta, e da exigência de uma boa programação. Mas o Pontífice também advogará a criação de um código deontológico, que deveria ser estritamente respeitado pelos agentes publicitários numa liberdade posta ao serviço do bem comum. Por isso, só posteriormente ao discernimento dos operadores é que os usuários podem intervir, depois de confiarem na boa vontade e na boa formação dos comunicadores: “cabe, pois, às agências de publicidade, aos publicitários, como também aos dirigentes e aos responsáveis pelos instrumentos que se oferecem como veículos, fazer conhecer, seguir, aplicar os códigos de deontologia já oportunamente estabelecidos, de modo a que se obtenha a colaboração do público para seu posterior aperfeiçoamento e a sua observância prática. Tudo isto envolve, muito frequentemente, delicadas questões morais, como, por exemplo, o problema da educação da juventude, o respeito pela mulher, a defesa da família e a guarda dos direitos da pessoa humana, e justifica, por isso, o interesse da Igreja e, às vezes, suas fundadas preocupações.”⁹⁵

Fica patente que quando Paulo VI fala em regulação não se está a referir a um controlo do Estado, mas sim dos órgãos intermédios da comunidade. O Estado deve assegurar a oportunidade da mediação do público e fomentar a boa formação nos meios de comunicação. Nem a hierarquia nem especialmente os leigos escapam a este dever promoverem uma comunicação social de excelência: “como poderia a Igreja calar, quando são ofendidos certos princípios de ordem ética? E como podemos renunciar a fazer uma séria admoestação, que sabemos compartilhada por todos os homens de boa vontade, à difusão de certa publicidade cinematográfica que não honra a nossa

⁹⁴ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 62.

⁹⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et Progressio*, 1971, n. 62.

civilização, mas ofende gravemente a dignidade do homem, perturba a paz das consciências e a concórdia entre os homens?”⁹⁶

11. Uma mesa redonda do diálogo e da verdade

Em 1978 o Papa Paulo VI encontrava-se esgotado pela doença. Três dias antes de morrer, recebeu em Castelgandolfo o presidente da Itália, o marxista Sandro Pertini, para renegociar a concordata com o governo italiano. A sua desilusão pela política mundial era visível, vivia-se ainda a bipolarização da Guerra Fria, e as ideologias partidárias continuavam a sobrepor-se aos direitos humanos.

Assim a sua última mensagem ao mundo da comunicação social é dedicada às expectativas em relação a estes meios, considerando que a comunicação tem a incumbência de promover a paz, porque a comunicação é diálogo, e assim trata *“dos direitos e dos deveres do assim chamado "recetor", isto é, do destinatário da comunicação social, para quem olhamos sob um ângulo específico: o do personalismo cristão. (...) A primeira expectativa dos "recetores", que merece ser destacada e valorizada, é a aspiração ao diálogo.”⁹⁷*

Para que a comunicação não defraude as suas expectativas, Paulo VI considera necessário prestar atenção a dois conceitos essenciais: o *diálogo* e a *verdade*.

1. O *diálogo* é o elo de ligação entre o comunicador e o recetor. O Papa sabia que para a política do período da Guerra Fria o *diálogo* era essencial, o diálogo veicula a perceção da comunicação como *poder suave*, apesar do termo só ter sido introduzido mais tarde por Joseph Nye⁹⁸. O Magistério compreende que entre duas potências que tinham as relações diplomáticas, económicas e políticas cortadas, a forma de *diálogo* se restringiria aos meios de comunicação, ao cinema, às notícias e até à publicidade.

Outra perspetiva do *diálogo* nos meios de comunicação social é a oportunidade destes constituírem um espaço de expressão para a comunidade cívica, demonstrando o seu descontentamento ou os seus progressos: *“A primeira expectativa dos "recetores", que merece ser destacada e valorizada, é a aspiração ao diálogo. O espaço que os jornais e as emissoras de rádio e televisão reservam para a correspondência com os próprios leitores, ouvintes, espectadores, responde só parcialmente a este desejo legítimo, porque se trata sempre de casos isolados, enquanto todos os "recetores" sentem a necessidade de poder expressar, de alguma forma, a própria opinião e oferecer uma contribuição de ideias e de propostas pessoais. Ora, garantir esse diálogo, favorecê-lo e encaminhá-lo para os problemas de maior importância, significa para os "comunicadores”*

⁹⁶ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

⁹⁷ PAULO VI, XII MDCS, 1978.

⁹⁸ O conceito de *poder suave* deve-se a Joseph Nye no livro *Soft Power - the Means of Success in World Politics*, Nov Iorque, Editora Public Affairs 2004.

*estabelecer um contínuo e estimulante contato com a sociedade, e levar os mesmos "recetores" a um nível de correspondência ativa."*⁹⁹

2. A *verdade* é o limite da comunicação social. Ou seja, a principal entidade reguladora da comunicação social é a verdade. Por isso é uma exigência fundamental, tanto para os utentes, como para os operadores e os patrocinadores, o respeito pela verdade. *"A segunda exigência é a da verdade: trata-se de um direito fundamental da pessoa, radicado na mesma natureza humana e estreitamente ligado à instância de participação, que a evolução moderna tende a garantir a cada membro da sociedade. Esta aspiração diz respeito diretamente, também, aos meios de informação, dos quais os destinatários têm o direito de esperar oportunidade, honestidade, preocupação com a objetividade, respeito à hierarquia de valores e, quando se trata de espetáculos, a proposta de uma imagem verdadeira do homem como indivíduo ou como parte de um determinado contexto social."*¹⁰⁰

O Papa volta a insistir na ideia de que o protagonista responsável pela regulação da verdade e do *diálogo*, ou seja do bom funcionamento da comunicação, é maioritariamente o recetor. Tal como em toda a doutrina social da Igreja, que fomenta em primeiro lugar a atuação das *sociedades intermédias*, também na comunicação social a regulação corresponde aos recetores ou utentes. Contudo, apesar da confiança nas *sociedades intermédias*, Paulo VI distingue esta regulação dos grupos de pressão ou de *lobby*, pois essa pressão não só nem sempre representa a verdade ou a liberdade de cada indivíduo, como pode aumentar o conflito e a desunião. Assim, o Pontífice idealiza os meios de comunicação como uma *"mesa redonda da sociedade"*: *"para satisfazer estas aspirações requer-se a colaboração responsável do próprio "recetor", que deve assumir uma parte ativa no processo formativo da comunicação. Não se trata de criar grupos de pressão exacerbando ainda mais confrontos e tensões do tempo presente. Trata-se, antes, de impedir que, em vez de uma "mesa-redonda da sociedade" à qual todos têm acesso conforme a própria preparação e a importância dos assuntos dos quais são portadores, ajam grupos não-representativos, que poderiam fazer uso unilateral, interessado e restritivo dos meios em seu poder. É de se esperar, pelo contrário, que entre "comunicadores" e "recetores" se estabeleça um verdadeiro e autêntico relacionamento, ou diálogo"*¹⁰¹

⁹⁹ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰⁰ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰¹ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

12. O desafio do cidadão ativo

Esta última mensagem é escrita num ambiente político extramente tenso, em que a Guerra Fria substitui muitas vezes o campo de batalha pelo cenário dos meios de comunicação social.

Tanto os EUA como a URSS empregaram claramente uma propaganda política e ideológica, servindo-se novamente do cinema, da rádio, da música. A tentativa de influência era supra nacional, não se destinava somente aos seus próprios cidadãos, tentava sobretudo conquistar os países do Terceiro Mundo. É certo que num regime que carecia de liberdade, como a URSS, existia uma maior manipulação da comunicação mas, em ambos os Estados, as agências de espionagem tornaram-se mais poderosas e tecnologicamente mais eficazes.

É cada vez mais perceptível que a moderação e o controlo da comunicação deve partir dos cidadãos, com base nos seus princípios. Assim é importante cultivar o cidadão-moderador, com o objetivo de recuperar e defender a verdade nos meios de comunicação social.

O papel dos cidadãos com a globalização é cada vez mais essencial, o exercício de cidadania nas sociedades democráticas é primordial para a ordem. Com a tecnologia da comunicação social a sociedade contemporânea está cada vez mais chamada a ser uma sociedade de cidadania, tal como o cidadão está chamado a ser mais ativo e está mais capacitado para intervir nas grandes decisões.

Na democracia, a sociedade civil é predominante, com múltiplas expressões de intervenção e influência. A participação eleitoral é, sem dúvida, a forma de expressão mais vigorosa do exercício da cidadania, mas esta não se limita à participação eleitoral. É necessário que o cidadão conheça os seus direitos e os seus deveres, tenha capacidade de influenciar os governantes, supervisionar os legisladores, proteger a lei natural e os direitos humanos, ou seja, um cidadão participativo não se limita ao exercício do seu direito eleitoral, tem a obrigação de uma participação ativa na política social, nos seus problemas e nos seus benefícios. O povo, apesar de eleger os políticos, não se pode satisfazer-se com a obediência, é chamado continuamente à participar, tal como os políticos não se podem limitar ao exercício do poder por si só.

A participação do cidadão pode concretizar-se em moldes individuais ou ter uma configuração associativa. Estas *sociedades intermédias*, ou *corpos intermédios*, são imprescindíveis no exercício da cidadania, e na própria manutenção da democracia, pronunciando-se muitas vezes em nome das minorias, enriquecendo a comunicação política, tanto na compreensão da mensagem por parte do eleitorado, como na transmissão da opinião dos eleitores.

O Magistério acredita que este dever é obrigação dos leigos. As funções do clero, passam sobretudo pela formação dos cidadãos e pela promoção dos valores na sociedade, não por uma direta e constante intervenção nos meios de comunicação: “isto significa que sois vós, caros leitores, espectadores, ouvintes, que deveis aprender a

*linguagem dos meios de comunicação social, mesmo que seja difícil, para estar em condições de poder dialogar eficazmente. Vós deveis saber escolher bem o jornal, o livro, o filme, o programa de rádio ou de televisão, conscientes que da vossa escolha — como de uma ficha de vida — vai depender o encorajamento e o apoio, inclusive económico, como também a recusa por um determinado gênero ou tipo de comunicação.*¹⁰²

A necessária prudência requer que o cidadão tenha consciência da sua missão, que não é simples, nem pode admitir comportamentos condescendentes: *“é preciso, por outro lado, ter presente o quanto é complexa a realidade das comunicações modernas, nas quais, pela sua natureza — e muitas vezes por uma instrumentalização intencional — o verdadeiro pode estar misturado com o falso, o bem com o mal. Não há, de fato, nenhuma verdade, nenhuma coisa sagrada, nenhum princípio moral, que não possa ser, direta ou indiretamente, ofendido ou contestado no amplo discurso destas comunicações. Vós deveis, portanto, dar prova de uma atenta capacidade de discernimento e de confronto com os autênticos valores ético-religiosos, valorizando e acolhendo os elementos positivos e excluindo os negativos.”*¹⁰³

Se os cidadãos se caracterizam por serem ativos ou participativos, pelo dever de eleger aqueles que os representam, ou que falam em seu nome, têm de o fazer verdadeiramente, ou seja, é fundamental que estejam informados: como poderiam contribuir para a melhoria da sociedade se não compreendem a ordem já estabelecida? E para discernir a informação têm de ter uma adequada formação. *“Esta tríplice capacidade que o “recetor” deve hoje possuir para ser um cidadão maduro e responsável — isto é, a capacidade de compreender a linguagem dos, de escolher oportunamente e de saber julgar — determina o diálogo com o “comunicador”. Este diálogo deve encontrar formas adaptadas, corretas e respeitosas mas também francas e decididas, para intervir, uma vez que as circunstâncias o requeiram.”*¹⁰⁴ É neste contexto que Paulo VI enquadra o auxílio do Magistério.

Quando os meios de comunicação invadem a cultura, a sociedade e o núcleo familiar, massificam certos valores e propõe à sociedade novos comportamentos. Pela eficiência tecnológica, entram com rapidez nas comunidades e nas próprias casas, propondo novas formas de vida, muitas vezes (re)educando os filhos, substituindo os valores mais íntimos da família, destruindo tradições e substituindo assim o papel dos pais.

É natural que, por uma questão de segurança e de defesa da intimidade, não se abra a porta de casa a um estranho, nem se convide um desconhecido para se sentar à mesa: no entanto, muitas vezes temos esta abertura com os milhares de estranhos que a rádio, a televisão e o computador nos apresentam, dando até a estes “estranhos” o melhor e mais central lugar na sala de estar ou na cabeceira da mesa do jantar.

¹⁰² PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰³ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰⁴ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

Paulo VI em 1978 alerta para o perigo social e cultural que supõe o domínio dos meios de comunicação sobre os cidadãos, em vez de serem estes a dominarem os meios de comunicação e insiste na boa formação e na capacidade dos recetores, cidadãos e utilizadores destes instrumentos, pois só assim ficará garantido um adequado discernimento entre o bem e o mal, certo e o errado. *“Mas, se é verdade que o futuro da família humana depende, em grande parte, do uso que ela souber fazer dos próprios meios de comunicação, é preciso reservar para a formação do “recetor” uma consideração prioritária, quer no âmbito do ministério pastoral quer, em geral, na obra educativa”*¹⁰⁵

Se o futuro da humanidade está na família, é necessário que, seja a própria família a primeira a manifestar-se e a escrutinar a comunicação social. O Magistério insiste em afirmar que cabe aos pais a função primária de educar os filhos num espírito crítico em relação aos meios de comunicação, questionando sempre a veracidade da informação e procurando o bem na base da moral e nos valores sociais, fazendo um verdadeiro exercício de liberdade. Mas a responsabilidade não é apenas da família; é também das escolas e do Estado: *“a primeira educação neste campo deve acontecer no seio das famílias: compreender, escolher e julgar os meios de comunicação social deve entrar no quadro global da formação para a vida. Aos pais cabe, por isso, a tarefa de ajudar os próprios filhos a fazer as escolhas, a amadurecer o juízo, a dialogar com os “comunicadores”. Esta formação deve, depois, continuar na escola.”*¹⁰⁶

Por fim, Paulo VI dirige-se às comunidades e aos comunicadores crentes, pois estes têm uma obrigação moral acrescida de defesa da verdade: *“Nós fazemos um apelo à imprensa católica, aos outros meios à disposição das dioceses, das paróquias e das famílias religiosas, a fim de que deem um espaço mais amplo à informação sobre os programas das comunicações sociais, recomendem e aconselhem, acrescentando as motivações oportunas, que permitam aos fiéis orientar-se em plena conformidade com a doutrina e a moral evangélica. Os cristãos e, particularmente, os jovens devem ter presente que se trata, em última análise, de uma responsabilidade pessoal, e que das escolhas feitas por eles dependerá a santidade de sua vida, a integridade da sua fé, a riqueza de sua cultura e, por acréscimo, a contribuição para o progresso geral da sociedade”*¹⁰⁷

¹⁰⁵ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰⁶ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

¹⁰⁷ PAULO VI, *XII MDCS*, 1978.

CAPÍTULO II

JOÃO PAULO II – A FAMÍLIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Em defesa da família

As questões familiares estão no centro das preocupações de João Paulo II. Enquanto Cardeal, o único livro publicado por Karol Wojtyła incidiu no tema da família – *Amor e Responsabilidade*, editado em 1960. Nos primeiros anos de pontificado, entre 1979 e 1984, as suas audiências gerais foram igualmente dedicadas a este tema.¹⁰⁸

Desde sempre que a Igreja reconheceu a necessidade de proteção da família, uma vez que é salvaguardando a família que se protege a integridade do homem e a sua dignidade: *“A família é importante e central em relação à pessoa. (...) A família, comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana, contribui de modo único e insubstituível para o bem da sociedade (...) Uma sociedade à medida da família é a melhor garantia contra toda a deriva de tipo individualista ou coletivista, porque nela a pessoa está sempre no centro da atenção enquanto fim e nunca como meio.”*¹⁰⁹ É igualmente pela família que se poderá transformar a sociedade: *“é de todo evidente que o bem das pessoas e o bom funcionamento da sociedade, portanto, estão estreitamente conexos «com uma feliz situação da comunidade conjugal e familiar» (...) Na família são inculcados desde os primeiros anos de vida os valores morais, transmite-se o património espiritual da comunidade religiosa e o cultural da nação. Nela se dá a aprendizagem das responsabilidades sociais e da solidariedade.”*¹¹⁰

Atualmente esta questão parece não obter o mesmo reconhecimento por parte da comunidade política, mas continua a ter destaque no Magistério, sendo mesmo um tema central na mais recente doutrina social da Igreja.

Os meios de comunicação social não são alheios à crise na família: *“o impacto das comunicações sociais dificilmente pode ser exagerado. Neste contexto as pessoas entram em contacto com os outros e com os eventos, formando as próprias opiniões e valores. Elas não só transmitem e recebem informações e ideias através destes instrumentos, mas com frequência identificam a própria vida com a experiência”*¹¹¹. Muitas vezes será através destes instrumentos que se pronuncia e se delibera as competências da família. Nas suas primeiras *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social* João Paulo II debruça-se sobre o tema da família. É facto que os meios de comunicação social *“podem ter um influxo benéfico sobre a vida e sobre os*

¹⁰⁸ Foram essas audiências que deram origem à disciplina da Teologia do Corpo, que tomou como base 129 dessas intervenções.

¹⁰⁹ *CDSI*, n. 212-213.

¹¹⁰ *CDSI*, n. 212-213.

¹¹¹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 2.

costumes da família e sobre a educação dos filhos, mas escondem também «insídias e perigos consideráveis», e poder-se-ão tornar veículo - às vezes hábil e sistematicamente manobrado como infelizmente acontece em vários países do mundo - de ideologias desagregadoras e de visões deformadas da vida, da família, da religião, da moralidade, não respeitadas da verdadeira dignidade e do destino do homem.»¹¹²

Assim, quando a comunicação social - o instrumento mais poderoso na sociedade contemporânea, com um grande alcance de esfera de influência e de persuasão - é utilizado para distorcer o fundamento da vida humana que é a família, produz de forma silenciosa, mas eficaz, uma revolução que paulatinamente vai modificando o conceito central da ordem social e dos princípios da família, a forma de a conceber, de agir, etc., com a agravante de que estas mudanças se produzem, sem um autêntico consentimento livre dos próprios: *“nesta situação de dificuldades e, às vezes, até de crises, os meios de comunicação social intervêm muitas vezes como fatores de novo mal-estar. As mensagens que eles transmitem não raro apresentam uma visão deformadora da natureza da família, da sua fisionomia e do seu papel educativo. Além disso, podem introduzir, entre os seus componentes, hábitos negativos de fruição distraída e superficial dos programas oferecidos, de indiferente passividade perante os seus conteúdos, de renúncia ao conforto recíproco e ao diálogo construtivo. Em particular, mediante os modelos de vida que eles apresentam, com a sugestiva eficácia da imagem, das palavras e dos sons, tendem a substituir-se à família nas tarefas de iniciar a percepção e a assimilação dos valores existenciais.”¹¹³* Para evitar essa substituição e essa tentativa de instituir uma nova ordem de valores contrária ao bem comum, é indispensável uma resposta decidida e um controlo operativo das famílias em relação aos instrumentos de comunicação.

O Magistério promove esta sensibilidade e disponibiliza auxílio às famílias: por um lado, incentivando a um comportamento ativo perante os meios de comunicação social, com a salvaguarda do princípio da liberdade, de poderem escolher e manifestar-se em relação aos programas que os meios de comunicação proporcionam; mas, por outro lado, a Igreja tem responsabilidades devido à sua *“longa tradição de sabedoria moral, arraigada na revelação divina e na reflexão humana”* e ao *“crescente corpo de doutrina social”*: *“Mais do que simplesmente apresentar um juízo, esta tradição oferece-se a si mesma ao serviço dos mass-media. Por exemplo, «a cultura eclesial da sabedoria pode salvar a cultura mediática da informação, a fim de que não se torne um amontoar-se de factos sem significado.»¹¹⁴*

A Igreja sempre teve esta visão favorável relativamente aos meios de comunicação, como fatores positivos para o desenvolvimento humano e para o crescimento científico, considerando-os como uma *dádiva de Deus*: *“a abordagem da Igreja aos meios de comunicação social é fundamentalmente positiva, encorajadora.*

¹¹² JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, 1981, n. 76.

¹¹³ JOÃO PAULO II, *XIV MDCS*, 1980.

¹¹⁴ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 5.

Ela não se limita simplesmente a julgar e condenar; pelo contrário, considera que estes instrumentos são não só produtos do génio humano, mas também grandes dádivas de Deus e verdadeiros sinais dos tempos.”¹¹⁵

Tanto as oportunidades de informação e de conhecimento como os benefícios de maior proximidade que os meios de comunicação proporcionam, têm enormes vantagens na vida familiar: *“assim, os instrumentos da comunicação podem contribuir muito para aproximar os corações dos homens na simpatia, na compreensão e na fraternidade. A família pode abrir-se, com a ajuda deles, a sentimentos mais íntimos e mais profundos para com todo o género humano. Benefícios estes que não devem ser menosprezados.*”¹¹⁶ Através destes meios, as famílias separadas estão mais próximas; mas não poderá ocorrer que com os mesmos meios as famílias mais próximas estejam também mais separadas?

O risco existe, e João Paulo II acrescenta que as potencialidades dos meios de comunicação só representarão um benefício para as famílias se houver um controlo de qualidade por parte dos pais, resguardando o maior legado da família: os valores e a educação, que têm como base as tradições. *“A fim de que, todavia, a família possa tirar tais benefícios do uso dos mass-media sem lhe sofrer os condicionamentos contraproducentes, é necessário que os seus componentes, e em primeiro lugar os pais, se ponham numa atitude ativa perante eles, empenhando-se em desenvolver as faculdades críticas e não assumindo passivamente cada mensagem transmitida, mas procurando compreender e julgar o seu conteúdo.*”¹¹⁷ Por isso torna-se fundamental *“decidir de modo autónomo o espaço a dedicar à utilização dos mesmos, em relação também com os compromissos que a família como tal e os seus vários membros devem enfrentar.*”¹¹⁸

Apesar dos pais de família e dos educadores serem os principais responsáveis pela formação para o uso dos meios de comunicação, as famílias não estão sozinhas neste empenho: o Magistério expressa a sua convicção de que *“a maioria das comunidades profissionais deseja utilizar os próprios talentos para servir a família humana, e sente-se irrequieta diante das crescentes pressões económicas e ideológicas que rebaixam os padrões éticos presentes em muitos sectores dos mass-media.*”¹¹⁹ Neste sentido, a família deve aliar-se a estes profissionais e operadores que pretendem fazer dos meios de comunicação verdadeiros instrumentos de desenvolvimento humano: *“neste delicado esforço, as famílias devem poder contar, em não pequena medida, com a boa vontade, a retidão e o sentido de responsabilidade dos profissionais da comunicação — editores, escritores, produtores, diretores, dramaturgos, informadores,*

¹¹⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 4.

¹¹⁶ JOÃO PAULO II, *XIV MDCS*, 1980.

¹¹⁷ JOÃO PAULO II, *XIV MDCS*, 1980.

¹¹⁸ JOÃO PAULO II, *XIV MDCS*, 1980.

¹¹⁹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 4.

comentadores e atores, categorias, todas estas, em que é dominadora a presença dos leigos.”¹²⁰

Como já foi referido, a Igreja pretende ter um papel relevante no diálogo com os meios de comunicação social, mas essa ação não pode ser limitada ao clero. Por isso o Papa, dirigindo-se aos leigos, principalmente aos profissionais da comunicação, afirma: *“a todos estes, homens e mulheres, quero repetir o que disse o ano passado durante uma das minhas viagens: «As grandes forças que dominam o mundo — política, «mass-media», ciência, tecnologia, cultura, educação, indústria e trabalho — são precisamente os sectores nos quais os leigos são especificamente competentes para exercer a sua missão.»*”¹²¹

Também João Paulo II vê os meios de comunicação como instrumentos de extraordinária influência sobre a comunidade social, cultural, política e económica. Os profissionais destes meios tornam-se por isso homens e mulheres de enorme poder: *“não há dúvida que os «mass-media» constituem hoje uma das grandes forças que governam o mundo, e que neste sector um número crescente de pessoas, bem dotadas e altamente preparadas, é chamado a encontrar o próprio trabalho e a possibilidade de exercitar a própria vocação. (...). Poucas profissões requerem tanta energia, dedicação, integridade e responsabilidade como esta, mas, ao mesmo tempo, são poucas as profissões que têm igual reflexo sobre os destinos da humanidade*”¹²²

Visto que a ação dos meios de comunicação têm impactos concretos no destino da humanidade, João Paulo II refere no início do seu Pontificado quatro pontos fundamentais que tornam possível um bom funcionamento da comunicação social:

1. Antes de mais é necessário que os meios de comunicação assumam compromissos, e assim *“progridam na consciência das suas grandes possibilidades de servir a humanidade e orientar o mundo para o bem.*”¹²³
2. Reconhecida a necessidade de se guiarem pelo bem, os meios de comunicação precisam de determinação e constância nos seus empenhos e esforços: *“compreensão, a sabedoria e a coragem de que têm necessidade para poderem responder às suas graves responsabilidades*”¹²⁴
3. Para que os meios de comunicação social se envolvem no seio da família é importante que estejam *“sempre atentos às necessidades dos recetores, que em grande parte são componentes de famílias como as suas,*

¹²⁰ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²¹ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²² JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²³ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²⁴ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

formadas não raro de pais cansados em excesso após um dia de trabalho, para poderem estar suficientemente vigilantes, e formadas de filhos cheios de confiança em si, impressionáveis e facilmente vulneráveis”¹²⁵

4. Por fim, todo este empenho deve ser realizado com a percepção das suas potencialidades ou seja *“terão também presentes as enormes ressonâncias que o seu trabalho pode ter quer no bem quer no mal, e evitarão ser incoerentes consigo mesmos e infiéis à sua particular vocação.”¹²⁶*

2. Televisão: um instrumento de educação?

Ao longo da história é possível aperceber-se da importância da educação. Muitos filósofos, clássicos, medievais e renascentistas dedicaram as suas obras ao tema da educação. No entanto, nos dias de hoje a educação foi objeto de consideráveis mudanças, estando por vezes submetida a ideologias políticas.

Foi com o intuito de proporcionar uma educação mais igualitária e de dar oportunidades a todos, que a educação foi transferida para a esfera da responsabilidade do Estado, confundindo-se assim o direito ao igual acesso à educação com um imperativo do Estado conceder a educação, substituindo-se dissimuladamente a função educadora dos pais por uma espécie de Estado paternalista: *“a educação é essencial à plena dignidade humana: é pela educação que o ser humano acede à plenitude das suas faculdades e potencialidades, de forma capacitá-lo a uma maior liberdade de escolha, e portanto, a assumir cabalmente o seu destino; a educação eleve o homem e dá sentido à sua realização como ser humano e como cidadão. A educação é pois um direito humano fundamental que cumpre ao Estado de Garantia, o que implica, por aplicação do nosso princípio operativo, a garantia de liberdade de escolha na educação.”¹²⁷*

Esta transferência da educação por parte das famílias para um Estado paternalista e não para um Estado garantia, acabou por desresponsabilizar os próprios pais das suas funções. Nesse sentido, a educação ficou vulnerável a influências, designadamente dos meios de comunicação social; além de que, pela sua capacidade tecnológica, tornaram-se os pedagogos das crianças do século XXI. *“Perigo tanto mais real, enquanto «o modo hodierno de viver - principalmente nas nações mais industrializadas - leva bastantes vezes as famílias a descarregarem-se das suas responsabilidades educativas, encontrando na facilidade de evasão (representada, em casa, especialmente pela televisão e por certas publicações) o meio de terem ocupado o tempo e as atividades das crianças e dos jovens». Daqui «o dever de proteger*

¹²⁵ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²⁶ JOÃO PAULO II, XIV MDCS, 1980.

¹²⁷ VIEIRA E SOUSA, Francisco, “Estado, Liberdade e Educação”, *Nova Cidadania*, Ano VIII, n. 32, Lisboa, Abril – Junho 2007, p. 14.

especialmente as crianças e os jovens das "agressões" que sofrem por parte dos mass-media», procurando usá-los em família de modo cuidadosamente regrado. Assim também deveria preocupar a família encontrar para os seus filhos outros divertimentos mais saudáveis, mais úteis e formativos, física, moral e espiritualmente, «para potenciar e valorizar o tempo livre dos jovens e encaminhar-lhes as energias.»¹²⁸

A ONU proclamou o ano de 1994 o *Ano Internacional da Família* com o tema: *"Família, Capacidades e Responsabilidades num Mundo em Transformação"*. Declarando a família como *"a pequena democracia no coração da sociedade"*, reconhecia que *"a família se torna assim o eco da sociedade e do que nela se passa. É a família que avisa, mais democraticamente do que todas as votações se a comunidade geral é sã e feliz. Quando Shakespeare dizia no seu Hamlet que «algo vai mal no reino da Dinamarca» era porque pela família ele via os ódios internos e radicais que iriam conduzir à perda do Estado."*¹²⁹

Com a consciência de que a família é a base da democracia, e da influência que os meios de comunicação exercem sobre ela, o Papa João Paulo II dedicou a sua *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* desse ano 1994 à relevância da televisão no agregado familiar.

O aparecimento da televisão foi um dos fatores que mais modificou a estrutura familiar. Desde logo, a televisão conquistou o homem, obtendo mesmo um lugar especial, de destaque em cada lar – o lugar mais central das salas, das cozinhas e até nos quartos.

Nos seus primórdios, a televisão era um meio com o principal objetivo de informar, tinha um horário que se limitava ao noticiário, deixando de ser emitido sinal ao final do dia. Mais tarde tornou-se, além de um importante instrumento de comunicação, um grande meio de comercialização. Mais do que uma forma de entretenimento, a televisão transmite às famílias opiniões, valores, maneiras de pensar, de falar, de se vestir e de se comportar - *"é uma fonte primária de notícias, de informações e de distração para inumeráveis famílias, a ponto de modelar as suas atitudes e as suas opiniões, os seus valores e os protótipos de comportamento."*¹³⁰

O Papa não duvida das potencialidades da televisão, elogiando mesmo a sua utilidade na família, como meio de promover a união e a solidariedade: *"a televisão pode enriquecer a vida familiar. Pode unir entre si, mais estreitamente, os membros da família, e promover a sua solidariedade para com outras famílias e para com a mais vasta comunidade humana; pode fazer crescer neles não só a cultura geral, mas*

¹²⁸ JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, 1981, n. 76.

¹²⁹ BORGES DE MACEDO, Jorge, *Viver a família hoje: 1994 Ano Internacional da Família – Construir a mais pequena democracia no coração da sociedade*, cadernos 1 Comissão para o Ano Internacional da Família, Editora Imprensa e Acabamento, 1994.

¹³⁰ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

*também a religiosa”, considerando mesmo que a televisão reforça “a própria identidade religiosa e nutram a própria vida moral e espiritual.”*¹³¹.

Todavia, como adverte o Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais na *Ética nas Comunicações Sociais*, “os mass-media podem também ser usados para obstruir a comunidade e prejudicar o bem integral das pessoas: alienando os indivíduos ou marginalizando-os e isolando-os; atraindo-os para comunidades perversas, organizadas à volta de valores falsos e destruidores; fomentando a hostilidade e o conflito, exorcizando os outros e criando uma mentalidade de «nós» contra «eles»; apresentando o que é vil e degradante numa luz fascinante, e ao mesmo tempo ignorando ou menosprezando aquilo que exalta e enobrece; difundindo informações erróneas e desinformação; promovendo a trivialidade e a banalização.”¹³² E é sobretudo a televisão que veicula ideologias, condutas vulgares, um pensamento trivial que restringe a profundidade: “os estereótipos — assentes em fatores de raça e de etnia, de sexo e de idade, bem como em outros ainda, inclusive de religião — são tristemente comuns na comunicação. Além disso, a comunicação social subestima com frequência o que é genuinamente novo e importante e concentra-se na moda e nos caprichos.”¹³³

Desde o seu surgimento, a televisão tornou-se o meio de comunicação mais popular, presente em quase todas as famílias. É utilizado pelos seus membros, desde os mais velhos até aos mais novos, e muitas vezes acaba por ser a única companhia dos idosos e a educadora das crianças.

Com o seu aparecimento, a televisão “segundo certas estimativas, fez aumentar em 58% o número de horas consagradas pelos americanos aos órgãos de comunicação”¹³⁴, fazendo dela o mais perigoso destes instrumentos. É necessário, portanto, medir as suas consequências: “a televisão pode, também, prejudicar a vida familiar; difundindo valores e modelos de comportamento falseados ou degradantes, divulgando pornografia e imagens de violência brutal; inculcando o relativismo moral e o ceticismo religioso; espalhando notícias distorcidas ou informações manipuladas sobre fatos e problemas da atualidade; transmitindo publicidade exploratória ligada aos mais baixos instintos; exaltando falsas visões da vida que impedem a atuação do respeito mútuo, da justiça e da paz.”¹³⁵

É notório que a televisão exerce toda enorme influência sobre o mundo, muitas vezes prescrevendo os critérios da justiça e da paz, trivializando as relações e os comportamentos humanos e chegando frequentemente a atentar contra a dignidade e contra os valores sociais mais relevantes. Tudo isto é levado a cabo de forma ao mesmo

¹³¹ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹³² CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 13.

¹³³ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000 n. 13.

¹³⁴ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”, *A televisão: Um perigo para a democracia*, 2ª Edição, Editora Gradiva, Lisboa, 1999, p. 38-39.

¹³⁵ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

tempo silenciosa e eficaz, o que torna a televisão um instrumento cobiçado nos meios políticos, económicos, comerciais e ideológicos. Por exemplo, em Portugal, quando o Chefe de Estado ou do Governo se dirigem à nação, ajustam os seus discursos ao chamado “horário nobre” da televisão, não sendo a televisão que se ajusta ao representante do país

É evidente que o que a televisão transmite não pode ser indiferente aos cidadãos, por uma questão de liberdade. Todavia há que reconhecer que as consequências negativas da televisão não se limitam a uma mera programação deficiente: *“a televisão pode ainda ter efeitos negativos sobre a família mesmo quando os programas não são, de per si, moralmente criticáveis: ela pode induzir os membros da família a se isolarem no seu mundo privado, tirando-a dos autênticos relacionamentos interpessoais, e também dividir a família, afastando os pais dos filhos e os filhos dos pais.”*¹³⁶ O exemplo, que em 1992 uma criança americana viria televisão *“em média quatro a cinco horas por dia durante a semana e sete ou oito horas ao fim de semana (...) Independentemente da qualidade dos programas propostos, as crianças que veem muita televisão leem menos, brincam menos e sofrem mais frequentemente de obesidade do que as outras. Estes são os «efeitos indiretos» deste consumo excessivo do pequeno ecrã. (...) A televisão é uma ladra do tempo. Quando as crianças veem televisão durante horas, perdem o benefício de outras atividades que poderiam a longo prazo ser muito mais importantes para o seu desenvolvimento. Porém, existe um aspeto ainda mais grave: o próprio conteúdo dos programas e da publicidade influencia profundamente as atitudes, as crenças e as ações das crianças.”*¹³⁷

Neste sentido João Paulo II consagrou a sua primeira *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* em 1979 à perspetiva do desenvolvimento da criança.

As Nações Unidas tinham proclamado o ano 1979 Ano Internacional da Criança, e o Magistério associa-se a esta proclamação, alertando para o perigo dos efeitos, ainda desconhecidos, dos meios de comunicação nas crianças.

As crianças, que não são autónomas, tornam-se vulneráveis, sem capacidade de discernimento do bem e do mal, nem força para se opor ao que é inadequado, e por isso não conseguem sozinhas salvar e defender os seus direitos: *“o tema, sobre o qual desejo chamar a vossa atenção, contém exatamente um convite implícito à confiança e à esperança, porque se refere à infância e eu de boa vontade me ocupo dele porque foi escolhido para esta circunstância especial ainda pelo meu amado predecessor Paulo VI. De facto, tendo a Organização das Nações Unidas proclamado o ano de 1979 como «Ano Internacional da Criança», é oportuno refletir sobre as exigências particulares desta vasta faixa de «recetores» — as crianças — e sobre as consequentes responsabilidades dos adultos e, de modo especial, dos agentes das comunicações, que tanta influência podem exercer e exercem, na formação ou, infelizmente, na deformação das gerações mais jovens. Daí a gravidade e a complexidade do*

¹³⁶ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹³⁷ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 39-40.

*argumento: «As comunicações sociais pela tutela e o desenvolvimento da infância na família e na sociedade».*¹³⁸

O Papa reconhece que a defesa dos direitos das crianças não é unicamente uma luta dos países subdesenvolvidos, que o ocidente não consegue prevenir a proteção das crianças perante o extraordinário crescimento tecnológico¹³⁹: *“as crianças são atraídas pelo «pequeno écran» e pelo «grande écran», seguem cada gesto que neles é representado e apercebem-se, antes e melhor do que qualquer outra pessoa, das emoções e dos sentimentos que deles resultam. Como cera mole sobre a qual toda a pressão, ainda que leve, deixa um traço, assim a alma das crianças está exposta a todo o estímulo solicitado pela capacidade de imaginação, de fantasia, de afetividade e de instinto. Por outro lado as impressões desta idade são as que penetram mais profundamente na psicologia do ser humano e condicionam, muitas vezes de modo duradouro, as sucessivas relações consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.*¹⁴⁰ É evidente que a televisão, para além de ser um instrumento popular na vida familiar, tem uma influência acrescida nas crianças, que são os mais frágeis e passíveis de assimilar os efeitos de comportamentos negativos.

Devido a estas consequências, o Papa apela a uma resistência determinada e urgente à má programação, não só da parte dos operadores e profissionais do mundo da comunicação, ou dos pais de família, mas de todos os cidadãos, chegando a admitir que uma posição de neutralidade é uma atitude de incongruência grave: *“numa posição de «neutralidade» e de deixá-la «vir ao de cima» espontaneamente, esconde — sob a aparência do respeito pela sua personalidade — uma atitude de desinteresse perigoso. Tal demissão perante a criança não pode aceitar-se*¹⁴¹. Esta falta de discernimento e de maturidade, própria das crianças, exige uma autoridade adulta, bem formada, que faça valer o bem das crianças perante a programação da televisão: *“a infância, realmente, tem necessidade de ser ajudada no seu crescimento para a maturidade. Há grande riqueza de vida no coração da criança; ela não é porém capaz de sozinha distinguir as chamadas que adverte em si própria. São as pessoas adultas — pais, educadores e operadores das comunicações — que têm o dever e estão em condições de lhas fazerem descobrir.*¹⁴²

Em 1994, quinze anos depois de João Paulo II advertir para esta perigosa relação das crianças com a televisão, o filósofo Karl Popper publicou um artigo intitulado: *Uma lei para a televisão*, no qual comenta o estudo *Ladra do tempo, criada infiel* de John Condry.

John Condry foi codirector do *Centro de Pesquisas sobre os Efeitos da Televisão*. O seu estudo levou Popper, o conhecido filósofo da sociedade aberta, a manifestar-se a favor de uma censura da televisão. Segundo o psicólogo americano, “as

¹³⁸ JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

¹³⁹ Ver anexo E, p. 150.

¹⁴⁰ JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

¹⁴¹ JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

¹⁴² JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

crianças adquiriam as aptidões e as atitudes que lhes permitiam em seguida adaptar-se à sociedade que as rodeava. Uma vez em adultas, essas capacidades e aptidões desenvolvidas na infância eram postas em prática. Assim, aquilo que se aprendia em família durante uma geração servia de modelo à geração seguinte. A criança preparava-se deste modo para o trabalho e para a vida: aprendia a conhecer o mundo tal como existia para a família e para a comunidade. (...) No decurso destes últimos anos a situação evoluiu de uma forma ainda mais espetacular. Sabe-se que a criança americana passa, em média, quarenta horas por semana a ver televisão ou a jogar jogos de vídeo.”¹⁴³ As crianças muitas vezes deparam-se com a televisão por uma questão de organização familiar, tornando-se a própria televisão quase insensivelmente a única companhia. Contudo, quando as crianças veem televisão, não procuram o mesmo que os adultos: para os mais velhos, a televisão é um meio de informação e sobretudo um meio de divertimento; enquanto as crianças “na sua maioria (...) embora também a achem uma diversão, veem-na para melhor compreender o mundo.”¹⁴⁴ Ora, a questão que se deve colocar é a seguinte: será que a televisão transmite o real?

A forma desigual como se encara a televisão é essencial para se compreender a complexidade dos seus efeitos. De facto, o mesmo programa ou o mesmo filme pode ter consequências diferentes nas pessoas, sobretudo se a comparação incidir nos mais novos: “os adultos concedem geralmente pouca importância à televisão e olham para ela com uma atitude a que se poderia chamar uma espécie de «credulidade consciente»: para se divertirem, aceitam descrições irracionais e, segundo o quadro ou os postulados propostos pelos programas, não têm qualquer dificuldade em admitir que uma personagem se desloque pelos ares, se torne invisível ou realize atos sobre-humanos. Por definição, um espetáculo de ficção não tem necessariamente de ser possível, real ou verdadeiro. Em contrapartida, as crianças, enquanto usufruem desse aspeto de diversão da televisão, têm muita dificuldade em distinguir a realidade da ficção, devido à compreensão limitada que possuem do mundo. São por conseguinte, mais vulneráveis do que os adultos.”¹⁴⁵

Um aspeto preocupante é que as crianças da geração pós-televisão estão excessivamente expostas à violência; mesmo os próprios programas infantis – por exemplo, os desenhos animados - cada vez mais têm cenas de violência. Estima-se que em média um adolescente de 14 anos já terá visto 14.000 homicídios pela televisão. A violência da TV aumenta a agressividade nas crianças.

Ainda segundo o investigador John Condry as crianças “quando assistem a cenas de violência, por exemplo, é provável que concluam à sua maneira que «é o mais forte quem tem razão». Em contrapartida, têm dificuldade em compreender as mensagens mais subtis e em perceber que certas ações são mais justificadas do que outras.”¹⁴⁶ Ou seja, é fácil perceber que os comportamentos na televisão,

¹⁴³ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 35-36.

¹⁴⁴ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 36.

¹⁴⁵ Idem, pp. 36-37.

¹⁴⁶ Idem, p. 41.

designadamente nos filmes, costumam ser contrários aos que as famílias querem inculcar nos seus filhos. Assim sendo, João Paulo II defende que é fundamental para os pais reforçarem os valores nos seus filhos, restringindo a televisão e animando-os a serem espectadores críticos e não passivos: *“as possibilidades e os meios de que vós, adultos, dispões para este fim, são enormes: estais em condições de colocar o espírito da criança na atitude de ouvir ou então de a adormecer e (...) de a intoxicar irremediavelmente. É preciso, pelo contrário, que a criança aprenda, graças também ao vosso interesse educativo, não mortificante mas sempre positivo e estimulador, as amplas possibilidades de realização pessoal, que lhe consentirão inserir-se criativamente no mundo.”*¹⁴⁷ Quando se fala de uma violência gratuita presente na televisão, inclusive nos programas infantis, levanta-se uma importante questão acerca da liberdade, que deve ser introduzida no debate público: *“Os espetáculos violentos não afetam apenas o seu comportamento, mas também as suas crenças e valores.”*¹⁴⁸

A resposta da Igreja acerca da regulamentação do bom exercício da televisão insiste na importância da formação, tanto dos operadores como dos consumidores. Sendo os pais os grandes responsáveis da educação dos filhos, corresponde-lhes, com espírito crítico, exigirem aos operadores um bom desempenho; mas é também necessário exigir às escolas uma pedagogia que capacite para o discernimento em relação a estes meios. O papel da escola é primordial para que a educação da criança seja completa: *“a escola deve ensinar as crianças a utilizarem a televisão, quer se trate de programas, quer de publicidade.”*¹⁴⁹

Para se compreender o papel do Estado como entidade reguladora dos meios de comunicação social é necessário reconhecer que o Estado está ao serviço da família. Segundo a doutrina social da Igreja: *“há que afirmar a prioridade da família em relação à sociedade e ao Estado. (...) A família, sujeito titular de direitos nativos e invioláveis, encontra a sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado. A família não é, portanto, para a sociedade e para o Estado; antes, a sociedade e o Estado são para a família. Todo modelo social que pretenda servir ao bem do homem não pode prescindir da centralidade e da responsabilidade social da família. A sociedade e o Estado, nas suas relações com a família, têm o dever de ater-se ao princípio de subsidiariedade. Em força de tal princípio, as autoridades públicas não devem subtrair à família aquelas tarefas que pode bem perfazer sozinha ou livremente associada com outras famílias; por outro lado, as autoridades têm o dever de apoiar a família, assegurando-lhe todos os auxílios de que ela necessita para desempenhar de modo adequado a todas as suas responsabilidades.”*¹⁵⁰ Neste aspeto não cabe ao Estado aplicar uma regulamentação direta e interventiva sobre os meios de comunicação, uma vez que essa regulamentação poder-se-ia confundir com censura. Claro está que o Estado pode e deve ajudar a formar bons espectadores e a formar bons operadores, tal como deve exigir a estes últimos que sejam íntegros nos valores. Mas, infelizmente,

¹⁴⁷ JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

¹⁴⁸ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 42-43.

¹⁴⁹ Idem, p. 62.

¹⁵⁰ *CDSI*, n. 214.

como se comprova pela história, nem sempre os valores do Estado são representativos dos valores das famílias.

Tendo a capacidade e a liberdade de educar, são os pais que devem ensinar os filhos a discernir a boa e a má programação da televisão, tornando-os espectadores mais autônomos. É para isso necessário ajudar as crianças a desenvolver uma espécie de *filtro interior*, ou seja, uma autorregulamentação. Este *filtro interior* não se deve confundir com a repressão; pelo contrário, deve funcionar em total liberdade, pois as crianças, que são os futuros cidadãos da nossa sociedade, serão homens e mulheres mais livres se forem mais conscientes, e isto também se verifica se forem consumidores ativos da informação. Contudo, existirá mais liberdade se existir uma maior possibilidade de escolha: cada um, consoante os valores e os gostos pessoais, escolherá aquilo que quer ouvir e ver na televisão, ao mesmo tempo que não assentirá em qualquer tipo de notícias sem questionar a sua veracidade e a sua qualidade. É neste sentido que a autêntica liberdade de expressão concede ao espectador o direito de não aceitar que um programa de televisão agrida os seus valores e as suas tradições, que ataque a concepção de moral e, conseqüentemente, da vida, em que acredita. *“Os pais deveriam, com antecedência, informar os próprios filhos sobre o conteúdo dos programas e fazer, conseqüentemente, a escolha consciente para o bem da família, sobre o que ver ou o que não ver. Neste sentido, podem ajudar as recensões e os juízos fornecidos por organismos religiosos e por outros grupos responsáveis, como também programas educativos propostos pelos meios de comunicação social. Os pais deveriam também discutir sobre a televisão com os próprios filhos, fazendo com que tenham condição de controlar a quantidade e a qualidade dos programas que assistem e de perceber e julgar os valores éticos que estão na base de certos programas, uma vez que a família é «o veículo privilegiado para a transmissão dos valores religiosos e culturais que ajudam a pessoa a conquistar a própria identidade”*¹⁵¹

Não podendo subestimar os efeitos da televisão numa família, com a televisão *“as crianças continuam a observar o mundo, mas nunca estiveram tão desacompanhadas nessa aprendizagem, visto que os adultos as ajudam cada vez menos”*¹⁵². É importante reconhecer que *“a televisão não as informa sobre o mundo, chegando a fornecer-lhes muitas vezes uma imagem deformada. O objetivo da televisão não é dar às crianças informações sobre o mundo real.”*¹⁵³ Frequentemente, a televisão tem como um dos principais objetivos vender mercadorias ou ideias. É cada vez mais um instrumento comercial e, nessa medida, muitas vezes os seus valores são os valores do mercado. Os que fazem televisão querem captar a atenção do telespectador e reter a sua atenção o tempo suficiente para promoverem um produto ou um serviço; por isso, a mensagem muda constantemente, para nunca ser aborrecida, caso contrário destruir-se-ia a si mesma. Estes aspetos têm conseqüências no desenvolvimento de uma criança.

¹⁵¹ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

¹⁵² CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 45.

¹⁵³ Idem, p. 45.

João Paulo II propõe, como medida de formação para o bom espectador, não somente o discernir e escolher os programas de televisão, mas também a atitude de desligar o televisor. Muitas vezes esta atitude revela sensatez, pois para além de significar sobriedade, demonstra que é o próprio homem que tem o controlo sobre a televisão e não a televisão que controla o homem: *“formar os hábitos dos filhos pode, por vezes, querer simplesmente significar apagar o televisor, porque há coisas melhores a se fazer, ou porque a consideração para com os outros membros da família o exige, ou porque a assistência indiscriminada da televisão pode ser prejudicial.”*¹⁵⁴

Como já foi dito, nas famílias modernas, existe um enorme risco de confiança, os pais chegam ao ponto de fazer da televisão a *babysitting* dos filhos. Para além do perigo que é habituar as crianças à televisão, alterando a realidade e os seus valores, os pais acabam por remeter muitas das questões essenciais da educação para o televisor, reduzindo desta forma o seu próprio papel de primeiros educadores a uma intervenção secundária: *“os pais que usam habitualmente e por tempo prolongado a televisão como uma espécie de babysitting, abdicam do seu papel de primeiros educadores dos próprios filhos. Esta dependência da televisão pode privar os membros da família da oportunidade de interagir mutuamente através da conversa, das atividades e da oração comuns. Os pais sábios são, além disso, conscientes de que também os bons programas devem ser completados por outras fontes de informação, entretenimento, educação e cultura.”*¹⁵⁵

Em vista disso, a Igreja, que propõe a regulação da televisão como iniciativa da família, dos cidadãos, ou seja das sociedades intermédias, reconhece que para acentuarem as suas posições e reforçarem as suas convicções, as famílias e os cidadãos devem pedir auxílio às autoridades públicas: *“para garantir que a indústria da televisão respeite os direitos da família, os pais deveriam expressar suas legítimas preocupações aos produtores e aos responsáveis pelos meios de comunicação social. Às vezes será útil unir-se a outros, formando associações que representem os seus interesses, em relação aos meios de comunicação, aos financiadores, aos patrocinadores e às autoridades públicas.”*¹⁵⁶ A regulamentação dos meios de comunicação é um complexo exercício democrático. Fomentar uma cidadania ativa e preocupada com a educação deve ser a principal responsabilidade do Estado, contribuindo desta forma para promover uma certa autonomia e liberdade da sociedade civil. O próprio John Condry observou que *“se a televisão exerce tal influência sobre os jovens, é precisamente porque as outras instituições que se ocupam das crianças funcionam muito mal nos nossos dias.”*¹⁵⁷

Perante os meios de comunicação *“a família deve ser ajudada e defendida por medidas sociais apropriadas. Nos casos em que as famílias não estiverem em condições de cumprir as suas funções, os outros corpos sociais têm o dever de as ajudar e de*

¹⁵⁴ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁵⁵ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁵⁶ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁵⁷ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 64.

amparar a instituição familiar. Mas, segundo o princípio da subsidiariedade, as comunidades mais vastas abster-se-ão de lhe usurpar as suas prerrogativas ou de se imiscuir na sua vida.”¹⁵⁸

É essencial que os operadores da televisão sejam aliados das famílias e escutem as suas necessidades, os apelos dos pais e das associações. Não podem reagir com indiferença, até porque as famílias são o seu maior cliente: *“os que trabalham para a televisão — “managers” e funcionários, produtores e diretores, autores e pesquisadores, jornalistas, personagens do elenco e técnicos —, todos têm graves responsabilidades morais para com as famílias, que são a grande parte do seu público.*”¹⁵⁹ Ao alertar para esta responsabilidade, João Paulo II refere-se a todos os trabalhadores, nenhum deles está isento do compromisso da defesa da dignidade do homem, da proteção dos menores da exposição da violência e da degradação: *“na sua vida profissional e pessoal, os que trabalham no setor televisivo deveriam colocar todo empenho nos relacionamentos com a família, considerada como fundamental comunidade social de vida, de amor e solidariedade. Reconhecendo a capacidade de persuasão da estrutura junto à qual trabalham, deveriam fazer-se promotores de autênticos valores espirituais e morais, e evitar «tudo o que pode ofender a família em sua existência, em sua estabilidade, em seu equilíbrio e em sua felicidade (...) quer se trate de erotismo ou de violência, de apologia do divórcio ou de atitudes anti-sociais dos jovens.»*”¹⁶⁰ Já em 1979 João Paulo II se tinha referido a este esforço, que intitulou como um *esforço poético*: *“ao pedir-vos tal esforço humano e «poético» (no verdadeiro sentido de capacidade criadora própria da arte), tenho bem a consciência de vos pedir implicitamente que renunciéis a certos planos de procura calculada dos máximos «índices de atenção», com o intuito dum êxito imediato. Não é acaso a verdadeira obra de arte aquela que se impõe sem ambições de êxito e nasce de uma autêntica habilidade e de uma concreta maturidade profissional?*”¹⁶¹

Esta postura mediática, que leva a televisão a abordar temas importantes da vida do homem banalizando o sofrimento, reduzindo a dignidade e explorando sentimentos, é um dos grandes atentados à família: *“a televisão tem, frequentemente, a oportunidade de tratar de assuntos sérios: a fraqueza humana e o pecado, e as suas conseqüências para os indivíduos e a sociedade; as fraquezas das instituições sociais, inclusive os governos e a religião; as interrogações fundamentais sobre o significado da vida. A televisão deveria tratar estes temas de forma responsável, sem sensacionalismos, com uma preocupação sincera pelo bem da sociedade e um respeito escrupuloso pela verdade. «A verdade vos tornará livre.»*”¹⁶²

Como é evidente, o sensacionalismo não se concilia com o empenho pela verdade e com as suas exigências, entre as que se inclui um esclarecido sentido crítico. Nem sempre a televisão, como os restantes meios de comunicação, têm notícias de tal

¹⁵⁸ CIC, n. 2209.

¹⁵⁹ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁶⁰ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁶¹ JOÃO PAULO II, XIII MDCS, 1979.

¹⁶² JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

maneira importantes que sejam suficientes para manter a atenção dos espectadores, levando a que frequentemente as notícias sejam altamente mediatizadas e, depois, rapidamente esquecidas: *“os seres humanos cansam-se com facilidade e são dominados rapidamente pela indiferença. Para conservar a nossa atenção, a televisão é constantemente obrigada a transformar-se.”*¹⁶³ Essas transformações sinónimo do efêmero e da falta de profundidade, levam *“as crianças a abordar tudo de uma forma superficial.”*¹⁶⁴ Este mediatismo frequente nos meios de comunicação tem consequências culturais, como o mediatismo que se alimenta da novidade, traduzindo-se numa constante tentativa de criar o novo. Desta forma, insensivelmente o que se apresenta como novo é considerado, só por isso, como melhor, com tendência a anular e menosprezar a história e a tradição, fomentando assim a cultura da novidade e não da qualidade: *“a televisão vive no presente não respeita o passado e revela pouco interesse pelo futuro. Ao encorajar as crianças a viverem isoladas do passado e do futuro, a televisão tem uma influência desastrosa. Uma das funções principais da educação, tanto em casa como na escola, é mostrar como o passado e o futuro estão ligados, como o presente decorre dos acontecimentos passados e como o futuro se relaciona com ambos.”*¹⁶⁵

3. Liberdade de expressão: um agente deontológico da televisão

Apesar de não ter como finalidade representar a realidade, a televisão acaba por se confundir na mente dos espectadores com a realidade e por originar uma visão relativista da moral. Por exemplo, no juízo dos telespectadores é comum que a distinção do bem e do mal esteja dependente da popularidade das personagens e não da análise do seu comportamento, das suas atitudes. Ou seja, *“os valores morais louvados pela televisão dependem estreitamente do modo como as personagens são representadas”*¹⁶⁶, isto é *“as pessoas utilizam diferentes escalas de moralidade conforme as personagens lhes são ou não familiares.”*¹⁶⁷ Este juízo relativista torna-se comum e alarga-se a outras circunstâncias, como a vida familiar e social. A alteração dos valores morais está presente nos mais diversos contextos televisivos.¹⁶⁸

Ao afirmar que não existe distinção objetiva entre o bem e o mal e que esse juízo depende apenas da pessoa, da sociedade e da cultura, o relativismo moral acaba por legitimar, sob a capa da liberdade, uma forma de atuação autoritária, em que cada um julga como quer, impondo a sua vontade. Esta filosofia entra muitas vezes na família pela porta de televisão.

¹⁶³ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 46.

¹⁶⁴ Idem, p. 47

¹⁶⁵ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 47.

¹⁶⁶ Idem, p. 58.

¹⁶⁷ Idem, p. 59.

¹⁶⁸ Assim, quando John Condry analisou a exposição dos valores presentes na publicidade televisiva, a análise dos valores na publicidade é mais eficaz, pois é *“mais difícil localizar os valores no interior de uma história complexa do que numa mensagem publicitária de 30 segundos”*. Cf. Idem, p. 57.

A proposta do Magistério é clara: a resolução do problema encontra-se na própria indústria da comunicação, que deve delinear um *código de ética*: “no desempenho das próprias responsabilidades, a indústria da televisão deveria desenvolver e observar um código de ética que incluísse o empenho de satisfazer as necessidades das famílias e de promover valores para sustento da vida familiar.”¹⁶⁹

Segundo o Papa, a implementação de um *código de ética* da televisão seria tarefa conjunta de dois conselhos: um de representantes dos operadores e investidores, outro de representantes dos usuários e das famílias: “os conselhos também, formados por membros da indústria da televisão e por representantes dos usuários dos meios de comunicação de massa, são um modo desejável de tornar a televisão mais sensível às necessidades e aos valores dos usuários.”¹⁷⁰

É importante ter em consideração que o serviço prestado pela televisão, seja um canal do Estado ou um canal privado, é sempre um espaço de informação e de programação pública que necessariamente requerer um controlo legislativo: “os canais de televisão, geridos pela indústria da televisão pública ou privada, são um instrumento público a serviço do bem comum; não são somente um terreno marcado por interesses comerciais ou um instrumento de poder ou de propaganda para determinados grupos sociais, económicos ou políticos; existem para servir ao bem-estar de toda a sociedade.”¹⁷¹ O controlo legislativo teria que ser determinado pelo *código de ética*, tendo em vista o bem comum.

Devido ao impacto social das suas consequências, é essencial que nas questões da família se respeite um *código de ética* para a televisão: “a família, como célula fundamental da sociedade, merece, portanto, ser assistida e defendida com medidas apropriadas por parte do Estado e das outras instituições. Isto ressalta a responsabilidade que cabe às autoridades públicas quanto à televisão.”¹⁷²

Mas só será possível controlar a televisão a partir do *código de ética* se existir liberdade de expressão. Alguns autores, até mesmo liberais como Karl Popper, defenderam que os maus comportamentos televisivos exigem a censura. Pelo contrário, o Magistério parte do princípio que a liberdade de expressão deve ser parte da solução, embora isso exija que o verdadeiro sentido de liberdade seja preservado: “pelas razões aduzidas, a Igreja lembra a todos que a cultura deve orientar-se para a perfeição integral da pessoa humana, para o bem da comunidade e de toda a sociedade. Por isso, é necessário cultivar o espírito de modo a desenvolver-lhe a capacidade de admirar, de intuir, de contemplar, de formar um juízo (...). Pois a cultura, uma vez que deriva imediatamente da natureza racional e social do homem, tem uma constante necessidade de justa liberdade e de legítima autonomia, de agir segundo os seus próprios princípios para se desenvolver. Com razão, pois, exige ser respeitada e goza duma certa inviolabilidade, salvaguardados, evidentemente, os direitos da pessoa e da comunidade,

¹⁶⁹ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁷⁰ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁷¹ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁷² JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

particular ou universal, dentro dos limites do bem comum.”¹⁷³ É neste sentido de liberdade que se inclui a liberdade de expressão nos meios de comunicação.

“*Reconhecendo a importância de um livre intercâmbio de ideias e de informações, a Igreja sustenta a liberdade de expressão e de imprensa*”¹⁷⁴. A liberdade de expressão é um pressuposto da comunicação social, pois só existe comunicação se existir liberdade. Mas a liberdade só poderá ser autêntica se respeitar a verdade: “*ao mesmo tempo, insiste no facto que «deve ser respeitado o direito de cada um, das famílias e da sociedade, à privacidade, à decência pública e à proteção dos valores fundamentais da vida»*”¹⁷⁵. Quando em 1989, o Conselho Pontifício para as Comunicações Sociais publicou o texto *Pornografia e violência nos meios de comunicação social*, entre as soluções apresentadas para o problema da pornografia, no capítulo intitulado *Respostas ao problema*, foi a liberdade de expressão: “*a propagação da pornografia e da violência através dos meios de comunicação social é uma ofensa aos indivíduos e à sociedade e coloca um problema urgente que exige respostas realistas por parte das pessoas e dos grupos. O legítimo direito à liberdade de expressão e ao intercâmbio livre de informação deve ser protegido. Ao mesmo tempo, deve-se salvaguardar o direito dos indivíduos, das famílias e da sociedade à vida privada, à decência pública e à proteção dos valores essenciais da vida*”¹⁷⁶

Para que a liberdade de expressão não fique refém das ideologias, João Paulo II aponta responsabilidades éticas às *autoridades públicas*, aos *organismos religiosos* e aos *profissionais da televisão*:

1. “*As autoridades públicas são convidadas a fixar e a fazer respeitar modelos éticos razoáveis para a programação, que promovam os valores humanos e religiosos sobre os quais se baseia a vida familiar e que façam desprestigiar tudo o que é prejudicial; as autoridades deveriam, além disso, promover o diálogo entre a indústria da televisão e o público, fornecendo estruturas e ocasiões para que isso possa acontecer.*”¹⁷⁷ O papel das autoridades públicas é duplo: fixar e fazer respeitar os modelos éticos, promovendo o diálogo entre operadores e espectadores.
2. “*Os organismos religiosos, por sua vez, podem prestar um serviço excelente às famílias instruindo-as sobre os meios de comunicação social e oferecendo-lhes opiniões sobre filmes e programas.*”¹⁷⁸ O papel da Igreja nos meios de comunicação social incide sobretudo no auxílio às famílias, disponibilizando uma adequada formação moral.

¹⁷³ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 1965, n. 59.

¹⁷⁴ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

¹⁷⁵ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

¹⁷⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Pornografia e violência nos meios de comunicação: uma resposta pastoral*, 1989, n.21.

¹⁷⁷ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

¹⁷⁸ JOÃO PAULO II, *XXVIII MDCS*, 1994.

3. “Os profissionais da televisão têm a possibilidade de valer-se do ministério pastoral da Igreja, que pode ajudá-los a valorizar os princípios éticos e religiosos, e conferir um significado pleno à vida humana e familiar: «Programas pastorais que respondam exatamente às condições particulares de trabalho e aos desafios éticos, com os quais se defrontam os profissionais da comunicação. Com efeito, estes programas pastorais deveriam comportar uma formação permanente, que possa ajudar estes homens e estas mulheres — muitos dos quais desejam sinceramente saber e praticar o que é justo no campo ético e moral — a estarem cada vez mais impregnados de critérios morais, tanto no setor profissional como na vida privada»”¹⁷⁹ É perceptível que “a Igreja contribui ainda mais para o diálogo. A sua especial contribuição nas questões humanas, inclusive no mundo das comunicações sociais, é «precisamente aquela visão da dignidade da pessoa»”¹⁸⁰

“Como afirmou Nicholas Johnson, que foi membro da Federal Communication Commission, a comissão federal americana para a comunicação, «a televisão é sempre educativa, mas resta saber o que ensina.»”¹⁸¹ O Papa voltará a reforçar esta importância da família, aludindo à Declaração Universal dos Direitos do Homem, que define a família como o “núcleo natural e fundamental da sociedade”¹⁸². Neste contexto, “a televisão e os outros meios de comunicação social têm um poder imenso para sustentar e reforçar esta comunhão no interior da família, a solidariedade para com outras famílias e o espírito de serviço para com a sociedade.”¹⁸³ João Paulo II reconhece que “o crescimento extraordinário dos meios de comunicação e a sua crescente disponibilidade trouxeram oportunidades excepcionais para o enriquecimento da vida não apenas dos indivíduos, mas também das famílias.”¹⁸⁴ Mas o seu imenso impacto obriga a perguntar: será que a televisão reflete a cultura ou é a cultura que se adapta à televisão?

4. A dimensão moral da comunicação social

O Magistério pretende recordar “tanto aos comunicadores como aos seus destinatários”¹⁸⁵ que a comunicação só se realizará autenticamente se respeitar a sua imprescindível dimensão moral. Com efeito, é inegável que “toda a comunicação tem uma dimensão moral”¹⁸⁶; é também a partir da comunicação que “as pessoas crescem ou diminuem de estatura moral, de acordo com as palavras que elas pronunciam e com

¹⁷⁹ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁸⁰ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 5.

¹⁸¹ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 49.

¹⁸² ONU, *Carta das Nações Unidas*, 1945, artigo 16 - 3.

¹⁸³ JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

¹⁸⁴ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 1.

¹⁸⁵ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 1.

¹⁸⁶ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 1.

as mensagens que preferem ouvir. Consequentemente, a sabedoria e o discernimento no uso dos mass-media são exigidos de maneira particular da parte dos profissionais das comunicações, dos pais e dos educadores, uma vez que as suas decisões influenciam enormemente as crianças e os jovens, por quem eles são responsáveis e que, em última análise, são o futuro da sociedade.”¹⁸⁷

Também segundo Karl Popper, o principal responsável pela elevação moral nos meios de comunicação são os seus operadores: *“por mim, penso que a televisão, cuja influência pode ser terrivelmente nociva, poderia ser, pelo contrário, um notável instrumento de educação. Poderia sê-lo, mas é muito pouco provável que venha a sê-lo, porque transformá-la numa instância cultural benéfica representa uma tarefa particularmente árdua. Para dizer as coisas com simplicidade, é difícil encontrar pessoas capazes de produzir todos os dias, durante vinte horas consecutivas, emissões com qualidade (...) O nível baixou porque, para manterem a audiência, as cadeias de televisão sentiram-se obrigadas a produzir cada vez mais programas sensacionalistas. Ora, o sensacionalista raramente é bom.*”¹⁸⁸

O progresso e a massificação das tecnologias concederam às famílias acesso a instrumentos com capacidade de comunicação incomensurável: *“graças à expansão sem precedentes do mercado das comunicações nas últimas décadas, numerosas famílias no mundo inteiro, mesmo as que dispõem de meios bastante modestos, agora têm acesso, no seu próprio lar, a recursos mediáticos imensos e diversificados.*”¹⁸⁹

Porém, esta oportunidade de progresso tecnológico gera nas famílias novas dependências e pode redundar num *prejuízo*, se não se consegue assegurar a sua originária *dimensão moral*. *“Não obstante, estes mesmos meios de comunicação possuem a capacidade de causar prejuízos graves às famílias, apresentando uma visão inadequada e mesmo deformada da vida, da família, da religião e da moral. Este poder, tanto para reforçar como para desprezar os valores tradicionais, como a religião, a cultura e a família, foi compreendido com clareza pelo Concílio Vaticano II, que ensinou que, «para o reto uso destes meios, é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam e ponham em prática, neste campo, as normas da ordem moral». Os mass-media, em qualquer forma que seja, devem inspirar-se sempre no critério ético do respeito pela verdade e pela dignidade da pessoa humana.*”¹⁹⁰ João Paulo II volta a apresentar uma solução centrada na ética, não na repressão: no seio de uma família os meios de comunicação devem estar presentes de forma regulada e moderada, mas devem existir. A atuação do cidadão deve ser ativa, e agir ignorando a sua existência, para além de ser uma opção quase impraticável, não é a verdadeira solução do problema; seria, no máximo, a resolução de uma consequência do problema. Por isso, os Papas nas suas mensagens insistem na formação humana, intelectual,

¹⁸⁷ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 1.

¹⁸⁸ POPPER, Karl, “Uma lei para a televisão”, *A televisão: Um perigo para a democracia*, 2ª Edição, Editora Gradiva, Lisboa, 1999, p. 16-17.

¹⁸⁹ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 2.

¹⁹⁰ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 2.

cultural e moral dos trabalhadores dos meios de comunicação, a isso unindo a exigência dos pais de família, das escolas ou até mesmo do próprio clero.

A dimensão moral da comunicação tem na sua base critérios que deveriam ser imperativos na ação destes instrumentos. Citando o Decreto *Inter Mirifica*¹⁹¹ - “*é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam e ponham em prática, neste campo, as normas da ordem moral*” - João Paulo II ressalta a dupla dimensão de conhecimento e prática. É fundamental que a dimensão moral da comunicação não se confunda com uma mera e boa teoria: a “*reflexão conscienciosa sobre a dimensão ética das comunicações deveria conduzir a iniciativas concretas, destinadas a eliminar os riscos contra o bem-estar da família, apresentados pelos mass-media, e assegurando que estes poderosos instrumentos da comunicação permaneçam como fontes genuínas de enriquecimento. Os próprios comunicadores, as autoridades públicas e os pais têm uma responsabilidade especial, a este propósito.*”¹⁹²

Esta promoção dos valores da família é também sempre ao mesmo tempo uma promoção da paz.¹⁹³

5. Meios de comunicação social: um areópago feminino

Com frequência, a comunicação social interpela a família através do público feminino. De facto, as mães são um alvo considerável, tanto pelo número de programações que lhes são dedicadas, como pela forma como os meios de comunicação moldam a figura feminina, e ainda pelo influente papel que a mãe tem na família.

Os comunicadores, que têm a capacidade de dar voz aos mais marginalizados, podem igualmente promover argumentos, e dar voz a fatos que exigem maior atenção no campo das desigualdades sociais: “*os comunicadores tornam-se frequentemente defensores, dos que não têm voz e dos marginalizados, o que é digno de louvor. Eles encontram-se numa posição incomparável para estimular também a consciência social relativamente às duas sérias questões relativas à mulher no mundo atual.*”¹⁹⁴

João Paulo II interpelou os meios de comunicação em relação a duas questões relacionadas com a dignidade do papel da mulher na sociedade: a *maternidade* e o que designa como a sua *genuína emancipação*.¹⁹⁵

EM seu entender, cabe à mulher um papel central na construção de uma sociedade mais humana e mais íntegra, que designa como *civilização do amor*: “*a civilização do amor consiste muito especialmente numa radical afirmação do valor da vida e do valor do amor.*”¹⁹⁶ Tanto o valor do amor, como o valor da vida humana, são constantemente escrutinados e frequentemente banalizados nos meios de comunicação.

¹⁹¹ CONCÍLIO VATICANO II, *Inter Mirifica*, 1966, n. 4.

¹⁹² JOÃO PAULO II, *XXXVIII MDCS*, 2004, n.4.

¹⁹³ Ver anexo F, p. 152.

¹⁹⁴ JOÃO PAULO II, *XXX MDCS*, 1996.

¹⁹⁵ Ver anexo G, p. 159.

¹⁹⁶ JOÃO PAULO II, *XXX MDCS*, 1996.

Ora *“as mulheres são particularmente qualificadas e privilegiadas em ambos estes campos. Relativamente à vida, embora as mulheres não sejam as únicas responsáveis pela afirmação do seu valor intrínseco, elas encontram-se numa posição única para isso, devido à sua íntima relação com o mistério da transmissão da vida. Quanto ao amor, as mulheres podem levar a todos os aspetos da vida, incluindo os mais altos níveis de tomada de decisão, aquela qualidade essencial da feminilidade que consiste em julgar com objetividade e, ao mesmo tempo, compreender profundamente as exigências das relações interpessoais.”*¹⁹⁷

A ideia clássica do areópago é trazida, por analogia, para referir a globalização dos meios de comunicação: *“os mass-media (...) representam um moderno areópago onde a informação é rapidamente recebida e transmitida a um auditório global, e onde são trocadas ideias, formadas atitudes - e, na realidade, onde se está a formar uma nova cultura.”*¹⁹⁸ Os meios de comunicação não se limitam a fornecer informação; desenvolvem também novas culturas, ideias e pensamentos, tornando-se muitas vezes lugar de diferentes ensinamentos. Por isso, os meios de comunicação têm muita importância quando retratam a imagem feminina, o lugar da mulher na sociedade: *“os meios de comunicação são por isso destinados a exercer uma poderosa influência para determinar se a sociedade reconhece e valoriza plenamente não só os direitos mas também os dons especiais da mulher.”*¹⁹⁹

Acontece que nos meios de comunicação existe a tendência para obscurecer a autêntica imagem feminina. Com frequência, nem as próprias mulheres se apercebem do poder desta coação. Por exemplo, é comum – tanto na televisão, como na internet e nas revistas – encontrar programações que, sob a capa de liberdade de expressão, instrumentalizam a imagem da mulher para conquistar o público masculino: *“infelizmente, há que reconhecer que muitas vezes a mulher, em vez de ser enaltecida, é explorada pelos mass-media. Quantas vezes ela é tratada não como pessoa com a sua dignidade inviolável, mas como objeto cujo objetivo é satisfazer os apetites alheios de prazer ou de poder! Quantas vezes o papel da mulher como esposa e mãe é minimizado, ou até mesmo ridicularizado! Quantas vezes o papel da mulher no mundo dos negócios ou da vida profissional é apresentado como uma caricatura masculina, uma negação dos dons específicos da perspectiva feminina, compaixão e compreensão, que contribui tão notavelmente para a “civilização do amor!”*²⁰⁰

Em 2008 e 2009, uma equipa de investigação, liderada por Alberto Chong do *Research Department do Inter-American Development Bank – Banco Inter-Americano para o Desenvolvimento*, publicou duas investigações, acerca da influência dos meios de comunicação na vida familiar, especialmente no público feminino. A amostra de estudo foi o Brasil, país onde as telenovelas têm um enorme espaço na cultura,

¹⁹⁷ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

¹⁹⁸ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

¹⁹⁹ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

²⁰⁰ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

sobretudo da *Rede Globo*²⁰¹. As investigações de Alberto Chong incidiram sobre dois temas cruciais da vida familiar: a fertilidade²⁰² - *Soap Operas and Fertility: Evidence from Brazil* - e o divórcio²⁰³ - *Television and Divorce: Evidence from Brazilian*.

A pesquisa ocorreu sobre as telenovelas, programa televisivo com mais audiências, que ocupa o horário nobre da televisão, e com mais influência social, veiculando incisivamente novas apreciações sociais.²⁰⁴ A escolha da Rede Globo deveu-se ao facto de este canal ter o domínio absoluto no mercado há mais de três décadas, sendo o maior criador, e também um dos maiores exportadores, de telenovelas²⁰⁵.

Os investigadores fizeram um levantamento de localidades no Brasil onde o canal da Rede Globo era acessível e compararam os resultados com os dos municípios onde o sinal não chegava. Ficou patente que onde o canal era transmitido havia não só uma maior taxa de divórcios²⁰⁶ e uma diminuição constante da taxa de fertilidade, mas também um maior número de infidelidades. Por contraste, nos outros municípios a taxa de incidência destes fenómenos sociais mantinha-se constante.

O estudo prova que há uma correlação evidente entre a mudança do comportamento da vida familiar e os argumentos das novelas e que os temas das várias telenovelas provocavam uma resposta quase imediata na população. Note-se que o investigador examinou as telenovelas, considerando-as um benefício para a ideologia do género, ou seja, para mudar os padrões morais da sociedade - menos filhos e mais divórcios -, pois estes resultados são diretos e rápidos. As telenovelas apresentam-se, portanto, como um meio para construir a *nova engenheira social*.

Este caso ilustra o poder de influência dos meios de comunicação na família, a partir de um programa de diversão. Mudar a sociedade pelas novelas acaba por ser uma forma de coação do *poder suave* bastante hábil, porque atinge grande parte da população, mas sobretudo os cidadãos mais vulneráveis às influências - a população menos instruída.

Neste exemplo a mudança do conceito de família deve-se especialmente à mudança do comportamento das mulheres. Ao longo da história é notório que é sobretudo a mulher que é responsável pela configuração da família, fator que aumentou

²⁰¹ Desde meados do século XX, as telenovelas são um dos principais produtos culturais no Brasil, com uma audiência nacional e internacional, sendo um produto de exportação.

²⁰² Estudo realizado em Junho 2008: “*Soap Operas and Fertility: Evidence from Brazil*” <http://www.iadb.org/res/files/WP-633updated.pdf>. Acedido: 13 Julho 2013.

²⁰³ Estudo realizado em Janeiro 2009: “*Television and Divorce: Evidence from Brazilian Novelas*”, http://didattica.unibocconi.it/mypage/upload/49273_20090112_032017_CHONGLAFERRARANOV08.PDF. Acedido: 13 Julho 2013.

²⁰⁴ Também na televisão portuguesa, as telenovelas estão entre os dez programas mais vistos.

²⁰⁵ Foram estudadas 115 telenovelas.

²⁰⁶ Em relação ao divórcio: “*estima-se que as taxas aumentaram de 3,3 em cada cem casamentos e em 1984 para 17,7 em 2002, mais do que em qualquer outro país latino-americano (...) Percebemos que, quando a protagonista de uma novela era divorciada ou não era casada, a taxa de divórcio aumentava, em média, 0,1 ponto percentual*”.

com a revolução industrial, quando a ausência do pai se tornou mais comum. Neste caso, a mudança deve-se a que são as mulheres que mais assistem às telenovelas.

Para os pesquisadores ficou patente que as personagens femininas são com frequência divorciadas, ou estão em processo de divórcio, que assumem que cometem adultério com mais frivolidade e têm poucos ou nenhuns filhos²⁰⁷. A conclusão interessante deste estudo é que revela uma correlação com o facto de a maior parte dos divórcios brasileiros serem pedidos por mulheres. Desta forma, direta ou indiretamente por influência da televisão, o comportamento da mulher é de não querer continuar casada, nem querer voltar a ser mãe, porque assim será livre. Instala-se a visão da maternidade como um acidente e não como uma dimensão própria da condição feminina.

No entanto, quando se muda a dimensão feminina de maternidade, está-se a mudar a moralidade das famílias e da sociedade. Segundo *The New Consensus on Family and Welfare*: “a família é a matriz dentro da qual o cidadão é bem ou mal formado. Nenhuma instituição é tão importante, e no entanto tão facilmente negligenciada.”

A resposta a esta questão exige a contestação do próprio público feminino, tendo a mulher obrigação de exigir respeito pela sua dignidade e mais qualidade nos programas femininos: “ *muito podem fazer as próprias mulheres para promover uma melhor abordagem da mulher nos mass-media: promovendo programas educativos saudáveis através dos meios de comunicação, ensinando os outros, especialmente as famílias, a serem consumidores capazes de realizar um discernimento no mercado dos mass-media, fazendo conhecer os seus pontos de vista às companhias de produção, aos jornalistas, redes de transmissão e anunciantes relativamente aos programas e publicações que ofendam a dignidade da mulher ou rebaixem o seu papel na sociedade*”²⁰⁸

A mulher, alvo dos meios de comunicação, vendo a sua condição feminina instrumentalizada, deve impor-se, defendendo a sua liberdade e a liberdade da família. “*As mulheres podem e deveriam preparar-se elas próprias para assumirem posições de responsabilidade e criatividade nos mass-media, não em concorrência com os papéis masculinos ou imitando-os, mas imprimindo-lhes, no próprio trabalho e na sua atividade profissional, o seu "génio" específico.*”²⁰⁹ Como é evidente, a mulher não encontra a verdadeira igualdade de oportunidades, anulando a sua feminilidade, comportando-se da mesma forma que o homem, é antes uma forma de subversão.

Em 1995 na sua *Mensagem do Dia Mundial da Paz*, João Paulo II abordou igualmente o papel da mulher na sociedade, defendendo que “*foi um caminho difícil e complexo e, por vezes, não isento de erros, mas substancialmente positivo, apesar de*

²⁰⁷ Entre 1965-1999 62% das principais personagens femininas das novelas em análise não têm filhos e 26% são infiéis aos respetivos maridos.

²⁰⁸ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

²⁰⁹ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

ainda incompleto devido a tantos obstáculos que, em diversas partes do mundo, se interpõem não deixando que a mulher seja reconhecida, respeitada, valorizada na sua peculiar dignidade.”²¹⁰ Este histórico caminho feito pela mulher para conseguir o reconhecimento da importância do seu papel na comunidade e da sua dignidade tem que ser respeitado e defendido nos meios de comunicação: na programação, nos filmes, na publicidade, na internet e nas revistas.

Assim, nas sociedades contemporâneas requer-se uma constante vigilância para proteger os seus elementos mais vulneráveis e expostos aos abusos dos instrumentos da comunicação social, pois *“não se deve esquecer, ainda, que a guerra e a violência não constituem forças desagregadoras apenas no sentido de enfraquecer e destruir as estruturas familiares; mas exercem uma influência nefasta também sobre os ânimos, chegando a propor e quase a impor modelos de comportamento diametralmente opostos à paz.*”²¹¹

O Papa conclui, desafiando estes modernos instrumentos a serem um areópago para a promoção da mulher: *“Seria bom que os mass-media focalizassem as verdadeiras heroínas da sociedade*”.²¹² Talvez elas sejam as mães de famílias, as mulheres que conseguem conciliar a vida profissional com a vida familiar, as mulheres que se dedicam ao trabalho social, etc. Mesmo que essas mulheres tenham vidas menos sensacionalistas, não deixaram de ser *verdadeiras heroínas*.

6. A ação dos meios de comunicação social na qualidade de vida dos idosos

A mudança do conceito da família e da demografia ocidental levanta outras questões importantes na estrutura social moderna: *“os problemas dos idosos apresentam-se hoje com dimensões e características notavelmente diversas das dos tempos passados. Novo é, antes de tudo, o problema ligado ao elevado número dos idosos.*”²¹³ As mudanças demográficas no mundo pós revolução industrial criaram novas perspectiva económicas. Contudo, delineou-se uma nova cultura, uma nova construção social. Ou seja, as mudanças demográficas do mundo contemporâneo - baixa natalidade e baixa mortalidade - transformou a cultura ocidental: *“Novos são também alguns fatores próprios da moderna sociedade industrial e pós-industrial, e, em primeiro lugar, a estrutura da família que, de patriarcal que era na sociedade rural, foi reduzida, em geral, a um pequeno núcleo. A família é, frequentemente, isolada e instável, quando não absolutamente desagregada. Para esta situação contribuíram e contribuem diversos componentes, como o êxodo rural e a corrida para os aglomerados urbanos, ao que se acrescenta, nos nossos dias, a busca, talvez desenfreada, do bem-*

²¹⁰ JOÃO PAULO II, XXVIII Mensagem do Dia Mundial da Paz, 1995, *Mulher: educadora de paz*, n. 4.

²¹¹ JOÃO PAULO II, XXVII Mensagem do dia Mundial da Paz, 1994, *Da família nasce a paz da família humana*, n. 4.

²¹² JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

²¹³ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 1.

estar, e a corrida para o consumismo. Neste contexto, muitas vezes, os idosos acabam por se tornar um estorvo.”²¹⁴

Os idosos, cuja presença na família e na sociedade era considerada noutras gerações como uma dádiva, sendo cuidados com respeito e ouvidos com autoridade, têm hoje, em consequência do hedonismo, uma presença quase incômoda. Por exemplo, na Holanda 41% das eutanásias praticadas por ano são feitas sem aprovação do paciente; segundo a Universidade de Göttingen: a *“eutanásia praticada na Holanda justifica o medo de idosos de terem a sua vida abreviada a pedido de familiares. Em 41% destes casos, o desejo de antecipar a morte do paciente foi da sua família. 14% das vítimas eram totalmente conscientes e capacitados até para responder por eventuais crimes na Justiça. Os médicos justificaram como motivo principal de 60% dos casos de morte antecipada a falta de perspectiva de melhora dos pacientes, vindo em segundo lugar, 32%, a incapacidade dos familiares de lidar com a situação. A eutanásia ativa é a causa da morte de quatro mil pessoas por ano na Holanda.”* Esta situação é dramática ao ponto de levar à emigração dos idosos por medo do seu próprio serviço nacional de saúde.

Para o Magistério: *“o primeiro ambiente, no qual se deve desenvolver a ação dos idosos, é a família.”*²¹⁵ Os mais velhos são uma responsabilidade e uma oportunidade no seio familiar, podendo ajudar os recém-casados na educação dos filhos e na transmissão das tradições familiares e nas tradições culturais: *“isto não é ainda suficiente: na mesma sociedade civil, que sempre confiou a estabilidade da ordem social ao conselho de pessoas maduras, também na implantação das reformas necessárias, os anciãos podem ainda hoje representar o elemento que dá equilíbrio à construção de uma convivência que avança e se renova, não através de desastrosas experiências, mas com progressos prudentes e graduais.”*²¹⁶ Existe também benefício para as famílias que convivem com os idosos mais debilitados, promovendo uma educação mais solidária e mais justa, dando exemplo aos filhos que serão os próximos a cuidar dos pais.

Por conseguinte, para além da responsabilidade civil, a comunidade que sabe acolher os idosos acaba por ter maior riqueza cultural. É importante transmitir esta visão aos meios de comunicação social; que têm o dever de respeitar a imagem do idoso: *“os operadores da comunicação social, com relação aos idosos, têm uma missão a cumprir, muito importante, diria mesmo insubstituível. (...) Com a universalidade de seu raio de ação e a capacidade de penetração de sua mensagem, podem, com rapidez e eloquência, chamar a atenção e a reflexão de todos sobre os idosos e sobre suas condições de vida. Só uma sociedade consciente, salutarmente sacudida e mobilizada, poderá buscar endereçamentos e soluções que respondam eficazmente às novas necessidades.”*²¹⁷ Os idosos devem poder encontrar nos meios de comunicação um

²¹⁴ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 1.

²¹⁵ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 3.

²¹⁶ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 3.

²¹⁷ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 4.

aliado das suas circunstâncias, não só para denunciar as injustiças que sofrem, como para serem uma companhia em momentos de maior solidão.

Contudo, um dos problemas da sociedade contemporânea é a presença de uma espécie de *autoritarismo jovem*. Existe um certo desprezo por aquilo que não emana saúde, que não é novo nem moderno, considerado inútil e desprezível. Para contrariar esta tendência deve-se partir dos operadores da comunicação: *“contribuir grandemente para demolir algumas impressões unilaterais da juventude, dando novamente à idade madura e à velhice o sentido da própria utilidade, e oferecendo à sociedade modelos de pensamento e de hierarquia de valores que valorizem a pessoa do idoso. Eles, além disso, têm a possibilidade de lembrar oportunamente à opinião pública que, ao lado do problema do «justa salário», existe também o problema da "justa pensão", que é igualmente parte da «justiça social».*”²¹⁸

A atenção deve redobrar-se em tempos de crise, pois existe uma tendência para marginalizar os idosos com políticas sociais mais injustas e de desprezo por uma eventual inutilidade no mundo laboral. As elites, tanto sociais como políticas, que tendem a exaltar *“unilateralmente a produtividade económica, a eficiência, a beleza e a força física, o bem-estar pessoal, podem induzir a considerar as pessoas idosas como incómodas, supérfluas, inúteis e, portanto, marginalizá-las da vida familiar e social.*”²¹⁹ Pelo contrário, segundo João Paulo II, a mudança poderá operar-se através dos meios de comunicação social, se estes cumprirem o seu papel e forem meios em prol do bem da humanidade e não somente defensores de uma parte da humanidade, a parte jovem: *“um exame atento neste setor revela que parte da responsabilidade desta situação cabe a algumas orientações dos mass-media: se é verdade que os meios de comunicação social são o reflexo da sociedade onde atuam, não é menos verdade que eles contribuem também para modelá-la, e que não podem, portanto, eximir-se das próprias responsabilidades neste campo.*”²²⁰

Também o *Catecismo da Igreja Católica* insiste neste ponto: é fundamental que a família viva *“de modo que os seus membros aprendam a preocupar-se e a encarregar-se dos jovens e dos velhos, das pessoas doentes ou incapacitadas e dos pobres. São muitas as famílias que, em certos momentos, se não encontram em condições de prestar esta ajuda. Recai então sobre outras pessoas, outras famílias e, subsidiariamente, sobre a sociedade, o dever de prover a estas necessidades.*”²²¹

Neste sentido, é importante a atitude dos próprios jovens nos instrumentos de comunicação pois, sendo os usuários mais ativos, são também os atores das novas tecnologias.

7. Jovens: protagonistas da cultura mediática

²¹⁸ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 4.

²¹⁹ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 4.

²²⁰ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 4.

²²¹ CIC, n. 2208.

A ONU declarou 1984 *Ano Internacional da Juventude*. Nessa ocasião, João Paulo II referiu-se à comunicação social como um importante meio para desenvolver uma geração jovem mais íntegra, “*para que os mass-media, com a colaboração de todos os homens de boa vontade, possam verdadeiramente contribuir “para a aplicação da justiça, da paz, da liberdade e do progresso humano.”*”²²²

A convicção de que a comunicação deve contribuir para uma sociedade melhor é constante nestas mensagens, sobretudo se conseguir promover os valores superiores: “*A Igreja (...) reconheceu claramente a grande importância dos mass-media no desenvolvimento da pessoa humana: no plano da informação, da formação, do amadurecimento cultural, além da diversão e do emprego do tempo livre. A Igreja também foi explícita em reconhecer que os meios de comunicação são instrumentos a serviço do homem e do bem comum, meios, e não fins.*”²²³

Hoje é impossível imaginar o mundo sem os diversos meios de comunicação, de tal modo que esta geração é designada a “geração da tecnologia”: “*o mundo da comunicação social está hoje empenhado num vertiginoso, complexo e imprevisível desenvolvimento: já se fala de uma época tecnocrônica, para indicar a crescente interação entre tecnologia e eletrônica — e está imerso em não poucos problemas, ligados com a elaboração de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, em relação com as perspectivas amplas do emprego dos satélites e da superação das barreiras do céu.*”²²⁴. O desenvolvimento nesta área parece ilimitado: o homem conseguiu chegar ao céu, realizando os desejos daqueles que em tempos construíram a torre da Babel. Porém estas mudanças tecnológicas não se limitam a uma evolução industrial, são mudanças com impacto em todas as dimensões do homem, inclusive a dimensão espiritual: “*trata-se de uma revolução que comporta não só uma mudança nos sistemas e nas técnicas de comunicação, mas envolve todo o universo cultural, social e espiritual da pessoa humana. Ela não pode responder simplesmente às próprias regras internas, mas deve deduzir os próprios critérios de fundo a partir da verdade do homem e sobre o homem.*”²²⁵

Que consequências socioculturais advêm deste crescimento cada vez menos humano? Tanto a tecnologia como a eletrônica são meios que não se podem desvincular do imperativo do bem comum e da salvaguarda do próprio homem. Contudo, existe um enorme risco destes meios, que possuem enormes capacidades de domínio e de influência, despertarem uma ânsia de poder, de interesses individuais e ideológicos.

“*Deve reservar-se uma palavra para esta categoria tão importante na vida moderna. É mais que sabido que os instrumentos de comunicação social «influem, e muitas vezes profundamente, quer sob o aspeto afetivo e intelectual, quer sob o aspeto moral e religioso, no ânimo de quantos os usam», especialmente se jovens.*”²²⁶

²²² JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 1.

²²³ JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 2.

²²⁴ JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 2.

²²⁵ JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 2.

²²⁶ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, 1981, n. 76.

A nova geração é cada vez mais dependente das tecnologias de comunicação: já não é possível imaginar uma sociedade sem telemóveis, sem internet ou sem televisão, principalmente se não se conheceu outra realidade. Assim, segundo João Paulo II, é esta nova geração que poderá conseguir um maior aproveitamento das tecnologias de comunicação.

A confiança do Papa na geração mais jovem foi um marco do seu Magistério: *“Repito ante vós o que venho dizendo desde o primeiro dia do meu pontificado: que vós sois a esperança do Papa, a esperança da Igreja.”*²²⁷ Para João Paulo II, os jovens são as mais audazes e muitas vezes são as mais coerentes, portadores de ideais elevados, que ainda não foram corrompidos pela falta de esperança, e com uma enorme ânsia de verdade. É fundamental que os meios de comunicação não destruam o verdadeiro espírito jovem: *“veículos de formação de cultura, os mass-media devem contribuir para a renovação da sociedade e, especialmente, para o desenvolvimento humano e moral dos jovens, fazendo com que tomem consciência das preocupações históricas que os esperam, às vésperas do Terceiro Milénio. Para isso, os mass-media devem abrir novos horizontes à juventude, educando-a para o dever, para a honestidade, para o respeito dos próprios semelhantes, para o sentido da justiça, da amizade, do estudo, do trabalho.”*²²⁸ A resposta a este desafio passa também pelos idosos: com a formação de uma consciência histórica, os mais velhos podem transmitir a noção de que as grandes guerras do mundo ocidental não foram tão distantes no tempo e na história, e levar a compreender as consequências do racismo e do insucesso de muitas ideologias.

Mas os jovens, por serem os utentes mais presentes na comunicação social, são também os mais sujeitos às suas influências: *“são os primeiros e mais imediatos recetores dos mass-media, e são também os mais expostos à multiplicidade de informações e de imagens que, por meio deles, chegam diretamente em casa. Por outro lado não é possível ignorar o perigo de certas mensagens, transmitidas até nas horas de maior audiência do público juvenil, contrabandeadas por uma publicidade sempre mais aberta e agressiva ou propostas por espetáculos, onde parece que a vida do homem esteja regrada apenas pelas leis do sexo e da violência.”*²²⁹ Sobretudo porque a nova geração de jovens não utiliza os meios de comunicação social como uma necessidade pontual ou como uma simples ocupação de tempo: estes instrumentos tornam-se companheiros íntimos.

Em 1985 o Papa falava de uma *videoddependência*. Hoje haveria que acrescentar a esta *videoddependência*, uma *telemóvel-dependência*, uma *infoddependência* ou uma *internet-dependência*. Mas a base deste problema mantém-se: *“não é, portanto, uma questão somente de ocupação do tempo livre, isto é, de uma restrição dos espaços que devem ser reservados quotidianamente para outras atividades intelectuais e*

²²⁷ JOÃO PAULO II, *Mensagem para as II Jornadas Mundiais da Juventude*, 1987, Buenos Aires.

²²⁸ JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 3.

²²⁹ JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 4.

recreativas, mas também de um condicionamento da mesma psicologia, da cultura, dos comportamentos da juventude.”²³⁰

Os jovens necessitam de uma autoridade paterna. As decisões tomadas nesta idade, tal como as atitudes assumidas, serão marcantes nos seus futuros. Têm necessidade de bons exemplos, que os ajudem a lidar com os dilemas próprios da idade. Neste sentido, os meios de comunicação social não devem ser substitutos dos educadores, dos pais e dos professores; são apenas um desses fatores educativos.

É unanimemente reconhecido que a educação tem enorme importância nos regimes democráticos: a autonomia da educação, o direito à educação, são indicadores da liberdade e da democracia. Daí que a substituição da função dos pais na educação seja um procedimento despótico, tanto mais grave quanto mais a educação é *unidirecional*, como ocorre na cultura massificada: *“a educação transmitida pelos formadores tradicionais, e especialmente pelos pais, tende, de fato, a ser substituída por uma educação unidirecional, que ignora a relação fundamental dialógica e interpessoal. Uma cultura do provisório que leva a desprezar os esforços a longo prazo, com uma cultura massificante que leva a esquivar-se de escolhas pessoais inspiradas na liberdade, substitui uma cultura fundamentada sobre valores-conteúdos, sobre a qualidade das informações. Uma postura de aceitação passiva dos modismos e das necessidades impostas por um materialismo que, incentivando o consumo, esvazia as consciências, contrapõe-se a uma formação orientada para o crescimento da responsabilidade individual e coletiva. A imaginação, própria da idade juvenil, expressão da sua criatividade, dos seus impulsos generosos, torna-se estéril diante do hábito da imagem, isto é, um modo de ser que se torna indolência e inibe estímulos e desejos, esforços e criação de projetos.*”²³¹

Neste âmbito é fundamental o compromisso das autoridades. O Magistério insiste em que os operadores e dirigentes têm de refletir sobre as suas atitudes perante as capacidades destes instrumentos: *“levar todos os que trabalham na comunicação social a uma séria e profunda reflexão. Eles têm um dever excitante e, ao mesmo tempo, exigente: do emprego que eles fizerem dos próprios recursos de inteligência e profissionalismo, depende grandemente a formação dos que, amanhã, deverão melhorar esta nova sociedade empobrecida dos seus valores humanos e espirituais e ameaçada de autodestruição.*”²³² Mas também aqui não se deve substituir o poder paternal: *“Um dever ainda mais exigente têm os pais e os educadores. O seu testemunho, sustentado por uma conduta cultural e moralmente coerente, pode representar o mais eficaz e digno de crédito dos ensinamentos.*”²³³ Dirigindo-se aos próprios jovens, João Paulo II afirma que *“é dever de todos ajudar os jovens a entrar*

²³⁰ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 4.

²³¹ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 4.

²³² JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 5.

²³³ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 5.

na sociedade como cidadãos responsáveis, homens formados, conscientes da própria dignidade.”²³⁴

O grande desafio no uso dos meios de comunicação social e o impacto destes nas famílias deriva, como na maior parte dos problemas sociais e humanos, do uso que o homem faz da liberdade, das suas escolhas dilacerantes entre o bem e o mal.

8. O desafio da liberdade

A liberdade de informação tem de ser complementada pela justiça e pela caridade. Para servir o bem comum, para servir a verdade, a informação não pode ser indiferente aos problemas morais da sociedade. Muitas vezes existe nos meios de comunicação uma indiferença, disfarçada de imparcialidade ou de neutralidade, mas João Paulo II insiste: *“conforme o direito à informação que todo homem tem, a comunicação deve sempre se adequar, no seu conteúdo, à verdade e, com relação à justiça e à caridade, deve ser íntegra. Isto vale, com maior razão, quando os interessados são os jovens, aqueles que estão se abrindo às experiências da vida. Neste caso, sobretudo, a informação não pode ficar indiferente aos valores que atingem, em profundidade, a existência humana, como o primado da vida desde o momento de sua conceção, a dimensão moral e espiritual, a paz, a justiça. A informação não pode ser neutra diante de problemas e situações que, em nível nacional e internacional, revolucionam o tecido que une a sociedade, como a guerra, a violação dos direitos humanos, a pobreza, a violência, a droga.*”²³⁵ Certamente, a informação deve ser neutra no que se refere à política, à economia e às opções partidárias, mas não pode ser neutra quanto à defesa da verdade, dos direitos do homem e da sua dignidade.

O homem em liberdade faz as suas escolhas, assume opções, e em consequência terá que assumir igualmente as consequências. Contudo, para realizar-se, ou para ser feliz, não basta escolher em liberdade, é necessário também o conhecimento do bem e do mal: *“o destino do homem sempre se decide diante da verdade, da escolha que ele, em força da liberdade que lhe deixou o Criador, cumpre entre o bem e o mal, (...). Mas é impressionante e doloroso constatar, hoje, um sempre maior número de homens impedidos de fazer livremente a própria escolha: porque subjugados por regimes autoritários, sufocados por sistemas ideológicos, manipulados por uma ciência e uma técnica totalizante, condicionados por mecanismos de uma sociedade que fomenta comportamentos sempre mais despersonalizados.*”²³⁶

A censura, como qualquer tipo de repressão, não é conciliável com a informação. Os meios de comunicação social terão que garantir a salvaguarda da verdade, justiça e caridade, para defenderem a liberdade: *“A liberdade parece ser o grande desafio que a comunicação social deverá enfrentar, para conquistar espaços de suficiente autonomia, especialmente onde deve, ainda hoje, submeter-se a censuras de*

²³⁴ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 5.

²³⁵ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 2.

²³⁶ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 3.

regimes totalitários ou a imposições de poderosos grupos de pressão culturais, económicos, políticos.”²³⁷

A liberdade da comunicação social compromete-os na promoção do equilíbrio e do crescimento económico e no desenvolvimento humano: *“Os mass-media, fatores de comunicação e de progresso, devem superar as barreiras ideológicas e políticas, acompanhando a humanidade no caminho para a paz e favorecendo o processo de integração e de solidariedade fraterna entre os povos, na dupla direção leste - oeste e norte-sul.*”²³⁸

A ação dos meios de comunicação depende da liberdade dos homens, da capacidade dos seus operadores e do espírito crítico dos seus consumidores. E é a cada homem que compete fazer com que estes instrumentos promovam o advento da globalização positiva, que favoreçam um mundo mais justo e mais autêntico para todos: *“a importância e o significado último dos meios de comunicação social dependem, definitivamente, do uso que deles faz a liberdade humana. Dependerá, pois, de vós, do uso que fareis, da capacidade crítica com a qual sabereis usá-los, se estes meios servirem à vossa formação humana e cristã ou se, então, eles se voltarem contra vós, sufocando a vossa liberdade e apagando a vossa sede de autenticidade.*”²³⁹

Os meios de comunicação vivem o dilema do *paradoxo da dinamite*²⁴⁰: *“Não admira, por isso, que a fotografia, o cinema, o megafone, a telefonia, o telégrafo, a televisão tenham sido logo associados, desde os primeiros tempos ao campo militar. A história, senão a origem dos mass-media, depende em grande parte da história das próprias armas*”²⁴¹. Foi neste sentido que Georges Clemenceau, primeiro-ministro da extrema-esquerda francesa, que ocupou o cargo de chefe do governo no início do século XX, altura das grandes negociações diplomáticas da Europa, se referiu à estratégia bélica como algo para além do campo de trabalho: *a “guerra é um negócio demasiado importante para ser deixado aos soldados.”*

João Paulo II confiou aos jovens e ao bom uso da sua liberdade o caminho para a justiça através dos meios de comunicação, da globalização positiva, onde deixará de haver gregos e troianos, e seremos todos cidadãos do mundo: *“dependerá de vós, jovens, a quem compete construir a sociedade de amanhã, na qual a intensificação das informações e das comunicações multiplicará as formas de vida associativa, e o desenvolvimento tecnológico derrubará as barreiras entre os homens e as nações; dependerá de vós construir uma nova sociedade que seja uma única família humana, onde homens e povos possam viver em mais estreita colaboração e mútua integração,*

²³⁷ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 3.

²³⁸ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 3.

²³⁹ JOÃO PAULO II, XIX MDCS, 1985, n. 7.

²⁴⁰ Quando Alfred Nobel descobriu a dinamite tinha a intenção de tornar a nitroglicerina um produto mais adaptável para contribuir e cooperar nas grandes construções civis, nos túneis, pontes e estradas... Mas rapidamente foi aproveitado pelos homens para desenvolver armamento mais mortífero. Este paradoxo da dinamite também se manifesta nos meios de comunicação social: tendo o intuito de contribuir para o desenvolvimento e crescimento económico, para uma maior solidariedade, as tecnologias de comunicação acabam por servir igualmente estratégias militares.

²⁴¹ RODRIGUES, Adriano Duarte, *Estratégias de Comunicação*, Oeiras, Editorial Presença, 2000.p. 173.

ou se, pelo contrário, uma sociedade futura onde se exacerbam os conflitos e as divisões que dilaceram o mundo contemporâneo."²⁴²

²⁴² JOÃO PAULO II, *XIX MDCS*, 1985, n. 7.

CAPÍTULO III

JOÃO PAULO II - A COMUNICAÇÃO SOCIAL AO SERVIÇO DO HOMEM E A RESPONSABILIDADE PELA PAZ

1. Meios de comunicação ao serviço do homem

Enquanto Cardeal, Karol Wojtyła assumiu uma posição muito determinada em relação aos meios de comunicação. Numa entrevista ao CRIS – *Centro Romano di Incontri Sacerdotali* – acerca da *La Fede della Chiesa*, Wojtyła defendeu que nesta matéria “*O problema é tão real, que o próprio Sínodo fez-se eco dele no documento sobre a justiça com estas palavras: «A consciência do nosso tempo exige a verdade nos sistemas de comunicação social, o que inclui, também, o direito à imagem objetiva difundida pelos mesmos meios e a possibilidade de corrigir a sua manipulação».* A Igreja tratou a problemática da comunicação de maneira cada vez mais positiva e confiada (basta pensar no decreto conciliar *Inter Mirifica* e na *Instrução Communio et Progressio*), mas ao mesmo tempo não se pode ocultar a existência objetiva do perigo de que os meios de comunicação lesem o direito à verdade e se transformem num dos principais centros de injustiça no mundo contemporâneo. Por isso atribuindo aos mass-media a sua justa finalidade, o texto sinodal afirma explicitamente: «Este tipo de educação, dado que torna todos os homens mais inteiramente humanos, ajudá-los-á a não continuar a ser no futuro objeto de manipulações, nem por parte das forças políticas mas, pelo contrário, torná-los-á capazes de forjar a sua própria sorte e de construir comunidades verdadeiramente humanas».”²⁴³

A vida do jovem padre polaco foi marcada pelos grandes conflitos bélicos na Europa e pelos regimes autoritários que lhes sucederam. Essas experiências pessoais marcaram o seu amor à liberdade e à paz: “*João Paulo II ouviu dos seus pais os relatos duma pátria ocupada e repartida. Viveu e acompanhou de perto os horrores do nazismo. Conheceu e lidou com a opressão do regime comunista. Por isso, poucos como este Papa «que veio de longe» terão mais legitimidade e estarão em melhores condições para falar acerca da liberdade.*”²⁴⁴

Em 1983, ainda em plena Guerra Fria, João Paulo II dedicou a sua *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* à defesa de uma paz perene. Um olhar retrospectivo sobre esses textos, permite confirmar a justeza de algumas das suas premissas e uma certa contemporaneidade dos desafios propostos. Talvez seja esse um dos grandes valores destes textos do Magistério: apesar de estarem já distantes no tempo, muitas vezes conservam a atualidade do seu conteúdo.

²⁴³ WOJTYLA, Karol, *A fé da Igreja*. Intervenções do Cardeal Karol Wojtyla, Edições CAS, Braga, 1980, p. 32-33.

²⁴⁴ HOMEM, António Pais Agostinho, “João Paulo II, a Liberdade e a Verdade”, in *João Paulo II e o Direito. Estudos por ocasião do 25º Aniversário do seu Pontificado*, Cascais, Principia, 2003, p. 25.

Os instrumentos de comunicação social não podem ser avaliados somente como uma questão técnica. Os seus atos têm sempre consequências que afetam o homem: *“num mundo que, graças ao espetacular progresso e à rápida expansão dos mass-media, se tornou sempre mais interdependente, a comunicação e a informação representam hoje um poder que pode servir eficazmente à grande e nobre causa da paz, mas pode também agravar as tensões e favorecer novas formas de injustiça e de violação dos direitos humanos.”*²⁴⁵ Este é outro dos desafios propostos pelo Magistério aos meios de comunicação: serem um verdadeiro instrumento da paz.

2. A regulação institucional

João Paulo II interpela a sociedade, mas sobretudo a comunidade política: *“de que maneira a comunicação social poderá promover a paz?”*²⁴⁶ O Papa reconhece que se trata de instrumentos notáveis, mas que requerem uma autêntica avaliação, sugerindo assim a fundação, ao nível institucional, de um mecanismo de regulamentação dos meios de comunicação, que garanta um verdadeiro serviço à informação: *“mediante a realização, no plano institucional, de uma ordem da comunicação que garanta um uso reto, justo e construtivo da informação, removendo violências, abusos e discriminações com base no poder político, económico e ideológico. Não se trata aqui, em primeiro lugar, de pensar em novas aplicações tecnológicas, como também de repensar os princípios fundamentais e as finalidades que devem orientar a comunicação social”*²⁴⁷. No contexto da globalização a paz parece ser um objetivo mais acessível, permitindo uma maior coesão e harmonia na família humana. Ou seja, o *“mundo que se tornou como que uma só família e onde o legítimo pluralismo deve ser assegurado numa base comum de consenso ao redor dos valores essenciais da convivência humana.”*²⁴⁸ Mais tarde, em 2000, num discurso dirigido aos operários, João Paulo II exorta à necessidade da *“globalizar a solidariedade”*²⁴⁹, desafio este que deve encontrar nos meios de comunicação um aliado.

Segundo João Paulo II, a regulamentação dos meios de comunicação só prestará um serviço adequado à sociedade se considerar as seguintes sugestões: em primeiro lugar é necessário *“um sábio amadurecimento da consciência tanto para os operadores da comunicação como para os recetores”*²⁵⁰; além disso, é importante que os poderes políticos se envolvam neste trabalho, impondo as *“escolhas atentas, justas e corajosas por parte dos poderes públicos, da sociedade e das instituições internacionais.”*²⁵¹

Para fazer dos meios de comunicação um instrumento da paz mundial, esta organização institucional, que assegura a regulamentação, deverá assumir contornos

²⁴⁵ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 1.

²⁴⁶ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 1.

²⁴⁷ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

²⁴⁸ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

²⁴⁹ JOÃO PAULO II, “Discurso do Santo Padre no encontro com os trabalhadores”, 1º de Maio, *L’Osservatore Romano*, ed. portuguesa, 6 de Maio de 2000, p. 7.

²⁵⁰ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

²⁵¹ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

justos, bem definidos e a que se reconheça autoridade. Portanto, o Papa defende que *“uma reta organização da comunicação e uma equânime participação nos seus benefícios, no pleno respeito aos direitos de todos, criam um ambiente e condições favoráveis para um diálogo mutuamente enriquecedor entre os cidadãos, os povos e as diversas culturas, enquanto as injustiças e as desordens neste setor favorecem situações de conflito.”*²⁵² É necessário que os instrumentos que pretendem construir a paz sejam justos, pois só haverá paz com justiça; o contrário seria aquilo que se intitula de *paz podre*, que pode garantir uma circunstância ou uma época com ausência de conflitos, mas em que se vive na hostilidade e na ameaça de uma guerra eminente. Esta vinculação da justiça à ideia de paz, e a sua defesa a partir dos meios de comunicação, contrasta com algumas teorias defendidas por ideologias vigentes, como por exemplo que uma maior capacidade bélica militar e de coação é a forma mais eficaz de garantir a paz, pelo medo e pela agressividade.

3. Uma arma na promoção da paz

Para o Magistério tornou-se evidente que na sociedade contemporânea a promoção da paz requer a cooperação dos meios de comunicação social.

A ação dos instrumentos de comunicação não se pode limitar à não propagação da guerra. Talvez em outros tempos, durante as ditaduras da Europa do século XX, um apelo direto à guerra fosse o maior obstáculo para a promoção da paz, mas hoje a exigência é feita pela positiva, e à comunicação social é pedido a constante promoção de uma educação construtiva da paz. Ou seja: *“a comunicação (...) promove a paz quando, nos seus conteúdos, educa construtivamente ao espírito da paz.”*²⁵³

João Paulo II começa por denunciar o unilateralismo e a manipulação por parte dos meios de comunicação, como graves provocações à justiça, aos direitos e, desta forma, à paz. Ou seja, *“a informação unilateral, imposta arbitrariamente do alto ou pelas leis do mercado e da publicidade; a concentração monopolizadora; as manipulações de qualquer espécie não são somente atentados à justa ordem da comunicação social, mas acabam por ferir também os direitos à informação responsável e por colocar em perigo a paz.”*²⁵⁴

Na visão do Pontífice, a informação nunca será *neutra*, no sentido de que é impossível falar sem demonstrar alguma sensibilidade, pelo que é importante que esteja garantida uma hierarquia de valores: *“a informação, pensando bem, nunca é neutra, mas responde sempre, pelo menos implicitamente e nas intenções, a escolhas de fundo. Um nexos íntimo liga comunicação e educação de valores. Hábeis destaques ou manchetes tendenciosas, como também doseados silêncios, adquirem na comunicação um profundo significado.”*²⁵⁵ É inevitável que a informação - o modo como é

²⁵² JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

²⁵³ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 3.

²⁵⁴ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 2.

²⁵⁵ JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, n. 3.

apresentada, como é escrita, como é destacada - transmita valores: um título, uma imagem, tudo isto fala por si. A forma e o modo como a comunicação social expõe os problemas sociais, as questões internacionais, ou as políticas nacionais, tem uma enorme influência na opinião pública. Neste sentido, João Paulo II exorta a comunicação social a formar mentalidades orientadas para a paz: *“portanto as formas e os modos com os quais são apresentadas situações e problemas como o desenvolvimento, os direitos humanos, as relações entre os povos, os conflitos ideológicos, sociais e políticos, as reivindicações nacionais, a corrida armamentista, para citar apenas alguns exemplos, influem diretamente ou indiretamente na formação da opinião pública e na criação de mentalidades orientadas no sentido da paz ou abertas, pelo contrário, a soluções de força.”*²⁵⁶

No mesmo ano em que João Paulo II dedicou a *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* à paz, 1983, a sua *Mensagem do Dia Mundial da Paz* foi dedicada ao modelo da comunicação: o diálogo, uma paz a partir do diálogo. Afirmou então: *“no entanto, ainda nos dias de hoje há alguns que, dizendo-se realistas, duvidam da possibilidade do diálogo e da sua eficácia, pelo menos quando as posições se apresentam tensas e irreconciliáveis a tal ponto, que se lhes afigura não deixarem espaço para qualquer entendimento. Quantas experiências negativas e quantos malogros que se repetiram pareceriam dar apoio a esta desiludida maneira de ver! E não obstante, o diálogo para a paz é possível, é sempre possível. Isto não é uma utopia. De resto, mesmo quando ele não pareceu possível e se chegou ao enfrentamento bélico, depois da devastação da guerra a qual manifestou a força do vencedor, mas nada resolveu quanto aos direitos impugnados não foi preciso, em todo o caso, voltar à tentativa do diálogo? A convicção que eu aqui exprimo, a dizer bem a verdade, não assenta sobre uma tal fatalidade, mas sim sobre uma realidade: assenta na consideração da natureza profunda do homem.”*²⁵⁷

Mas para que este diálogo não seja uma utopia é indispensável o compromisso da comunicação social. Ou seja, *“a comunicação social, se quiser ser instrumento de paz, deverá superar as considerações unilaterais e parciais, removendo pré-julgamentos, criando, ao invés, um espírito de compreensão e de solidariedade recíproca.”*²⁵⁸ Contudo, o desejo de diálogo é visto a partir de uma lógica de direitos e de deveres, à qual João Paulo II chamará a *lógica da convivência pacífica*: *“a aceitação leal da lógica da convivência pacífica na diversidade exige a constante aplicação do método do diálogo, o qual, enquanto reconhece o direito à existência e à expressão de todas as partes, afirma o dever que estas têm de se integrar com todas as outras, para conseguir o bem superior, que é a paz, ao qual hoje se contrapõe, como dramática alternativa, a ameaça da destruição atômica da civilização humana.”*²⁵⁹ A liberdade de expressão é um imperativo tanto para os meios de comunicação como para a

²⁵⁶ JOÃO PAULO II, XVII MDCS, 1983, n. 3.

²⁵⁷ JOÃO PAULO II, XVI *Mensagem do Dia Mundial da Paz*, 1983, *O diálogo para a paz, um desafio para o nosso tempo*, n. 5.

²⁵⁸ JOÃO PAULO II, XVII MDCS, 1983, n. 3.

²⁵⁹ JOÃO PAULO II, XVII MDCS, 1983, n. 3.

manutenção da paz. Não é por acaso que os países que vivem em ditadura têm por prática abolir a liberdade de expressão.

O Papa preserva o *diálogo para a paz* de uma consideração meramente utópica, ou até ingênua, e inscreve-o como uma inevitabilidade da vida humana. Ou seja, se a guerra é fatal à sobrevivência do homem, é absolutamente necessário defender as exigências da paz e essa defesa far-se-á sobretudo pelo diálogo. Não deixa de ser chamativo que nesse mesmo ano, 1983, o prêmio Nobel tenha sido atribuído a Lech Wałęsa, político polaco conhecido pela defesa da paz com base no diálogo. Poderíamos enquadrar Lech Wałęsa no apelo de João Paulo II: *“torna-se hoje tanto mais necessário e urgente propor os valores de um humanismo pleno, baseado no reconhecimento da verdadeira dignidade e dos direitos do homem, aberto à solidariedade cultural, social e econômica entre pessoas, grupos e nações, na consciência de que uma mesma vocação reúne toda a humanidade.”*²⁶⁰

O Magistério reconhece que a relação entre paz e meios de comunicação social é indissociável, e que os meios de comunicação refletem o discernimento realizado pelos operadores: *“a comunicação social, enfim, promove a paz se os profissionais da informação são operadores de paz.*

4. Operadores da comunicação social como *peacemakers*

É evidente que só haverá uma comunicação de paz se os operadores da comunicação forem eles próprios homens de paz. João Paulo II recorda que *“a responsabilidade peculiar e os insubstituíveis deveres que os comunicadores têm com relação à paz deduzem-se da consideração sobre a capacidade e o poder que eles detêm de influenciar, por vezes de modo decisivo, a opinião pública e os próprios governantes.”*²⁶¹ A noção desta aliança entre os meios de comunicação social e a paz leva o Papa a encorajar frequentemente os trabalhadores dos meios de comunicação a serem homens de paz, *peacemakers*. Apresenta três propostas que ajudem a promover uma comunicação aliada à paz com base nos seus operadores:

1. *“Aos operadores da comunicação devem ser garantidos, para o exercício das suas importantes funções, direitos fundamentais, como o acesso às fontes de informação e a faculdade de apresentar os fatos objetivamente.*
2. *Mas, por outro lado, é também necessário que os operadores da comunicação superem as exigências de uma ética concebida numa mentalidade meramente individualista e, sobretudo, não se deixem subjugar por grupos de poder, manifestos e ocultos. Devem, pelo contrário, ter em mente que, além e acima das responsabilidades*

²⁶⁰ JOÃO PAULO II, XVII MDCS, 1983, n. 3.

²⁶¹ JOÃO PAULO II, XVII MDCS, 1983, n. 4.

contratuais nas relações dos órgãos de informação e das responsabilidades legais, têm também deveres estritos para com a verdade, para com o público e para com o bem comum da sociedade.

3. *Se no exercício de seu dever, que é uma verdadeira missão, os comunicadores sociais souberem promover a informação serena e imparcial, promover o mútuo entendimento e o diálogo, reforçar a compreensão e a solidariedade, terão dado uma magnífica contribuição para a causa da paz.*²⁶²

O Papa considera a conduta ética dos operadores um fator indispensável para a defesa dos direitos, mas esta exigência parece-lhe simples pois se o comunicador cumprir bem o seu trabalho já contribui para a paz e chegará naturalmente a apelar à solidariedade e à fraternidade como um caminho para a paz.²⁶³

5. A nova linguagem: um recurso do bem comum

A necessidade de comunicar está no homem desde sempre. As novas tecnologias e o desenvolvimento digital fazem com que esta indispensabilidade de comunicar se manifeste e se realize de forma mais ágil.

Hoje a tecnologia de comunicar alterou-se mas conserva o mesmo fim – *“a finalidade destes novos dons é a mesma dos meios de comunicação mais tradicionais: aproximar-nos uns dos outros, mais intimamente, na fraternidade e na compreensão mútua, e ajudar-nos a progredir na busca de nosso destino humano.*”²⁶⁴

O Magistério volta a recordar a mera condição de meios dos instrumentos de comunicação. Voltando às suas consequências, há que reconhecer que o mal que deles advém ou o bem que ficou por fazer são fruto dos seus operadores e dos utilizadores. *“A ligação desta consideração de ordem geral com a reflexão que quero oferecer-vos nesta ocasião é clara e direta: o uso de meios de comunicação tão poderosos, hoje à completa disposição do homem, exige de todos os que estão neles envolvidos um alto senso de responsabilidade. Nas palavras da Instrução pastoral de 1971, os meios são “meios de comunicação inanimados”. Se eles cumprem ou não o escopo pelo qual nos foram dados, depende, em grande parte, da sabedoria e do senso de responsabilidade com o qual se faz uso deles.*”²⁶⁵

A responsabilidade é, portanto, dos agentes da comunicação. É certo que atualmente o papel de operador e de recetor se confundem, sendo muitas vezes os próprios utilizadores os executores nos meios de comunicação, mas *“se os meios servem para enriquecer ou empobrecer a natureza do homem, vai depender da visão moral e*

²⁶² JOÃO PAULO II, *XVII MDCS*, 1983, 4.

²⁶³ Ver anexo H, p. 161.

²⁶⁴ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1991.

²⁶⁵ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1991.

da responsabilidade ética dos que estão envolvidos no processo de comunicação, e dos que são destinatários da mensagem dos meios de comunicação.”²⁶⁶ Por isso, é necessária uma orientação rigorosa, na qual se deve insistir a partir do momento em que o homem tenha capacidade cognitiva, de tal modo que seja educado a saber manusear bem estes meios, tirando-lhes o melhor partido. Por exemplo: “em vez de agir como se a televisão não existisse, a escola deverá propor às crianças que discutam os programas e as ideias, bons ou maus, que lhes são apresentados. Deverá preparar programas pedagógicos que visem fazer das crianças telespectadores dotados de espírito crítico, e isto desde a mais tenra idade.”²⁶⁷ Essa formação só será íntegra se for complementada por uma formação no discernimento entre o bem e o mal, que não se restringe ao bom uso dos meios de comunicação, mas que tem que ser integral. Só assim haverá cidadãos preparados para aproveitar as tecnologias contemporâneas que estão ao alcance de todos.

Estas novas tecnologias geram novas perspectivas sociais. Alguns investigadores falam de uma nova linguagem, que nasceu nos novos meios de comunicação. O Magistério, já em 1971, referiu-se a esta realidade na Instrução Pastoral *Communio et progressio*²⁶⁸, a que se refere também João Paulo II: “de facto, graças à sua difusão, os meios estão em condições de criar uma nova linguagem que dá condições aos homens de se conhecer e de se compreender com maior facilidade, e, portanto, de trabalhar melhor e juntos para o bem comum.”²⁶⁹ A Igreja apercebeu-se das vantagens que esta nova linguagem introduz na comunidade, podendo ser um elemento intercultural, com princípios comuns de justiça e de paz. João XXIII irá identificar essas vantagens: a liberdade, justiça e caridade.²⁷⁰

6. Compreender para comunicar, comunicar para compreender

João Paulo II escreve a sua última *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* a 24 de Janeiro de 2005, acabando por falecer no dia 2 de Abril desse ano. Esta última mensagem é dedicada ao tema da compreensão.

Mais do que a própria tolerância, ao cristão é exigida uma atitude de compreensão, que não se limita a suportar ou a tolerar o outro. Mesmo que não se esteja de acordo com as suas ideias, a compreensão interpela-nos a respeitar o outro como homem que é.

O poder da palavra é singular, a sua influência é enorme. Com a palavra muitos líderes moveram povos inteiros, até mesmo a apoiarem ideias indefensáveis. João Paulo II serve-se do Evangelho para nos recordar essa ação bipolar da palavra: “*lemos na Carta de São Tiago: “ De uma mesma boca procedem a bênção e a maldição. Não*

²⁶⁶ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1991.

²⁶⁷ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 62.

²⁶⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Communio et progressio*, 1971, n. 12.

²⁶⁹ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1991.

²⁷⁰ Ver anexo I, p. 165.

convém, meus irmãos, que seja assim”. As Sagradas Escrituras nos recordam que as palavras têm um extraordinário poder para unir as pessoas ou dividi-las, para criar vínculos de amizade ou provocar hostilidade.”²⁷¹ Mais uma vez se insiste na ideia da comunicação e da palavra como instrumentos, como meios “maravilhosos”, recordando o adjetivo do Concílio Vaticano II: “esta não é uma verdade que diz respeito somente às palavras trocadas entre as pessoas. Aplica-se a toda comunicação, em qualquer lugar em qualquer nível. As modernas tecnologias oferecem-nos possibilidades nunca vistas antes para fazer o bem, para difundir a verdade (...) e para promover a harmonia e a reconciliação. Por isso mesmo o seu mal uso pode provocar danos enormes, provocando incompreensão, preconceitos e até conflitos. O tema escolhido (...) assinala uma necessidade urgente: promover a unidade da Família humana através da utilização destes maravilhosos recursos.”²⁷²

A comunicação social têm capacidade para promover uma educação com sentido de compreensão, sobretudo quando proporciona um contacto com as outras culturas, outras tradições, aproximando as comunidades e pondo-as em convivência, com diferentes conhecimentos, com diferentes costumes, ajudando não só a apreciar a cultura como a compreender e a dar valor ao outro: “*um modo importante para se alcançar esta meta é a educação. Os meios podem mostrar a milhões de pessoas como são outras partes do mundo e outras culturas.*”²⁷³ O Papa retoma a analogia dos meios de comunicação como um areópago moderno, de encontro, e de compreensão: “*por isso são chamados acertadamente «o primeiro areópago do tempo moderno» para muitos são o principal instrumento informativo e formativo, de orientação e inspiração para os comportamentos individuais, familiares e sociais. Um conhecimento adequado promove a compreensão, dissipa os preconceitos e desperta o desejo de aprender mais. As imagens, em particular, têm a capacidade de transmitir impressões duradouras e modelar atitudes. Ensinam as pessoas a olharem os membros de outros grupos e nações, exercendo uma influência sutil sobre o modo pelo qual devem ser considerados; como amigos ou inimigos, aliados ou potenciais adversários.*”²⁷⁴ De certa forma, quando o distante se torna próximo, existe uma *humanização* do outro, ou seja, o outro não é para mim um cidadão longínquo, de um outro hemisfério, com outra língua, com outra cor de pele, mas torna-se um homem real, com a mesma dignidade, e muitas vezes com os mesmos sentimentos e as mesmas ambições. Esta nova perspectiva origina uma nova forma de fazer política, mas também de interpretar a democracia.

7. O desafio da democracia

Na *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, escrita em 2002 pela *Congregação para a Doutrina da Fé*, insiste-se na grandeza, e na responsabilidade que o sistema

²⁷¹ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 1.

²⁷² JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 1.

²⁷³ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 2.

²⁷⁴ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 2.

democrático confere a cada cidadão: *“as sociedades democráticas atuais, onde louvavelmente todos participam na gestão da coisa pública num clima de verdadeira liberdade, exigem novas e mais amplas formas de participação na vida pública da parte dos cidadãos, cristãos e não cristãos. Todos podem, de facto, contribuir através do voto na eleição dos legisladores e dos governantes e, também de outras formas na definição das orientações políticas e das opções legislativas que, no seu entender, melhor promovam o bem comum. Num sistema político democrático, a vida não poderia processar-se de maneira profícua sem o envolvimento ativo, responsável e generoso de todos, «mesmo na diversidade e complementaridade de formas, níveis, funções e responsabilidades.»*²⁷⁵

A Igreja, que não se impõe na esfera política ou, citando Santo Agostinho, *na cidade dos homens*, todavia não deixa de acompanhar a evolução política dos tempos. Na sua visão de democracia, *“a Igreja tem-se confrontado com diversas concepções de autoridade, tendo sempre o cuidado de defender e propor um modelo fundado na natureza social das pessoas”*²⁷⁶; é neste sentido que considera a autoridade política imprescindível e insubstituível para a democracia e para a liberdade. Mas esta autoridade política *“deve garantir a vida ordenada e reta da comunidade, sem tomar o lugar da livre atividade dos indivíduos e dos grupos, mas disciplinando-a e orientando-a, no respeito e na tutela da independência dos sujeitos individuais e sociais, para a realização do bem comum”*²⁷⁷. E o sujeito da autoridade política da democracia, o povo é *“considerado na sua totalidade como detentor da soberania.”*²⁷⁸

Na sua encíclica *Centesimus Annus*, João Paulo II indica de que modo a Igreja defende o sistema democrático: *“enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.”*²⁷⁹ A Igreja confia na democracia, mas exige coerência e respeito pela lei natural. Por isso, quando fala em sistema democrático, o Magistério distingue: *“hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo cético constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idóneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as ideias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma*

²⁷⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, 2002, n. 1, 24.

²⁷⁶ CDSI, n. 393.

²⁷⁷ CDSI, n. 394.

²⁷⁸ CDSI, n. 395.

²⁷⁹ JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, 1991, n.46.

democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.”²⁸⁰

Quando adverte para o desafio da democracia, a Igreja recorda a necessidade da aliança com os meios de comunicação: *“a sociedade civil encontra-se hoje dentro de um processo cultural complexo, que evidencia o fim de uma época e a incerteza relativamente à nova que desponta no horizonte. As grandes conquistas de que se é espectadores obrigam a rever o caminho positivo que a humanidade percorreu no progresso e na conquista de condições de vida mais humanas”*²⁸¹. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, que dedica uma alínea do capítulo da *Comunidade Política à Informação e democracia*,²⁸² entende que a *“informação está entre os principais instrumentos de participação democrática”*.²⁸³ A informação é um imperativo da democracia: não existe participação sem informação, ou seja, sem conhecimento. Dessa forma *“os meios de comunicação social devem ser utilizados para edificar e apoiar a comunidade humana, nos vários sectores, económico, político, cultural, educativo, religioso: «A informação dos meios de comunicação social está a serviço do bem comum. A sociedade tem direito a uma informação fundada sobre a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade.»*”²⁸⁴

A confiança do Magistério em relação aos meios de comunicação é maior do que a manifestada pelo filósofo da teoria política contemporânea que tanto influenciou a democracia ocidental, Karl Popper.

Popper, no seu ensaio sobre a televisão, esclarece que *“a democracia, como expliquei algures, não é mais do que um sistema de proteção contra a ditadura, e nada no seio da democracia proíbe as pessoas mais instruídas de comunicarem o seu saber às que o são menos. Pelo contrário, a democracia sempre procurou elevar o nível de educação; é essa a sua autêntica aspiração. As ideias deste diretor de cadeia”*²⁸⁵ *não correspondem em nada ao espírito democrático, que sempre foi o de oferecer a todos as melhores possibilidades e oportunidades. Inversamente, os seus princípios conduzem a propor aos telespectadores emissões cada vez piores que o público aceita desde que se lhes acrescente violência, sexo e sensacionalismo. De facto, quanto mais uso se fizer deste género de ingredientes, mais se incita as pessoas a voltarem a pedi-los. E, como estas práticas são as que os produtores compreendem melhor e as que suscitam mais*

²⁸⁰ JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, 1991, n.46.

²⁸¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, 2002, n. 2.

²⁸² CDSI, n. 414 a 416.

²⁸³ CDSI, n. 414.

²⁸⁴ CDSI, n. 415.

²⁸⁵ Karl Popper conheceu um responsável de uma cadeia televisiva, com o qual confrontou algumas ideias. Cf. POPPER, Karl, *“Uma lei para a televisão”*..., 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 19-20: *“Durante a nossa discussão fez afirmações inauditas, que se lhe afiguravam naturalmente indiscutíveis. «Devemos oferecer às pessoas o que elas esperam.» (...) A sua posição afigurava-se-lhe conforme aos «princípios da democracia» e pensava dever seguir a única direção compreensível para ele, a que considerava «a mais popular». Ora, em democracia nada justifica a tese deste diretor de cadeia, para quem o facto de apresentar programas cada vez mais medíocres corresponde aos princípios da democracia, «porque é o que as pessoas esperam». Nessas Circunstâncias, só nos resta ir para o inferno!”*.

facilmente a adesão do público, renunciemos a propostas mais exigentes. Contentamo-nos em acrescentar pimenta aos programas. E um diretor de cadeia acredita ter resolvido o problema desta forma. Foi o que aconteceu ao longo dos anos desde que a televisão surgiu: acrescenta-se sempre mais pimenta aos pratos de má qualidade para disfarçar o seu gosto detestável ou insípido.”²⁸⁶

Neste sentido, Karl Popper defendeu que um meio de comunicação como a televisão constituía um perigo para a democracia. Hoje poder-se-ia acrescentar a ameaça da internet, das redes sociais. Popper defende a criação de uma entidade que controle os operadores da comunicação, e que leve a cabo um controlo rígido: *“qualquer pessoa que trabalhasse para a televisão faria parte de uma organização e possuiria uma licença, que poderia perder se infringisse as regras estabelecidas por essa organização. (...) Assim, sob o olhar de uma instituição, todos se sentiriam constantemente responsáveis e arriscariam a sua licença se cometessem um erro.*”²⁸⁷ Esta organização não poderia permitir, por exemplo, a exposição da violência nem da degradação humana. E conclui que a sua proposta *“não tem apenas um carácter de urgência, corresponde também a uma necessidade absoluta do ponto de vista da democracia. Eis, resumidamente, a razão: a democracia consiste em submeter o poder político a um controle. É essa a sua característica essencial. Numa democracia não deveria existir nenhum poder político incontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal: pode mesmo dizer-se que é potencialmente o mais importante de todos, como tivesse substituído a voz de Deus. (...) A televisão adquiriu um poder demasiado vasto no seio da democracia. Nenhuma democracia pode sobreviver se não se puser cobro a esta onnipotência. (...) Com ela, um novo Hitler disporia de um poder sem limites.*”²⁸⁸ Felizmente, esta profecia de Popper revelou-se excessiva, pois a realidade democrática conseguiu lidar com o poder da televisão e até ultrapassar outras ameaças.

Como já se referiu, a ideia de uma autoridade reguladora, que Popper defende para a televisão, não foi novidade para o Magistério, que respondeu a este problema defendendo um controlo dirigido por uma consciência ética e pela formação dos operadores e utilizadores destes instrumentos massificados. O certo é que o filósofo abordou este tema somente em 1993, e quando termina a sua investigação defendendo que *“devemos tomar consciência desse risco e submeter a televisão a um controle através dos meios que indiquei. (...) É evidente, no entanto, que outros poderão fazer propostas melhores do que as minhas, ainda que me pareça não ter ouvido nenhuma até ao momento*”²⁸⁹, já o Magistério tinha demonstrado preocupações éticas pelos meios de comunicação – e isto a partir do surgimento destes meios –, elaborando documentos oficiais sobre a influência da comunicação social desde 1929²⁹⁰ (ano do aparecimento

²⁸⁶ *Idem*, p. 20-21.

²⁸⁷ *Idem*, p. 25-26.

²⁸⁸ *Idem*, p. 29-30.

²⁸⁹ *Idem*, p. 30-31.

²⁹⁰ A encíclica de Pio XI *Divini Illius Magistri* de 1929, contém já recomendações em relação aos meios de comunicação: *“Na verdade nos nossos tempos torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente, especialmente (...) nos espetáculos do cinematógrafo, e agora também nas audições*

do cinema sonoro), ou seja, 64 anos antes de Popper exprimir as suas preocupações em relação à televisão. Neste sentido, a Igreja Católica antecipou-se significativamente à grande maioria de outras vozes que refletiram sobre a dimensão ética do progresso e sobre as suas manifestações na democracia.

Em 1936, quando a televisão ainda não era abundantemente comercializada, Pio XI alerta para a dimensão desta indústria. A 29 de Junho escreveu uma encíclica dedicada ao cinema, na qual se dirige a todos os católicos, mas mais especificamente aos católicos norte-americanos. Adverte sobre a dimensão e as capacidades de influência desta indústria no mundo democrático: *“Não há hoje um meio mais poderoso para exercer influência sobre as massas, quer devido às figuras projetadas nas telas, quer pelo preço do espetáculo cinematográfico, ao alcance do povo comum, e pelas circunstâncias que o acompanham.”*²⁹¹

Nesse mesmo ano propõe a criação de uma entidade ou de uma organização que regule a indústria do cinema pelos princípios da dignidade do homem e do bem comum. De facto, na época houve preocupações taxativas por parte dos diretores e operadores: *“os próprios diretores desta indústria, nos Estados Unidos, reconheceram-no quando a esse respeito confessaram sua responsabilidade perante os indivíduos e a sociedade. Em março de 1930, por um ato livre, feito de comum acordo ratificado por suas assinaturas e promulgado pela imprensa, tomaram o compromisso solene de proteger no futuro a moralidade dos frequentadores do cinema.”*²⁹² Apesar de este compromisso não ter sido sempre respeitado²⁹³, a Igreja empenhou o melhor do seu esforço para que se mantivesse um elevado nível cultural e artístico no cinema, e fê-lo também em relação a todos os meios de comunicação. Nesse sentido, Pio XI deixou bem claro aos homens que tentaram que uma certa consciência ética estivesse presente no cinema que esses princípios não pretendiam, *“prejudicar a indústria do cinema; pelo contrário, vós a preservastes antes contra as ruínas, às quais são expostas as formas recreativas que degeneram em corrupção da arte.”*²⁹⁴

O facto é que os meios de comunicação são um recurso de poder e influência nas democracias modernas, e a sua regulamentação é imprescindível, embora possa ser polémica. A proposta do Magistério é clara: condena a censura, defendendo que não existe comunicação nem informação sem liberdade. Também é notório que não favorece uma regulamentação por parte de uma entidade estatal, concluindo que este controlo deve ser feito sobretudo por organizações cívicas, com respeito por uma conduta ética de defesa da dignidade do homem e do bem comum. É pela formação intelectual, cultural e moral dos cidadãos, sejam eles operadores ou espectadores, é pela verdade, pela liberdade e pelo bem que se deve controlar e regular estes instrumentos.

radiofónicas, que multiplicam e facilitam toda a espécie de leituras, como o cinematógrafo toda a sorte de espetáculos.”

²⁹¹ PIO XI, *Vigilanti Cura*, 1936, n. 18.

²⁹² PIO XI, *Vigilanti Cura*, 1936, n. 7.

²⁹³ Cf. PIO XI, *Vigilanti Cura*, 1936, n.8: *“No entanto, apesar desta prudente determinação tomada espontaneamente, os responsáveis e os fabricantes de filmes não puderam ou formalmente não quiseram submeter-se aos princípios a cuja observância se tinham obrigado”*.

²⁹⁴ PIO XI, *Vigilanti Cura*, n. 9, 1936.

Nas democracias ocidentais, já não se observam as matrizes dos grandes conflitos, mas é indispensável que se aperfeiçoem na sua busca incessante da liberdade: *“constata-se hoje um certo relativismo cultural, que apresenta sinais evidentes da sua presença, quando teoriza e defende um pluralismo ético que sanciona a decadência e a dissolução da razão e dos princípios da lei moral natural. Em conformidade com essa tendência, não é raro, infelizmente, encontrar, em declarações públicas, afirmações que defendem que esse pluralismo ético é condição para a democracia.”*²⁹⁵ É a favor desta democracia, livre de todo o tipo de autoritarismo, incluído o autoritarismo relativista, que vão as palavras de João Paulo II: nela os meios de comunicação estarão ao serviço da defesa da verdadeira liberdade, liberdade a que o Pontífice aludiu claramente na sua homilia em 1998 na Cuba de Fidel Castro: *“a Igreja defende a liberdade de cada pessoa, das famílias, das diversas organizações sociais, realidades vivas, que têm direito a um âmbito próprio de autonomia e soberania.”*²⁹⁶

João Paulo II apresenta-nos constantemente esta aliança entre o progresso e o desenvolvimento, por um lado, e a liberdade e a paz, por outro. Esta aliança significa que o desenvolvimento, a liberdade e a paz só se realizarão em coexistência. Na carta para o *Dia Mundial da Paz* de 1987, o Papa frisa novamente a ideia, pondo-a ao serviço de uma cidadania livre, mas parte do exemplo pontual da vida familiar que deve contagiar a comunidade política: *“aquilo que é verdadeiro quanto ao desenvolvimento das pessoas individuais, mediante uma seleção de valores que elevam a vida, aplica-se também ao desenvolvimento da sociedade.”*²⁹⁷ Mais uma vez fica patente a convicção de que o núcleo familiar ou o núcleo de sociedades intermédias contagiam o pensamento global; a confiança em cada indivíduo é fulcral na interpretação desta defesa da paz e da liberdade. Na mesma *Mensagem*, João Paulo II indica que *“tudo aquilo que impede a autêntica liberdade vai contra o desenvolvimento da sociedade e das instituições sociais. A exploração, as ameaças, a sujeição forçada, a recusa por parte de um sector da sociedade a dar a outros oportunidades, são coisas inaceitáveis e contradizem a própria noção de solidariedade humana.”*²⁹⁸ A atenção prestada aos meios de comunicação é fundamental, pois, continua o Papa, *“Semelhantes atividades, quer no seio de uma sociedade quer mesmo entre nações, podem infelizmente apresentar durante algum tempo a aparência de êxito. Todavia, quanto mais se prolongarem essas condições, tanto mais provável se torna que elas venham a ser causa de ulteriores repressões e de um aumento da violência. Os germes da destruição, quando é assim; acham-se inoculados na injustiça institucionalizada. Recusar os meios para alcançar o pleno desenvolvimento a um sector de determinada sociedade, ou então a uma inteira nação, só poderá levar à insegurança e à agitação social. Isso fomenta o ódio e a divisão e destrói as esperanças de paz.”*²⁹⁹

²⁹⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, 2002, n. 2.

²⁹⁶ JOÃO PAULO II, *Homilia do Santo Padre na cerimónia da coroação da imagem da Virgem da Caridade do Cobre*, 24 Janeiro 1998, Santiago de Cuba, n. 4.

²⁹⁷ JOÃO PAULO II, *XVI MDCS*, 1982, n. 6.

²⁹⁸ JOÃO PAULO II, *XVI MDCS*, 1982, n. 6.

²⁹⁹ JOÃO PAULO II, *XVI MDCS*, 1982, n. 6.

Sobretudo é necessário fomentar na comunicação social um ambiente de elevado nível humano, estimulando as virtudes, nomeadamente a solidariedade: *“a solidariedade que favorece o desenvolvimento integral é aquela que protege e defende a legítima liberdade de cada pessoa e a justa segurança de cada nação. Sem esta liberdade e segurança faltam as verdadeiras condições para o desenvolvimento. Não só os indivíduos, mas também as nações hão-de ter possibilidades de tomar parte nas escolhas que lhes dizem respeito. A liberdade de que devem usufruir as nações, para poderem assegurar o próprio crescimento e desenvolvimento como parceiros em pé de igualdade na família das nações, depende do respeito mútuo entre elas. Procurar a superioridade econômica, militar ou política à custa dos direitos de outras nações, é algo que faz periclitar qualquer perspectiva de verdadeiro desenvolvimento e de verdadeira paz.”*³⁰⁰

Por conseguinte o Papa irá exortar os operadores dos meios de comunicação a pugnarem por uma informação coerente, verdadeira e ao mesmo tempo virtuosa, ou seja: *“quando os demais são apresentados em termos hostis, semeiam sementes de conflito que podem facilmente converter-se em violência, guerra, e incluso genocídio. Em vez de construir a unidade e o entendimento, os meios podem ser usados para denegrir os outros grupos sociais, étnicos e religiosos, fomentando o temor e o ódio. Os responsáveis pelo estilo e o conteúdo daquilo que se comunica têm o grave dever de assegurar que isto não suceda. Realmente os meios têm um potencial enorme para promover a paz e construir pontes entre os povos, rompendo o círculo fatal da violência, vingança e as agressões sem fim, tão difundidas em nosso tempo. Nas palavras de São Paulo (...) «Não te deixes vencer pelo mal, antes vence o mal com o bem.»*³⁰¹

Este *grave dever* de fazer o bem na comunicação social, exaltado pelo Papa, não é um mero conselho indulgente de um líder religioso, faz parte da defesa da paz. Tinha sido já neste sentido, procurando um mundo solidário, que em 1967 Paulo VI, perante a aflição de um futuro ameaçado e aparentemente sem esperança, descrevera uma situação que pode ser lida como um prenúncio dos dias de hoje: *“aflige-nos profundamente tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro. No entanto, não perdemos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabarão por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo de solidariedade. Esperamos que os países, cujo desenvolvimento é menos avançado, saibam aproveitar-se dos seus vizinhos para organizar uns com os outros, em áreas territoriais mais extensas, zonas de desenvolvimento combinado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios. Esperamos também que as organizações multilaterais e internacionais encontrem, por meio da necessária reorganização, os caminhos que permitam aos povos ainda em via de desenvolvimento, sair das situações*

³⁰⁰ JOÃO PAULO II, XVI MDCS, 1982, n. 6.

³⁰¹ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 2.

difíceis, em que parecem estar embaraçados, e descobrir, na fidelidade ao seu caráter próprio, os meios do progresso social e humana.”³⁰²

Mais uma vez a resposta apresentada aos meios de comunicação será a solidariedade. João Paulo II, nesta última *Mensagem* dedicada aos meios de comunicação social, enaltece o exemplo do desempenho destes instrumentos em 2004, durante o terrível desastre natural que foi o sismo e o marmoto no Oceano Índico. Os meios de comunicação demonstraram uma enorme solicitude e a união das comunidades políticas ultrapassou as barreiras nacionais: *“se esta contribuição à construção da paz é um dos modos significativos de como os meios podem unir as pessoas, têm também grande influência positiva para impulsionar as mobilizações de ajuda em resposta a desastres naturais ou outros. Tem sido comovente ver a rapidez com que a comunidade internacional respondeu ao recente Tsunami, que provocou inúmeras vítimas. A velocidade com que as notícias viajam hoje aumenta a possibilidade de se tomar medidas práticas em tempo útil para oferecer a melhor assistência. Desta maneira, os meios podem conseguir um bem muito grande.*”³⁰³ Os meios de comunicação conseguirão fomentar a globalização positiva e quebrar os preconceitos em relação à mundialização, a partir do benefício de uma comunicação solidária. O progresso, a rapidez quase instantânea, incentiva o bem comum. Essa associação demonstrou à comunidade que quando os meios de comunicação social estão unidos na defesa de um bem maior, tornam-se promotores e zeladores da paz, fazendo com que cada cidadão seja interpelado a dar mais de si, e que cada sociedade seja mais solidária.

Contudo, para que os meios de comunicação tenham capacidade de estar ao serviço do bem comum, é imprescindível atender à solicitação do decreto conciliar *Inter Mirífica*: *“para o reto uso destes meios, é absolutamente necessário que todos os que se servem deles conheçam e ponham fielmente em prática, neste campo, as normas da ordem moral.*”³⁰⁴ No âmbito específico da comunicação social o principal preceito ético é o seguinte: *“a pessoa e a comunidade humanas são a finalidade e a medida do uso dos meios de comunicação social: a comunicação deveria realizar-se de pessoa a pessoa, para o desenvolvimento integral das mesmas.*”³⁰⁵ O Magistério insiste repetidamente em que o cerne dos meios de comunicação é o homem, e a humanização do progresso é o grande desafio do desenvolvimento; é urgente que o progresso científico, nele se incluindo os instrumentos de comunicação, esteja ao serviço do homem. Caso contrário, o desenvolvimento é vazio e arrisca-se a ser inútil ou até mesmo nocivo.

Para os meios de comunicação cumprirem a sua finalidade é imprescindível que os operadores estejam disponíveis, tal como em tempos foi pedido aos cientista,³⁰⁶ para

³⁰² PAULO IV, *Populorum progressio*, 1967, n.64.

³⁰³ JOÃO PAULO II, *XXXIX MDCS*, 2005, n. 3.

³⁰⁴ CONCÍLIO VATICANO II, *Inter Mirífica*, 1966, n. 4.

³⁰⁵ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000 n. 21.

³⁰⁶ Cf. *Fides et Ratio*, n. 46: *“No âmbito da investigação científica, foi-se impondo uma mentalidade positivista, que não apenas se afastou de toda a referência à visão cristã do mundo, mas sobretudo*

respeitar as suas exigências éticas, disponibilidade que se demonstra e se funda numa coerência associada à vida privada: *“assim sendo, são os comunicadores que devem em primeiro lugar colocar em prática nas suas vidas os valores e atitudes que são chamados a cultivar nos demais. Antes de tudo deve se incluir um autêntico compromisso com o bem comum, um bem que não se reduza aos estreitos interesses de um grupo particular ou nação, se não que acolha as necessidades e interesses de todos, o bem da família humana. Os comunicadores têm a oportunidade de promover uma autêntica cultura da vida, distanciando-se da atual conjuntura contra a vida transmitindo a verdade sobre o valor e a dignidade de toda pessoa humana.”*³⁰⁷

É neste sentido que a doutrina social orienta o homem a dar-se conta que *“a caridade social e política não se esgota nas relações entre as pessoas, mas se desdobra na rede em que tais relações se inserem, que é precisamente a comunidade social e política, e sobre esta intervém, mirando ao bem possível para a comunidade no seu conjunto. Sob tantos aspetos, o próximo a ser amado se apresenta «em sociedade», de sorte que amá-lo realmente, prover às suas necessidades ou à sua indigência pode significar algo de diferente do bem que se lhes pode querer no plano puramente inter-individual: amá-lo no plano social significa, de acordo com as situações, valer-se das mediações sociais para melhorar sua vida ou remover os fatores sociais que causam a sua indigência. Sem dúvida alguma, é um ato de caridade a obra de misericórdia com que se responde aqui e agora a uma necessidade real e impelente do próximo, mas é um ato de caridade igualmente indispensável o empenho com miras a organizar e estruturar a sociedade de modo que o próximo não se venha a encontrar na miséria, sobretudo quando esta se torna a situação em que se debate um incomensurável número de pessoas e mesmo povos inteiros, situação esta que assume hoje as proporções de uma verdadeira e própria questão social mundial.”*³⁰⁸

João Paulo II termina a sua última *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* chamando a atenção para a grandeza do ato de comunicar. Observando que Deus no Evangelho está referido como o Verbo e que Deus não é divisão, mas união: *um só povo*. Talvez o início da globalização não se tenha dado com os descobrimentos mas já no Antigo Testamento: *“O modelo e a pauta de toda comunicação encontra-se no próprio Verbo de Deus “ de muitos modos falou Deus a nossos pais por meio dos profetas; nestes últimos tempos nos falou por meio do seu Filho”. O Verbo encarnado estabeleceu uma nova aliança entre Deus e seu povo, uma aliança que também nos une, convertendo-nos em comunidade. “ De fato, ele é a nossa paz: de dois povos fez um só povo, em sua carne derrubando o muro da inimizade que os separava.”*³⁰⁹

deixou cair qualquer alusão à visão metafísica e moral. Por causa disso, certos cientistas, privados de qualquer referimento ético, correm o risco de não manterem, ao centro do seu interesse, a pessoa e a globalidade da sua vida. Mais, alguns deles, cientes das potencialidades contidas no progresso tecnológico, parecem ceder à lógica do mercado e ainda à tentação dum poder demiúrgico sobre a natureza e o próprio ser humano.”

³⁰⁷ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 4.

³⁰⁸ CDSI, n. 208

³⁰⁹ JOÃO PAULO II, XXXIX MDCS, 2005, n. 5.

CAPÍTULO IV

BENTO XVI – O DESENVOLVIMENTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, A EDUCAÇÃO E O PROGRESSO

1. Desenvolvimento e crescimento tecnológico, meios de comunicação e a procura da verdade

“Acolhendo a vigilante preocupação de Pontífices e Bispos em matéria de tanta importância, considera seu dever ocupar-se das principais questões respeitantes aos meios de comunicação social. Confia, além disso, em que a sua doutrina e disciplina, assim apresentadas, aproveitarão não só ao bem dos cristãos, mas também ao progresso de toda a sociedade humana.”³¹⁰ É desta forma que o decreto conciliar *Inter Mirifica – Sobre os Meios de Comunicação Social*, introduz as questões acerca da comunicação social que, pela natureza e importância das suas consequências, a Igreja se sente na obrigação acompanhar.

Em 2006, quarenta anos depois do fim do Concílio Vaticano II e da publicação do decreto *Inter Mirifica*, o Papa Bento XVI escreve a sua primeira *Mensagem* para a comunicação social. Trata-se de uma mensagem histórica, não só por ser a primeira do pontificado de Bento XVI, mas pela efeméride que assinala: “*Em continuidade com o quadragésimo aniversário da conclusão do Concílio Ecuménico Vaticano II, desejo recordar o Decreto sobre os Meios de Comunicação Social, Inter mirifica, que reconheceu aos mass-media o poder de influenciar toda a sociedade humana. A necessidade de usufruir do melhor modo possível de tais potencialidades, em benefício da humanidade inteira, estimulou-me, nesta minha primeira Mensagem do Dia Mundial das Comunicações Sociais, a refletir acerca do conceito de que as media se podem configurar como uma rede capaz de facilitar a comunicação, a comunhão e a cooperação.*”³¹¹

O pontificado de João Paulo II foi o terceiro mais longo da história da Igreja: durante 26 anos habitou o mundo e a comunicação social ao seu estilo. Com capacidade de aproximar as pessoas, cultivou um discurso apelativo que revelava a coerência das suas convicções, pois mesmo que o conteúdo dos discursos fosse de uma enorme exigência, era aplaudido. Esse à vontade também era transmitido à comunicação social, conquistando os jornalistas pela sua história de vida e, no final dos seus dias, pela sua fragilidade e doença. Isto não quer dizer que João Paulo II não fosse criticado pela

³¹⁰ CONCÍLIO VATICANO II, *Inter Mirifica*, 1966, n.1.

³¹¹ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006.

comunicação social³¹², mas teve a capacidade de reunir milhares de pessoas, e os encontros com o Papa eram habitualmente multitudinários.

Esta foi a herança que recebeu Bento XVI quando deu início ao seu pontificado. Com 78 anos, tinha desempenhado funções eclesiais mais doutrinárias do que pastorais. Um académico, de reconhecimento intelectual e teológico, foi assistente do Concílio Vaticano II na condição de *peritus*, professor universitário e trabalhou na Cúria desde 1981 como Prefeito da *Congregação para a Doutrina da Fé*, até ser eleito Papa.

A sua relação com os meios de comunicação não era tão ativa como a do seu predecessor, devido à sua idade avançada e a um estilo de vida mais reservado e académico. Demonstrava ser um Papa discreto nas suas aparições e introvertido nos seus discursos.

Contudo, se Wojtyła vinha da Polónia invadida, onde a Igreja era perseguida, Ratzinger vinha da Alemanha agressora, e esse facto, unido a uma certa superficialidade de comentar a história, normalmente presente nos meios de comunicação, bastou para que Bento XVI fosse muitas vezes mal interpretado na comunicação social, tendo consequências significativas no seu pontificado: basta lembrar acontecimentos como o *Discurso de Ratisbona*, ou as questões ecuménicas com os tradicionalistas, ou até mesmo as controvérsias à volta do *IOR* também chamado Banco do Vaticano.

Era notório o preconceito dos jornalistas – muitos dos seus discursos, das suas homílias e do seu comportamento em geral foram apresentados de modo distorcido, o que fomentava incompreensão e alguma intolerância da opinião pública. Essa atitude da comunicação social ficou conhecida como o *Attacco a Ratzinger*, e em 2010 dois vaticanistas, Andrea Torielli e Paolo Rodari, publicam uma investigação sobre este mau tratamento mediático a Bento XVI publicando o que chamaram o *Attacco a Ratzinger*. Apesar disto, o Papa demonstrou ao longo do seu pontificado confiar e depositar esperanças nos meios de comunicação. Considerava também a necessidade urgente de criar uma boa comunicação e insistiu na comunicação social fundada na verdade.

O conceito da verdade estará muito presente ao longo do seu Magistério. A procura, a promoção e a defesa da verdade, são prioridades de Bento XVI, sobretudo porque são prioridades da sociedade contemporânea, em todas as suas áreas: não somente na comunicação, mas na economia, no direito, na política e na arte.

³¹² Alguns dos episódios mais conhecidos, passaram-se com a cantora Irlandesa Sinéad O'Connor, que protagonizou a famosa cena em que durante um concerto, no programa com mais audiência dos EUA, *Saturday Night Live*, rasgou a fotografia do Papa João Paulo II. Também em Portugal, o Cartoonista António Antunes a 5 de Dezembro de 1992 na *Revista* do semanário *Expresso*, desenhou o Papa João Paulo II com um preservativo no nariz; o polémico *cartoon* gerou descontentamento entre os católicos, retornando-se à discussão sobre as questões de liberdade de expressão. Inclusive apresentaram um abaixo-assinado de 20 mil assinaturas (até à altura o maior abaixo assinado feito na democracia portuguesa), e o movimento solicitou à Assembleia da República o debate, e apresentou queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social.

O lema episcopal do Cardeal Joseph Ratzinger, mais tarde também lema pontifício, retrata e resume o objetivo do seu Magistério de proclamar a verdade - *Cooperatores Veritatis*. O Papa explica a sua divisa da seguinte forma: “*parecia-me, por um lado, encontrar nele a ligação entre a tarefa anterior de professor e a minha nova missão; o que estava em jogo, e continua a estar – embora com modalidades diferentes –, é seguir a verdade, estar ao seu serviço. E, por outro, escolhi este lema porque, no mundo atual, omite-se quase totalmente o tema da verdade, parecendo algo demasiado grande para o homem; e, todavia, tudo se desmorona se falta a verdade.*”³¹³

Bento XVI irá promover esta referência à verdade nas suas oito *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social*, a partir do dismantelamento do relativismo moral, da defesa da dignidade do homem e do próprio progresso tecnológico.

Numa comunidade em que o desenvolvimento tecnológico está presente em todas as áreas sociais, se se desconhece o verdadeiro fim dessa mesma tecnologia, corre-se o risco de conduzir a sociedade numa direção puramente materialista, na qual o material se tornará o *telos* e o homem um ator marginal. Num contexto materialista, a procura da verdade ficará limitada também pela falta de profundidade, originando-se uma espécie de ciclo vicioso: por um lado, a própria sociedade materialista dificulta a procura da verdade, do conhecimento do bem e do mal, dando espaço ao relativismo e ao efémero, e, por outro lado, a ausência da verdade afasta a comunidade de aprofundar convenientemente sobre o sentido e o fim de tecnologias como a comunicação social. “*A verdade que constitui o fim da pesquisa universitária, não se limita à ciência e muito menos à tecnologia. «A verdade nunca é apenas teórica» di-lo lapidariamente o Papa. «A verdade significa mais do que saber: o conhecimento da verdade tem como finalidade o conhecimento do bem.»*”³¹⁴

Bento XVI insiste que o progresso chega ao ponto de nos permitir superar o próprio *tempo* e o *espaço*, uma realidade que, apesar de parecer normal ou habitual à nossa geração, tem aspetos que seriam impensáveis em outras épocas. Nem a própria literatura de ficção-científica de Júlio Verne podia prever que a volta ao mundo se faria em menos de 80 dias; com as tecnologias da comunicação social seria em pouco menos que alguns segundos: “*em certos aspetos, os progressos tecnológicos dos meios de comunicação venceram o tempo e o espaço, permitindo a comunicação imediata e direta também entre pessoas divididas por enormes distâncias. Este desenvolvimento exige uma grande oportunidade para servir o bem comum e «constitui um património que deve ser salvaguardado e promovido.»*”³¹⁵

Esta rapidíssima evolução de uma comunicação que se tornou imediata e direta traz consigo vantagens, mas também novas e complexas questões éticas: “*o nosso mundo está longe de ser perfeito e verificamos quotidianamente que a rapidez da*

³¹³ Cf. *Biografia de Sua Santidade Bento XVI*, 2005, http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography_po.html Acedido: 25 de julho de 2013.

³¹⁴ BRAGA DA CRUZ, Manuel, “O Papa e a Universidade”, *Nova Cidadania*, Ano XI, n. 42, Lisboa, Abril – Julho 2010, p. 26.

³¹⁵ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 2.

comunicação nem sempre consegue criar um espírito de colaboração e de comunhão no âmbito da sociedade.”³¹⁶

A forma ideal de garantir o bom funcionamento destes instrumentos, segundo Bento XVI, consiste em iluminar as consciências, não consiste em formatá-las: é em liberdade que se deve formar, ajudando adequadamente cada pessoa a adquirir um pensamento próprio e capacidade de discernimento. Desta forma, uma inspeção, ou regulação, com base no controlo, na censura ou até mesmo da coação intelectual, que poderá levar a cabo uma entidade do Estado, pode ajudar numa situação pontual, mas não ajuda na resolução total e eficaz do problema.

Há que educar para uma boa utilização dos instrumentos de comunicação, principalmente na defesa da verdade, tendo como ponto de partida a assimilação do que é o bem e do que é o mal. De facto, *“iluminar as consciências dos indivíduos e ajudá-los a desenvolver o próprio pensamento não é uma tarefa fácil. A comunicação autêntica deve basear-se na coragem e na decisão. Quantos trabalham na mass-media devem estar determinados a não se deixarem subjugar pela grande quantidade de informações e não devem contentar-se com verdades parciais ou transitórias. De facto, é preciso procurar difundir as verdades fundamentais e o significado profundo da existência humana, pessoal e social.*”³¹⁷

Se corresponderem a adequados padrões de excelências e de exigência ética, *“os meios de comunicação podem contribuir construtivamente para a difusão de tudo o que é bom e verdadeiro.*”³¹⁸

A luta pela verdade na nossa sociedade - verdade que passa pela defesa da dignidade do homem, da vida, da família e da liberdade com responsabilidade – é parte importante da luta do século XXI: *“hoje o apelo que se faz à comunicação é que seja responsável, para se tornar protagonista da verdade e promotora da paz que dela deriva, mesmo se isto comporta grandes desafios.*”³¹⁹ Em 2000, com a publicação da *Ética nas Comunicações Sociais*, a Igreja insiste na necessidade de avaliar os meios de comunicação indo para além da sua condição de instrumentos: *“dizemos novamente: os mass-media nada fazem por si mesmos; eles são instrumentos, ferramentas que as pessoas utilizam como preferem. Ao refletirmos sobre os meios de comunicação social, devemos enfrentar honestamente a «mais essencial» das questões levantadas pelo progresso tecnológico: se, como resultado disto, o ser humano «se torna verdadeiramente melhor, isto é, mais amadurecido do ponto de vista espiritual, mais consciente da dignidade da sua humanidade, mais responsável, mais aberto para com o outros, em particular para com os mais necessitados e os mais fracos, e mais disponível para proporcionar e prestar ajuda a todos.»*”³²⁰

³¹⁶ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 2.

³¹⁷ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 2.

³¹⁸ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 2.

³¹⁹ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 3.

³²⁰ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 4.

2. Uma mesa redonda

A Igreja foi pioneira na apreciação dos meios de comunicação, na valorização das suas capacidades e dos seus efeitos no desenvolvimento humano. Bento XVI na sua primeira *Mensagem do 40º Dia da Comunicação Social*, qualifica os meios de comunicação como uma “*grande mesa redonda*”, onde o diálogo entre as comunidades pode ocorrer num espaço virtual, que está ao alcance de todos, onde a participação é ativa, promovendo uma envolvimento que é enriquecida pelos cidadãos numa espécie de assembleia democrática que estimula a cidadania mas também o diálogo e o conhecimento do outro.

No entanto, visto que o que tem a capacidade de fazer o bem pode também ser usado para fazer o mal, principalmente por certos comportamentos dos operadores dos meios de comunicação, existe o risco de desvirtuar esta “*grande mesa redonda*”, fomentando uma monocultura, ofuscando a criatividade, reduzindo alguns pensamentos mais complexos ou até, o que é muito comum, desvalorizando as práticas religiosas: “*os diversos instrumentos da comunicação facilitam o intercâmbio de informações e de ideias, contribuindo para a compreensão recíproca entre os diversos grupos, mas ao mesmo tempo podem ser contaminados pela ambiguidade. Os meios de comunicação social são uma «grande mesa redonda» para o diálogo da humanidade, mas algumas atitudes no seu interior podem gerar uma monocultura que ofusca o génio criativo, reduz a subtilidade de um pensamento complexo e desvaloriza as peculiaridades das práticas culturais e a individualidade do credo religioso. Estas degenerações verificam-se quando a indústria da comunicação se torna fim em si mesma, tendo unicamente por finalidade o lucro, perdendo de vista o sentido de responsabilidade no serviço ao bem comum.*”³²¹

A resposta de Bento XVI ao problema apresentado não é original, já fora apresentada e defendida nos pontificados anteriores: “*é necessário garantir uma cuidadosa crónica dos acontecimentos, uma explicação satisfatória dos assuntos de interesse público, uma apresentação honesta dos diversos pontos de vista. A necessidade de defender e encorajar o matrimónio e a vida da família é particularmente importante, sobretudo porque se faz referência ao fundamento de todas as culturas e sociedades. Em colaboração com os pais, os meios de comunicação social e as indústrias do espetáculo podem servir de apoio na difícil mas nobre e satisfatória vocação de educar as crianças, apresentando modelos edificantes de vida humana e de amor. Quando se verifica o contrário, todos nós nos sentimos desencorajados e aviltados. O nosso coração sofre sobretudo quando os nossos jovens são subjugados por expressões de amor degradantes ou falsas, que ridicularizam a dignidade doada por Deus a cada pessoa humana e ameaçam os interesses da família.*”³²²

³²¹ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 3.

³²² BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 3.

Tomando como ponto de partida a *Carta Apostólica “O rápido Desenvolvimento”*, do seu predecessor João Paulo II, Bento XVI, enumera três aspetos necessários para garantir que a comunicação atinja este autêntico grau de eficácia na defesa da verdade: a *formação*, a *participação* e o *diálogo*.

1. A *formação* é um requisito essencial, que devem possuir os utilizadores destes meios, não só para poderem tirar o maior proveito destes instrumentos, que exigem experiência e conhecimento, mas também para saberem discernir o bem do mal. É também com a *formação* que se adquire a exigência da verdade e se conseguem defender os valores em que se acredita, pois a *formação* evita a manipulação da própria consciência: um cidadão com uma *formação* consolidada sabe-se defender melhor e tirar melhor proveito nos meios de comunicação.

A *formação* dos operadores é também indispensável: os que produzem as notícias são muitas vezes embaixadores da cultura e da verdade.

Segundo a *Carta Apostólica* de João Paulo II a *formação* é sobretudo imprescindível nas gerações mais jovens, pois, para além de serem os principais utilizadores são os mais vulneráveis, e nem sempre têm a capacidade de compreender as intenções dos operadores dos meios de comunicação. A nova geração vive numa sociedade em que a informação substitui muitas vezes a *formação*, caindo no erro comum que consiste em pensar que *saber mais* implica *saber melhor*. Pode-se ler: “*em primeiro lugar, é necessário uma vasta obra formativa para fazer com que a comunicação seja conhecida e usada de maneira consciente e apropriada. As novas linguagens por ela introduzidas modificam os processos de aprendizagem e a qualidade das relações humanas, razão pela qual sem uma adequada formação se corre o risco que ela, em vez de estar ao serviço das pessoas, as instrumentalize e condicione com grande incisividade. Isto é válido, de modo especial, para os jovens que manifestam uma tendência natural para as inovações tecnológicas, e também por isto têm ainda mais necessidade de ser educados para o uso responsável e crítico dos mass-media.*”³²³

Na mesma linha de pensamento, Bento XVI insiste em que só com a *formação*, o saber e o conhecimento da linguagem, se poderá evitar a manipulação: “*a formação para um uso responsável e crítico da comunicação social ajuda a pessoa a servir-se dela de modo inteligente e apropriado. O impacto incisivo de um novo vocabulário e de novas imagens, que sobretudo os mass-media eletrónicos introduzem tão facilmente na sociedade, não devem ser subestimados. A comunicação contemporânea forma a cultura popular, portanto deve vencer qualquer tentativa de manipulação, sobretudo em relação aos jovens, procurando*

³²³ JOÃO PAULO II, *O rápido Desenvolvimento*, 2005, n. 11.

ao contrário educar e servir, para garantir a realização de uma sociedade civil digna da pessoa humana, e não a sua desagregação.”³²⁴

2. A necessidade de difundir notícias e ideias faz com que os meios de comunicação tenham alcançado um grande desenvolvimento tecnológico, que se expressa pela anulação do tempo e do espaço. Numa perspectiva de justiça, é necessário garantir a *participação* de todos, já que os desequilíbrios tecnológicos são de algum modo sempre incentivos à pobreza e, naturalmente, aos conflitos.

João Paulo II refere-se nestes termos ao imprescindível desafio da *participação*, tanto de cada utilizador, como dos operadores e até dos legisladores: *“Gostaria de chamar a atenção para o acesso aos mass-media e para a participação corresponsável na sua gestão. Se as comunicações sociais são um bem destinado a toda a humanidade, devem ser encontradas sempre formas atualizadas para tornar possível uma ampla participação na sua gestão, mesmo através de disposições legislativas oportunas. É necessário fazer crescer a cultura da coresponsabilidade.*”³²⁵

Em 2006, Bento XVI irá insistir novamente na importância de uma atitude de coresponsabilidade na *participação*, pois estes meios devem prestar um verdadeiro serviço público: *“a participação na comunicação nasce da sua própria natureza, como bem destinado a todos os povos. Como serviço público, a comunicação social exige um espírito de cooperação e coresponsabilidade, exige um uso dos recursos públicos sábio como nunca e um sério compromisso da parte de quantos desempenham papéis de responsabilidade pública, recorrendo também a normas de regulação e a outras providências ou estruturas designadas para tal finalidade.*”³²⁶

3. O *diálogo* é a forma de consolidar a participação. É a oportunidade de comunicar, no sentido amplo de transmitir: poder falar e poder ouvir. Uma das maravilhas – *mirifica* – dos meios de comunicação é poderem dar voz aos que de outra forma não teriam protagonismo. Desde o fim da II Guerra Mundial que os meios de comunicação conseguiram ter um papel fulcral na decisão dos conflitos (basta pensar na forma como a imprensa internacional deu a conhecer os campos de concentração, ou como contribuiu para a difusão do conflito do Vietnam). A partir do *diálogo* é possível dar a outra parte do confronto, que muitas vezes é ocultada por interesses.

³²⁴ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 4.

³²⁵ JOÃO PAULO II, *O rápido desenvolvimento*, 2005, n. 11.

³²⁶ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 4.

Recentemente pode-se recordar o impacto dos meios de comunicação na primeira fase da Primavera Árabe, e a rápida organização da sociedade civil com manifestações, greves, protestos e comícios. O acesso à internet e às redes sociais sensibilizou não só as suas próprias comunidades a unirem-se aos manifestantes, como toda a comunidade internacional, dando a conhecer o conflito.

Mesmo com a tentativa de abolir, ou de censurar a internet, como aconteceu em alguns estados árabes, a própria evolução tecnológica tornou impossível aos governantes dominar a informação: depois de publicada, os meios de comunicação encarregaram-se de, em poucos segundos, levar a mensagem ao resto do mundo, fazendo com que outros cidadãos dos países ocidentais exigissem aos seus líderes, a partir de pressões económicas e políticas, a defesa dos direitos humanos.

Desta forma, desde 2010, com início na Tunísia e alastrando depois pelo Norte de África e Médio Oriente, as redes sociais e os meios de comunicação desempenham um papel fundamental nos movimentos contra as ditaduras da Primavera Árabe, de tal forma que as dimensões e o impacto deste movimento se justificam sobretudo devido ao recurso dos meios de comunicação, sendo impensável de outra maneira.

Ou seja, os meios de comunicação, sem armamento bélico, mostraram ser capazes de derrubar regimes autoritários com décadas de existência, e contribuir para eliminar formas de injustiça em mais de 15 países com pouca tradição democrática.

Também se pode medir a responsabilidade dos meios de comunicação na sociedade quando acontece o contrário, ou seja, quando a comunicação social não está ao serviço do homem. Um exemplo deste facto foi o genocídio do Ruanda entre 6 de Abril e 4 de Julho de 1994, em que se estima que ocorreu a morte de 800 mil pessoas. Apesar da dimensão dos acontecimentos, não só pelo número de mortes, destruição, violações³²⁷, mas também pela forma rudimentar do armamento³²⁸ - catanas, machados, lâminas... que deixaram um cenário de guerra bárbaro - os meios de comunicação não cobriram suficientemente estas terríveis iniquidades.

No Ruanda, os poucos e indigentes instrumentos de comunicação incentivaram a violência: a primeira medida dos extremistas hútus foi apoderarem-se das rádios para aí incitarem ao ódio com marchas militares e falsas notícias.

³²⁷ A maior parte das mulheres no Ruanda foram violadas pelos extremistas; e estima-se que mais dos 5.000 bebés nascidos dessas violações foram assassinados.

³²⁸ Hoje em dia sabe-se que muito do armamento utilizado no genocídio foi financiado por desvios de verbas doadas por programas de ajuda internacionais, como o *Banco Mundial* e o *Fundo Monetário Internacional* ou o *Programa de Ajuste Estrutural*. Acredita-se que mais de 134 milhões de dólares foram utilizados para fazer o genocídio no Ruanda, que é considerado um dos países mais pobres do mundo. Desses 134 milhões de dólares, 4,6 milhões foram gastos em armas como enxadas, catanas, martelos, machados etc.

Mas a maior gravidade residiu na falha de cobertura, deliberada ou não, dos meios de comunicação internacionais. É certo que nos dias de hoje existem muitos documentários e filmes sobre este acontecimento, mas talvez esta tenha sido a forma de compensar a ausência e a indiferença durante os dias do genocídio³²⁹.

E neste sentido João Paulo II introduz a oportunidade de todos participarem no *diálogo* como um aspeto essencial do trabalho em favor da paz dos meios de comunicação: *“não se devem esquecer as grandes potencialidades que os mass-media têm ao favorecer o diálogo, tornando-se veículos de conhecimento recíproco, de solidariedade e de paz. Eles constituem um recurso positivo e poderoso, se forem postos ao serviço da compreensão entre os povos; se forem usados para alimentar injustiças e conflitos, tornam-se ao contrário uma "arma" destruidora. Já o meu venerado Predecessor, João XXIII, na Encíclica Pacem in terris, advertiu de modo profético a humanidade para estes possíveis riscos.”*³³⁰

O *diálogo* nos meios de comunicação tem a capacidade de apelar aos sentidos, mostrando frequentemente por imagens, fotografias, artigos, realidades como a fome, a guerra, os desastres ecológicos, assim como as culturas, histórias e outros conhecimentos, de comunidades distantes que se tornaram mais próximas.

Com esta capacidade de mostrar a humanidade do sofrimento, ficamos a conhecer a partir dos meios de comunicação o rosto dos que passam fome noutra continente, dos que estão em guerra, mas também de realidades próximas à nossa nação, como o desemprego e outras consequências da crise – situações e acontecimentos que de outra forma não seriam conhecidos. E por conseguinte o conhecimento desses sofrimentos aproxima as nações, podendo originar movimentos civis de solidariedade.

O recente exemplo dos meios de comunicação social ao serviço da solidariedade, ocorreu no dia 11 de Março de 2011, quando o mundo foi atormentado pela notícia de um sismo de magnitude 8,9 no Japão. Foi considerado um dos maiores sismos do mundo, provocando um marmoto com mais de 10 metros de altura. A devastação alastrou por toda a linha costeira do Pacífico, havendo a estimativa de 15 883 mortos, com a

³²⁹ Nos últimos anos realizaram-se algumas investigações na área das ciências da comunicação e dos estudos políticos, para tentar compreender a razão do aparente grave desinteresse dos meios de comunicação. Entre as conclusões destaca o facto de estar a ocorrer a guerra dos Balcãs, que para além de ter sido na mesma época, tinha uma origem similar à guerra do Ruanda - a limpeza étnica - chamando mais a atenção por ser em Sarajevo, no continente europeu, pelo que era experimentada como uma realidade mais próxima do ocidente. Outro motivo pode ter sido que era mais fácil aos jornalistas viajarem para Sarajevo, por motivos burocráticos e financeiros. Mas também, poder-se-á dizer que a não intervenção das grandes potências como os EUA ou a Grã-Bretanha, e a falta de interesse, tanto interesse político como interesse económico, dos governos ocidentais, perante o Ruanda, afetou a cobertura que seria esperada.

³³⁰ JOÃO PAULO II, *O rápido Desenvolvimento*, 2005, n. 11.

destruição de cidades inteiras. O marmoto também atingiu algumas centrais nucleares no Japão, causando uma explosão na cidade de Fukushima.

A cobertura da comunicação social internacional foi imediata e não se limitou a divulgar as notícias, mas incentivou à participação e à solidariedade, na diligência de ajudar as vítimas. Os meios de comunicação fizeram do Japão não uma ilha distante no oriente, mas uma ilha. Com o exemplo do sismo do Japão compreendeu-se não só a força na promoção da solidariedade que têm os meios de comunicação em massa, como também os benefícios da globalização e das empresas multinacionais.

No mesmo dia que se deu o sismo, a *Apple* criou a partir do seu produto *iTunes* uma página na internet para que os seus utilizadores pudessem fazer contribuições financeiras à Cruz Vermelha; a *Microsoft* também produziu um programa de cooperação dentro do seu motor de busca *Bing*³³¹, a *Google* lançou um plano para encontrar vítimas, o *Japan Person Finder*³³², para além das campanhas por mensagens, como apoios nas redes sociais no *Twitter* e no *Facebook*.

Os líderes internacionais, talvez incentivados pelos seus cidadãos, foram excepcionais no auxílio, tendo as Nações Unidas equipas de resgate de 45 países. A sociedade civil e a elite política demonstraram empenho no apoio humanitário, que ultrapassou a cultura e a cidadania.

O marmoto de 2011 foi apenas um dos exemplos da enorme mobilização da comunidade internacional, feita a partir do *diálogo* nos meios de comunicação.

Os *mass-mídia* na nova era da globalização não limitam o cidadão a uma solidariedade regional. Assim Bento XVI fala dos meios de comunicação como um elemento na construção da *civilização do Amor*: “*promoção do diálogo através do intercâmbio de cultura, a expressão de solidariedade e a adesão à paz oferecem uma grande oportunidade à comunicação social que necessita ser revalorizada e usada. Desta forma, ela torna-se recurso importante e precioso para construir uma civilização de amor, que é o desejo de todos os povos.*”³³³

3. Método da *educação positiva*: educar em liberdade

O grande desafio dos meios de comunicação é o “*desafio para a educação*”. Este tema, que foi bastante explorado nas mensagens de João Paulo II, não poderia deixar de estar presente nas advertências de Bento XVI. É notório que as tecnologias da

³³¹ Apesar da boa intenção esta campanha foi muito criticada, pois a *Microsoft* pagava por cada seguidor-*retwee* no seu perfil oficial, algumas vozes acusaram a empresa de se aproveitar do acontecimento para ganhar seguidores. A *Microsoft* desculpou-se oficialmente e doou diretamente ao Japão 100 mil dólares.

³³² Ao princípio da tarde do dia do sismo, o *Japan Person Finder* tinha 7.200 registos de pessoas, três dias depois, o número já tinha chegado a mais de 160 mil

³³³ BENTO XVI, *XL MDCS*, 2006, n. 4.

comunicação sofreram alterações desde o início do pontificado de João Paulo II até ao Bento XVI, principalmente a tecnologia dirigida aos mais novos. Esta constante evolução não deixa de levantar novos problemas, fazendo da questão da educação um tema permanente de debate. Porém também será a partir dos meios de comunicação que se podem contestar e discutir as competências dos agentes da educação.

Sem uma educação exigente não é possível salvaguardar a democracia e a liberdade. Assim, a educação é um tema recorrente no debate da atualidade e no debate da comunicação social.

Para Bento XVI, o desafio da educação nos meios de comunicação incide sobre dois pontos: *“O tema do 41º Dia Mundial das Comunicações Sociais, «As crianças e os meios de comunicação social: um desafio para a educação», convida-nos a refletir sobre dois assuntos de imensa importância. A formação das crianças é o primeiro. O segundo, talvez menos óbvio mas não menos importante, é a formação dos meios de comunicação social.”*³³⁴ Em 2007 o Papa chamará a atenção para o facto de que a ingerência da tecnologia pode deixar as famílias vulneráveis. O consumo da informação sem qualquer sentido crítico exalta o mediatismo e o efémero, e traduz-se num consumo de quantidade em vez de qualidade.

A família deste milénio é a família da globalização; os limites das próprias casas e dos lares já não são territoriais. Hoje são poucas as famílias ocidentais que não têm acesso à televisão e à internet, pelo que, sem saírem de casa, conseguem chegar a outras casas, outras cidades, outros países, outros continentes.

A importância deste tema já tinha sido destacada e em 2005, na sua última Carta Apostólica, João Paulo II reflete acerca da nova dimensão do lar e da sua relação com os meios de comunicação social: *“a nossa época é uma época de comunicação global, onde muitos momentos da existência humana se desenrolam através de processos mediáticos, ou pelo menos, se devem confrontar com eles. Limito-me a recordar a formação da personalidade e da consciência, a interpretação e a estruturação dos vínculos afetivos, o desenvolvimento das fases educativas e formativas, a elaboração e a difusão de fenómenos culturais, o desenvolvimento da vida social, política e económica.”*³³⁵

Segundo Bento XVI, hoje a comunicação social exerce extrema influência sobre a educação, em todos os sentidos formativos: *“os complexos desafios que se apresentam para a educação nos dias de hoje estão frequentemente vinculados à ampla influência dos meios de comunicação social no nosso mundo. Como um dos aspetos do fenómeno da globalização, e facilitados pelo rápido desenvolvimento da tecnologia, os meios de comunicação social modelam profundamente o ambiente cultural. Com efeito, algumas pessoas afirmam que a influência formativa dos meios de comunicação social concorre com a da escola, da Igreja e talvez mesmo do lar.”*³³⁶ A perceção da troca de

³³⁴ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 1.

³³⁵ JOÃO PAULO II, *O rápido desenvolvimento*, 2005, n. 3.

³³⁶ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 1.

papéis na incumbência da educação não pode ser vista somente como uma natural evolução da tecnologia: está-se a abdicar de um direito fundamental, sendo esta mudança de funções artificial porque se afasta tanto da própria natureza da família como da sociedade. Bento XVI completa a introdução deste tema citando a *Instrução Pastoral Aetatis Novae* de 1992: “*para muitas pessoas, a realidade corresponde ao que os mass-media definem como tal.*”³³⁷ Se pensarmos que olhamos para o mundo não com os nossos olhos, mas com uns *óculos*, que são os meios de comunicação, compreendemos a necessidade de manter as lentes dos óculos limpas sem a sujidade da mentira ou da corrupção

Está claro que a comunicação social é igualmente meio de formação. O Papa repete que as suas mensagens têm um enorme impacto cultural, que incide ainda mais nas crianças e nos jovens, principalmente por dois motivos: a) por os mais novos serem os maiores consumidores dos meios de comunicação, e a maioria destes instrumentos estarem direcionados a eles; e b) porque as crianças e os jovens, devido à sua imaturidade, são mais suscetíveis de sofrerem ainda mais as consequências de uma má comunicação.

O psicólogo norte-americano, John Condry³³⁸, questionou oportunamente o argumento que é utilizado pelos diretores televisivos: “*a televisão é responsável pelo conteúdo dos programas, mas o uso que as pessoas fazem da televisão não depende dela. Deverão as crianças ser responsabilizadas?*”³³⁹

Bento XVI, por seu turno, destacou a importância da *formação das consciências*. Será sempre neste sentido que se pronuncia a Igreja, confiando na liberdade e na consciência reta e na capacidade dos cidadãos. Bastará assegurar esta formação de uma forma ativa e permanente na comunidade, ou será necessário uma forte regulamentação, até mesmo uma censura?

Bento XVI destacou dois aspetos desta *formação das consciências*: “*a formação das crianças por parte dos mass-media; e a formação das crianças para que respondam apropriadamente aos mass-media. Sobressai um tipo de reciprocidade que indica as responsabilidades dos meios de comunicação como indústria e a necessidade de uma participação ativa e crítica dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes. Nesta perspetiva, formar-se no uso apropriado dos meios de comunicação é essencial para o desenvolvimento cultural, moral e espiritual das crianças.*”³⁴⁰

Uma vez que é indispensável educar no uso dos meios de comunicação, os pais devem assumir essa responsabilidade: “*a fecundidade do amor conjugal não se reduz apenas à procriação dos filhos. Deve também estender-se à sua educação moral e à sua formação espiritual. O «papel dos pais na educação é de tal importância que é impossível substituí-los». O direito e o dever da educação são primordiais e*

³³⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Aetatis novae*, 1992, n. 4.

³³⁸ A investigação de John Condry foi considerada na introdução do pensamento de João Paulo II.

³³⁹ CONDRY John, “Ladra do tempo, criada infiel”..., p. 66.

³⁴⁰ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 2.

*inalienáveis para os pais.*³⁴¹. Desta forma “*compete aos pais, escolher os valores que consideram fundamentais na sua formação, incluindo a religião em que os desejam iniciar. Estas escolhas estão, para além da ação do Estado*”³⁴². Claro está que os pais podem e devem contar com apoios paralelos: “*como é que se há-de salvaguardar e promover o bem comum? Educar as crianças a serem judiciosas no uso dos mass-media é uma responsabilidade que cabe aos pais, à Igreja e à escola. O papel dos pais é de importância primordial. Eles têm o direito e o dever de assegurar o uso prudente dos meios de comunicação, formando a consciência dos seus filhos a fim de que expressem juízos sadios e objetivos, que sucessivamente há de orientá-los na escolha ou rejeição dos programas disponíveis. Ao agir deste modo, os pais deveriam contar com o encorajamento e a assistência das escolas e das paróquias, para garantir que este aspeto difícil mas estimulante da educação é apoiado pela comunidade mais vasta.*”³⁴³

Em suma, o Magistério insiste constantemente na formação e na educação, devendo essa formação ser completada pelo controlo e restrições. Há que começar por confiar na razão e no discernimento de cada cidadão, assim como no seu desejo de bem. Até porque, como vimos, a censura ou controlo por si sós evitam problemas pontuais, mas não formam na independência, na capacidade para lidar com estes meios.

Desta forma, a educação para os *mass-media* tem que partir de princípios construtivos, tem de ter uma linguagem assertiva, que passará antes de mais pelo bom exemplo dos pais. Bento XVI defende uma *educação positiva*: “*A educação para os mass-media deveria ser positiva. As crianças expostas ao que é estética e moralmente excelente são ajudadas a desenvolver o apreço, a prudência e as capacidades de discernimento. Aqui é importante reconhecer o valor fundamental do exemplo dos pais e os benefícios da apresentação aos jovens dos clássicos infantis da literatura, das belas-artes e da música edificante. Enquanto a literatura popular terá sempre o seu espaço na cultura, a tentação do sensacionalismo não deveria ser passivamente aceite nos lugares de ensino. A beleza, uma espécie de espelho do divino, inspira e vivifica os corações e as mentes mais jovens, ao passo que a torpeza e a vulgaridade têm um impacto depressivo sobre as atitudes e os comportamentos.*”³⁴⁴

Esta *educação positiva* vai para além de políticas educativas, consiste numa formação humana e cultural, que comporta a excelência instrutiva. À partida as crianças já estão habitualmente expostas ao que é mais frívolo ou fútil; para além de serem em maior número, estes recursos são mais atrativos, e isso é notório tanto nos costumes, comportamentos ou hábitos na literatura, música como nos programas de informação ou de divertimento que nos proporcionam os meios de comunicação. Na *educação positiva*, segundo o Papa, os pais e os educadores tem de elevar o nível quando se dirigem às crianças, através de medidas muito concretas, a começar pela arte, ou inclusivamente cuidando o nível da conversa que se tem diante dos filhos. Para isso é necessário

³⁴¹ CIC, n. 2221.

³⁴² VIEIRA E SOUSA, Francisco, “Estado, Liberdade e Educação”, *Nova Cidadania*, Ano VIII, n. 32, Lisboa: Abril – Junho 2007.p. 14.

³⁴³ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 2.

³⁴⁴ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 2.

garantir a capacidade e a disposição dos pais, assim como contar com a colaboração das escolas, com a formação dos professores.

O fundamental é possibilitar às crianças um desenvolvimento profundo e integral, segundo a estética, no seu sentido pleno, de bem, de belo e de verdade. Num contexto assim, as crianças conseguem fazer um discernimento saudável, porque terão sempre a opção do bem, porque mesmo que este seja menos comercial nunca deixa de ser mais autêntico. Poderíamos dizer que o Papa fala de um conflito entre o belo e o sensacionalismo.

É imprescindível não perder de vista que o exercício da educação em geral, e portanto também o da *educação positiva* para o bom uso dos meios de comunicação, pressupõe a liberdade.

A liberdade, segundo a doutrina social, é o alicerce da formação: *“o homem justamente aprecia a liberdade e com paixão a busca: justamente quer e deve formar e guiar, de sua livre iniciativa, a sua vida pessoal e social, assumindo por ela plena responsabilidade. A liberdade, com efeito, não só muda convenientemente o estado de coisas externas ao homem, mas determina o crescimento do seu ser pessoa, mediante escolhas conformes ao verdadeiro bem: desse modo, o homem gera-se a si próprio, é pai do próprio ser, constrói a ordem social.”*³⁴⁵

Devido às confusões associadas à concepção mais comum de liberdade, Bento XVI sente a necessidade de redefinir o seu significado, para acautelar o risco de confundir a liberdade nos meios de comunicação com o materialismo, a busca do prazer próprio, as novas experiências efêmeras e superficiais, que, afastando-se no verdadeiro sentido das coisas, transformam a liberdade numa contradição: *“como a educação em geral, a educação aos mass-media exige a formação no exercício da liberdade. Trata-se de uma tarefa exigente. Muitas vezes a liberdade é apresentada como uma busca implacável do prazer e de novas experiências. Contudo, isto é uma condenação, não uma libertação! A verdadeira liberdade jamais poderia condenar o indivíduo - especialmente a criança - a uma busca insaciável de novidades. (...) Enquanto nos chama a escolher, não indiscriminada mas deliberadamente, tudo o que é bom, verdadeiro e belo. Assim os pais, como guardiães de tal liberdade, concederão gradualmente uma maior liberdade aos seus filhos, introduzindo-os ao mesmo na profunda alegria da vida.”*³⁴⁶

É também no *Catecismo da Igreja* que se referem os fundamentos de uma falsa liberdade e as suas consequências: *“a história da humanidade, desde as suas origens, dá testemunho de desgraças e opressões nascidas do coração do homem, como consequência de um mau uso da liberdade. (...) O exercício da liberdade não implica o direito de tudo dizer e fazer. É falso pretender que «o homem, sujeito da liberdade, se basta a si mesmo, tendo por fim a satisfação do seu interesse próprio no gozo dos bens terrenos». Por outro lado, as condições de ordem económica e social, política e*

³⁴⁵ CDSI, 2004, n. 135.

³⁴⁶ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 2.

*cultural, requeridas para um justo exercício da liberdade, são com demasiada frequência desprezadas e violadas. Estas situações de cegueira e de injustiça abalam a vida moral e induzem tanto os fracos como os fortes na tentação de pecar contra a caridade. Afastando-se da lei moral, o homem atenta contra a sua própria liberdade.*³⁴⁷

O caminho para a liberdade não é um caminho na superficialidade, pois existe mais liberdade se houver um enraizado e profundo conhecimento das realidades, sobretudo um maior autoconhecimento do homem e dos seus limites. Segundo Bento XVI, este caminho fundamenta-se nos elementos do *bem*, do *belo* e da *verdade*, sendo necessária a aliança com a comunicação social, que é o suporte essencial na transmissão destes elementos à sociedade. Neste âmbito os meios de comunicação deveriam empenhar-se na cooperação com a educação, salvaguardando “*esta aspiração sincera dos pais e professores de educar as crianças pelos caminhos da beleza, da verdade e da bondade somente pode ser sustentada pela indústria dos meios de comunicação, na medida em que ela promover a dignidade humana fundamental, o valor genuíno do matrimónio e da vida familiar, e as conquistas e as finalidades positivas da humanidade. Deste modo, a necessidade que os mass-media têm de se comprometerem na formação efetiva e nos padrões éticos é considerada com particular interesse e mesmo urgência, não só pelos pais e professores, mas também por todos aqueles que têm um sentido de responsabilidade cívica.*”³⁴⁸

Contudo fazer da degradação humana um motivo de entretenimento não é uma ocorrência primitiva ou distante na história; pode assumir configurações muito variadas, mas não deixa de ser uma situação frequente nos meios de comunicação. Isto traduz não só falta de formação humana e intelectual, mas também a ausência do belo. É por isso que o Papa nesta *Mensagem* insiste continuamente na necessidade de formar para a estética no seu sentido pleno.

4. Comunicar para a educação ou educar para comunicar?

Bento XVI não põe em causa que os operadores da comunicação sejam, à partida, bem-intencionados, “*a abordagem da Igreja aos meios de comunicação social é fundamentalmente positiva, encorajadora*”³⁴⁹. Mas com frequência esses operadores estão sujeitos a pressões e nem sempre conseguem fazer prevalecer a boa intenção de realizar um trabalho em prol da dignidade do homem: “*mesmo quando estamos convencidos de que muitas pessoas comprometidas nos meios de comunicação desejam realizar o que é justo, devemos reconhecer também que as que trabalham neste campo*

³⁴⁷ CIC n.1739-1740.

³⁴⁸ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 3.

³⁴⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 4.

enfrentam «pressões psicológicas e dilemas éticos particulares», que por vezes veem a concorrência comercial impelir os comunicadores para níveis mais baixos.»³⁵⁰

Em 1992, no vigésimo aniversário de *Communio et Progressio*, o Pontifício Conselho para as Comunicações publica a Instrução Pastoral *Aetatis Novae – Nova Época*, onde se analisa a questão das pressões exercidas sobre os meios de comunicação: *“o trabalho no campo das comunicações supõe pressões psicológicas e dilemas éticos particulares. Ao considerarmos a importância do papel desempenhado pelos mass-media na formação da cultura contemporânea e na estruturação da vida de numerosos indivíduos e sociedades, parece ser essencial que os profissionais dos mass-media, assim como das indústrias da comunicação, considerem as suas responsabilidades com um profundo ideal e vontade de servir a humanidade.”³⁵¹* No mesmo ponto, este documento defende uma posição clara, de auxílio e de assistência por parte da Igreja: *“isto requer da Igreja uma responsabilidade correspondente: é necessário que ela elabore e proponha programas pastorais que respondam exatamente às condições particulares de trabalho e aos desafios éticos, com os quais se defrontam os profissionais da comunicação. Com efeito, estes programas pastorais deveriam comportar uma formação permanente, que possa ajudar estes homens e mulheres — muitos dos quais desejam sinceramente saber e praticar o que é justo nos planos ético e moral — a estarem cada vez mais impregnados de critérios morais, tanto no sector profissional como a nível privado.”³⁵²*

Apesar de se compreender que estes operadores sofrem grandes pressões, não se podem tolerar faltas de respeito por aquilo que é mais valioso na terra, ou seja, pelo homem. Os atentados à dignidade humana, as injustiças, a opressão e a violência têm consequências, principalmente nas gerações de crianças. O Papa Bento XVI, insiste neste ponto, servindo-se mesmo das palavras mais duras presentes no Evangelho: *“Qualquer tendência a realizar programas e produtos - inclusive desenhos animados e videojogos - que, em nome do entretenimento, exalta a violência e apresenta comportamentos anti-sociais ou a banalização da sexualidade humana constitui uma perversão, e é ainda mais repugnante quando tais programas são destinados às crianças e aos adolescentes. Como é que se poderia explicar este «entretenimento» aos numerosos jovens inocentes que realmente são vítimas da violência, da exploração e do abuso? A este propósito, todos deveriam refletir sobre o contraste entre Cristo, que «as tomou nos braços e as abençoou, impondo-lhes as mãos» e aquele que «escandaliza estes pequeninos», a quem «seria melhor que lhe atassem ao pescoço uma pedra de moinho». Uma vez mais, exorto os responsáveis da indústria dos meios de comunicação a salvaguardarem o bem comum, a promoverem a verdade, a protegerem a dignidade humana de cada indivíduo e a fomentarem o respeito pelas necessidades da família.”³⁵³*

³⁵⁰ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 3.

³⁵¹ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Aetatis Novae*, 1992, n. 19.

³⁵² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Aetatis Novae*, 1992, n. 19.

³⁵³ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 3.

A Igreja pode, e deve, ter uma participação ativa na formação dos comunicadores e na cooperação com os pais na educação. A Instrução Pastoral *Aetatis Novae* dedica um capítulo às “*Prioridades Pastorais e respetivos meios de resposta*”, no qual se afirma que o objetivo dessa participação é a “*defesa das culturas humanas*”: “*Dada a situação existente em numerosos lugares, a sensibilidade aos direitos e aos interesses dos indivíduos pode, frequentemente, motivar a Igreja a favorecer outros meios de comunicação. (...) A educação e a formação para a comunicação devem fazer parte integrante da formação dos agentes pastorais e dos sacerdotes. São necessários vários elementos e aspetos para esta educação e formação. No mundo atual, tão influenciado pelos mass-media, é necessário, por exemplo, que as pessoas comprometidas na Igreja tenham, pelo menos, uma visão de conjunto do impacto que as novas tecnologias da informação e dos mass-media exercem sobre os indivíduos e a sociedade. Devem ainda estar prontas a partilhar o seu ministério, tanto com aqueles que são «ricos em informação» como com os que são «pobres em informação». Devem também saber como convidar ao diálogo, evitando um estilo de comunicação suscetível de sugerir domínio, manipulação ou o próprio proveito. Quanto aos que estarão ativamente empenhados em trabalhos de comunicação para a Igreja, é necessário que adquiram competência profissional em matéria de mass-media, assim como uma formação doutrinal e espiritual.*”³⁵⁴

O objetivo do Magistério é ajudar a fazer da comunicação um serviço ao outro: “*a Igreja deseja partilhar uma visão da dignidade humana que é central para toda a comunicação humana digna. «Eu vejo com os olhos de Cristo e posso dar ao outro muito mais do que as coisas externamente necessárias: posso dar-lhe o olhar de amor de que ele precisa.*”³⁵⁵

5. A globalização pelo dever da verdade

O acesso crescente aos meios de comunicação proporcionou uma nova forma de interpretar a realidade, tanto nas conjunturas políticas, económicas, desportivas, como nas religiosas. Se antes o protagonismo que os meios de comunicação proporcionavam era direcionado a uma elite, hoje todas as pessoas que tenham acesso à internet têm igualmente acesso a uma possibilidade de espaço social, para darem as suas opiniões, críticas e apreciações, podendo falar sobre tudo, mesmo que não sejam especialistas ou conhecedores das matérias em questão.

Esta nova circunstância da vida comunitária traz outra visão da sociedade civil, uma visão mais extensiva do modo de fazer e intervir na política. Ou seja, a política já não está limitada aos parlamentos ou às câmaras, como também não está reduzida aos jornais: fazer política no século XXI permanece ao alcance de todos, e assim, existe uma nova forma de afirmar a democracia.

³⁵⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Aetatis Novae*, 1992, n. 16 e 18.

³⁵⁵ BENTO XVI, *XLI MDCS*, 2007, n. 4.

Este facto torna-se evidente, primeiramente, nas estações televisivas, com o aumento do número de programas de opinião pública em que a intervenção é feita diretamente pelos usuários: telefonando ou comentando as notícias por mensagens. Mas a maior participação dar-se-á com a internet, os *blogs* e as redes sociais, que qualquer pessoa pode usufruir. Tecendo as suas próprias opiniões, um comum cidadão torna-se um *opinion maker* e cada vez com mais influência. Hoje existe um grande número de pessoas que se informa a partir dos *blogs*, ou seja existe uma leitura da informação a partir de considerações já protagonizadas, assim como muitos dos atuais comentadores políticos, económicos, desportistas ou até mesmo comediantes e especialistas em moda, surgiram tanto dos *blogs* como das redes sociais. A influência que estes *críticos amadores* exercem é incalculável. *“Como é importante o papel destes instrumentos na vida das pessoas e da sociedade. De facto, não existe âmbito da experiência humana, sobretudo se enquadrada no vasto fenómeno da globalização, onde os mass-media não se tenham tornado parte constitutiva das relações interpessoais e dos processos sociais, económicos, políticos e religiosos. A tal propósito, escrevi na Mensagem para a Jornada da Paz do passado dia 1 de Janeiro: «Os meios de comunicação social, pelas potencialidades educativas de que dispõem, têm uma responsabilidade especial de promover o respeito pela família, de ilustrar as suas expectativas e os seus direitos, de pôr em evidência a sua beleza.»”*³⁵⁶

Este aspeto da globalização faz despertar a consciência da sociedade civil para uma cidadania ativa, dispondo os cidadãos a serem mais participativos, através de associações ou grupos de pressão.

A comunicação social ao interferir em todos os domínios da sociedade, influencia a vida do homem e põe em causa a sua própria felicidade. Também por isso, os meios de comunicação não podem prescindir nunca da verdade em que o Papa tanto insiste. Essa referência é tanto mais necessária nos meios de comunicação quanto maior for a sua capacidade tecnológica: *“graças a uma vertiginosa evolução tecnológica, os referidos meios foram adquirindo potencialidades extraordinárias, ao mesmo tempo que levantavam novas e inéditas interrogações e problemas.”*³⁵⁷

É evidente que a globalização proporciona mais comunicação, e daí decorrem numerosas vantagens para a humanidade: *“É inegável a contribuição que podem dar para a circulação das notícias, o conhecimento dos factos e a difusão do saber: por exemplo, contribuíram de modo decisivo para a alfabetização e a socialização, como também para o avanço da democracia e do diálogo entre os povos. Sem a sua contribuição, seria verdadeiramente difícil favorecer e melhorar a compreensão entre as nações, conferir respiro universal aos diálogos de paz, garantir ao homem o bem primário da informação, assegurando ao mesmo tempo a livre circulação de intentos a bem nomeadamente dos ideais de solidariedade e justiça social. Sim! Os mass-media, no seu conjunto, não servem apenas para a difusão das ideias, mas podem e devem ser*

³⁵⁶ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 1.

³⁵⁷ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 2.

também instrumentos ao serviço de um mundo mais justo e solidário.”³⁵⁸ Bento XVI refere-se com entusiasmo às vantagens dos meios de comunicação, não como simples instrumentos de difusão de informação, mas como embaixadores de um mundo mais justo e solidário.

Para isso, estes instrumentos não se devem limitar à tecnologia, ser só instrumentos: *“Infelizmente, é bem real o risco de, pelo contrário, se transformarem em sistemas que visam submeter o homem a lógicas ditadas pelos interesses predominantes de momento. É o caso de uma comunicação usada para fins ideológicos ou para a venda de produtos de consumo mediante uma publicidade obsessiva. Com o pretexto de se apresentar a realidade, de facto tende-se a legitimar e a impor modelos errados de vida pessoal, familiar ou social. Além disso, para atrair os ouvintes, a chamada quota de audiências, por vezes não se hesita em recorrer à transgressão, à vulgaridade e à violência. Existe enfim a possibilidade de serem propostos e defendidos, através dos mass-media, modelos de desenvolvimento que, em vez de reduzir, aumentam o desnível tecnológico entre países ricos e pobres.*”³⁵⁹

O texto recorda o paradoxo denunciado pela Igreja: por um lado, o poder tecnológico e a capacidade de difusão que faz destes meios o *quarto poder*, por outro lado, a sua vulnerabilidade ao enorme perigo da corrupção; é esse risco que leva Bento XVI a denunciar a cultura vazia de ideias, ou os *“interesses predominantes de momento”*³⁶⁰, que invadem com facilidade os dispositivos da comunicação, mas que, por não visarem a verdadeira felicidade humana, deixam o homem do século XXI privado das inquietações profundas. Essa superficialidade levará a que a seleção dos programas, sejam eles de divertimento ou de informação, seja realizada pelo vulgar ou pela audiência, descendo gradualmente o nível da programação oferecida.

O Papa denuncia um fator de aparente autoritarismo nos meios de comunicação, quando escreve que, *“com o pretexto de se apresentar a realidade”*³⁶¹ a comunicação social tem esta tendência a cair na falácia: com a boa intenção de apresentar a realidade, fogem à própria verdade. É muito comum nestes meios a propaganda de estilos de vida que pertencem a pequenas minorias e nem de longe refletem a própria realidade, ou apelarem à tolerância para fazerem uma autocensura da própria cultura, dos seus costumes e tradições. Estes acontecimentos, muito presentes nas televisões, nos jornais e na internet, são consequência de interesses ideológicos: *“de facto tende-se a legitimar e a impor modelos errados de vida pessoal”*, fazendo passar a ideia de que o errado é comum e tende-se a interpretá-lo como normal ou certo.

6. A encruzilhada do progresso

³⁵⁸ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 2.

³⁵⁹ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 2.

³⁶⁰ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 2.

³⁶¹ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 2.

*“A humanidade encontra-se hoje numa encruzilhada.”*³⁶² Este é o ponto de partida de Bento XVI. O Papa aplica esta ideia também aos meios de comunicação: *“A humanidade encontra-se hoje numa encruzilhada. Vale também para os media aquilo que escrevi, na Encíclica Spe salvi, sobre a ambiguidade do progresso, que oferece inéditas potencialidades para o bem, mas ao mesmo tempo abre possibilidades abissais de mal que antes não existiam.”*³⁶³

Entre as ambiguidades no progresso que conduzem a humanidade a uma *encruzilhada* encontram-se, por um lado, a conceção e o desenvolvimento de uma tecnologia com inéditas potencialidades, e, por outro lado, essa mesma tecnologia que contribui para uma sociedade injusta. Os meios de comunicação, enquanto motores do crescimento tecnológico e científico, são atores principais desta *encruzilhada*.

Neste sentido, o Papa denunciará um facto muito presente na comunicação social: a propensão que estes meios têm para explorar a novidade. Por vezes à custa de uma inovação forçada e artificial, são recriados comportamentos e realidades, e isto de forma suave – *soft power* - a partir de programas de divertimento, ou com informações sentimentalistas: *“hoje, de modo sempre mais acentuado, a comunicação parece às vezes ter a pretensão não só de apresentar a realidade, mas também de a determinar graças à capacidade e força de sugestão que possui. Constata-se, por exemplo, que em certos casos os mass-media são utilizados, não para um correto serviço de informação, mas para «criar» os próprios acontecimentos. (...) Exatamente porque se trata de realidades que incidem profundamente em todas as dimensões da vida humana (moral, intelectual, religiosa, relacional, afetiva, cultural), estando em jogo o bem da pessoa, impõe-se reafirmar que nem tudo aquilo que for tecnicamente possível é eticamente praticável. Por isso, o impacto dos meios de comunicação sobre a vida do homem contemporâneo coloca questões inevitáveis, que aguardam decisões e respostas não mais adiáveis.”*³⁶⁴

A exaltação da técnica ameaça a cultura contemporânea: *“impõe-se reafirmar que nem tudo aquilo que for tecnicamente possível é eticamente praticável”*³⁶⁵; por exemplo a bomba atómica foi concebida pela mais avançada tecnologia da época. Esta discussão, clássica na teoria política, acentuou-se no mundo pós-moderno, no qual a tecnologia se tornou uma realidade elementar na cultura ocidental; ressalta assim com maior nitidez a necessidade da razão e da ciência se fazerem acompanhar pela ética.

Na *Ética nas Comunicações Sociais* afirma-se: *“a ética na comunicação social não está interessada unicamente naquilo que aparece nos ecrãs do cinema e da televisão, nas transmissões radiofónicas, nas páginas impressas e na Internet, mas em muitas outras coisas. A dimensão ética está relacionada não só ao conteúdo da comunicação (a mensagem) e o processo de comunicação (o modo de comunicar), mas nas questões fundamentais das estruturas e sistemas, que com frequência incluem*

³⁶² BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 3.

³⁶³ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 3.

³⁶⁴ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 3.

³⁶⁵ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 3.

grandes problemas de política que dependem da distribuição de tecnologia e produtos sofisticados (quem serão os ricos de informação e os pobres de informação?). Estes interrogativos indicam outras questões com implicações económicas e políticas para a propriedade e o controle. Pelo menos nas sociedades abertas, dotadas de economia de mercado, a principal questão ética pode dizer respeito ao modo de equilibrar o lucro em relação ao serviço de interesse público, compreendido segundo uma conceção global do bem comum.”³⁶⁶

7. Em defesa de uma *info-ética*

Bento XVI atribui à comunicação social um papel imprescindível, considerando-a “parte integrante da questão antropológica”, como se já fizesse parte da própria natureza do homem do século XXI: “*o papel que os instrumentos de comunicação assumiram na sociedade é já considerado parte integrante da questão antropológica, que surge como desafio crucial do terceiro milénio. De modo semelhante ao que se verifica no sector da vida humana, do matrimónio e da família e no âmbito das grandes questões contemporâneas relativas à paz, à justiça e à defesa da criação, também no sector das comunicações sociais estão em jogo dimensões constitutivas do homem e da sua verdade.*”³⁶⁷

Aliás, os meios de comunicação, enquanto portadores de uma mensagem, têm desde logo impacto no modo de interpretar as questões que são fundamentais para o homem. Trata-se de dimensões que constituem o próprio homem, e a comunicação social tem aqui responsabilidades éticas: “*quando a comunicação perde as amarras éticas e se esquiva ao controle social, acaba por deixar de ter em conta a centralidade e a dignidade inviolável do homem, arriscando-se a influir negativamente sobre a sua consciência, sobre as suas decisões, e a condicionar em última análise a liberdade e a própria vida das pessoas. Por este motivo é indispensável que as comunicações sociais defendam ciosamente a pessoa e respeitem plenamente a sua dignidade. São muitos a pensar que, neste âmbito, seja atualmente necessária uma «info-ética» tal como existe a bioética no campo da medicina e da pesquisa científica relacionada com a vida.*”³⁶⁸

Bento XVI é pioneiro na proposta de criação da disciplina da *info-ética*. Uma *info-ética* que, para o Papa, não se limita às importantes políticas públicas sobre as patentes intelectuais, como o *copyright*, mas se deveria centrar sobretudo em questões antropológicas como o respeito pela dignidade do homem, pela vida e pela verdade nos meios de comunicação.

Em 2009, um ano depois de impulsionar a criação de uma *info-ética*, Bento XVI apresentará claramente este desafio na sua última encíclica *Caritas in Veritate – Caridade na Verdade*: “*Dada a importância fundamental que têm na determinação de*

³⁶⁶ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000, n. 20.

³⁶⁷ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 4.

³⁶⁸ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 4.

*alterações no modo de ler e conhecer a realidade e a própria pessoa humana, torna-se necessária uma atenta reflexão sobre a sua influência principalmente na dimensão ético-cultural da globalização e do desenvolvimento solidário dos povos. Como requerido por uma correta gestão da globalização e do desenvolvimento, o sentido e a finalidade dos mass-media devem ser procurados no fundamento antropológico. Isto quer dizer que os mesmos podem tornar-se ocasião de humanização, não só quando, graças ao desenvolvimento tecnológico, oferecem maiores possibilidades de comunicação e de informação, mas também e sobretudo quando são organizados e orientados à luz de uma imagem da pessoa e do bem comum que traduza os seus valores universais. Os meios de comunicação social não favorecem a liberdade nem globalizam o desenvolvimento e a democracia para todos simplesmente porque multiplicam as possibilidades de interligação e circulação das ideias; para alcançar tais objetivos, é preciso que estejam centrados na promoção da dignidade das pessoas e dos povos, animados expressamente pela caridade e colocados ao serviço da verdade, do bem e da fraternidade natural e sobrenatural. De facto, na humanidade, a liberdade está intrinsecamente ligada a estes valores superiores. Os mass-media podem constituir uma válida ajuda para fazer crescer a comunhão da família humana e o ethos das sociedades, quando se tornam instrumentos de promoção da participação universal na busca comum daquilo que é justo.*³⁶⁹

8. Cooperadores da verdade

Como já referimos, Bento XVI não se revelou um homem apaixonado apenas pela verdade escatológica, mas também por uma procura incessante da verdade em todas as realidades humanas. É novamente na encíclica *Caritas in Veritate* que refere, logo na introdução, esta perpétua aspiração: *“todos os homens sentem o impulso interior para amar de maneira autêntica: amor e verdade nunca desaparecem de todo neles, porque são a vocação colocada por Deus no coração e na mente de cada homem.*³⁷⁰

Para criar as condições para o homem se encontrar com a verdade *“é preciso evitar que os mass-media se tornem o megafone do materialismo económico e do relativismo ético, verdadeiras pragas do nosso tempo.*³⁷¹

Joseph Ratzinger distinguiu-se no combate filosófico ao relativismo, fazendo-o de modo incisivo enquanto professor e depois como Cardeal. Também durante todo o seu Pontificado foi evidente a denúncia destas ideologias, referindo-se muitas vezes ao relativismo como a ditadura do século XXI.

Denunciou o perigo do relativismo, sobretudo na sua prática, e na política, apresentando-o como uma ideologia dissimulada - disfarçada de liberdade. Muitos cidadãos são vítimas e divulgadores do relativismo sem o saberem: *“não surge, de*

³⁶⁹ BENTO XVI, *Caridade na Verdade*, 2009, n. 73.

³⁷⁰ BENTO XVI, *Caridade na Verdade*, 2009, n. 1.

³⁷¹ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 5.

*modo algum, apenas como resignação perante incomensurabilidade da verdade, mas define-se igualmente pela positiva, pelos conceitos de tolerância, de reconhecimento em diálogo e de uma liberdade que seria restringida pela afirmação de uma verdade válida para todos.*³⁷²

As consequências do relativismo ultrapassaram a própria filosofia, ou seja, não é mais uma corrente ideológica, que pertence a uma elite intelectual, é um pensamento com efeitos morais, políticos e sociais bastante enraizados na nossa cultura. O cardeal Ratzinger identificou algumas esferas de influência em que o relativismo adquire uma enorme autoridade, como a arte – da literatura, à música ou à pintura –, a política, o direito – com legislações que se afastam da lei natural –, a democracia, a ética e a própria religião.³⁷³

Para Bento XVI a comunicação social é também meio na luta contra a ditadura do relativismo³⁷⁴, tornando-se assim cooperadora da verdade.

A verdade é a primeira *vocação* dos instrumentos de comunicação. Para o homem não só existe a necessidade de procurar a verdade como também de a transmitir e comunicar: *“Usar para tal fim as linguagens todas e cada vez mais belas e primorosas de que dispõem os mass-media é uma tarefa grandiosa, confiada em primeiro lugar aos responsáveis e operadores do sector. Mas tal tarefa, de algum modo, diz respeito a todos nós, porque todos, nesta época da globalização, somos utentes e operadores de comunicações sociais.”*³⁷⁵ Quem trabalha em prol deste objetivo tem uma enorme responsabilidade por isso deve propor a verdade de forma amável e atrativa.

Ao mesmo tempo, dados os recursos tecnológicos hoje disponíveis, o homem contemporâneo tornou-se simultaneamente utente e operador, pelo que a responsabilidade de defender a verdade a partir da comunicação social não é uma responsabilidade específica dos profissionais, mas sim de todos os cidadãos.

Inspirado por João Paulo II, Bento XVI desafia a tecnologia a repropor uma adequada noção do humano ao próprio homem: *“os novos mass-media, sobretudo telefonia e internet, estão a modificar a própria fisionomia da comunicação, e talvez esta seja uma ocasião preciosa para a redesenhar, ou seja, para tornar mais visíveis, como disse o meu venerado predecessor João Paulo II, os traços essenciais e irrenunciáveis da verdade sobre a pessoa humana.”*³⁷⁶

O Papa acredita que as mensagens dos meios de comunicação, quando transmitem a verdadeira beleza da vida humana, expressam a inquietação pela procura da verdade, que está presente em todos os *corações*, não esquecendo que a visão evangélica do coração é a vontade que move o homem: *“o homem tem sede de verdade,*

³⁷² RATZINDER, Joseph, *Fé Verdade Tolerância – O Cristianismo e as Grandes Religiões do Mundo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2006, p. 107.

³⁷³ Sobretudo a partir dos anos 50 com o debate da teologia pluralista.

³⁷⁴ Ver anexo J, p. 173.

³⁷⁵ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 5.

³⁷⁶ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 5.

anda à procura da verdade; demonstram-no nomeadamente a atenção e o sucesso registados por muitas publicações, programas ou filmes de qualidade, onde são reconhecidas e bem apresentadas a verdade, a beleza e a grandeza da pessoa, incluindo a sua dimensão religiosa. Jesus disse: «Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.»³⁷⁷

Citando novamente o seu antecessor³⁷⁸, Bento XVI conclui a sua Mensagem do ano 2008: “«Saibam tornar-se intérpretes das exigências culturais contemporâneas, comprometendo-se a viver esta época da comunicação, não como um tempo de alienação e de confusão, mas como um período precioso para a investigação da verdade e para o desenvolvimento da comunhão entre as pessoas e entre os povos.»³⁷⁹

9. No impulso da cultura

O pensamento da doutrina social faz parte da cultura³⁸⁰ ocidental, aqui entendida no sentido amplo de um conjunto de conhecimentos e práticas sociais que vão construindo a história: os seus valores, as suas perspectivas económicas, as suas políticas, tendo sempre como fim o encontro com a pessoa humana, porque não existe uma cultura sem o homem: “o homem que, no mundo visível, é o único sujeito ótico da cultura, é também o seu único objeto e o seu termo. A cultura é aquilo pelo qual o homem enquanto homem se torna mais homem, “é” mais, chega mais ao “ser”.³⁸¹

Os meios de comunicação social são impulsionadores de uma ação significativa na criação e divulgação da cultura. Estes instrumentos são agentes distintos: “o caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos instrumentos da comunicação social (...) o mundo dos mass-media, na sequência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume.”³⁸²

Os meios de comunicação social são os atores principais da cultura contemporânea, recriam novas visões sociais, artísticas, políticas e económicas. Daí a necessidade de salvaguardar os conceitos fundamentais. Em 2009, Bento XVI escolhe como tema do 43º Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social as Novas tecnologias, novas relações: Promover uma cultura de respeito, de diálogo, de amizade. Esta mensagem é principalmente direcionada para os mais jovens, para os que já nasceram e vivem num mundo emanado das tecnologias digitais, não conhecendo outra realidade: o Papa irá denominá-los como a *Geração Digital*.

³⁷⁷ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 6.

³⁷⁸ JOÃO PAULO II, *Discurso no Congresso Parábolas mediáticas*, 9, Novembro, 2002.

³⁷⁹ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 6.

³⁸⁰ Ver anexo L, p.176.

³⁸¹ JOÃO PAULO II, *Discurso na sede da organização das Nações Unidas – Para a Educação, ciência e Cultura – UNESCO*, n.7, Paris 2, Junho, 1980.

³⁸² JOÃO PAULO II, *Christifideles laici*, 1988, n. 44.

Nesta *Mensagem* Bento XVI adota um tom mais educativo, apresentando-a como uma espécie de manual que elucida o modo de aproveitar bem as novas tecnologias e, sobretudo, de fazer o bem com as novas tecnologias: *“com efeito, as novas tecnologias digitais estão a provocar mudanças fundamentais nos modelos de comunicação e nas relações humanas. Estas mudanças são particularmente evidentes entre os jovens que cresceram em estreito contacto com estas novas técnicas de comunicação e, conseqüentemente, sentem-se à vontade num mundo digital que entretanto para nós, adultos que tivemos de aprender a compreender e apreciar as oportunidades por ele oferecidas à comunicação, muitas vezes parece estranho. Por isso, na mensagem deste ano, o meu pensamento dirige-se de modo particular a quem faz parte da chamada geração digital: com eles quero partilhar algumas ideias sobre o potencial extraordinário das novas tecnologias, quando usadas para favorecerem a compreensão e a solidariedade humana.”*³⁸³

Para o Papa as novas tecnologias são um dom no acesso à cultura e, mais uma vez, têm de o ser de forma equitativa, assegurando a igualdade de oportunidades no acesso a estes instrumentos. Sobretudo é necessário garantir esse acesso aos mais *carenciados* pois para esses as disparidades têm conseqüências maiores: *“Estas tecnologias são um verdadeiro dom para a humanidade: por isso devemos fazer com que as vantagens que oferecem sejam postas ao serviço de todos os seres humanos e de todas as comunidades, sobretudo de quem está necessitado e é vulnerável.”*³⁸⁴

Esta nova cultura, totalmente modernizada e remodelada pela tecnologia, também transforma profundamente as relações humanas: a amizade e o amor podem ser os mesmos sentimentos experimentados no passado, mas a sua forma de expressão alterou-se. Essas mudanças são significativas na sociedade, porque assumem outras expressões, outras linguagens e outras formas de se conviver: *“a facilidade de acesso a telemóveis e computadores juntamente com o alcance global e a omnipresença da internet criou uma multiplicidade de vias através das quais é possível enviar, instantaneamente, palavras e imagens aos cantos mais distantes e isolados do mundo: trata-se claramente duma possibilidade que era impensável para as gerações anteriores. De modo especial os jovens deram-se conta do enorme potencial que têm os novos mass-media para favorecer a ligação, a comunicação e a compreensão entre indivíduos e comunidade, e usam-nos para comunicar com os seus amigos, encontrar novos, criar comunidades e redes, procurar informações e notícias, partilhar as próprias ideias e opiniões.”*³⁸⁵

O Papa apresenta alguns exemplos mais pontuais das vantagens das novas tecnologias na cultura contemporânea: na *família*, na *academia* e no *progresso social*: *“desta nova cultura da comunicação derivam muitos benefícios: as famílias podem permanecer em contacto apesar de separadas por enormes distâncias, os estudantes e os investigadores têm um acesso mais fácil e imediato aos documentos, às fontes e às*

³⁸³ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁸⁴ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁸⁵ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

descobertas científicas e podem por conseguinte trabalhar em equipa a partir de lugares diversos; além disso a natureza interativa dos novos mass-media facilita formas mais dinâmicas de aprendizagem e comunicação que contribuem para o progresso social.”³⁸⁶

Pelas palavras do *Génesis* “*Não é bom que o homem esteja só*”³⁸⁷ exibe-se esta imprescindibilidade das relações humanas, que pode ser considerada como impulsionadora na espontânea evolução dos meios de comunicação: “*a velocidade com que as novas tecnologias evoluíram em termos de segurança e eficiência, não deveria surpreender-nos a sua popularidade entre os utentes porque elas respondem ao desejo fundamental que têm as pessoas de se relacionar umas com as outras.*”³⁸⁸. Bento XVI menciona o valor da amizade, que foi também bastante explorado por Agostinho de Hipona, um dos filósofos com mais influência no pensamento ratzingeriano.

A comunicação é um elemento essencial na realização do homem e pode mesmo dizer-se que radicalmente o homem foi criado para a comunicação; este facto adquire um alcance universal na cultura: “*a humanidade inteira uma única família*”³⁸⁹. Assim, o Papa irá identificar um sentido ainda mais profundo nos meios tecnológicos de comunicar: o desejo sobrenatural de comunicar “*deve antes ser lido como reflexo da nossa participação no amor comunicativo e unificante de Deus, que quer fazer da humanidade inteira uma única família. Quando sentimos a necessidade de nos aproximar das outras pessoas, quando queremos conhecê-las melhor e dar-nos a conhecer, estamos a responder à vocação de Deus - uma vocação que está gravada na nossa natureza de seres criados à imagem e semelhança de Deus, o Deus da comunicação e da comunhão.*”³⁹⁰

10. Comunicar pelo amor

No final do seu primeiro ano de pontificado Bento XVI apresentou a sua primeira encíclica; inspirando-se numa passagem de São João³⁹¹, intitula-a *Deus Caritas est - Deus é Amor*: “*Num mundo em que ao nome de Deus se associa às vezes a vingança ou mesmo o dever do ódio e da violência, esta é uma mensagem de grande atualidade e de significado muito concreto. Por isso, na minha primeira Encíclica, desejo falar do amor com que Deus nos cumula e que deve ser comunicado aos outros por nós.*”³⁹²

O Papa recorda que na visão cristã, o amor não é um mero sentimento, é o próprio ser de Deus. A partir daqui denuncia a má interpretação do conceito de amor, que acusa de estar na origem de muitos dos problemas da atualidade: refere-se não só às

³⁸⁶ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁸⁷ Gn 2,18.

³⁸⁸ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁸⁹ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁹⁰ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁹¹ Jo 4, 16.

³⁹² BENTO XVI, *Deus é Amor*, 2005, n. 1.

complexas relações familiares, ou a temas como o casamento, mas também a outras questões sociais, económicas e morais: “O termo «amor» tornou-se hoje uma das palavras mais usadas e mesmo abusadas, à qual associamos significados completamente diferentes.”³⁹³

Na visão da antropologia cristã, o homem é criado pelo amor, por amor e para amar, e por isso o ser humano tem uma necessidade radical de amar e de ser amado, sendo que o sentido do amor aponta para o conceito de entrega, de doação de si mesmo.

A Igreja recorda que se este sentido do amor estiver mais presente na comunidade haverá mais sensibilidade para os problemas de justiça. O Papa inclusivamente refere que a atual crise europeia, antes de ser uma crise financeira do mercado, é uma crise da ausência do amor: “o amor tem diante de si um vasto campo de trabalho e a Igreja, nesse campo, quer estar presente também com a sua doutrina social, que diz respeito ao homem. (...) «Como é possível que ainda haja, no nosso tempo, quem morra de fome, quem esteja condenado ao analfabetismo, quem viva privado dos cuidados médicos mais elementares, quem não tenha uma casa onde abrigar-se? E o cenário da pobreza poderá ampliar-se indefinidamente, se às antigas pobreza acrescentarmos as novas que frequentemente atingem mesmo os ambientes e categorias dotadas de recursos económicos, mas sujeitos ao desespero da falta de sentido, à tentação da droga, à solidão na velhice ou na doença, à marginalização ou à discriminação social. (...) E como ficar indiferentes diante das perspetivas dum desequilíbrio ecológico, que torna inabitáveis e hostis ao homem vastas áreas do planeta? Ou em face dos problemas da paz, frequentemente ameaçada com o ícubo de guerras catastróficas? Ou frente ao vilipêndio dos direitos humanos fundamentais de tantas pessoas, especialmente das crianças?»”³⁹⁴

No homem a necessidade de comunicar decorre da necessidade de amar. Bento XVI estabelece audazmente uma correlação direta entre o progresso das novas tecnologias e o desejo de amar: “o desejo de interligação e o instinto de comunicação, que se revelam tão naturais na cultura contemporânea, na verdade são apenas manifestações modernas daquela propensão fundamental e constante que têm os seres humanos para se ultrapassarem a si mesmos entrando em relação com os outros. Na realidade, quando nos abrimos aos outros, damos satisfação às nossas carências mais profundas e tornamo-nos de forma mais plena humanos. De facto amar é aquilo para que fomos projetados pelo Criador. Naturalmente não falo de relações passageiras, superficiais; falo do verdadeiro amor, que constitui o centro da doutrina moral de Jesus.”³⁹⁵

O Papa encontra nos meios de comunicação uma oportunidade de fomentar uma cultura direcionada para o verdadeiro sentido do amor: “sobre o significado das novas tecnologias, é importante considerar não só a sua indubitável capacidade de favorecer o contacto entre as pessoas, mas também a qualidade dos conteúdos que aquelas são

³⁹³ *Idem*, n. 2.

³⁹⁴ *CDSI*, n. 5.

³⁹⁵ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

chamadas a pôr em circulação. Desejo encorajar todas as pessoas de boa vontade, ativas no mundo emergente da comunicação digital, a que se empenhem na promoção de uma cultura do respeito, do diálogo, da amizade.”³⁹⁶

O empenho por fomentar esta cultura com base no amor é uma responsabilidade da ação cívica; contudo pretende-se que as autoridades políticas assumam igualmente estes ideais. O *Catecismo da Igreja Católica* retém também este apelo à responsabilidade e à participação: “*incumbe àqueles que exercem cargos de autoridade garantir os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a colocar-se ao serviço dos seus semelhantes. A participação começa pela educação e pela cultura. «Pode-se legitimamente pensar que o futuro da humanidade está nas mãos daqueles que souberem dar às gerações de amanhã razões de viver e de esperar.»*”³⁹⁷

A doutrina social irá igualmente apresentar o amor como a base da solução social dos problemas contemporâneos: “*o amor cristão move à denúncia, à proposta e ao compromisso de elaboração de projetos em campo cultural e social, a uma operosidade concreta e ativa, que impulse a todos os que tomam sinceramente a peito a sorte do homem a oferecer o próprio contributo. A humanidade compreende cada vez mais claramente estar ligada por um único destino que requer uma comum assunção de responsabilidades, inspirada em um humanismo integral e solidário: vê que esta unidade de destino é frequentemente condicionada e até mesmo imposta pela técnica ou pela economia e adverte a necessidade de uma maior consciência moral, que oriente o caminho comum. Estupefactos pelas múltiplas inovações tecnológicas, os homens do nosso tempo desejam ardentemente que o progresso seja votado ao verdadeiro bem da humanidade de hoje e de amanhã.*”³⁹⁸

Bento XVI que intitulou o espaço virtual como a *arena digital*, acrescenta que para esta arena ser eficaz tem de associar-se a três princípios na base do amor: o respeito, o diálogo e a amizade.

A arena é um lugar onde se realizam espetáculos, com capacidade para acolher um número elevado de pessoas. A *arena digital* é também um lugar, só que não territorial e com uma lotação ilimitada; caracteriza-se por permitir o acesso não somente a espetáculos, como ocorre numa arena normal, mas pela possibilidade de descobrir outras culturas e outras tradições: “*as novas tecnologias abrem também a estrada para o diálogo entre pessoas de diferentes países, culturas e religiões. A nova arena digital, o chamado cyberspace, permite encontrar-se e conhecer os valores e as tradições alheias. Contudo, tais encontros, para ser fecundos, requerem formas honestas e corretas de expressão juntamente com uma escuta atenciosa e respeitadora.*”³⁹⁹

³⁹⁶ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

³⁹⁷ *CIC* n.1917.

³⁹⁸ *CDSI*, n.6.

³⁹⁹ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

Não podemos, no entanto, esquecer que a própria morfologia de arena é clássica, com a mesma raiz latina de *areia* - isto porque na época do antigo do Império Romano os gladiadores lutavam em arenas, com uma praça coberta por areia, com o intuito de absorver o sangue. Estes espetáculos caracterizavam-se por serem altamente populares mas também por serem altamente cruéis. Ao intitular o mundo virtual como uma *arena*, o Papa também poderá ter o objetivo de alertar para este sentido, se hoje as arenas são espaço de divertimento, noutros tempos foram também lugares de uma enorme falta de respeito pelo homem. Talvez hoje não esteja em causa uma barbaridade como a das lutas macabras dos gladiadores, mas há o risco de fomentar uma cultura que, por divertimento, também aprova a degradação humana e, tal como as lutas do circo romano, não deixam de ser espetáculos famosos e com muita adesão popular.

A *arena virtual* é um espaço onde se dá o encontro de várias pessoas, de várias culturas, por isso é fundamental o *respeito*. Tal como existe a necessidade de regras de conduta e leis que protegem a segurança dos cidadãos nos espaços públicos territoriais, é igualmente indispensável garantir o mesmo *respeito* nos espaços virtuais.

Bento XVI volta a enaltecer as funções dos instrumentos de comunicação social quando ultrapassam o sentido de *“uma mera sucessão de factos e experiências”*, centrando-se no outro, a partir da verdade, do bem e do belo. Estes são conceitos recorrentes no pensamento de Bento XVI. Poderíamos dizer que a noção de bem, de beleza e de verdade, na medida em que são indissociáveis da busca da felicidade, são apresentadas pelo Papa como autênticas armas contra os despotismos ocidentais: a ditadura do relativismo, do efêmero e da cultura da morte. Assim sendo *“O diálogo deve estar radicado numa busca sincera e recíproca da verdade, para realizar a promoção do desenvolvimento na compreensão e na tolerância. A vida não é uma mera sucessão de factos e experiências: é antes a busca da verdade, do bem e do belo. É precisamente com tal finalidade que realizamos as nossas opções, exercitamos a nossa liberdade e nisso - isto é, na verdade, no bem e no belo - encontramos felicidade e alegria. É preciso não se deixar enganar por aqueles que andam simplesmente à procura de consumidores num mercado de possibilidades indiscriminadas, onde a escolha em si mesma se torna o bem, a novidade se contrabandeia por beleza, a experiência subjetiva sobrepõem-se à verdade.”*⁴⁰⁰ O Papa é muito explícito quando denuncia esta confusão frequente da escolha em si mesma com o *bem*, da novidade com o *belo*, e da experiência subjetiva com a *verdade*. Ora, tanto o *bem*, como o *belo* e a *verdade* são muito mais do que sentimentos triviais ou ideias abstratas.

A *amizade* é o conceito que o Papa mais destaca na cultura globalizada. A *amizade* é vista como um tesouro, mas corre um sério risco de se confundir nas redes sociais: *“o conceito de amizade logrou um renovado lançamento no vocabulário das redes sociais digitais que surgiram nos últimos anos. Este conceito é uma das conquistas mais nobres da cultura humana. Nas nossas amizades e através delas crescemos e desenvolvemo-nos como seres humanos. Por isso mesmo, desde sempre a verdadeira amizade foi considerada uma das maiores riquezas de que pode dispor o ser*

⁴⁰⁰ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

humano. Por este motivo, é preciso prestar atenção a não banalizar o conceito e a experiência da amizade.”⁴⁰¹

A questão da *amizade* pode parecer uma questão marginal na comunidade, mas Bento XVI dar-lhe-á bastante destaque. Para o Papa a *amizade* é um conceito primordial na comunidade humana, move as vontades e pode determinar a vida do homem. Mas a *amizade* não se limita à *arena virtual*, nem a *arena virtual* pode usurpar a *amizade*. É certo que as novas tecnologias de comunicação, principalmente as redes sociais, mudaram a forma de viver a *amizade*, mas não mudaram o conceito de *amizade*. A *amizade* é uma relação íntima, que requer o contacto e o conhecimento profundo do outro e nem sempre a internet permite criar estes autênticos vínculos de *amizade*. No entanto, muitas vezes substitui a própria *amizade*, tornando superficiais as relações humanas, banalizando a intimidade e, como já foi referido, vulgarizando a própria experiência do amor.

Observa-se um autêntico paradoxo na tecnologia digital, pois se os meios de comunicação parecem aproximar as pessoas distantes, ocorre também com frequência que fomentam um distanciamento das pessoas próximas: “*seria triste se o nosso desejo de sustentar e desenvolver on-line as amizades fosse realizado à custa da nossa disponibilidade para a família, para os vizinhos e para aqueles que encontramos na realidade do dia-a-dia, no lugar de trabalho, na escola, nos tempos livres. De facto, quando o desejo de ligação virtual se torna obsessivo, a consequência é que a pessoa se isola, interrompendo a interação social real. Isto acaba por perturbar também as formas de repouso, de silêncio e de reflexão necessárias para um sã desenvolvimento humano.*”⁴⁰²

Bento XVI não se apresenta como um céptico. Acredita que a *amizade* não se limita à *arena digital*, porque a *amizade* transcende a tecnologia, fazendo parte da natureza do homem: “*a amizade é um grande bem humano, mas esvaziar-se-ia do seu valor, se fosse considerada fim em si mesma. Os amigos devem sustentar-se e encorajar-se reciprocamente no desenvolvimento dos seus dons e talentos e na sua colocação ao serviço da comunidade humana. Neste contexto, é gratificante ver a aparição de novas redes digitais que procuram promover a solidariedade humana, a paz e a justiça, os direitos humanos e o respeito pela vida e o bem da criação. Estas redes podem facilitar formas de cooperação entre povos de diversos contextos geográficos e culturais, consentindo-lhes de aprofundar a comum humanidade e o sentido de corresponsabilidade pelo bem de todos.*”⁴⁰³

Na *arena digital*, para que haja um autêntico multiculturalismo, em que os povos consigam interagir de uma forma positiva - não abandonando as suas tradições e as especificidades da sua cultura e relacionando-se a partir de uma tolerância benéfica e não de uma tolerância que se autocensure - é necessário fomentar a comunicação pelo amor a partir do *respeito*, do *diálogo* e da *amizade*.

⁴⁰¹ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

⁴⁰² BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

⁴⁰³ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

Por fim, Bento XVI recorda mais uma vez que esta experiência do multiculturalismo terá que contar com uma igual participação de todos, porque um limitado acesso às tecnologias é, por si só, uma injustiça, correndo-se o risco de fazer do multiculturalismo um ocidentalismo: *“todavia devemos-nos preocupar por fazer com que o mundo digital, onde tais redes podem ser constituídas, seja um mundo verdadeiramente acessível a todos. Seria um grave dano para o futuro da humanidade, se os novos instrumentos da comunicação, que permitem partilhar saber e informações de maneira mais rápida e eficaz, não fossem tornados acessíveis àqueles que já são económica e socialmente marginalizados ou se contribuíssem apenas para incrementar o desnível que separa os pobres das novas redes que se estão a desenvolver ao serviço da informação e da socialização humana.”*⁴⁰⁴

11. Internet: pátio dos gentios

Ao longo do seu Magistério, Bento XVI destacou alguns desafios que marcaram o seu pontificado. Um destes desafios foi o diálogo entre a *fé e a razão*, sobretudo no prisma do pensamento ocidental.

Num discurso que proferiu à Cúria Romana no final de 2009, exprimiu a preocupação pela rápida difusão de uma cultura limitada à autoridade da razão, que reduz qualquer disponibilidade para o diálogo com a fé e com a tradição. O Papa encontrou uma inspiração para este problema na alusão da Sagrada Escritura ao *pátio dos gentios*, agora reinterpretada: *“traz-me à mente a palavra que Jesus citando profeta Isaías, isto é, que o templo deveria ser uma casa de oração para todos os povos. Estava Ele a pensar no chamado átrio dos gentios, que acabava de esvaziar de negócios externos a fim de o espaço ficar livre para os gentios que ali queriam rezar ao único Deus, embora sem poder participar no mistério, para cujo serviço estava reservado o interior do templo. Espaço de oração para todos os povos: ao dizê-lo, Jesus pensava em pessoas que conhecem Deus, por assim dizer, só de longe; que estão insatisfeitas com os seus deuses, ritos e mitos; que desejam o Puro e o Grande, mesmo se Deus permanece para eles o "Deus desconhecido". Também elas deviam poder rezar ao Deus desconhecido e assim estar em relação com o Deus verdadeiro, embora no meio de escuridão de vários géneros. Penso que a Igreja deveria também hoje abrir uma espécie de "átrio dos gentios", onde os homens pudessem de qualquer modo agarrar-se a Deus, sem O conhecer e antes de terem encontrado o acesso ao seu mistério, a cujo serviço está a vida interna da Igreja. Ao diálogo com as religiões deve acrescentar-se hoje sobretudo o diálogo com aquelas pessoas para quem a religião é uma realidade estranha, para quem Deus é desconhecido, e contudo a sua vontade não é permanecer simplesmente sem Deus, mas aproximar-se d'Ele pelo menos como Desconhecido.”*⁴⁰⁵

Desta forma o *Pátio dos Gentios* torna-se um encontro, não apenas espiritual mas também intelectual, onde se pretende garantir a igualdade na dignidade e a

⁴⁰⁴ BENTO XVI, *XLIII MDCS*, 2009.

⁴⁰⁵ Bento XVI, *Discurso à Cúria Romana para a apresentação dos bons votos de Natal*, 21 de Dezembro de 2009.

enriquecedora diversidade civilizacional; ou seja uma igualdade na diversidade: “*«esta lei de solidariedade humana e de caridade», sem excluir a rica variedade das pessoas, das culturas e dos povos, assegura-nos que todos os homens são verdadeiramente irmãos.*”⁴⁰⁶

Assim, em 2010, na 44ª *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social*, Bento XVI encoraja a uma ativa presença no mundo digital, na internet, que não se pode reduzir a uma presença vazia, apática e sem objetivos concretos: “*a divulgação dos «multimédia» e o diversificado «espectro de funções» da própria comunicação podem comportar o risco de uma utilização determinada principalmente pela mera exigência de marcar presença e de considerar erroneamente a internet apenas como um espaço a ser ocupado.*”⁴⁰⁷

Desde 2005, na sua primeira encíclica, *Deus é Amor*, que o Papa vinha denunciando uma certa parcialidade e neutralidade do cidadão perante os meios de comunicação, considerando mesmo esta apatia como um perigo tão relevante como o da presença negativa: “*ligada ao desenvolvimento tecnológico está a crescente presença dos meios de comunicação. Já é quase impossível imaginar a existência da família humana sem eles. No bem e no mal, estão de tal modo encarnados na vida do mundo, que parece verdadeiramente absurda a posição de quantos defendem a sua neutralidade, reivindicando em consequência a sua autonomia relativamente à moral que diria respeito às pessoas. Muitas vezes tais perspectivas, que enfatizam a natureza estritamente técnica dos mass-media, de facto favorecem a sua subordinação a cálculos económicos, ao intuito de dominar os mercados e, não último, ao desejo de impor parâmetros culturais em função de projetos de poder ideológico e político.*”⁴⁰⁸

Reconhecida esta importância, é necessário, em primeiro lugar, agir, envolver-se, estar presente nestes meios de comunicação. Mas esta presença terá que ser significativa. Trata-se novamente de um apelo à profundidade: as mensagens comunicadas têm que ter conteúdo, têm de incitar à discussão e encorajar o pensamento, é sobretudo necessário contornar aquilo que Lipovetsky identifica como característica do homem da *hipermodernidade*, um comunicar sem objetivo e egocêntrico: “*a possibilidade e o desejo de expressão, seja qual for a natureza da «mensagem», o direito e o prazer narcísico do indivíduo que se exprime para nada, para si apenas (...). Comunicar por comunicar, exprime-se sem outro objetivo além do de se exprimir e ser registado por um micropúblico, o narcisismo revela aqui como noutros lugares a sua convivência com a dessubstancialização pós-moderna, com a lógica do vazio.*”⁴⁰⁹

O desafio proposto pelo Magistério é utilizar a própria internet para combater a impassibilidade da cultura do efémero. É certo que a própria internet é a provocadora, em grande parte, desta mesma cultura, mas felizmente a internet tem vindo a demonstrar ser não só a causa como também a solução.

Por isso, Bento XVI refere-se à internet como o *pátio dos gentios*, considerando-a um lugar de debate, de união entre as várias religiões, e também de encontro entre os

⁴⁰⁶ CIC, n.361.

⁴⁰⁷ BENTO XVI, XLIV MDCS, 2010.

⁴⁰⁸ BENTO XVI, *Deus é Amor*, 2005, n. 73.

⁴⁰⁹ LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1983.p.16.

crentes e os ateus, ou agnósticos: “*não se poderá porventura prever que a internet possa dar espaço – como o «pátio dos gentios».*”⁴¹⁰ Um átrio ao largo do templo, onde todos se podem reunir, debater, mas sobretudo depararem-se com a verdade, de um modo livre e amplo: “*o desenvolvimento das novas tecnologias e, na sua dimensão global, todo o mundo digital representam um grande recurso, tanto para a humanidade no seu todo como para o homem na singularidade do seu ser, e um estímulo para o confronto e o diálogo.*”⁴¹¹

12. Revolução digital

As grandes revoluções que marcaram a história da humanidade tiveram sempre grandes consequências sociais. A peculiaridade da revolução digital é que se introduz numa forma gradual e quase despercebida; é o que adverte, por exemplo, Lipovetsky quando observa que “*o direito à liberdade, em teoria ilimitado, mas antes circunscrito à economia, à política, ao saber, conquista agora os costumes e quotidiano.*”⁴¹² Poder-se-ia acrescentar que esses limites são também impostos pelos meios de comunicação.

A internet insere-se na sociedade e nas famílias discretamente, porém as suas consequências levaram a que o Papa a compare à *revolução industrial*, intitulando-a de *revolução digital*.

A *revolução digital*, segundo Bento XVI, manifesta-se na novidade e, tal como a revolução industrial, caracteriza-se pela rápida produção, neste caso de informação: “*vai-se tornando cada vez mais comum a convicção de que, tal como a revolução industrial produziu uma mudança profunda na sociedade através das novidades inseridas no ciclo de produção e na vida dos trabalhadores, também hoje a profunda transformação operada no campo das comunicações guia o fluxo de grandes mudanças culturais e sociais.*”⁴¹³ Ou seja, esta *revolução digital* que é fruto da evolução dos meios de comunicação transformou a vida do cidadão: “*na sociedade moderna, os meios de comunicação desempenham um papel (...) cada vez maior, em virtude dos progressos técnicos, do alcance e diversidade das notícias transmitidas e da influência exercida sobre a opinião pública.*”⁴¹⁴

As transformações, que começam por ser tecnológicas, tornam-se depois transformações culturais: “*as novas tecnologias estão a mudar não só o modo de comunicar, mas a própria comunicação em si mesma, podendo-se afirmar que estamos perante uma ampla transformação cultural. Com este modo de difundir informações e conhecimentos, está a nascer uma nova maneira de aprender e pensar, com oportunidades inéditas de estabelecer relações e de construir comunhão.*”⁴¹⁵

Contudo, apesar da atual evolução tecnológica ou científica, o homem contemporâneo continua a interrogar-se sobre as mesmas questões, o que significa que na sociedade da *revolução digital* mudou apenas o cenário destas dúvidas. É neste

⁴¹⁰ BENTO XVI, *XLIV MDCS*, 2010.

⁴¹¹ BENTO XVI, *XLIV MDCS*, 2010.

⁴¹² LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1983, p.10.

⁴¹³ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴¹⁴ *CIC*, n.2493.

⁴¹⁵ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

contexto, que a Igreja enquadra o seu papel perante os meios de comunicação: *“oferecer um contributo de verdade à questão do lugar do homem na natureza e na sociedade, afrontada pelas civilizações e culturas em que se manifesta a sabedoria da humanidade. Mergulhando as raízes num passado não raro milenar, estas se manifestam nas formas da religião, da filosofia e do génio poético de todo o tempo e de cada povo, oferecendo interpretações do universo e da convivência humana e procurando dar um sentido à existência e ao mistério que a envolve. Quem sou eu? Por que a presença da dor, do mal, da morte, malgrado todo o progresso? A que aproveitam tantas conquistas alcançadas se o seu preço não raro é insuportável? O que haverá após esta vida? Estas perguntas fundamentais caracterizam o percurso do viver humano. Pode-se, a propósito, recordar a admoção «Conhece-te a ti mesmo», esculpida na arquitrave do templo de Delfos, que está a testemunhar a verdade basililar segundo a qual o homem, chamado a distinguir-se entre todas as criaturas, se qualifica como homem justo enquanto constitutiva mente orientado a conhecer-se a si mesmo.”*⁴¹⁶

Apesar do Papa abordar este tema na sua última *Mensagem*, não deixará de afirmar que a comunicação social deve satisfazer estas *“aspirações profundas do ser humano”*, no *“sentido de verdade e unidade”*: *“Como qualquer outro fruto do engenho humano, as novas tecnologias da comunicação pedem para ser postas ao serviço do bem integral da pessoa e da humanidade inteira. Usadas sabiamente, podem contribuir para satisfazer o desejo de sentido, verdade e unidade que permanece a aspiração mais profunda do ser humano.”*⁴¹⁷

Uma das formas propostas para concretizar estas transformações culturais na revolução digital, é a partir do veículo de partilha. Ao longo dos últimos quarenta anos, é evidente que o Magistério tenta introduzir profundidade nos modos da comunicação social, fazendo ver que é o ato de comunicar não significa unicamente informar. Esta ideia torna-se mais perceptível quando se define a relação entre o *produtor* e o *consumidor*.

Nem sempre a reciprocidade entre estes dois elementos da comunicação é a mais apropriada. Por ser uma relação dominante e sujeita a inúmeras influências, subsiste sempre uma certa vulnerabilidade à manipulação. Por outro lado, também muitas vezes os operadores justificam a falta de qualidade cultural e intelectual dos seus programas invocando o gosto da maioria dos consumidores.

Seria desejável que tanto os operadores, como os recetores, se regessem pela qualidade intelectual e cultural, e sobretudo pela procura da verdade; observa-se, no entanto, que o consumismo o único fator a ser considerado.

Na comunicação digital esta relação é distinta, levantando outras questões. O mundo virtual permite que o consumidor atue de uma forma mais desumana. É comum, por exemplo, o perigo de criar uma dupla identidade, de tal modo que a intervenção no mundo real e no mundo virtual sejam díspares, pelo que as próprias consequências de atos idênticos se percebem como diferentes; é frequente, por exemplo, no mundo

⁴¹⁶ CDSI, n.14.

⁴¹⁷ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

virtual a tendência para não ter em conta os efeitos das próprias ações, como se estas não existissem; promovendo esta ilusão, a internet afasta-se da verdade, criando um mundo paralelo.

13. O cidadão do areópago digital

João Paulo II na sua *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação Social* do ano de 1996⁴¹⁸, utilizou a imagem do *areópago* para definir a comunicação social. Bento XVI circunscreve este conceito ao mundo virtual, que de 1996 a 2011 sofreu alterações importantes, referindo-se ao *areópago digital*.

A internet e as redes sociais estão a criar esta nova forma de relações *interpessoais*, principiando por alterar a própria perceção que a pessoa tem de si mesma e, conseqüentemente, do outro e do mundo à sua volta; os comportamentos sociais alteram-se e vulgarizam-se certas condutas sociais.

O Papa adverte que muitas vezes é a procura da verdade, do conhecimento ou até mesmo da amizade sincera que faz com que o mundo digital seja um mundo excessivamente frequentado. Ou seja, são as mesmas ânsias antigas que movem o homem.

A internet, lugar de encontro do outro, da verdade oculta, é vista como um areópago, local em Atenas onde São Paulo encontrou o templo *a um Deus Desconhecido*: “*O envolvimento cada vez maior no público areópago digital dos chamados social network, leva a estabelecer novas formas de relação interpessoal, influi sobre a perceção de si próprio e por conseguinte, inevitavelmente, coloca a questão não só da justeza do próprio agir, mas também da autenticidade do próprio ser. A presença nestes espaços virtuais pode ser o sinal de uma busca autêntica de encontro pessoal com o outro, se se estiver atento para evitar os seus perigos, como refugiar-se numa espécie de mundo paralelo ou expor-se excessivamente ao mundo virtual. Na busca de partilha, de «amizades», confrontamo-nos com o desafio de ser autênticos, fiéis a si mesmos, sem ceder à ilusão de construir artificialmente o próprio «perfil» público.*”⁴¹⁹

O *areópago digital*, pela possibilidade que concebeu de anular o espaço físico, torna-se um verdadeiro instrumento da globalização, fazendo do *distante mais próximo*. Em face dessas transformações sociais, é indispensável que o cidadão moderno esteja alerta e se interrogue sobre as suas conseqüências, sobre as formas de o utilizar e de estar presente nestes instrumentos: “*As novas tecnologias permitem que as pessoas se encontrem para além dos confins do espaço e das próprias culturas, inaugurando deste modo todo um novo mundo de potenciais amizades. Esta é uma grande oportunidade, mas exige também uma maior atenção e uma tomada de consciência quanto aos possíveis riscos. Quem é o meu «próximo» neste novo mundo? Existe o perigo de estar menos presente a quantos encontramos na nossa vida diária? Existe o risco de estarmos mais distraídos, porque a nossa atenção é fragmentada e absorvida por um mundo «diferente» daquele onde vivemos? Temos tempo para refletir criticamente*

⁴¹⁸ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

⁴¹⁹ BENTO XVI, XLV MDCS, 2011.

*sobre as nossas opções e alimentar relações humanas que sejam verdadeiramente profundas e duradouras? É importante nunca esquecer que o contacto virtual não pode nem deve substituir o contacto humano direto com as pessoas, em todos os níveis da nossa vida.*⁴²⁰

O mundo virtual torna-se uma ameaça quando se toma como um sucedâneo do mundo real, afastado o homem da realidade e constituindo-se numa espécie de subterfúgio que permite a fuga dos seus problemas. Não admira, por isso, que Bento XVI exorte os cidadãos a interrogar-se sobre: “*quem é o meu «próximo» neste novo mundo?*”. Os novos recursos permitem que a ideia do próximo e do distante sejam coincidentes: a forma do homem contemporâneo estar no mundo virtual faz com que o seu próximo se torne distante; e, apesar de proporcionar ao seu distante uma maior proximidade, nunca o faz de forma absoluta. Na realidade, ameaça retirar intimidade às relações humanas, mesmo que aparentemente o contacto humano pareça ter agora dimensões extraordinárias. Tanto a nível cultural como social, as relações virtuais nunca poderão ser equiparadas às relações humanas diretas e familiares, podendo ser um complemento mas não uma substituição, pois isso seria negar ao homem a sua condição natural de socialização. “*Também na era digital, cada um vê-se confrontado com a necessidade de ser pessoa autêntica e reflexiva.*”⁴²¹

É evidente que a comunicação nas redes sociais tem uma *dinâmica própria*, que o Papa Bento XVI apresenta como um meio que envolve todo o homem que a utiliza. As informações facultadas não são simples trocas de dados, são formas de se dar a conhecer, de se dar a si próprio: “*Aliás, as dinâmicas próprias da social network mostram que uma pessoa acaba sempre envolvida naquilo que comunica. Quando as pessoas trocam informações, estão já a partilhar-se a si mesmas, a sua visão do mundo, as suas esperanças, os seus ideais.*”⁴²² A partilha não é somente de ideias, de opiniões sociais ou políticas: é a partilha de si mesmo. Para combater o perigo de uma dupla vida dividida entre a realidade e o mundo virtual, o Papa exorta à coerência da informação, coerência naquilo que se diz e do que se mostra nas redes sociais.

Um dos perigos patentes na democracia foi o da quantificação da verdade. Muitas vezes confunde-se a verdade de uma ideia com a sua popularidade, e esse erro é corrente na *internet*, espaço onde tudo é perscrutado por opiniões. O Papa quando alerta para esta questão, insiste que não se confunda a incorruptibilidade da verdade com teorias transitórias: o conceito de verdade não depende de nenhum escrutínio ou da sua aceitação, a verdade vale por si só. Muitas vezes, trata-se simplesmente de modas passageiras, que fazem parte de ideologias políticas, mas têm o grave risco de apresentar como efémeros e irrelevantes conceitos que são eternos.

O grande exemplo, é que as verdades acerca do homem são intemporais; mesmo que outrora tenham sido debatida num areópago ou numa arena e que hoje seja debatida numa espécie de *areópago virtual*: “*antes de tudo, devemos estar cientes de que a verdade que procuramos partilhar não extrai o seu valor da sua «popularidade» ou da quantidade de atenção que lhe é dada. Devemos esforçar-nos mais em dá-la conhecer*

⁴²⁰ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²¹ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²² BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

na sua integridade do que em torná-la aceitável, talvez «mitigando-a». Deve tornar-se alimento quotidiano e não atração de um momento.»⁴²³

A internet é uma componente presente na vida contemporânea, com consequências determinante em todas as dimensões do homem, portanto também na dimensão espiritual. Daí que o Papa defenda a conveniência da Igreja Católica estar presente neste meio, fazendo sobretudo uma exigência à atitude e ao comportamento dos cristãos leigos na internet: *“O compromisso por um testemunho do Evangelho na era digital exige que todos estejam particularmente atentos aos aspetos desta mensagem que possam desafiar algumas das lógicas típicas da web”⁴²⁴*, tendo mesmo obrigação de se insurgirem em relação aos aspetos que possam contradizer o bem comum e a dignidade do homem. *“Quero convidar os cristãos a unirem-se confiadamente e com criatividade consciente e responsável na rede de relações que a era digital tornou possível; e não simplesmente para satisfazer o desejo de estar presente, mas porque esta rede tornou-se parte integrante da vida humana. A web está a contribuir para o desenvolvimento de formas novas e mais complexas de consciência intelectual e espiritual, de certeza compartilhada.”⁴²⁵*

Depois do Concílio Vaticano II, o Magistério apercebeu-se desta necessidade: estimular a participação dos leigos no meio do mundo, sobretudo na comunidade política, e essa participação é feita também a partir dos meios de comunicação. Em 2002 na *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, pode-se ler que *“Através do cumprimento dos comuns deveres civis, «guiados pela consciência cristã» e em conformidade com os valores com ela congruentes, os fiéis leigos desempenham também a função que lhes é própria de animar cristãmente a ordem temporal, no respeito da natureza e da legítima autonomia da mesma e cooperando com os outros cidadãos, segundo a sua competência específica e sob a própria responsabilidade. (...) «Os fiéis leigos não podem de maneira nenhuma abdicar de participar na ‘política’, ou seja, na múltipla e variada ação económica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover de forma orgânica e institucional o bem comum», que compreende a promoção e defesa de bens, como são a ordem pública e a paz, a liberdade e a igualdade, o respeito da vida humana e do ambiente, a justiça, a solidariedade.”⁴²⁶*

Esta responsabilidade por assumir uma cidadania ativa torna-se igualmente pertinente no mundo virtual. A participação dos cristãos na internet passa pela coerência, pelo exemplo das suas vidas e pela defesa da dignidade de cada homem, porque, apesar da distância do convívio no espaço virtual, o homem não deixa de o ser e o respeito que lhe é devido não diminuiu: *“os crentes, testemunhando as suas convicções mais profundas, prestam uma preciosa contribuição para que a web não se torne um instrumento que reduza as pessoas a categorias, que procure manipulá-las emotivamente ou que permita aos poderosos monopolizar a opinião alheia. Pelo*

⁴²³ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²⁴ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²⁵ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²⁶ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, 2002.

contrário, os crentes encorajam todos a manterem vivas as eternas questões do homem, que testemunham o seu desejo de transcendência e o anseio por formas de vida autêntica, digna de ser vivida. Precisamente esta tensão espiritual própria do ser humano é que está por detrás da nossa sede de verdade e comunhão e nos estimula a comunicar com integridade e honestidade.”⁴²⁷

14. Comunicar pelo silêncio

De todas as soluções propostas por Bento XVI para a melhor utilização dos meios de comunicação, a defesa do silêncio foi talvez a mais ousada. Esta solução que pode, à primeira vista, parecer algo oposto ao ato de comunicar, sempre foi um modelo de comunicação habitual na história da Igreja e é recorrente na vida de um católico. Segundo o Magistério, para que a comunicação seja mais penetrante e, conseqüentemente, mais humana na forma como concebe a sociedade, é necessário o exercício do silêncio.

Na sua penúltima *Mensagem*, em 2012, Bento XVI identifica na geração contemporânea a superabundância de estímulos sensoriais, ao ponto de a própria comunicação não encontrar outra forma de se manifestar, o que tem como consequência um diálogo muitas vezes superficial e momentâneo, tanto nos meios de comunicação como na própria comunicação individual.

O Papa considera o silêncio como parte substancial do diálogo, associando a palavra e o silêncio numa espécie de simbiose, em que o silêncio intervêm como fator de autenticidade nos meios de comunicação: *“desejo partilhar convosco algumas reflexões sobre um aspeto do processo humano da comunicação que, apesar de ser muito importante, às vezes fica esquecido, sendo hoje particularmente necessário lembrá-lo. Trata-se da relação entre silêncio e palavra: dois momentos da comunicação que se devem equilibrar, alternar e integrar entre si para se obter um diálogo autêntico e uma união profunda entre as pessoas. Quando palavra e silêncio se excluem mutuamente, a comunicação deteriora-se, porque provoca um certo aturdimento ou, no caso contrário, cria um clima de indiferença; quando, porém se integram reciprocamente, a comunicação ganha valor e significado.*”⁴²⁸

Bento XVI acredita que o exercício do silêncio fomenta uma melhor comunicação, avaliando-o em três aspetos: o eu, o outro e o conteúdo. Assim, em primeiro lugar, defende que é pelo silêncio que o homem adquire mais conhecimento próprio, podendo melhor comunicar aquilo em que acredita e o que defende. Depois, é também pelo silêncio que a comunicação se torna menos egoísta, sendo o egoísmo e a vaidade vícios que ameaçam os meios de comunicação contemporâneos. Com o silêncio existe uma comunicação mais virada para o outro, porque o próprio silêncio é dar oportunidade ao outro para se expressar, aperfeiçoando o diálogo. Por fim, é pelo silêncio que os conceitos se tornam mais aprofundados, tal como a própria linguagem, diminuindo o risco de frivolidade e de futilidade no ato de comunicar.

⁴²⁷ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴²⁸ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

É neste sentido que o silêncio se torna um elemento fundamental para as relações humanas serem mais íntegas: *“o silêncio é parte integrante da comunicação e, sem ele, não há palavras densas de conteúdo. No silêncio, escutam-nos e conhecemos melhor a nós mesmos, nasce e aprofunda-se o pensamento, compreendemos com maior clareza o que queremos dizer ou aquilo que ouvimos do outro, discernimos como exprimir-nos. Calando, permite-se à outra pessoa que fale e se exprima a si mesma, e permite-nos a nós não ficarmos presos, por falta da adequada confrontação, às nossas palavras e ideias. Deste modo abre-se um espaço de escuta recíproca e torna-se possível uma relação humana mais plena.”*⁴²⁹

Mas o ponto fulcral na defesa do silêncio como um meio para comunicar melhor, é a comprovação de que é pelo silêncio que o homem pode manifestar os seus sentimentos mais sublimes: o amor, a amizade ou até mesmo o sofrimento. O silêncio torna-se essencial no ato de comunicar o mais profundo do si: *“é no silêncio, por exemplo, que se identificam os momentos mais autênticos da comunicação entre aqueles que se amam: o gesto, a expressão do rosto, o corpo enquanto sinais que manifestam a pessoa. No silêncio, falam a alegria, as preocupações, o sofrimento, que encontram, precisamente nele, uma forma particularmente intensa de expressão. Por isso, do silêncio, deriva uma comunicação ainda mais exigente, que faz apelo à sensibilidade e àquela capacidade de escuta que frequentemente revela a medida e a natureza dos laços.”*⁴³⁰

Devido ao aumento e à massificação dos meios de comunicação, a sociedade contemporânea é constantemente, e às vezes abusivamente, bombardeada por informações. O exemplo mais frequente é o da invasão da publicidade: torna-se praticamente impossível não escutarmos ou não vermos a publicidade. O silêncio é indispensável tanto para discernir as informações a que o homem está exposto, como para formular uma hierarquia de interesses.

Mais ainda, é pelo silêncio que se pode chegar ao encontro da verdade no meio do barulho: *“Quando as mensagens e a informação são abundantes, torna-se essencial o silêncio para discernir o que é importante daquilo que é inútil ou acessório. Uma reflexão profunda ajuda-nos a descobrir a relação existente entre acontecimentos que, à primeira vista, pareciam não ter ligação entre si, a avaliar e analisar as mensagens; e isto faz com que se possam partilhar opiniões ponderadas e pertinentes, gerando um conhecimento comum autêntico. Por isso é necessário criar um ambiente propício, quase uma espécie de «ecossistema» capaz de equilibrar silêncio, palavra, imagens e sons.”*⁴³¹

O silêncio torna-se assim parte natural do ecossistema do mundo da comunicação, essencial para se compreender o conteúdo das informações e para nos expressarmos: tornando a comunicação mais autêntica e mais exigente, aumenta a sensibilidade e a compreensão para com o outro.

É evidente que a atuação dos meios de comunicação promove uma sociedade extremamente exposta aos estímulos dos sentidos, ao ponto de criar dependências. Num

⁴²⁹ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³⁰ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³¹ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

cenário de excesso de estímulos sensoriais, o *ecossistema do silêncio* teria como ponto central o equilíbrio entre a palavra, a imagem e o som, ou seja a harmonia dos sentidos na comunicação.

Como vimos referindo, segundo Bento XVI a comunicação social terá como novo aliado o silêncio no seu objetivo central de procura da verdade: *“grande parte da dinâmica atual da comunicação é feita por perguntas à procura de respostas. Os motores de pesquisa e as redes sociais são o ponto de partida da comunicação para muitas pessoas, que procuram conselhos, sugestões, informações, respostas. Nos nossos dias, a Rede vai-se tornando cada vez mais o lugar das perguntas e das respostas; mais, o homem de hoje vê-se, frequentemente, bombardeado por respostas a questões que nunca se pôs e a necessidades que não sente. O silêncio é precioso para favorecer o necessário discernimento entre os inúmeros estímulos e as muitas respostas que recebemos, justamente para identificar e focalizar as perguntas verdadeiramente importantes.”*⁴³²

Tradicionalmente, as grandes questões sobre o sentido da vida, que influenciam o futuro do homem e das sociedades, encontram resposta no meio mais familiar e na própria cultura, estimulando assim os cidadãos e a família a interrogar-se e a querer saber mais. A transferência de abordagem para as redes sociais confere a estes instrumentos uma enorme credibilidade, mas nem sempre as respostas são tão determinadas como as perguntas, e nem sempre as respostas vão ao encontro da realidade, sendo possível que muitas respostas sejam motivadas por interesses e por tendências.

A comunicação social está sobrecarregada de informações acerca de tudo. Por isso, o Papa aconselha que as fontes de investigação não se reduzam à pesquisa direta e confiante nestes instrumentos, é preciso levar a cabo uma reflexão mais segura. Muitas vezes, essa reflexão desenvolve-se com o pensamento, ou seja, mais uma vez alcança-se pelo silêncio: *“entretanto, neste mundo complexo e diversificado da comunicação, aflora a preocupação de muitos pelas questões últimas da existência humana: Quem sou eu? Que posso saber? Que devo fazer? Que posso esperar? É importante acolher as pessoas que se põem estas questões, criando a possibilidade de um diálogo profundo, feito não só de palavra e confrontação, mas também de convite à reflexão e ao silêncio, que às vezes pode ser mais eloquente do que uma resposta apressada, permitindo a quem se interroga descer até ao mais fundo de si mesmo e abrir-se para aquele caminho de resposta que Deus inscreveu no coração do homem.”*⁴³³ A ideia de coração⁴³⁴ simboliza a conjugação da vontade⁴³⁵ e da liberdade, ou do querer e do dever

⁴³² BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³³ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³⁴ Cf. *CIC*, n. 2563: *“O coração é a morada onde estou, onde habito (e segundo a expressão semítica ou bíblica, aonde eu «desço»).* É o nosso centro oculto, inapreensível, quer para a nossa razão quer para a dos outros: só o Espírito de Deus é que o pode sondar e conhecer. E o lugar da decisão, no mais profundo das nossas tendências psíquicas. É a sede da verdade, onde escolhemos a vida ou a morte. É o lugar do encontro, já que, à imagem de Deus, vivemos em relação: é o lugar da aliança.”

⁴³⁵ Pode-se ler no *CIC*, n. 1768, a relevância do conceito de vontade: *“a vontade recta ordena para o bem e para a bem-aventurança os movimentos sensíveis que assume; a vontade má sucumbe às paixões desordenadas e exacerba-as. As emoções e os sentimentos podem ser assumidos pelas virtudes, ou pervertidos pelos vícios.”*

no homem. É também nesse sentido que Santo Agostinho fala do *coração inquieto*⁴³⁶, conceito que marcará o pensamento de Bento XVI; esta inquietação que está desde sempre inscrita no coração do homem converge no silêncio.

“*No fundo, este fluxo incessante de perguntas manifesta a inquietação do ser humano, sempre à procura de verdades, pequenas ou grandes, que deem sentido e esperança à existência.*”⁴³⁷ Assim, confiar a resolução das inquietações do coração do homem a uma pesquisa num *motor de busca* na internet ou a um artigo de *opinion makers* não é suficiente para preencher a dimensão e a grandeza da dúvida: “*o homem não se pode contentar com uma simples e tolerante troca de cétricas opiniões e experiências de vida: todos somos perscrutadores da verdade e compartilhamos este profundo anseio, sobretudo neste nosso tempo em que, «quando as pessoas trocam informações, estão já a partilhar-se a si mesmas, a sua visão do mundo, as suas esperanças, os seus ideais.»*”⁴³⁸

Bento XVI continua: “*devemos olhar com interesse para as várias formas de sítios, aplicações e redes sociais que possam ajudar o homem atual não só a viver momentos de reflexão e de busca verdadeira, mas também a encontrar espaços de silêncio.*”⁴³⁹ O Papa dá o exemplo de “*breves mensagens (...) podem exprimir pensamentos profundos, se cada um não descuidar o cultivo da sua própria interioridade.*”⁴⁴⁰ Isto é, uma das formas dos operadores convidarem ao silêncio as barulhentas redes sociais é viverem o próprio silêncio nas suas vidas pessoais e profissionais.

Logo, parte importante da solução para elevar o nível nos meios de comunicação digital é a incorporação do conceito do silêncio, porque “*educar-se em comunicação quer dizer aprender a escutar, a contemplar, para além de falar.*”⁴⁴¹ Uma vez que “*a contemplação é silêncio, este «símbolo do mundo que há-de vir» ou «linguagem calada do amor». Na contemplação, as palavras não são discursos, mas acendalhas que alimentam o fogo do amor.*”⁴⁴²

15. Comunicar-se a si mesmo ou o mito de Narciso?

O filósofo francês Gilles Lipovetsky, que dedicou a maior parte do seu estudo à sociedade *hipermoderna*, na sua obra mais popular, *A Era do Vazio*, caracteriza a atual sociedade como estando obcecada pela *tolerância*, o *hedonismo*, o *ambientalismo*, o *consumismo*. Oscilando de forma paradoxal entre a *violência* e um certo *pacifismo*, vive ofuscada pela *sedução*, experimenta e fomenta a *indiferença*, privilegia o *humor* e as *emoções*. Lipovetsky defende que em grande parte as mudanças da *Era do Vazio* tiveram como impulso os novos meios de comunicação. Nela, o “*universo dos objetos*,

⁴³⁶ Cf. S. AGOSTINHO, *Confissões*, 1, 1: “Criastes-nos para Vós, Senhor, e o nosso coração vive inquieto enquanto não repousa em Vós - *Tu excitas, ut laudare te delectet; quia fecisti nos ad te, et inquietum est Cor nostrum, donec requiescat in te*”.

⁴³⁷ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³⁸ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴³⁹ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴⁴⁰ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴⁴¹ BENTO XVI, *XLVI MDCS*, 2012.

⁴⁴² *CIC* n. 2717.

das imagens, da informação e dos valores hedonistas, permissivos e psicologistas que lhes tão ligados geraram, ao mesmo tempo que uma nova forma de controlo dos comportamentos, uma diversificação incomparável dos modos de vida, uma flutuação sistemática da esfera privada, das crenças e dos papéis, ou, por outras palavras, uma nova fase na história do individualismo ocidental.”⁴⁴³

Lipovetsky irá caracterizar nos seguintes termos o imenso poder de que estão revestidos os meios de comunicação: *“corresponde à instalação de uma sociedade flexível assente na informação e na estimulação das necessidades, cordialidade e do humor. É assim que opera o processo de personalização, novo modo de a sociedade se organizar e de se orientar, novo modo de gerir os comportamentos. Já não através da tirania dos pormenores, mas com o mínimo possível de coação e o máximo possível de opções, com o mínimo de autoridade e o máximo de desejo, com o mínimo de constrangimento e o máximo de compreensão.*”⁴⁴⁴

Ou seja, o individualismo que Lipovetsky reconhece na sociedade contemporânea é um individualismo narcisista, no sentido de uma auto-proclamação de si mesmo, que é também ao mesmo tempo um narcisismo intelectual, que se manifesta por uma atitude de superioridade relativamente às instituições, aos costumes e às tradições: *“dando lugar a novos valores que visam permitir o livre desenvolvimento da personalidade íntima, legitimar a fruição, reconhecer os pedidos singulares, modular as instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos.*”⁴⁴⁵ Com um enorme acesso à informação, os indivíduos autoproclamam-se superiores e ostentam as suas opiniões como dogmas científicos.

Bento XVI encontra no silêncio, como já se indicou, uma forma de combater este vazio individualista⁴⁴⁶ identificado por Lipovetsky, mas acentuará também a convicção de que o homem terá de se reconhecer a si mesmo como *homem espiritual*.

2013, último ano do Pontificado de Bento XVI, foi proclamado pela Igreja Ano da Fé. Mais do que uma recristianização da Europa ou do mundo ocidental, o Papa propôs uma nova evangelização. Neste sentido, o *Motu Proprio* de Bento XVI *Porta Fidei*, que marcou a preparação para o Ano da Fé, reconhece que *“sucede não poucas vezes que os cristãos sintam maior preocupação com as consequências sociais, culturais e políticas da fé do que com a própria fé, considerando esta como um pressuposto óbvio da sua vida diária. Ora um tal pressuposto não só deixou de existir, mas frequentemente acaba até negado. Enquanto, no passado, era possível reconhecer um tecido cultural unitário, amplamente partilhado no seu apelo aos conteúdos da fé e aos valores por ela inspirados, hoje parece que já não é assim em grandes sectores da sociedade devido a uma profunda crise de fé que atingiu muitas pessoas.*”⁴⁴⁷

⁴⁴³ LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1983, p.7.

⁴⁴⁴ *Idem*, p.8-9.

⁴⁴⁵ *Idem*, p.8.

⁴⁴⁶Cf. *Idem*, p. 9: *“Direito de o indivíduo ser absolutamente ele próprio, de fruir ao máximo a vida, é inesperável de uma sociedade que erigiu o indivíduo livre em valor principalmente e não passa de uma última manifestação da ideologia individualista; mas foi a transformação dos estilos de vida associada à revolução do consumo que permitiu este desenvolvimento dos direitos e desejos do indivíduo”*.

⁴⁴⁷ BENTO XVI, *Porta Fidei*, 2011.

Nesta última *Mensagem*, que dedicará à reflexão sobre o novo paradigma no mundo: as *redes sociais*, que o Papa designa como o *novo ágora*, volta a considerar a internet como uma *praça pública* ainda que virtual: “*desejo oferecer-vos algumas reflexões sobre uma realidade cada vez mais importante que diz respeito à maneira como as pessoas comunicam atualmente entre si; concretamente quero deter-me a considerar o desenvolvimento das redes sociais digitais que estão a contribuir para a aparição duma nova ágora, duma praça pública e aberta onde as pessoas partilham ideias, informações, opiniões e podem ainda ganhar vida novas relações e formas de comunidade.*”⁴⁴⁸

As *redes sociais* têm nos últimos anos um enorme impacto e uma profunda influência na cultura ocidental, como se comprova ao observar que o número destes utilizadores aumenta drasticamente⁴⁴⁹, tornando-se quase impensável não pertencer a nenhuma *rede social*.

Desta forma, as *redes sociais* converteram-se não só num instrumento de lazer, usufruído em muitos sectores da sociedade, mas num espaço aliado à cidadania, que torna possível a organização de movimentos, de associações e de indivíduos, fazendo com que os cidadãos tenham mais oportunidade de expressar a suas opiniões; deu também outra dimensão às campanhas eleitorais. No mundo profissional desenvolveu-se uma nova forma de procurar trabalho, abrindo o horizonte para fora do país, tornando a relação com a profissão mais global. Contudo, as *redes sociais* alteraram a cultura da informação, a função informativa dos jornais ou dos telejornais está ameaçada pelo mundo virtual, baixando o seu consumo drasticamente, obrigando estes serviços a adaptarem-se a uma nova realidade; as notícias nas *redes sociais* tornaram-se mais seletivas e a rapidez de anunciar a novidade acabou por ser um dos fatores mais importantes da comunicação, mais do que a sua própria veracidade; a publicidade assumiu outras formas de criatividade e o movimento de informações adquiriu um fluxo extraordinário, inimaginável noutros tempos: “*Estes espaços, quando bem e equilibradamente valorizados, contribuem para favorecer formas de diálogo e debate que, se realizadas com respeito e cuidado pela privacidade, com responsabilidade e empenho pela verdade, podem reforçar os laços de unidade entre as pessoas e promover eficazmente a harmonia da família humana. A troca de informações pode transformar-se numa verdadeira comunicação, os contactos podem amadurecer em amizade, as conexões podem facilitar a comunhão.*”⁴⁵⁰

O respeito pela dignidade do homem, nas *redes sociais*, introduz-se com o respeito pela privacidade e pela intimidade tanto do outro como própria, e também com o empenho na proteção da verdade. As *redes sociais* não se limitam a ser um meio de partilha de informações ou de ideias, mas sim um espaço onde a pessoa se comunica-se a si mesma: “*se as redes sociais são chamadas a concretizar este grande potencial, as pessoas que nelas participam devem esforçar-se por serem autênticas, porque nestes*

⁴⁴⁸ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁴⁹ O Twitter já anunciou que com 200 milhões de utilizadores ativos, o Facebook conta com mais de 1000 milhões em todo o mundo, em Portugal as estatísticas apontam 5 milhões de utilizadores ativos.

⁴⁵⁰ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

espaços não se partilham apenas ideias e informações, mas em última instância a pessoa comunica-se a si mesma.”⁴⁵¹

O pouco cuidado com a privacidade é uma tendência comum na geração das *redes sociais* que introduz, muitas vezes de forma irrefletida, na intimidade pessoal e na intimidade familiar estranhos, que de outro modo – não virtual – seria impensável entrarem na esfera pessoal ou familiar⁴⁵². O Magistério identificará outro perigo igualmente comum: a banalização da pessoa na sua dimensão corporal, tornando muitas vezes o corpo um instrumento egoísta e o centro das preocupações de muitos utilizadores das *redes sociais*. Poder-se-ia comparar o comportamento nas *redes sociais* com o Mito de Narciso: o herói da mitologia grega fica de tal maneira fechado em si próprio que perde a sua vida.

Assim, estimulada pela comunicação virtual, a autopromoção tem vindo a ganhar espaço. Este aspeto acentua-se sobretudo nos consumidores das *redes sociais* e baseia-se no protagonismo de si próprio, naqueles mais que desejados *5 minutos de fama*. Mas esta postura conduz o homem contemporâneo a uma cultura egoísta. À partida no panorama digital existe espaço para todos, qualquer pessoa tem acesso à internet e esse espaço público é adquirido sem mérito. Isto permite criar *celebridades instantâneas*: celebridades vazias e passageiras. “*A distinção clara entre o produtor e o consumidor da informação aparece relativizada, pretendendo a comunicação ser não só uma troca de dados, mas também e cada vez mais uma partilha. Esta dinâmica contribuiu para uma renovada avaliação da comunicação, considerada primariamente como diálogo, intercâmbio, solidariedade e criação de relações positivas. Por outro lado, isto colide com alguns limites típicos da comunicação digital: a parcialidade da interação, a tendência a comunicar só algumas partes do próprio mundo interior, o risco de cair numa espécie de construção da auto-imagem que pode favorecer o narcisismo.*”⁴⁵³ Esta postura, comum nos utilizadores da comunicação digital, promove uma forma de estar na internet com tendência a banalizar-se a sua própria intimidade, a intimidade da sua família e a intimidade do outro, e com ela também a dignidade própria e alheia.

Assiste-se também a uma transformação das novas amizades virtuais. Será nas *redes sociais* que subsiste um constante incentivo à linguagem efémera e com baixo nível intelectual. Manter um nível de desenvolvimento humano e intelectual exigente poderá ser um dos desafios mais difíceis perante a massificação da cultura, mas que depende de cada utilizador e, dos seus operadores. “*o desenvolvimento das redes sociais requer dedicação: as pessoas envolvem-se nelas para construir relações e encontrar amizade, buscar respostas para as suas questões, divertir-se, mas também para ser estimuladas intelectualmente e partilhar competências e conhecimentos.*”⁴⁵⁴

O Papa retrata as *redes sociais* como parte do *tecido social* que une as pessoas a partir dos sentimentos universais da amizade, da necessidade de comunicar e de

⁴⁵¹ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁵² Por exemplo o *Facebook* possuiu mais ou menos 40 bilhões de imagens, ou seja este número é 10000 vezes superior ao maior banco de imagens impressas no mundo: a Biblioteca do Congresso Americano.

⁴⁵³ BENTO XVI, *XLV MDCS*, 2011.

⁴⁵⁴ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

partilhar as histórias de vida: “Assim as redes sociais tornam-se cada vez mais parte do próprio tecido da sociedade enquanto unem as pessoas na base destas necessidades fundamentais. Por isso, as redes sociais são alimentadas por aspirações radicadas no coração do homem.”⁴⁵⁵

16. O desafio das redes sociais na cultura contemporânea

Já antes do Concílio Vaticano II, o Magistério reconheceu que num cenário de crescimento tecnológico existem diversos *desafios* que são acompanhados por novas dificuldades. Também agora a “cultura das redes sociais e as mudanças nas formas e estilos da comunicação colocam sérios desafios àqueles que querem falar de verdades e valores.”⁴⁵⁶ É necessário combater a sociedade apática ou seja a “sociedade pós-moderna é a sociedade em que reina a indiferença de massa, em que domina o sentimento de saciedade e de estagnação, (...) em que o novo é acolhido do mesmo modo que o antigo, em que a inovação se banalizou, em que o futuro deixou de ser assimilado a inelutável.”⁴⁵⁷

Como é evidente, no progresso é necessário “um esforço comum que pretende obter para toda pessoa e para todos os povos as condições necessárias ao desenvolvimento integral, de modo que todos possam contribuir para a promoção de um mundo mais humano, «onde cada um possa dar e receber, e onde o progresso de uns não seja mais um obstáculo ao desenvolvimento de outros, nem um pretexto para a sua sujeição”⁴⁵⁸

Contudo, Bento XVI apercebe-se que nas *redes sociais* “muitas vezes, como acontece também com outros meios de comunicação social, o significado e a eficácia das diferentes formas de expressão parecem determinados mais pela sua popularidade do que pela sua importância intrínseca e validade. E frequentemente a popularidade está mais ligada com a celebridade ou com estratégias de persuasão do que com a lógica da argumentação. Às vezes, a voz discreta da razão pode ser abafada pelo rumor de excessivas informações, e não consegue atrair a atenção que, ao contrário, é dada a quantos se expressam de forma mais persuasiva.”⁴⁵⁹

Como já se indicou, esta postura é favorecida por uma forma extremamente acessível de se dar a conhecer e dar a conhecer as suas opiniões publicamente, generalizando as discussões, incluídas as discussões políticas, e incentivado a uma presença de autopromoção egoísta e individualista. Esta tendência dificulta a circulação de mensagens que transportem valores mais exigentes, mas também mais verdadeiros, que o comum, pelo que a verdade não parece encontrar espaço nas *redes sociais* devido à sua falta de popularidade. Este é um desafio presente em todos os meios de comunicação, mas acentua-se na internet e nas redes sociais.

O compromisso cultural na comunicação social não é uma exigência só dos cristãos. Segundo Bento XVI, é uma luta de toda a comunidade em prol da razão e da

⁴⁵⁵ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁵⁶ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁵⁷ LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1983, pp. 10-11.

⁴⁵⁸ *CDSI*, n.175.

⁴⁵⁹ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

“argumentação lógica”: “por conseguinte os meios de comunicação social precisam do compromisso de todos aqueles que estão cientes do valor do diálogo, do debate fundamentado, da argumentação lógica; precisam de pessoas que procurem cultivar formas de discurso e expressão que façam apelo às aspirações mais nobres de quem está envolvido no processo de comunicação.”⁴⁶⁰

O Papa propõe uma mesa redonda de “diálogo e debate podem florescer e crescer mesmo quando se conversa e toma a sério aqueles que têm ideias diferentes das nossas. «Constatada a diversidade cultural, é preciso fazer com que as pessoas não só aceitem a existência da cultura do outro, mas aspirem também a receber um enriquecimento da mesma e a dar-lhe aquilo que se possui de bem, de verdade e de beleza» (Discurso no Encontro com o mundo da cultura, Belém).”⁴⁶¹

Para alcançar e fomentar este diálogo respeitoso é necessário, em primeiro lugar, que os utilizadores destes meios tenham unidade de vida. Não se devem tratar as realidades digitais como se pertencessem a um mundo que é virtual e paralelo: são realidades com consequências concretas nas vidas de cada um e desencadeando alterações culturais. Torna-se fundamental conhecer e dominar estas realidades, tomar medidas concretas, sobretudo em relação às gerações mais novas: “o ambiente digital não é um mundo paralelo ou puramente virtual, mas faz parte da realidade quotidiana de muitas pessoas, especialmente dos mais jovens. As redes sociais são o fruto da interação humana, mas, por sua vez, dão formas novas às dinâmicas da comunicação que cria relações: por isso uma solícita compreensão por este ambiente é o pré-requisito para uma presença significativa dentro do mesmo.”⁴⁶²

“No ambiente digital, a palavra escrita aparece muitas vezes acompanhada por imagens e sons”⁴⁶³, produzindo muitas vezes uma dependência dos sentidos na comunicação. Bento XVI volta a introduzir o argumento da linguagem da Igreja como resposta: “Uma comunicação eficaz, como as parábolas de Jesus, necessita do envolvimento da imaginação e da sensibilidade afetiva daqueles que queremos convidar para um encontro com o mistério do amor de Deus. Aliás sabemos que a tradição cristã sempre foi rica de sinais e símbolos: penso, por exemplo, na cruz, nos ícones, nas imagens da Virgem Maria, no presépio, nos vitrais e nos quadros das igrejas. Uma parte consistente do património artístico da humanidade foi realizado por artistas e músicos que procuraram exprimir as verdades da fé.”⁴⁶⁴

Defende igualmente que a cultura do mundo ocidental deve reconhecer a importância da fé no desenvolvimento humano e no pensamento. Reduzir a Igreja Católica a uma realidade puramente teológica, menosprezando o seu papel na sociedade, como se nota em alguns meios de comunicação, é um erro. É necessário lembrar que o sentido religioso no homem foi um fator de mudanças culturais, artísticas, tanto no pensamento como na pintura, escultura e música, e inclusivamente de mudanças científicas ao longo da história da humanidade. O historiador americano

⁴⁶⁰ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁶¹ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁶² BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁶³ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

⁴⁶⁴ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

Thomas Woods queixava-se dos seus alunos “*O máximo que os meus alunos sabem sobre a Igreja – aqueles que ainda sabem alguma coisa – é que é «corrupta» (...) O facto de a civilização ocidental dever à Igreja Católica o sistema universitário, as obras de caridade, o direito internacional, as ciências, diversos princípios legais importantes, e muito mais – este facto não lhes foi transmitido com grande zelo. Acontece que a civilização ocidental tem para com a Igreja Católica uma dívida muito superior àquela que a maioria das pessoas se apercebe – incluindo muitos católicos. A verdade é que foi a Igreja que erigiu a civilização ocidental.*”⁴⁶⁵

Abandonar a tradição, e fomentar uma constante evolução tecnológica produz uma falsa ideia de conforto no homem, levando ao que Gilles Lipovetsky descreve como “*o que se quer é viver já, aqui e agora, ser-se jovem em vez de forjar o homem novo*”⁴⁶⁶ Contudo a comodidade do *já, aqui e agora*, não consegue anular as inquietações escatológicas sobre a vida e sobre a morte, que sempre estiveram presentes no velho coração do homem.

Mesmo com a evolução da ciência e com a certeza da razão, o homem não deixa de se interrogar sobre o fim último da sua existência, sendo muitas vezes estas questões motoras do próprio progresso. Bento XVI justifica a constante procura de Deus na internet⁴⁶⁷, e o diálogo religioso nas redes sociais comprova a necessidade do debate aberto e livre acerca de Deus e da fé: “*um modo particularmente significativo de dar testemunho é a vontade de se doar a si mesmo aos outros através da disponibilidade para se deixar envolver, pacientemente e com respeito, nas suas questões e nas suas dúvidas, no caminho de busca da verdade e do sentido da existência humana. A aparição nas redes sociais do diálogo acerca da fé e do acreditar confirma a importância e a relevância da religião no debate público e social.*”⁴⁶⁸

⁴⁶⁵ WOODS, Thomas, *O que a civilização ocidental deve à Igreja Católica*, Lisboa, Alêtheia, 2005, p. 7-8.

⁴⁶⁶ LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1983, p. 11.

⁴⁶⁷ Sendo *God – Deus* - uma das palavras mais procuradas nos motores de busca da internet.

⁴⁶⁸ BENTO XVI, *XLVII MDCS*, 2013.

CONCLUSÃO

Joaquín Navarro Valls, porta-voz do Vaticano durante o pontificado de João Paulo II, afirmou no Congresso Internacional *Iglesia y Medios de Comunicación Social*, organizado pela Universidade Católica Santo António de Múrcia que “*en cada oferta de información y contenidos late una filosofía y, en consecuencia, una antropología y una ética.*”⁴⁶⁹ É neste sentido que os meios de comunicação têm projetado a sua influência na cultura e na sociedade contemporânea.

O debate acerca dos meios de comunicação na comunidade é muito amplo. Estende-se, por exemplo, à sua regulamentação, levando a perguntar: hoje, que se vive numa sociedade digitalizada, qual será o futuro dos jornais? Que implicações têm para a nossa economia? O que acontecerá aos jornalistas de investigação que denunciam crimes políticos como ataques aos direitos do homem? Que seguimento terá a comunicação política e a sua influência na comunidade?

Todavia este debate incide sobretudo nas consequências e nos benefícios dos meios de comunicação na sociedade. Ainda assim, à medida que os instrumentos de comunicação vão evoluindo tecnologicamente e se vão massificando, novos problemas vão surgindo.

Embora esta matéria seja tema recorrente no debate público e político, poder-se-ia dizer que as grandes questões continuam por esclarecer: como será o futuro dos meios de comunicação? Mas sobretudo como será o futuro com os meios de comunicação?

Nos últimos meses surgiram notícias que tornam ainda mais urgente este debate acerca da legislação e da intervenção na comunicação social: os EUA colocaram pelo menos 35 líderes mundiais sob escuta. Outra notícia avançada pelo jornal *The Washington Post* indica que “*a cada dia que passa, a NSA recolhe e guarda cinco mil milhões de dados sobre localização, referentes a centenas de milhões de telemóveis.*”

Será porventura a evolução dos meios de comunicação uma confirmação do prenúncio da realidade social apresentado por George Orwell: “*the big brother is watching you - o grande irmão está a observar-te*”? Será que estamos a perder essa liberdade, pela qual deram a vida alguns dos nossos antepassados? E contudo não são as armas de guerra que nos roubam essa liberdade, mas sim os pequenos e aparentemente inocentes instrumentos de comunicação.

A privacidade está ameaçada e a comunicação social transformou-se num poderoso instrumento: que atitudes devemos ter perante esses meios de comunicação? A própria legislação do trabalho tem que se adaptar ao crescimento do acesso às redes sociais; é o que se verifica por exemplo, quando ocorrem despedimentos por comentários e informações colocadas na internet, mesmo que, supostamente, essas

⁴⁶⁹ NAVARRO-VALLS, Joaquín, “Iglesia y sociedad de la comunicación”, in: Ibáñez, Pedro J. Navarro (coord.), Congreso Internacional el Magisterio de la Iglesia Católica, *Iglesia y Medios de Comunicación Social*, Universidad Católica San Antonio, Regions de Murcia, Octubre de 2000, p. 14.

informações tenham sido realizadas num âmbito privado. É necessário ter em consideração que, apesar da União Europeia querer consagrar o “*direito ao esquecimento*”, toda a informação publicada na internet fica armazenada por tempo indefinido, mesmo que tenha sido apagada.⁴⁷⁰

Outra ameaça que tem surgido, de uma forma quase invisível, é a da chamada *irrealidade governativa*. A noção da *irrealidade governativa* é um dos maiores desafios aplicados aos meios de comunicação: consiste em perceber quem é que governa verdadeiramente, quem é que determina e prescreve o que é e o que não é notícia.

Ao longo desta análise das *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social* ficou patente que o Magistério procurou recriar um equilíbrio entre os autores das informações, os operadores dos meios de comunicação, e a comunidade, sempre com a exigência da verdade e ao serviço do bem comum. É notório que esta *irrealidade governativa* constitui uma ameaça, na medida em que pode ser um precursor do autoritarismo contemporâneo, os novos *ditadores* têm como seu exército os meios de comunicação social. Bento XVI denuncia esta irrealidade governativa: “*há que interrogar-se se é sensato deixar que os instrumentos de comunicação se ponham ao serviço de um protagonismo indiscriminado ou acabem em poder de quem se serve deles para manipular as consciências. Não se deveria, antes, fazer com que permaneçam ao serviço da pessoa e do bem comum e favoreçam «a formação ética do homem, o crescimento do homem interior»? A sua influência extraordinária na vida das pessoas e da sociedade é um facto amplamente reconhecido, mas hoje há que pôr em evidência a viragem, diria mesmo a mudança verdadeira e própria de função, que a comunicação social está a enfrentar.*”⁴⁷¹

Os meios de comunicação são uma das indústrias mais vigorosas no atual mercado financeiro, sendo inegável que a sua influência não se limita às questões comerciais. Os novos meios de comunicação forjam uma nova cultura, através de mudanças drásticas e por vezes artificialmente induzidas nas mentalidades: a arte evolui de uma forma insuspeitada, fazendo com que as novas correntes sejam baseadas no próprio mundo digital, a própria difusão dos produtos culturais é potenciada e hoje um escritor pode publicar o seu romance no preciso momento em que acaba de o escrever, um pintor do Japão pode influenciar a cultura norte americana, sem sair da sua casa...

As preocupações e as advertências do Magistério identificadas nestas *Mensagens* devem traduzir-se em medidas concretas, é preciso encontrar modos, não só de permitir que os sectores mais frágeis da sociedade tenham acesso às informações de que precisam para o seu desenvolvimento individual e social, mas também de assegurar que os consumidores não são excluídos de um papel efetivo e responsável em ordem a decidir os conteúdos mediáticos e a determinar as estruturas e políticas das comunicações sociais.

⁴⁷⁰ O jurista francês Jean-Emmanuel Ray refere-se, com certa audácia ao “*direito à desconexão*”; trata-se, no entanto, de um direito que não é possível reivindicar, pois na internet não existe o botão de desligar.

⁴⁷¹ BENTO XVI, *XLII MDCS*, 2008, n. 3.

O interesse de uma análise dos meios de comunicação a partir das perspectivas do Magistério é que permite encontrar a visão de uma instituição milenar, que ao longo da história manteve os seus princípios e critérios doutrinários, sobre a comunicação social que se define precisamente pela sua permanente mudança: *“a Igreja pode e deve informá-los e ajudá-los, mas não pode substituir as suas decisões pessoais e coerentes. A tarefa, como se vê, é complexa e muito exigente. Somente a generosa colaboração de todos poderá fazer com que os meios de comunicação social não só abandonem atitudes e expressões, muito frequentes, evadidas de violência, de erotismo, de vulgaridade, de egoísmo e interesses injustificados, mas consigam oferecer uma formação ampla, cuidadosa e verdadeira e, no que diz respeito aos espetáculos, uma diversão sadia, cultural e espiritualmente, contribuindo assim de modo eficaz para a instauração de um humanismo completo, que a Igreja sumamente aprecia.”*⁴⁷²

O progresso e as constantes evoluções e transformações a que deu origem, entre as que se encontram as componentes da nova cultura da comunicação, são também uma forma de expressar e de transmitir a inquietação antiga do homem, que se traduz no desejo. Um desejo que nunca está satisfeito e que interpela o ser humano no seu agir a querer mais.

Na sociedade contemporânea é notório que esse desejo passa despercebido, pois muitas vezes é dissimulado no quotidiano e também nos meios de comunicação.

A Igreja Católica que está presente em toda a história do homem, acompanhando-o na evolução dos tempos e no progresso tecnológico, desde as suas manifestações mais rudimentares até às mais sofisticadas, subsistiu às guerras, às revoluções e às ideologias. Este facto, acentua a relevância das perspectivas do Magistério, que não se veem como meras análises de circunstância, ou apenas como conselhos politicamente corretos, mas sim como mensagens que veiculam uma filosofia e uma experiência seculares na compreensão do homem e dos seus desejos.

É evidente que a ciência também ajuda a Igreja⁴⁷³ nesta compreensão, tanto do homem como do mundo. Sendo significativa esta simbiose da fé e da razão. Quando se transfere este debate para a comunicação social considera-se que *“a complexidade do fenómeno das comunicações é tal que hoje exige não só uma chamada de atenção*

⁴⁷² PAULO VI, XII MDCS, 1978.

⁴⁷³ Em relação a esta interação pode ler-se no CDSI, n. 78: *“Um significativo contributo à doutrina social da Igreja provém das ciências humanas e sociais: pela parte de verdade de que é portador, nenhum saber é excluído. A Igreja reconhece e acolhe tudo quanto contribui para a compreensão do homem na sempre mais extensa, mutável e complexa rede das relações sociais. Ela é consciente do fato de que não se chega a um conhecimento profundo do homem somente com a teologia, sem a contribuição de muitos saberes, aos quais a própria teologia faz referência.*

A abertura atenta e constante às ciências faz com que a doutrina social da Igreja adquira competência, concretize e atualidade. Graças a elas, a Igreja pode para compreender de modo mais preciso o homem na sociedade, de falar aos homens do próprio tempo de modo mais convincente e cumprir de modo eficaz a sua tarefa de encarnar, na consciência e na sensibilidade social do nosso tempo, a palavra de Deus e a fé, da qual a doutrina social «parte».

Este diálogo interdisciplinar compele também as ciências a colher as perspectivas de significado, de valor e de empenhamento que a doutrina social desvela e «a abrir-se numa dimensão mais ampla ao serviço de cada pessoa, conhecida e amada na plenitude da sua vocação.»

constante aos deveres relativos de cada um e da sociedade e um melhoramento contínuo que brote do confronto com os verdadeiros valores da vida humana, mas também a colaboração indispensável de todos os que determinam o processo comunicativo.”⁴⁷⁴

Nos meios de comunicação reconhece-se muitas vezes o grito do homem contemporâneo. A procura do que satisfaz o desejo está constantemente presente, mesmo quando as programações com mais audiências são as que têm um nível cultural ou intelectual mais baixo, e até quando a própria intimidade do homem é exposta de uma forma quase animal; estas circunstâncias são também modos – embora errados – do homem procurar respostas para o seu desejo insaciável. Por isso é uma exigência dos meios de comunicação social chegar a produzir uma programação que obedeça a mais altos padrões culturais, mesmo nos simples programas de divertimento.

Portanto, o normal e o quotidiano convertem-se em desafios para o homem encontrar o que satisfaz realmente o seu próprio desejo. Mas se o ideal dos meios de comunicação é tentar alcançar o sucesso, desejo muito comum, o ideal do Magistério é alcançar o próprio coração de cada homem, visto que é no coração humano que habitam as suas inquietações e as suas vontades mais profundos. *“Por este motivo a Igreja, embora dedicando anualmente um dia ao estudo de todas as questões pastorais do setor, não deixou de chamar periodicamente a atenção dos cristãos e dos homens de boa vontade, sobre aspetos particulares na ampla problemática da comunicação, na esperança de poder assim ajudar cada homem a bem orientar-se no meio da multiforme realidade dos mass-media, e de contribuir, de acordo com a natureza de sua missão, para o bem comum.*”⁴⁷⁵

A circunstância do mundo moderno e tecnológico tende a acentuar a tentação de uma materialização integral: materialização do amor, da amizade, dos interesses..., ao ponto de tornar os sentimentos que partilhamos com os animais irracionais - *a fuga da dor e a procura do prazer* – nas pautas de comportamento. Convertendo-se prontamente numa espécie de narcisismo virtual, em que o homem narcisista se fecha em si próprio e acaba por perder a sua vida. Paradoxalmente, a substância do desejo é o encontro e a comunicação social não é senão um encontro, um encontro com o outro e com o mundo.

A mudança de civilização não se estende apenas aos instrumentos, também inclui a troca de ideias. Sendo tão importante conseguir que a mundialização, ou a globalização, levem também a uma articulação profunda do dizer e do fazer, ou seja, que a globalização do consumo vá acompanhada duma globalização do desenvolvimento humano; os meios de comunicação tornam-se atores principais desta aspiração.

As *Mensagens do dia Mundial da Comunicação Social* são um apelo à defesa da dignidade do homem e do bem comum. Centrando-se com frequência em aspetos particulares, os Pontífices prestaram uma atenção especial aos temas da família e da

⁴⁷⁴ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

⁴⁷⁵ PAULO VI, XI MDCS, 1977.

paz, desafiando estes meios. Por outro lado, dando voz aos mais vulneráveis, o Magistério reivindica, a partir destas *Mensagens*, uma autêntica liberdade, exigente e fidedigna à verdade, no sentido em que os meios de comunicação constituem um exercício da liberdade e no “*exercício da liberdade, o homem põe atos moralmente bons, construtivos da pessoa e da sociedade, quando obedece à verdade, ou seja, quando não pretende ser criador e senhor absoluto desta última e das normas éticas. A liberdade, com efeito, «não tem o seu ponto de partida absoluto e incondicionado em si própria, mas na existência em que se encontra e que representa para ela, simultaneamente, um limite e uma possibilidade. É a liberdade de uma criatura, ou seja, uma liberdade dada, que deve ser acolhida como um gérmen e fazer-se amadurecer com responsabilidade».* Caso contrário, morre como liberdade, destrói o homem e a sociedade.”⁴⁷⁶

Como é evidente, a procura da verdade, muito mais do que um objetivo da comunicação, é sobretudo uma condição essencial e definitiva do ser do homem. “*Todos os homens, que são pessoas dotadas de razão e de vontade livre e por isso mesmo com responsabilidade pessoal, são levados pela própria natureza e também moralmente a procurar a verdade.*”⁴⁷⁷

Ao longo da leitura destas *Mensagens* e de outros contributos do Magistério sobre este tema, fica claro que a “*questão essencial concernente ao atual sistema informativo é se ele contribui a tornar a pessoa humana verdadeiramente melhor, isto é, espiritualmente mais madura, mais consciente da dignidade da sua humanidade, mais responsável, mais aberta aos outros, sobretudo aos mais necessitados e aos mais pobres. Um outro aspeto de grande importância é a necessidade de que as novas tecnologias respeitem as legítimas diferenças culturais.*”⁴⁷⁸ Do respeito por estes critérios depende a qualidade da comunicação nos meios.

Podemos concluir com as palavras de João Paulo II, dirigidas em 1998 aos jovens de Cuba sob o regime de Fidel Castro: “*a melhor herança que se pode comunicar às futuras gerações é a transmissão dos valores superiores do espírito. Não se trata apenas de salvar alguns deles, mas de favorecer uma educação ética e cívica que ajude a assumir novos valores, a reconstruir o próprio carácter e a alma social sobre a base de uma educação para a liberdade, a justiça social e a responsabilidade.*”⁴⁷⁹ E esta realização só será possível com o auxílio dos meios de comunicação social.

Nestes últimos dias o Papa Francisco, ao dirigir-se ao Conselho Pontifício para os Leigos, declarou que apesar de ser essencial à Igreja e aos fiéis a presença na Internet, isso “*não é o suficiente*”: é sobretudo necessário “*conhecer homens e mulheres de verdade*”. Também quando se dirigiu aos operadores de uma televisão italiana, o Papa Francisco acentuou a continuidade do seu Magistério em relação aos

⁴⁷⁶ CDSI, n. 138.

⁴⁷⁷ CONCÍLIO VATICANO II, *Dignitatis humanae*, 1965, n. 2.

⁴⁷⁸ CDSI, n. 415.

⁴⁷⁹ JOÃO PAULO II, *Mensagem escrita aos jovens cubanos*, Camagüey: 23 Janeiro 1998, n. 4.

meios de comunicação: *“recordo que a vossa profissão, além de ser informativa é também formativa, é um serviço público, ou seja um serviço ao bem comum. Um serviço à verdade, um serviço à bondade e um serviço à beleza! (...) Em última análise, a qualidade ética da comunicação é fruto de consciências atentas, não superficiais e sempre respeitadoras das pessoas, tanto daquelas que são objeto de informação, como dos destinatários da mensagem. Cada qual no próprio papel e com a sua responsabilidade é chamado a vigiar para manter alto o nível ético da comunicação, evitando aquilo que causa tanto mal: a desinformação, a difamação e a calúnia. Manter alto o nível ético.”*⁴⁸⁰

Talvez o futuro da comunicação social passe pela ambição humana que Bento XVI exprimiu pertinentemente em Lisboa, no Encontro com o Mundo da Cultura no Centro Cultural de Belém: *“Fazei coisas belas, mas sobretudo tornai as vossas vidas lugares de beleza.”*⁴⁸¹

⁴⁸⁰ PAPA FRANCISCO, *Discurso aos dirigentes e funcionários da rádio e televisão italiana – Rai*, Vaticano: 18 Janeiro 2014.

⁴⁸¹ BENTO XVI, *Discurso do encontro com o Mundo da Cultura*, Centro Cultural de Belém, Lisboa: 12 Maio 2010.

ANEXO A – DEMOCRACIA E DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

A doutrina social da Igreja chega a propor o mercado livre como conjuntura ideal para o funcionamento dos meios de comunicação social, até porque é no mercado livre que subsiste a própria liberdade: *“o livre mercado é uma instituição socialmente importante para a sua capacidade de garantir resultados eficientes na produção de bens e serviços. Historicamente, o mercado deu provas de saber impulsionar e manter, por longo período, o desenvolvimento económico. Existem boas razões para acreditar que, em muitas circunstâncias, «o livre mercado seja o instrumento mais eficaz para colocar os recursos e responder eficazmente as necessidades»* ¹. Este reconhecimento por parte do Magistério advém da confiança nas *“vantagens seguras que os mecanismos do livre mercado oferecem, seja para uma melhor utilização dos recursos, seja para facilitar a troca de produtos; estes mecanismos «sobretudo, colocam no centro a vontade e as preferências da pessoa que no contrato se encontram com aqueles de uma outra pessoa.»* ²

É também no mercado livre que existe maior diligência na comunicação: mais concorrência e mais liberdade de escolha tenderá a proporcionar uma melhor qualidade da informação. *“O uso do próprio poder aquisitivo há-de ser exercido no contexto das exigências morais da justiça e da solidariedade e de responsabilidades sociais precisas: é preciso não esquecer que «o dever da caridade, isto é, o dever de acorrer com o “supérfluo”, e às vezes até com o “necessário” para garantir o indispensável à vida do pobre». Tal responsabilidade confere aos consumidores a possibilidade de dirigir, graças à maior circulação de informações, o comportamento dos produtores, mediante a decisão —individual ou coletiva— de preferir os produtos de algumas empresas em lugar de outras, levando em conta não apenas os preços e a qualidade dos produtos, mas também a existência de corretas condições de trabalho nas empresas, bem como o grau de tutela assegurado para o ambiente natural que o circunda.”* ³

Na verdade, os meios de comunicação social só poderão contribuir para uma autêntica globalização, com base na cooperação e no crescimento equilibrado, se houver um cenário internacional favorável à liberdade: liberdade de informação, liberdade económica, liberdade de mercado. Caso contrário, os países que gozam de liberdade serão aqueles com maior capacidade tecnológica, de progresso e, consequentemente de desenvolvimento; isto significa que o que torna o mundo global mais desigual e injusto é a ausência da liberdade. Contudo a Igreja acentua sempre a consciência de solidariedade: *“a doutrina social encoraja formas de cooperação capazes de incentivar o acesso ao mercado internacional dos países marcados pela pobreza e subdesenvolvimento: «Há relativamente poucos anos, afirmou-se que o desenvolvimento dos países mais pobres dependeria do seu isolamento do mercado*

¹ CDSI, n. 347.

² CDSI, n. 3474.

³ CDSI, n. 359.

mundial, e da confiança apenas nas próprias forças. A recente experiência demonstrou que os países que foram excluídos registraram estagnação e recessão, enquanto conheceram o desenvolvimento aqueles que conseguiram entrar na corrente geral de interligação das atividades económicas a nível internacional. O maior problema, portanto, parece ser a obtenção de um acesso equitativo ao mercado internacional, não fundado sobre o princípio unilateral do aproveitamento dos recursos naturais, mas sobre a valorização dos recursos humanos.»⁴

O Magistério especifica as causas deste subdesenvolvimento, relacionando-o com determinados comportamentos políticos e ideológicos caracterizados pela falta de informação: *“entre as causas que predominantemente concorrem em determinar o desenvolvimento e a pobreza, além da impossibilidade de ascender ao mercado internacional, devem ser enumerados o analfabetismo, a insegurança alimentar, a ausência de estruturas e serviços, a carência de medidas para garantir o saneamento básico, a falta de água potável, a corrupção, a precariedade das instituições e da própria vida política. Existe uma conexão entre a pobreza e a falta, em muitos países, de liberdade, de possibilidade de iniciativa económica, de administração estatal capaz de predispor um sistema adequado de educação e de informação.”⁵* Deste modo, a Igreja volta a insistir num aspeto central da sua doutrina social, quando diz que a raiz dos problemas sociais se encontra no facto de o homem deixar de estar no centro da finalidade das políticas públicas, daí que a solução destes problemas passará sempre por salvaguardar a dignidade do homem e, portanto, também a sua liberdade.

Esta correlação entre a liberdade e o desenvolvimento é histórica. É notório que os países livres são aqueles que têm mais capacidade de iniciativa no mercado como de criatividade e assim sendo de desenvolvimento. Sendo este o princípio do pensamento liberal, podendo ler-se em Adam Smith, o pai da economia, na teoria da *mão invisível*, que afirma que o desenvolvimento passa pela iniciativa individual, num mercado livre: *“cada indivíduo procura apenas seu próprio ganho. Porém, é como se fosse levado por uma mão invisível para produzir um resultado que não fazia parte de sua intenção... Perseguindo seus próprios interesses, frequentemente promove os interesses da própria sociedade, com mais eficiência do que se realmente tivesse a intenção de fazê-lo”*.

É certo que estadistas tenderam a justificar a privação da liberdade, dos direitos civis e até mesmo da democracia, pelo estímulo que significa para um rápido crescimento económico. Esta é a tese de Lee. O antigo primeiro ministro de Singapura, Lee Kuan Yew, durante o seu ministério, de 1959 a 1990, defendeu um sistema político autoritário, que negava direitos civis primários, alegando que as vantagens deste procedimento sobre o crescimento económico seriam um bem maior. O exemplo mais recente, e muitas vezes referido, é a China: é notório que a China teve um enorme crescimento económico, talvez não acompanhado por um verdadeiro desenvolvimento humano; todavia este crescimento económico verificou-se apenas depois de uma abertura do seu mercado. Poder-se-ia contrapor ao caso da China o do Botswana, um

⁴ CDSI, n. 447.

⁵ CDSI, n. 447.

dos países africanos com mais rápido crescimento económico, que é no entanto um país democrático, que é algo excepcional no continente africano. Há que reconhecer, no entanto, que os benefícios da liberdade e da democracia vão muito para além do crescimento económico, e as suas implicações nos meios de comunicação social são essenciais à defesa e aproveitamento das suas tecnologias.

O cientista político e sociólogo Robert Dahl, que nas suas investigações aprofundou o tema da democracia, enumera as 10 vantagens mais significativas dos regimes democratas. Escreve:

“Porquê a Democracia? A Democracia produz consequências desejáveis:

1. *Evita a tirania;*
2. *Direitos essenciais;*
3. *Liberdade para todos;*
4. *Autodeterminação;*
5. *Autonomia moral;*
6. *Desenvolvimento humano;*
7. *Proteção de interesses pessoais e essenciais;*
8. *Igualdade Política;*

Além disso as modernas Democracias produzem:

9. *Procura da Paz e*
10. *Prosperidade”*⁶

⁶ DAHL, Robert, *Sobre a democracia*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 56.

ANEXO B – CONCEITO DE ESTADO NA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

A ideia de indivíduo que está na base no personalismo cristão, influenciará a noção de Estado. Os textos do Magistério têm vindo a denunciar a ameaça de uma conceção demasiado protecionista do Estado, mas também do Estado liberal: A Igreja, quando destaca os princípios de solidariedade e subsidiariedade, acaba por promover o *Estado de providência*. Pois, não confia inteiramente na regulação do Estado.⁷

Esta definição do papel do Estado por parte da doutrina social da Igreja é importante para se compreender como o poder político pode e como deve intervir na regulamentação dos meios de comunicação, pois a regulamentação dos meios de comunicação é, por sua vez, inseparável de um risco de instrumentalização, instrumentalização que se oporia à liberdade de expressão, levantando problemas sérios sobre a forma de fazer comunicação.⁸

No socialismo científico, que historicamente se demonstra totalitário, a liberdade e os direitos fundamentais estavam condicionados por uma vontade geral, e essa vontade geral era controlada pelo próprio Estado, o que levava os meios de comunicação a serem mais um instrumento de domínio.

Aliás, o conceito de vontade geral, não deixa de soar estranho no contexto do próprio socialismo científico, pois *“do facto de, no mesmo momento a maioria dos indivíduos duma nação pensarem a mesma coisa não pode concluir-se que o suporte desses pensamentos seja uma substância específica que seria consciência nacional – a*

⁷ A Igreja considera que o Estado tem deveres e no cumprimento desses deveres tem que agir com prudência e com vigor. Sobre as circunstâncias em que, o Estado deve intervir segundo João Paulo II na *Centesimus annus*, n. 48:

“Assistiu-se, nos últimos anos, a um vasto alargamento dessa esfera de intervenção, o que levou a constituir, de algum modo, um novo tipo de estado, o «Estado do bem-estar». Esta alteração deu-se em alguns Países, para responder de modo mais adequado a muitas necessidades e carências, dando remédio a formas de pobreza e privação indignas da pessoa humana. Não faltaram, porém, excessos e abusos que provocaram, especialmente nos anos mais recentes, fortes críticas ao Estado do bem-estar, qualificado como «Estado assistencial». As anomalias e defeitos, no Estado assistencial, derivam de uma inadequada compreensão das suas próprias tarefas. Também neste âmbito, se deve respeitar o princípio de subsidiariedade: uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la em caso de necessidade e ajudá-la a coordenar a sua acção com a das outras componentes sociais, tendo em vista o bem comum.

Ao intervir diretamente, irresponsabilizando a sociedade, o Estado assistencial provoca a perda de energias humanas e o aumento exagerado do sector estatal, dominando mais por lógicas burocráticas do que pela preocupação de servir os usuários com um acréscimo enorme das despesas. De facto, parece conhecer melhor a necessidade e ser mais capaz de satisfazê-la quem a ela está mais vizinho e vai ao encontro do necessitado. Acrescente-se que, frequentemente, um certo tipo de necessidades requer uma resposta que não seja apenas material, mas que saiba compreender nelas a exigência humana mais profunda. Pense-se na condição dos refugiados, emigrantes, anciãos ou doentes e em todas as diversas formas que exigem assistência, como no caso dos toxicómanos: todas estas são pessoas que podem ser ajudadas eficazmente apenas por quem lhes ofereça, além dos cuidados necessários, um apoio sinceramente fraterno.

⁸ Neste ponto, a doutrina social da Igreja que foi por vezes apelidada de terceira via, no sentido que as suas propostas condenam tanto o socialismo como o capitalismo, mas não pretendendo ser uma resposta sociológica e muito menos ideológica, fazenda deste apelido desapropriado.”

alma nacional. Se a psicologia positiva rejeitou definitivamente o conceito de alma individual, deixando-o ao domínio das crenças religiosas não vemos como a política possa manter o conceito de alma coletiva.”⁹

Em 1891, na *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII já chamava a atenção para o que considerava um dos maiores erros da teoria política que mais marcas deixou na humanidade: *“primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.*”¹⁰

Contudo Leão XIII critica igualmente o capitalismo, que desde a revolução industrial assumiu grandes proporções e por diversas circunstâncias se tem vindo a afastar-se do seu fim, a liberdade do homem, e se tem centrado somente no capital. O certo é que de forma natural ou não, o capitalismo muitas vezes incita à falta de ética, à corrupção, à especulação e ao materialismo, e ao longo da história levou mesmo ao colapso financeiro alguns mercados. O Papa refere-se a este capitalismo como *“o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.*”¹¹

Nesta perspetiva, a doutrina social da Igreja do período pós-conciliar superou amplamente o conceito circunscrito de uma possível *terceira via*, mas chamou convenientemente a atenção para se encontrarem soluções que superem o bipolarismo ideológico. Aqui a comunicação social adquire uma importância essencial, e será neste sentido que a Igreja reconhece o papel fundamental dos leigos no Estado¹².

O novo protagonismo dos leigos terá de estar associado a uma maior formação, a mais conhecimento, pois a ambição de alcançar a verdade deve fazer parte desta condição de leigos, já que não é possível recomendar o bem, sem antes o conhecer: *“para escolher corretamente, é necessário conhecer as normas da ordem moral e*

⁹ DUGUIT, Léon, *Os elementos do Estado*, 2ª Edição Lisboa, Editorial Inquérito, 1937.

¹⁰ LEÃO XIII, Carta Encíclica, *Rerum Novarum*, 1981, n. 9.

¹¹ LEÃO XIII, Carta Encíclica, *Rerum Novarum*, 1981, n. 9.

¹² Para além destes serem em maior número, têm como missão e vocação próprias estar no meio do mundo e, concretamente, nesta área da comunicação, até mais do que o próprio clero, que tem funções específicas: *“na promoção de uma autêntica cultura os fiéis leigos reservarão grande relevo aos meios de comunicação de massa, considerando sobretudo os conteúdos das inúmeras escolhas realizadas pelas pessoas: tais escolhas, mesmo variando de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo, possuem todas um peso moral e sob este aspeto devem ser avaliadas.*” In. CDSI, n. 560.

*aplicá-las fielmente. A Igreja oferece uma longa tradição de sabedoria, enraizada na Revelação Divina e na reflexão humana, cuja orientação teológica serve como importante corretivo tanto no que se refere «à solução “ateia”, que priva o homem de uma das suas componentes fundamentais, a espiritual, quanto no que diz respeito às soluções permissivas e consumistas, que buscam, sob vários pretextos, convencê-lo da sua independência de toda a lei e de Deus». Mais do que julgar os meios de comunicação social, esta tradição coloca-se ao seu serviço: «a cultura eclesial da sabedoria, própria da Igreja, pode salvar a cultura mediática da informação, a fim de que não se torne um amontoar-se de fatos sem significado».*¹³

¹³ CDSI, n. 560.

ANEXO C – A CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA NO INÍCIO DAS MENSAGENS PARA O DIA MUNDIAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

As décadas de 60 e 70 foram décadas em que a política mundial enfrentou também grandes tumultos e mudanças: as questões das ex-colónias ainda não tinham sido totalmente solucionadas, a Europa passava por disputas ideológicas, os soviéticos mantinham uma estreita ligação com Cuba, o Reino Unido deparava-se com problemas de terrorismo nacional com o IRA na Irlanda no Norte, e com as duras greves dos mineiros que ameaçavam retirar as reservas energéticas do país, é no ano de 1975 que se dá a independência da Granada, mas não se resolve a situação das Maldivas, a Grécia ainda era governada pelo poder militar, e a Espanha negociava a autodeterminação do Sara Ocidental, etc.

A posição da Igreja Católica face aos direitos das colónias era muito clara, e não poderia ser de outra forma. Desde 1648, com o Tratado de Vestefália, de máxima importância não só para diplomacia moderna mas sobretudo para a interpretação contemporânea do conceito Estado-Nação, reconheceu-se o direito à soberania, apesar de este direito se limitar aos países da Europa. Já em 1945, no final da II Guerra Mundial, o direito à soberania consagrou-se no âmbito do Direito Internacional, designadamente na Carta das Nações Unidas. Este princípio de autodeterminação dos povos, que definia a soberania das colónias, não deve ser confundido como um apoio a qualquer tipo de revolução; consistia na proclamação do direito ao autogoverno, à determinação das políticas internas e externas. Pretendia, como afirma a Carta das Nações Unidas no capítulo 1, art. 1º: "*Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas para reforçar a paz universal*". Em Portugal atravessava-se um período árduo em relação à independência das colónias ultramarinas, e a altivez política de Salazar sobre este processo influenciou a sua relação com a Igreja.¹⁴

¹⁴ Quando no dia 4 de Outubro de 1965 Paulo VI se dirigiu à Assembleia da ONU, falou sobre a necessidade de uma lógica da paz mundial: "*esta Organização representa o caminho obrigatório da civilização moderna e da paz mundial*" e mais abaixo traduz essa paz mundial como o direito à autodeterminação: "*À pluralidade dos Estados, que já não podem ignorar-se uns aos outros, vós propoñdes uma forma de coexistência extremamente simples e fecunda. Ei-la: em primeiro lugar, reconheceis e distinguis uns e outros (...). Dais um reconhecimento de alto valor moral e jurídico a cada comunidade nacional soberana e garantis-lhe uma honrosa cidadania internacional. É já um grande serviço prestado à causa da humanidade: bem definir e honrar os súbditos nacionais da comunidade mundial.*"

E esta posição da Igreja Católica em relação ao direito de soberania foi mal aceite em Portugal. O culminar desta má relação deu-se sobretudo com a manifestação hostil em 1964, quando o Papa Paulo VI efetua a visita apostólica à Índia e a Goa. A viagem desagradou ao Professor Salazar: "*O incidente, porém deixara sequelas profundas. Salazar sente-se desconsiderado. (...) E quando, no Outono de 1964 se ventila a hipótese da vinda do Papa a Portugal Salazar chega a ordenar ao seu Ministro dos Estrangeiros Franco Nogueira que diga ao Núncio que «espera morrer sem ver em Portugal um Papa que tanto agravou o meu país», e que «enquanto for vivo o Papa não entra aqui». Chegou mesmo a referir-se ao Cardeal Cerejeira como sendo um fraco», que «nunca teve a coragem de castigar ninguém» (...). Mas no ano seguinte, Franco Nogueira sugere ao Embaixador Faria [embaixador de Portugal junto*

Enquanto isso, na América Latina, os governos oscilavam entre o socialismo e as juntas militares a Bolívia vivia em estado de emergência e no Chile o general Pinochet tinha declarado estado de sítio.

No oriente as situações político-sociais não eram muito diversas; apesar de em 1973 os EUA se terem retirado do conflito, é no dia 30 de Abril de 1975 que se dá o fim da Guerra do Vietnam. Este conflito marcou profundamente a sociedade ocidental e os meios de comunicação social, não sendo somente uma guerra de ideologias – o dualismo entre o ocidente capitalista e o oriente comunista; em virtude da cobertura mediática de que foi objeto, tornou-se uma causa inspiradora de uma geração de artistas, músicos, escritores e cineastas, além de ter sido uma batalha sangüinária devido à tecnologia bélica utilizada - armamento, aeronaves, etc., até às armas químicas, cujo uso desde 1949 estava condenado pela Convenção de Genebra – de tal modo que esta guerra ficará conhecida pelo número excessivo de mortes que provocou.

É também durante os anos 70 que a cultura dos EUA, que terá uma enorme influência internacional através dos meios de comunicação social, é marcada pelo hedonismo social um pouco hollywoodesco, com estilos de vida inspirados pelo cinema a que estará associado um certo esvaziamento das relações humanas.

da Santa Sé] que transmita ao Vaticano a «muita honra e muito júbilo» com que via que o Papa viesse a Fátima, em 1967, no cinquentenário das aparições. Salazar emenda: «Talvez seja melhor ficar só pela honra e não falar do júbilo»” in, BRAGA DA CRUZ, Manuel, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, p. 174-175.

João Paulo II volta a este tema na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*. Cf. CDSI; n. 192: “O processo de aceleração da interdependência entre as pessoas e os povos deve ser acompanhado com um empenho no plano ético-social igualmente intensificado, para evitar as nefastas consequências de uma situação de injustiça de dimensões planetárias, destinada a repercutir muito negativamente até nos próprios países atualmente mais favorecidos”.

ANEXO D – CONCEITO DE LIBERDADE

É importante acentuar que foi a própria ambição de liberdade a determinar as ideologias da geração dos anos 60 e 70, bem como o socialismo científico. Esta procura da *pura liberdade* foi de tal maneira acentuada que anulou o seu próprio fundamento, a sua finalidade. A liberdade passou então a definir-se por uma ausência de regras e de instituições, ameaçando a sua própria anulação, pois neste pensamento a liberdade era defendida como fim em si mesma, em que qualquer tipo de barreiras seria considerado uma coação autoritária. Um exemplo particularmente claro dessa liberdade foi a ideia do *amor livre*, ou até da própria anarquia. Neste pensamento a liberdade não será concebida como um meio, um meio para a dignidade do homem, esquecendo que “*o respeito da finalidade das coisas e a fidelidade à norma do nosso agir, serão para nós garantia para realizar a verdade em toda e qualquer circunstância.*”¹⁵

O que o Magistério espera da comunicação social, como de todas as esferas da sociedade - política, economia, ciência, ou cultura – é que rejeite a ideia incorreta de que o homem é pura liberdade: “*definir a liberdade por si mesma, tornando-a uma instância criadora de si própria e dos seus valores. Desta forma, no caso extremo, o homem nem sequer teria natureza, e seria por si mesmo o próprio projeto de existência. O homem nada mais seria que a sua liberdade! (...) A reflexão racional e a experiência quotidiana demonstram a debilidade que caracteriza a liberdade do homem. É liberdade real, mas finita: não tem o seu ponto de partida absoluto e incondicionado em si própria, mas na existência em que se encontra e que representa para ela, simultaneamente, um limite e uma possibilidade.*”¹⁶ É este limite de liberdade que estará presente nas Mensagens do *Dia da Mundial da Comunicação Social*.

Quando Paulo VI, João Paulo II ou Bento XVI falam da noção de liberdade de expressão ou de informação, ou até mesmo da liberdade em sentido mais amplo, não falam de uma pura liberdade, mas sim da liberdade alicerçada na responsabilidade. Prova concreta disso é que na comunicação política a liberdade não justifica tudo, não sendo legítimo servir-se da própria liberdade para denegrir a imagem de outrem, ou nos meios de comunicação não é lícito justificar o baixo nível da programação com o argumento da liberdade. Fazê-lo seria cair no “*erro básico: o homem não é pura liberdade. A liberdade apoia-se em alguém, em algo, onde ela sobrevive. Para saber o raio de ação da liberdade eu tenho de conhecer esse apoio. Não posso usar a liberdade para atirar-me do 30 andar e voar: seria desconhecer que a minha natureza não tem asas. Neste caso absurdo, trata-se de uma limitação física facilmente detetável que condiciona e orienta a liberdade. Mas há outros limites que também nos ensinam qual a finitude da liberdade, entre que «balizas» ela pode exercitar.*”¹⁷

¹⁵ PAULO VI, VI MDCS, 1972, n. 6.

¹⁶ JOÃO PAULO II, *Veritatis splendor*, 1993, n. 46- 86.

¹⁷ PIMENTEL, João Paulo, “Quem é o homem?”, *Nova Cidadania*, Ano IX, n. 36, Lisboa, Julho – Setembro 2008, p. 49.

A liberdade é um conceito fundamental nos meios de comunicação social: sem liberdade não há comunicação. Neste sentido, para Paulo VI o combate ao desgaste moral da sociedade ocidental dos anos 60 e 70, que fazia da liberdade o seu estandarte, passava pela própria liberdade, mas sobretudo pelo compromisso da liberdade com a verdade, reforçando estes dois conceitos como uma simbiose social: *“deve-se reconhecer a liberdade do artista que, exatamente para exprimir “o belo” da realidade, tem o direito de se servir do auxílio da fantasia dando, assim, vida a uma nova criação. Esta criação, porém, mesmo não coincidindo com a realidade concreta e ordinária, não pode ser absolutamente diversa dela; isto é, deve permanecer fiel à sua verdade e à verdade dos valores a que está ligada. A arte, de fato, se é verdadeira, é uma das expressões humanamente mais nobres da verdade. Para prestar, pois, um serviço ao homem e ser discípulos e pesquisadores da verdade, ocorre contribuir para a busca e o gozo do verdadeiro, que obviamente exclui toda exploração — pela especulação comercial ou por outros fins censuráveis — da fraqueza humana, ou da preparação insuficiente do público.”*¹⁸

¹⁸ PAULO VI, VI MDCS, 1972, n. 4.

ANEXO E – AS INFLUÊNCIAS DA TELEVISÃO

Sendo as crianças os mais frágeis usuários da televisão, e os espectadores mais constantes, serão, logicamente, aqueles que mais irão sofrer as suas consequências. John Condry regista dez efeitos negativos duma excessiva exposição à televisão na vida de uma criança, que se consideram matéria de política social, com consequências tanto na ordem e no bem-estar da sociedade, como na cultura e no estado da arte:

1. É causa de baixo rendimento escolar;
2. Empobrece o uso do tempo livre;
3. Induz à violência;
4. Incentiva a passividade;
5. Isola e divide a família;
6. *Rouba o tempo*;
7. Aumenta a obesidade;
8. Despreza o esforço;
9. Confunde a moral;
10. Distorce os valores.

Trata-se de consequências diretas. A sua constatação permite concluir que a televisão exerce um enorme poder sobre o pensamento e os valores básicos das crianças: *“por outro lado, os programas destinados às crianças apresentam os homens e as mulheres em papéis estereotipados, acabando as crianças, que estão habituadas a passar longas horas em frente da televisão, por reproduzir esses esquemas. Basta vermos o modo como os jovens e os velhos, os médicos e a polícia, ou ainda os doentes mentais, são representados no ecrã para nos apercebemos de que a televisão fornece uma imagem deformada da realidade”*¹⁹ Por sua vez, o Papa exorta os operadores dos meios de comunicação, em especial os da televisão em relação às crianças: *“ajudai-a na sua procura cognitiva, propondo-lhe programas recreativos e culturais, em que ela encontre resposta na busca da sua identidade e da sua gradual «entrada» na comunidade humana. É pois também importante, nos vossos programas, não ser a criança simples aparição para enternecer os olhos cansados e desapontados dos espectadores ou ouvinte apáticos, mas ser, pelo contrário, um protagonista de modelos válidos para as jovens gerações.”*²⁰ Acontece muitas vezes que é pela televisão que *“as crianças tomam conhecimento dos costumes e valores próprios da sua cultura, nomeadamente dos comportamentos sexuais”*²¹. Daí que seja indispensável questionar-se sobre se a televisão é uma boa educadora, e se conceitos tão importantes deverão ser sugeridos pela televisão. Quando João Paulo II se dirige às famílias na *Mensagem do Dia Mundial da Comunicação* de 1994 recorda que a principal obrigação do seu bom uso, deve ser para os pais um mandato divino: *“Deus investiu os pais da grave responsabilidade de ajudar os filhos a «buscar a verdade e a viver em conformidade*

¹⁹ Idem, p. 43.

²⁰ JOÃO PAULO II, *XIII MDCS*, 1979.

²¹ CONDRY John, “ladra do tempo, criada infiel”..., p. 44.

com ela, a buscar o bem e a promovê-lo» Os pais têm ainda o dever de levar os filhos a apreciar «tudo o que é verdadeiro, digno de respeito ou justo, puro, amável ou honroso». Portanto, além de ser espectadores que podem discernir por si só, os pais deveriam contribuir ativamente para formar nos próprios filhos, ao assistir a televisão, hábitos que levem a um sadio desenvolvimento humano, moral, religioso. Os pais deveriam, com antecedência, informar os próprios filhos sobre o conteúdo dos programas e fazer, conseqüentemente, a escolha consciente para o bem da família, sobre o que ver ou o que não ver.»²²

²² JOÃO PAULO II, XXVIII MDCS, 1994.

ANEXO F – A PROMOÇÃO DOS VALORES DA FAMÍLIA É A PROMOÇÃO DA PAZ

Quando os meios de comunicação social indicam estilos de vida, é conveniente perceber que esses mesmos meios são também instrumentos comerciais, ao serviço de grupos de pressão: *“não é fácil resistir às pressões comerciais ou às reivindicações de conformidade com as ideologias seculares, mas é isto que as comunidades responsáveis devem fazer. A aposta é grande, dado que cada ataque contra o valor fundamental da família constitui um ataque contra o verdadeiro bem da humanidade.”*²³ A prova de que o Papa afirmou é que desde o aparecimento da televisão se assistiu a uma mudança nas relações humanas e o conceito da família foi frequentemente manipulado.

Para satisfazer a exigências de informação mediática, é comum que os meios de comunicação social recriem novas concepções sociais e culturais. Karl Popper estabelece uma analogia entre o mediatismo televisivo e o aumento da violência: *“a violência, o sexo, o sensacionalismo, são os meios a que os produtores de televisão recorrem mais facilmente: é uma receita segura, sempre apta a seduzir o público. E, se este acaba por se cansar, basta aumentar a dose. (...) Recenseou-se um número não negligenciável de casos em que os autores de atos criminosos admitiram terem-se inspirado no que tinham visto na televisão.”*²⁴

Ou seja a programação da televisão, como acontece também na da internet, é acompanhada por novas abordagens sociológicas e até antropológicas da vida humana, levantando problemas que nunca tinham sido apresentados às famílias. Desta forma, fica-se rapidamente à mercê e ao “serviço” de grupos de pressão ideológicos - como do relativismo ou das ideologias do género - acabando por influenciar diretamente a visão da estrutura familiar.

Para o Magistério é urgente esta defesa e proteção da família nos meios de comunicação social, devendo estar presente na agenda política, até porque existe uma nítida correlação entre a defesa da família e a manutenção da paz.

Neste novo milénio, grande parte dos países desenvolvidos trocou os conflitos internacionais por conflitos internos: o conflito mais mortífero na União Europeia deixou de ser a ameaça de invasão do país vizinho; esta mudança de paradigmas tornaram as preocupações dos Estados mais regionais, nível de conflito interno. O possível cenário da de uma guerra mundial na Europa diminuiu e, se excluirmos a ameaça do terrorismo fundamentalista islâmico, o maior inimigo do cidadão ocidental, com consequências diretas nas famílias: é a crise do mercado financeiro, o desemprego, mas também o surgimento da *cultura da morte* que, em nome de uma certa liberdade, aceita a autodestruição da família.

A defesa da família torna-se essencial para fortalecer a ordem e a paz.

²³ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 4.

²⁴ POPPER, Karl, “Uma lei para a televisão”..., 2ª Edição, Editora Gradiva, Lisboa, 1999, p. 22.

A discussão acerca da família e do seu fundamento no matrimónio, normalmente remete-se para uma esfera privada. Mas, se a mutação do conceito de família tem importantes repercussões sociais, não só é legítimo como necessário que seja suscetível de uma análise crítica. Neste sentido o Magistério acredita que *“as causas contrárias ao matrimónio²⁵ e à família são prejudiciais para o bem comum da sociedade.”²⁶*

Em 1994 quando na sua *Mensagem do Dia Mundial da Paz*, o Papa reintroduz a família como o grande ator da paz mundial: *“uma ordem duradoura de paz precisa de instituições que exprimam e consolidem os valores da paz. A instituição que corresponde, de modo mais imediato, à natureza do ser humano é a família. Só ela garante a continuidade e o futuro da sociedade. Por isso, a família é chamada a tornar-se ativa protagonista da paz, graças aos valores que ela exprime e transmite no seu próprio seio e, mediante a participação de cada um dos seus membros, à vida da sociedade.”²⁷*

Torna-se assim essencial que *“as próprias autoridades públicas têm o sério dever de promover o matrimónio e a família, para o bem da sociedade em geral. Contudo, hoje muitas pessoas aceitam e agem segundo as argumentações libertárias efémeras dos grupos que defendem práticas que contribuem para o grave fenómeno da crise da família e para o debilitamento do próprio conceito de família.”²⁸* João Paulo II acrescenta que a base da regulação na defesa da família é a liberdade: *“em recorrer à censura, é imperativo que as autoridades públicas definam políticas de regulação e procedimentos para garantir que os meios de comunicação não ajam contra o bem da família. Os representantes da família deveriam fazer parte deste empreendimento político.”²⁹*

A Igreja tem muito clara a necessidade de que o mundo e os seus governantes reconheçam a importância da família. Mais do que qualquer Estado ou organização internacional, é na família que um indivíduo tem o seu primeiro contacto social, é aí que se forma, e não apenas o lugar onde aprende a andar, a falar, ou onde lhe garantem a alimentação. Os pais, os irmãos, os avós, têm um papel importante na transmissão da cultura, das tradições, dos valores, ensinando muitas vezes com o seu exemplo formas de relacionalmente humano, como o amor ou a amizade, assim como a paz: *“a família é a célula originária da vida social. É ela a sociedade natural em que o homem e a*

²⁵ O CDSI n. 216, refere-se à insolubilidade do matrimónio nos seguintes termos: *“Nenhum poder pode abolir o direito natural ao matrimónio nem lhe modificar as características e a finalidade. O matrimónio, com efeito, é dotado de características próprias, originárias e permanentes. Não obstante as numerosas mudanças que pôde sofrer no curso dos séculos, nas várias culturas, estruturas sociais e atitudes espirituais, em todas as culturas, aliás, há um certo sentido da dignidade da união matrimonial, se bem que não transpareça por toda parte com a mesma clareza. Tal dignidade deve ser respeitada nas suas características específicas, que exigem ser salvaguardadas defronte a toda tentativa de deturpá-la. A sociedade não pode dispor do laço matrimonial, com o qual os dois esposos prometem mútua fidelidade, assistência e acolhimento dos filhos, mas está habilitada a disciplinar-lhe os efeitos civis.”*

²⁶ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004.

²⁷ JOÃO PAULO II, XXVII Mensagem do dia Mundial da Paz, 1994, *Da família nasce a paz da família humana*, n.5.

²⁸ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 4.

²⁹ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 4.

mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida. A autoridade, a estabilidade e a vida de relações no seio da família constituem os fundamentos da liberdade, da segurança, da fraternidade no seio da sociedade. A família é a comunidade em que, desde a infância, se podem aprender os valores morais, (...) fazer bom uso da liberdade. A vida da família é iniciação à vida em sociedade.”³⁰ Portanto destruir ou adulterar a essência do conceito de família é pôr em causa a ordem social e, conseqüentemente, a paz.

João Paulo II considera que o primeiro passo para a paz, tema que voltará a introduzir nas suas *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação*, é a tentativa de criar e manter uma maior equidade no acesso às tecnologias. O desequilíbrio no acesso ao progresso, para além de ser uma injustiça, aumenta sempre o fosso entre países ricos e pobres e ameaça a capacidade de crescimento dos países mais desfavorecidos, e aumenta a instabilidade. “*Os responsáveis pela política nos mass-media e no sector público devem trabalhar também por uma distribuição equitativa dos recursos comunicativos a níveis nacional e internacional, enquanto respeitam a integridade das culturas tradicionais.*” Contudo acrescenta o Papa: “*Os meios de comunicação não deveriam parecer ter uma agenda hostil aos valores familiares sólidos das culturas tradicionais, ou a finalidade de substituir tais valores, como parte de um processo de globalização, com os valores secularizados da sociedade consumista.*”³¹

Seguidamente, torna-se evidente que a defesa da família nuclear por parte dos instrumentos de comunicação é imprescindível para a existência de paz. A alteração do conceito e das funções da família - que existe desde que existe o próprio homem -, assim como a substituição do seu papel pelo do Estado, não se pode considerar um fenómeno inevitável evolução da sociedade, mas deverá ser analisado como um problema contemporâneo, com conseqüências na geração futura. Hoje em dia o conceito da família não está sujeito apenas à influência da natural evolução histórica, é alvo constante de uma mutação artificial do seu propósito original. Apercebe-se que parte da atual crise nos países ocidentais se deve às conseqüências da reestruturação da família. Para o Magistério, será nas famílias que se encontrará solução para esta questão.

Claro está que o conceito de família não se reduz à ligação biológica, Contudo a família como célula vital, ou seja, como a primeira sociedade natural, está fundada no matrimónio: na união entre um homem e uma mulher, denominada *família nuclear*. Neste sentido, compete aos pais a primária tarefa de propiciar a educação aos filhos, segundo os seus princípios. Este é, aliás, um direito consagrado na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, artigo 26, número 3: “*aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos*” é nesta continuidade que João Paulo II defendeu que “*os pais, como os educadores primários e mais importantes dos seus filhos, são inclusivamente os primeiros a dar-lhes um ensinamento acerca dos meios de comunicação. Eles são chamados a formar os seus filhos no «uso moderato, crítico, atento e prudente dos mass-media» em casa. Quando*

³⁰ CIC, n. 2207.

³¹ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 4.

os pais o fazem de modo consistente e positivo, a vida familiar fica enormemente enriquecida. Até mesmo as crianças muito jovens podem receber lições importantes sobre os meios de comunicação: que os mesmos são produzidos por pessoas ansiosas de transmitir mensagens; que estas são com frequência mensagens para agir de um modo específico – para comprar um produto, para assumir um comportamento ambíguo – que não corresponde aos melhores interesses da criança, nem está em sintonia com a verdade moral; que as crianças não deveriam aceitar ou imitar sem crítica aquilo que encontram nos mass-media.”³²

Como já foi analisado, a resposta às restrições da comunicação social encontra-se na formação. As famílias têm que realizar um exigente discernimento da informação, da programação que são oferecidas nos meios de comunicação. Sobretudo é necessário ter a capacidade de questionar a verdade por detrás de cada notícia como os valores de cada programa. Para isso não se requer apenas uma consciência atenta, é também fundamental ter uma consciência bem formada.

Alguns sociólogos depararam-se com a realidade de que os indicadores que mais proporcionam o conflito interno nos países ocidentais - a baixa escolaridade, a pobreza, a violência e o vandalismo - têm origem na crise da família, sobretudo no aumento das famílias monoparentais.

É notório que a partir dos anos 90 determinados governos se empenharam em programas de políticas públicas na defesa da família. Foi o que ocorreu, por exemplo, em Inglaterra, onde a multiplicação das famílias monoparentais, o aumento das mães solteiras e, conseqüentemente, a ausência da figura masculina na educação das crianças, teve conseqüências sociais pesadas, sendo estas condicionantes causas do aumento da pobreza urbana, do vandalismo e da criminalidade. Tony Blair numa mensagem ao Partido Trabalhista em 1997 afirmava que *“não se trata de fazer sermões às pessoas sobre a sua vida íntima; trata-se, sim, de enfrentar um enorme problema social. Os comportamentos mudaram. O mundo mudou. Mas eu sou um homem moderno, governo um país moderno e isto é uma crise moderna. Quase 100.000 adolescentes engravidam todos os anos. Há idosos cujas famílias não se dispõem a tomá-los a seu cargo. Há crianças que crescem sem referências ou modelos que possam respeitar e dos quais possam retirar ensinamentos. Há mais pobreza, e é mais profunda. Há mais absentismo escolar. Mais desprezo pelas oportunidades de educação. E sobretudo mais infelicidade. É essa infelicidade que temos de mudar. O que vos posso garantir é que todas as áreas da política deste Governo serão dissecadas para avaliar de que forma afetam a vida familiar.”* E apesar de algumas mudanças nas políticas públicas inglesas - por exemplo, o subsídio para as mães solteiras - o problema não se dissipou³³ *“quando David Cameron chegou ao poder, anunciou que o seu governo promoveria as relações familiares estáveis, embora tenha preferido não falar abertamente de casamento. O*

³² JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 5.

³³ Cf. BORLADO, Fernando Rodríguez, “Os custos da desestruturação familiar”, *Aceprensa*: <http://www.aceprensa.pt/articulos/2013/jul/30/os-custos-da-desestruturao-familiar>. Acedido: 30 Julho 2013.

*Centre for Social Justice*³⁴ pediu-lhe que deixasse clara a opção preferencial pelo casamento sobre as uniões de facto e que a fomentasse com uma política fiscal mais favorável para as uniões com matrimónio.³⁵

Numa interpretação mais radicalmente antropológica, João Paulo II observa que o homem não se limita a ser um ser social, é também um ser familiar. Quando as autoridades públicas protegem a família, nos meios de comunicação social, protegem o cidadão e o seu futuro. *“Talvez um dos aspetos mais injusto de ser pobre é o facto das suas más escolhas terem as maiores consequências no bem-estar futuro. Miúdos ricos podem cometer uma série de erros, mesmo erros sérios, e a influência, o dinheiro e o compromisso dos seus pais podem ajudá-los a recuperarem. Mas os pobres não têm na maioria dos casos essas vantagens. Eles apenas têm um progenitor já muito pressionado, a quem faltam muitas vezes os recursos materiais e pessoais para a promoção da recuperação. Por muito injusto que tal nos possa parecer, desistir da escola, ter um filho fora do casamento, não trabalhar ou cometer um crime pode colocar um adolescente ou um jovem adulto num caminho que apenas conduz a mais do mesmo para ele próprio e mesmo para os seus descendentes...”*³⁶ Isto comprova, a insistente ideia da Igreja, que a família é a *“base da sociedade e o lugar onde as pessoas aprendem pela primeira vez os valores que os guiarão durante toda a vida.”*³⁷

Em 1890, cinco anos depois de Friedrich Engels anunciar o fim da família tradicional numa possível futura sociedade moderna³⁸, o Papa Leão XIII afirmava que *“é, em grande parte, no seio das famílias que se prepara o destino das nações”*.³⁹ Será por isso que Bento XVI afirmará em 2008, na sua *Mensagem do Dia Mundial da Paz*: *“Deste modo quem, mesmo inconscientemente, combate o instituto familiar, debilita a paz na comunidade inteira, nacional e internacional, porque enfraquece aquela que é efetivamente a principal «agência» de paz. Este é um ponto que merece especial reflexão: tudo o que contribui para debilitar a família fundada sobre o matrimónio de um homem e uma mulher, aquilo que direta ou indiretamente refreia a sua abertura ao acolhimento responsável de uma nova vida, o que dificulta o seu direito de ser a primeira responsável pela educação dos filhos, constitui um impedimento objetivo no caminho da paz. A família tem necessidade da casa, do emprego ou do justo reconhecimento da atividade doméstica dos pais, da escola para os filhos, de assistência sanitária básica para todos. Quando a sociedade e a política não se*

³⁴ Cf. *Idem*: “O Centre for Social Justice (CSJ) foi fundado em 2004 pelo antigo ministro do Trabalho e Pensões do governo de Cameron, Iain Duncan Smith. Nos seus relatórios sobre a sociedade britânica, dedicou particular atenção aos fatores sociais que provocam a pobreza. O relatório publicado recentemente é o que com mais profundidade fixou o foco em como as diferentes estruturas familiares influem no desenvolvimento da sociedade.”

³⁵ *Idem*.

³⁶ HASKINS, Ron, “Work over Welfare: The Inside Story of the 1996 Welfare Reform Law”, *Brookings Institution Press*, Washington, D. C. 2006.

³⁷ JOÃO PAULO II, *Carta às famílias*, 2 de Fevereiro de 1994.

³⁸ Na sua obra *Origem da Família da Propriedade e do Estado*.

³⁹ LEÃO XIII, *Sapientiae Christianae*, 1980, n. 42.

empenham a ajudar a família nestes campos⁴⁰, privam-se de um recurso essencial ao serviço da paz. De forma particular os meios de comunicação social, pelas potencialidades educativas de que dispõem, têm uma responsabilidade especial de promover o respeito pela família, de ilustrar as suas expectativas e os seus direitos, de pôr em evidência a sua beleza.”⁴¹

A Igreja exige à comunidade política que cumpra o dever de defender a família e honrar a sua grandeza, garantido os seguintes princípios:

- *“a Liberdade de fundar um lar, ter filhos e educá-los de acordo com as suas próprias convicções morais e religiosas;*
- *a proteção da estabilidade do vínculo conjugal e da instituição familiar;*
- *a liberdade de professar a sua fé, de a transmitir, de educar nela os seus filhos, com os meios e as instituições necessárias;*
- *o direito à propriedade privada, a liberdade de iniciativa, de obter um trabalho, uma habitação e o direito de emigrar;*
- *consoante as instituições dos países, o direito aos cuidados médicos e à assistência aos idosos, bem como ao abono de família;*
- *a proteção da segurança e da salubridade, sobretudo no que respeita a perigos como a droga, a pornografia, o alcoolismo. etc.;*
- *a liberdade de formar associações com outras famílias e de ter assim representação junto das autoridades civis.”⁴²*

Facilmente os meios de comunicação massificados tendem a promover a infidelidade, um comportamento sexual descomprometido, a ausência de uma visão moral do vínculo matrimonial, ao mesmo tempo que fomentam de modo positivo o divórcio, as relações extraconjugais, as relações homossexuais e o aborto; também o materialismo, o hedonismo e o consumismo se apresentam como valores de progresso num lar. Contudo a partir destas visões sociais será necessário medir as suas consequências, por exemplo, um dos paradoxos mais interessantes da cultura contemporânea é que, enquanto cresce a preocupação e o interesse pelo sexo, decresce o conhecimento a respeito do mesmo – isto é, o seu verdadeiro significado e a sua relação com a vida familiar. Tal como do mesmo modo *“o casamento não é apenas uma de um vasto leque de variedades de formas alternativas de família ou relações íntimas. Cada uma delas igualmente boa na promoção do bem-estar das crianças ou adultos (...); [o casamento] é um bem público importante. (...) Quando a sociedade como um todo ajuda a apoiar o casamento como instituição, todos nós beneficiamos. A coabitação é algo que os indivíduos estabelecem por si, e para si próprios. A decisão de casar (...) é*

⁴⁰ Em relação a este tema pode-se ler num artigo de 1996, *Building the Bridge: Ten Big Ideas to Transform America*, apresentado pelos centrista New Democrats: *“Em vez de gastar mais para mitigar os danos sociais produzidos pela dissolução da família, uma nova estratégia para reforçar a ordem social na América devia começar por reforçar a família. A sociedade não pode continuar a professar a neutralidade acerca da estrutura familiar perante a esmagadora evidência empírica de que a maioria das crianças se dá melhor quando cresce em famílias biparentais intactas.”*

⁴¹ BENTO XVI, XLII Mensagem do dia Mundial da Paz, 2008, *Família humana, comunidade de paz*, n.5.

⁴² CIC, n. 2211.

uma escolha por um laço mais amplo e durável, que requer apoio social, moral e legal. A reconhecer a união pública entre homens e mulheres, a sociedade como um todo ajuda os indivíduos a alcançarem os objetivos e os benefícios que o casamento representa: um companheiro em quem podemos confiar; um local seguro para criar as crianças.”⁴³ Esta profundidade e a superioridade do matrimônio sobre a coabitação ainda carece apoio institucional: *“a importância da família na vida e no bem-estar da sociedade implica uma responsabilidade particular desta no apoio e fortalecimento do matrimônio e da família. A autoridade civil deve considerar como seu grave dever «reconhecer e proteger a verdadeira natureza do matrimônio e da família, defender a moralidade pública e favorecer a prosperidade doméstica.»*”⁴⁴

João Paulo II reforça a confiança nos meios de comunicação social quando defende que estes *“têm uma enorme potencialidade positiva para promover valores humanos e familiares sólidos e, desta maneira, contribuir para a renovação da sociedade*”⁴⁵: Por isso, continua o Papa, é fundamental ter sentido de responsabilidade perante a família: *“os comunicadores profissionais deveriam reconhecer que têm uma responsabilidade moral não apenas para dar às famílias todo o encorajamento, assistência e apoio possíveis, em vista desta finalidade, mas também para exercer a sabedoria, o bom juízo e a justiça na sua apresentação das questões que dizem respeito à sexualidade, ao matrimônio e à vida familiar.*”⁴⁶

Para João Paulo II, os meios de comunicação são como hóspedes que as famílias albergam em suas casas: *“os meios de comunicação são recebidos diariamente como hóspedes familiares em muitos lares*”.⁴⁷ Porém ninguém quer acolher no seu lar um hóspede desconhecido que promove a discórdia, que assume um lugar de liderança na educação dos filhos e que contradiz os valores e as tradições próprios da família, assim *“os pais, enquanto usuários, devem constituir-se parte ativa no seu uso moderado, crítico, vigilante e prudente, individuando qual a repercussão tida nos filhos, e exercendo mediação orientadora «de educar a consciência dos filhos a exprimir juízos serenos e objetivos, que depois a guiam na escolha e na rejeição dos programas propostos.»*”⁴⁸ Os meios de comunicação só serão *um hóspede* bem-vindo se sobre eles for exercida uma exigência vigilante: *“encorajo tanto os comunidades profissionais como as famílias a reconhecer o privilégio e a responsabilidade singulares que isto comporta. Que todas as pessoas comprometidas no campo das comunicações reconheçam que são verdadeiramente «responsáveis e administradores de um poder espiritual enorme, que pertence ao patrimônio da humanidade e que está destinado a enriquecer toda a comunidade humana».*”⁴⁹

⁴³ LINDA J., *Waite and Maggie Gallagher, The Case for Marriage*, 2000.

⁴⁴ CIC, n. 2210.

⁴⁵ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 6.

⁴⁶ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 6.

⁴⁷ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 6.

⁴⁸ JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, 1981, n. 76.

⁴⁹ JOÃO PAULO II, XXXVIII MDCS, 2004, n. 6.

Em 1981 na Exortação Apostólica sobre a família, João Paulo II defende novamente que “o futuro da humanidade passa pela família!”⁵⁰ Por isso é importante “que as famílias sejam sempre capazes de encontrar nos mass-media uma fonte de ajuda, de encorajamento e de inspiração, enquanto lutam para viver como comunidade de vida e de amor, para formar os jovens nos valores morais sólidos e para fazer progredir uma cultura de solidariedade, liberdade e paz.”⁵¹

⁵⁰ JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, 1981, Conclusão.

⁵¹ JOÃO PAULO II, *XXXVIII MDCS*, 2004, n. 6.

ANEXO G – O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: MATERNIDADE E A GENUÍNA EMANCIPAÇÃO

A *maternidade* faz parte da condição feminina. No entanto tem vindo a ser desvalorizada, por influência de questões culturais e até por correntes filosóficas, que se introduziram desde o século XVIII. É um debate que está muito presente desde a revolução industrial e continuou com as feministas do século XX.

Para alguns, a maternidade apresenta-se como uma condição própria dos animais, que compromete a liberdade da mulher. Por exemplo, o pai do socialismo científico, Friedrich Engels, escreveu em *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, em 1884, que o casamento, o matrimónio, se converte “*na mais vil das prostituições, às vezes por ambos os cônjuges, mas muito mais habitualmente por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual por não alugar o seu corpo à hora, como uma assalariada, e sim por vendê-lo de uma vez por todas, como uma escrava.*”

É uma arbitrariedade, tanto para a própria mulher como para toda a humanidade, não reconhecer que a maternidade é fundamental para a existência do homem, e que a mulher, tendo embora a mesma dignidade, se diferencia do homem neste aspeto, necessitando de mais proteção social e laboral: “*o dom da maternidade é com frequência mais penalizado do que gratificado, não obstante a humanidade deva a sua própria sobrevivência àquelas mulheres que escolheram ser esposas e mães. É inegavelmente uma injustiça discriminar do ponto de vista económico ou social tais mulheres, precisamente por elas seguirem a sua vocação fundamental.*”⁵²

Neste sentido, o Papa defende que é necessário garantir à mulher que decida ficar em casa como mãe a tempo inteiro, o mesmo reconhecimento que à mulher que optou por trabalhar fora de casa, porque ser mãe de família é um trabalho tão ou mais extenuante que outros trabalhos profissionais: “*do mesmo modo, chamei a atenção para o facto de que há uma urgente necessidade de atingir uma efetiva igualdade em todas as áreas:*

- *Idêntica retribuição salarial por categoria de trabalho,*
- *Tutela da mãe-trabalhadora,*
- *Justa promoção na carreira,*
- *Igualdade entre cônjuges no direito de família, e o*
- *Reconhecimento de tudo o que ligado aos direitos e aos deveres do cidadão num regime democrático.*”⁵³

O Magistério reconhece nos meios de comunicação social a capacidade de contribuírem para devolver à maternidade a sua dignidade, que se expresse na preocupação por uma verdadeira igualdade por parte das autoridades públicas e culturais.

⁵² JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

⁵³ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

A genuína emancipação é caminho para uma justa igualdade e sobretudo para a valorização do trabalho da mulher na sociedade. A mulher, pela sua condição feminina, acaba por ter uma maior sensibilidade para os problemas sociais, para as disparidades: *“Em segundo lugar, o progresso da genuína emancipação da mulher é uma questão de justiça, que não pode continuar a ser ignorada; é também uma questão de bem-estar social. Felizmente, há uma consciência cada vez maior de que as mulheres devem poder desempenhar o seu papel na solução dos graves problemas da sociedade e do seu futuro. Em todos estes campos, "revelar-se-á preciosa uma maior presença social da mulher, porque contribuirá para manifestar as contradições de uma sociedade organizada sobre critérios de eficiência e produtividade, e obrigará a reformular os sistemas a bem dos processos de humanização que caracterizam a «civilização do amor».”*⁵⁴

⁵⁴ JOÃO PAULO II, XXX MDCS, 1996.

ANEXO H – SOLIDARIEDADE E FRATERNIDADE: UM CAMINHO PARA A PAZ

Desde Leão XIII, e em grande destaque com Paulo VI⁵⁵, é notória a relevância que o Magistério dá ao *desenvolvimento*, entendido *como o novo nome da paz*; isto é, a argumentação de que o desenvolvimento só subsiste se estiver associado à manutenção da paz. A doutrina social apresenta “*o desenvolvimento como «a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas e específica as suas características»*. *Esta passagem não está circunscrita às dimensões meramente económicas e técnicas, mas implica para cada pessoa a aquisição da cultura, o respeito da dignidade dos outros, o reconhecimento «dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles.»* *O desenvolvimento favorável a todos responde a uma exigência de justiça em escala mundial que garanta uma paz planetária e torne possível a realização de «um humanismo total», governado pelos valores.*”⁵⁶ Os meios de comunicação social são meios do desenvolvimento, e pelas suas capacidades, é o principal meio do desenvolvimento que mais pode contribuir para a paz.

João Paulo II associará a esta noção de desenvolvimento o conceito de solidariedade quando, na sua *Mensagem do Dia Mundial da Paz* de 1987, escreve que a solidariedade é para tornar o desenvolvimento mais humano, descentralizando-o de um fim meramente tecnocrata, e será neste desenvolvimento que os meios de comunicação enquadrar-se-ão: “*quando refletimos sobre o empenho de solidariedade no campo do desenvolvimento, a verdade primordial e a mais fundamental é esta: o desenvolvimento é uma questão de pessoas. São as pessoas, de facto, os sujeitos do desenvolvimento verdadeiro; são elas a finalidade. (...) O facto de as pessoas constituírem o ponto central do desenvolvimento é uma consequência da unicidade da família humana; e isto é independente de quaisquer descobertas tecnológicas ou científicas que o futuro nos possa reservar. As pessoas, homens e mulheres, devem ser o ponto de referência de tudo aquilo que se faz para melhorar as condições de vida.*”⁵⁷

Porém, tanto o desenvolvimento como a solidariedade não são conceitos singulares, há que reconhecer “*a necessidade de promover os valores que sejam verdadeiramente benéficos para os indivíduos e para a sociedade. Não basta estender a mão àqueles que se encontram na necessidade. Temos de os ajudar a descobrir os valores que os ponham a eles próprios em condições de construir uma vida nova e de ocupar, com dignidade e justiça, o lugar que lhes compete na sociedade. Todas as pessoas têm o direito de buscar e de alcançar o que é bom e verdadeiro. Todas têm o direito de escolher aqueles bens que elevam a vida; e a vida em sociedade não é, de maneira nenhuma, algo moralmente neutro: As opções sociais implicam consequências*

⁵⁵ PAULO VI, *Populorum progressio*, 1967.

⁵⁶ CDSI, n. 98.

⁵⁷ JOÃO PAULO II, XVI *Mensagem do Dia das Mundial da Paz*, 1987, *Desenvolvimento e solidariedade duas chaves para a paz*, n. 6.

que podem promover ou podem degradar o verdadeiro bem da pessoa na sociedade.”⁵⁸ Neste desafio, a comunicação pode e deve assumir um papel ativo. O Papa interpela os comunicadores como todos os utilizadores dos meios de comunicação na *Mensagem para o dia Mundial da Comunicação, de 1998*, intitulada: *Comunicações sociais e promoção da solidariedade e fraternidade entre os homens e os povos*.

Apesar do trabalho sério e notável que a Igreja Católica⁵⁹ faz ao longo da história em prol da solidariedade, este altruísmo não se limita à esfera religiosa: *“penso, antes de mais nada, no fundamento espiritual da fraternidade e da solidariedade, porque este significado cristão não é estranho à realidade humana fundamental de tais conceitos. A Igreja não considera a fraternidade e a solidariedade como valores exclusivamente seus.”*⁶⁰ Ou seja, este caráter urgente de uma reivindicação de solidariedade e de fraternidade torna-se elementar ao homem. Num mundo cada vez mais global, o Papa apela o reconhecimento mundial destes conceitos: *“a fraternidade e a solidariedade são fundamentais e urgentes: deveriam hoje marcar os povos e as culturas. A descoberta, na alegria, de relações felizes entre povos e entre culturas não seria a mais bela “festa” oferecida pelas comunicações de massa, o seu “espetáculo” mais bem-sucedido, na melhor aceção destes termos?”*⁶¹

É neste sentido que se defendem os meios de comunicação como uma autêntica arma da paz: abrindo-se a uma lógica altruísta, é necessário que o comunicador mostre interesse pelo outro. Uma vez que estes instrumentos têm tendência para centrar-se numa ambição egocêntrica: *“As comunicações de massa desenvolvem-se vertiginosamente. Os liames que elas criam entre os povos e culturas representam a sua contribuição mais preciosa. Mas sei que vós mesmos, os comunicadores, tendes consciência dos efeitos perversos que ameaçam desnaturar estas relações entre povos e entre culturas. A exaltação de si, o desprezo e a rejeição dos que são diferentes podem agravar as tensões ou as divisões. Gerando violência, estas atitudes distorcem e destroem a verdadeira comunicação, tornando impossível qualquer relação fraterna.”*⁶²

⁵⁸ JOÃO PAULO II, XVI Mensagem do Dia da Mundial da Paz, 1987, *Desenvolvimento e solidariedade duas chaves para a paz*, n. 6.

⁵⁹ Segundo a publicação de 2010 do Conselho Pontifício *Cor Unum*:

“Principais organismos de assistência social e caridade que a Igreja Católica mantinha no mundo, segundo apuração feita em 2010:

Na Ásia: 1076 hospitais, 3400 dispensários, 330 leprosários, 1685 asilos, 3900 orfanatos, 2960 jardins-de-infância.

Na África: 964 hospitais, 5000 dispensários, 260 leprosários, 650 asilos, 800 orfanatos, 2000 jardins-de-infância.

Na América: 1900 hospitais, 5400 dispensários, 50 leprosários, 3700 asilos, 2500 orfanatos, 4200 jardins-de-infância.

Na Oceânia: 170 hospitais, 180 dispensários, 1 leprosário, 360 asilos, 60 orfanatos, 90 jardins-de-infância.

Na Europa: 1230 hospitais, 2450 dispensários, 4 Leprosários, 7970 asilos, 2370 jardins-de-infância.”

⁶⁰ JOÃO PAULO II, XXII MDCS, 1987, n. 2.

⁶¹ JOÃO PAULO II, XXII MDCS, 1987, n. 2.

⁶² JOÃO PAULO II, XXII MDCS, 1987, n. 2.

De uma forma mais pragmática, João Paulo II esclarece a definição dos conceitos de *solidariedade* e de *fraternidade* e enuncia nove noções práticas: “*A fraternidade e a solidariedade superam todo espírito de clã, de corporação, todo nacionalismo, todo racismo, todo abuso de poder, todo fanatismo individual, cultural e religioso. Cabe aos artífices da comunicação de massa utilizar as técnicas e os meios à sua disposição com referência constante a uma consciência clara destes valores primários*”⁶³:

1. “*O respeito pelo outro*” – a informação e a programação, nos meios de comunicação, abordam muitos problemas sociais e políticos, pelo que requerem respeito e ordem: “*as agências de informação e o conjunto da imprensa manifestam o seu respeito para com os outros através de uma informação completa e equilibrada.*”⁶⁴
2. “*O sentido do diálogo*” – ao longo das Mensagens para a Comunicação Social, é notório que o Magistério faz do diálogo determinação no ato de comunicar. A informação torna-se mais produtiva e enriquecedora se existir o diálogo: “*palavra atinge melhor a sua finalidade se oferece a todos a possibilidade de dialogar*”. Mas também será pelo diálogo que os meios de comunicação preservam na justiça.
3. “*A justiça*” – os meios de comunicação, são o instrumento com maior capacidade e eficácia na defesa da justiça. Para além da possibilidade de mostrarem a verdade, estes instrumentos dão voz aos oprimidos: “*os meios de comunicação, que são a expressão de grupos particulares, contribuem para reforçar a justiça, quando fazem ouvir a voz dos que estão privados dela.*”
4. “*A justificação ética da vida pessoal e comunitária*” – é imprescindível que na comunicação exista uma conduta ética bem definida e bem defendida: “*os programas de televisão abordam quase todos os aspetos da vida e as redes prestam-se a inúmeras interconexões; quanto mais se considera a sua influência, tanto mais se impõe aos seus responsáveis a postura ética, para oferecer às pessoas e às comunidades imagens que favoreçam a integração das culturas, sem intolerância nem violência, ao serviço da unidade.*”
5. “*A liberdade*” – é pela liberdade que o homem tem capacidade de se expressar, de comunicar e de promover o bem comum.
6. “*A igualdade*” – os meios de comunicação social são os maiores precursores da globalização. Neste sentido, estes instrumentos são uma

⁶³ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1987, n. 3.

⁶⁴ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1987, n. 3.

possibilidade para todos os homens; assim a tecnologia deve “prever um suplemento de igualdade entre as pessoas, enquanto facilitam o acesso a estes meios de maior número delas, permitindo intercâmbios verdadeiros.”

7. “*A paz na unidade*” – João Paulo II levanta outras questões. Apesar de se tratar de um texto de 1988 este problema continua atual: “*a informática está presente, sempre mais, nas atividades económicas e culturais; os bancos de dados acumulam uma quantidade até agora inimaginável de informações diversas: sabe-se que sua utilização pode comportar toda sorte de pressões ou de violências sobre a vida privada ou coletiva, enquanto uma gestão sábia destes meios se torna uma condição verdadeira de paz.*”
8. “*A promoção da dignidade da pessoa humana*” é a finalidade dos meios de comunicação social, pois estes instrumentos só estarão ao serviço da humanidade se promoverem o respeito pelo homem, que deve ser o fundamento de cada espetáculo, de cada programa: “*conceber espetáculos para divulgar através dos vários meios audiovisuais implica o respeito às consciências dos inumeráveis espectadores.*”
9. “*A capacidade de participação e de partilha*” – por fim, o Papa apela à solidariedade no seu sentido mais comum, como partilha. Os meios de comunicação devem favorecer os mais pobres e os mais desprotegidos: “*a comunicação publicitária desperta e desenvolve desejos e cria necessidades: os que a produzem ou a realizam devem lembrar-se das pessoas menos favorecidas para as quais os bens propostos permanecem inatingíveis.*”⁶⁵

Qualquer meio ou qualquer conteúdo – informação ou divertimento – faz sentir a responsabilidade de que os meios de comunicação tenham em si a consciência do seu poder e do alcance dos seus efeitos: “*diante da rede cada vez mais densa e ativa das comunicações sociais no mundo, a Igreja, «perita em humanidade», preocupa-se somente em recordar incessantemente os valores que constituem a grandeza do homem.*”⁶⁶ A Igreja tem a responsabilidade social de alertar a humanidade, e considera que deve exigir aos meios de comunicação que sejam instrumentos ao serviço da paz que o homem tanto anseia.

⁶⁵ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1987, n. 3.

⁶⁶ JOÃO PAULO II, *XXII MDCS*, 1987, n. 4.

ANEXO I – A PAZ SEGUNDO O PAPA JOÃO XXIII: PELA LIBERDADE, COM JUSTIÇA E CARIDADE

No ano de 2003 comemorava-se o quadragésimo aniversário da encíclica *Pacem in Terra*, escrita por João XXIII. Redigida durante a Guerra Fria, teve contributos significativos na doutrina social da Igreja, acerca da paz. João XXIII, como anuncia na introdução, formulará um apelo à paz universal com suporte nas virtudes: “a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade.”⁶⁷ Esta foi a primeira encíclica dedicada não somente aos católicos mas a todos os homens de boa vontade, costume agora adotado por todos os Pontífices, não só porque fará exortação mundial em defesa da paz, mas mostra o catolicismo naquilo que o define: a universalidade.

Nesta encíclica está patente exigentes conceitos na defesa da paz, contrapõe a época da Guerra Fria, o mundo numa eminência de conflito. João XXIII defende, desta forma, o fundamento da paz num equilíbrio entre os direitos e deveres, abordando com profundidade a lógica do poder, a autoridade do Estado e a autoridade do cidadão na democracia, denunciando a injustiça, o desequilíbrio económico, o subdesenvolvimento, os refugiados políticos como defendendo o urgência do desarmamento: o “terror permanente”⁶⁸. O Papa defende o bem comum e os princípios de solidariedade como de subsidiariedade, a partir de uma tutela do Direito Internacional. Esta encíclica com uma enorme repercussão internacional, irá penetrar no austero império comunista e anticlerical do século XX, a União Soviética, influenciará as relações diplomáticas entre a URSS e a Santa Sé, aumentando a esperança na liberdade religiosa. Dado a este impacto nas relações internacionais, *Pacem in Terra* encontra-se depositada nos arquivos da ONU.

João XXIII reconhece constantemente os *elementos científico-técnico-profissionais*, se se fizerem acompanhados pela moral: “não se julgue que a competência científica, a capacidade técnica e a experiência profissional bastam para tornar as relações de convivência genuinamente humanas, isto é, fundadas na verdade, comedidas na justiça, corroboradas no mútuo amor, realizadas na liberdade.”⁶⁹ Nesta perspectiva encontra-se também um desafio dos meios de comunicação.

Passados 40 anos, João Paulo II apresenta na mensagem de 2003 do *Dia Mundial da Comunicação Social*, intitulada *Os meios de comunicação social ao serviço da paz autêntica, à luz da Pacem in terris*, uma interpretação contemporânea da encíclica de João XXIII na perspectiva de intercessão da paz a partir dos instrumentos de comunicação.

A paz não deve ser analisada como mero conceito abstrato e reduzido a uma atitude cândida. A sua ação na comunidade política e nos meios de comunicação é essencial para a sobrevivência do próprio homem. João Paulo II na Mensagem do Dia

⁶⁷ JOÃO XXIII, *Pacem in Terra*, 1963, introdução.

⁶⁸ JOÃO XXIII, *Pacem in Terra*, 1963, n. 110.

⁶⁹ JOÃO XXIII, *Pacem in Terra*, 1963, n. 148.

Mundial da Paz de 1983 referiu que nenhum homem - subentendendo-se também os partidários das teorias realistas ou belicista das relações internacionais - poderia ousar não defender a paz: *“quem ousaria, pois, continuar a fazer pouco caso dessas guerras, das quais algumas ainda perduram, ou dos estados de guerra, ou das frustrações profundas que as mesmas guerras deixam? Quem ousaria encarar, sem tremer, guerras ainda mais vastas e bem mais terríveis, que continuam a ameaçar? Não será necessário fazer todo o possível para evitar a guerra, mesmo a «guerra limitada», assim denominada com um eufemismo, por aqueles a quem ela não diz respeito diretamente, dado que o mal que constitui toda e qualquer guerra, o seu preço a pagar em vidas humanas, em sofrimentos, em devastação daquilo que seria preciso para a vida e para o desenvolvimento dos homens, sem contar já os transtornos da tranquilidade indispensável, a deterioração do tecido social e o endurecimento na desconfiança e no ódio em relação ao próximo, que as mesmas guerras cultivam? E hoje em dia, quando até as chamadas guerras convencionais se tornam tão mortíferas, quando se conhecem as consequências dramáticas que teria uma guerra nuclear, apresenta-se ainda mais imperiosa por isso mesmo a necessidade de fazer cessar a guerra e de afastar a sua ameaça. E, por consequência, aparece como mais vital a necessidade de recorrer ao diálogo, à sua eficácia política, que há-de evitar que se chegue ao uso das armas.”*⁷⁰

Os Pontífices mostraram incessantemente que os meios de comunicação são notáveis aliados da paz. Com João XXIII dá-se uma forte consciencialização desta responsabilidade: *“pensava de maneira muito particular nos mass-media, quando exortou «à justiça e à imparcialidade» na utilização dos «das modernas invenções técnicas, tendentes a favorecer um maior conhecimento recíproco entre os povos», oferecidas pela ciência e pela tecnologia; além disso, denunciou «os métodos de informação que, violando a justiça e a verdade, firam o bom nome de algum povo.»*⁷¹

Nos dias de hoje ainda há muito trabalho por fazer em prol desta paz mundial. Ainda que aparentemente o mundo ocidental se encontre em paz, o receio de uma Europa dividida em blocos ideológicos foi substituído pelo medo do terrorismo, das graves consequências da crise financeira, como do aumento do desemprego, enquanto os países menos desenvolvidos ainda recorrem ao conflito para encontrarem soluções políticas.

Num mundo global, a guerra tem consequências globais, perante as quais não se deve ficar indiferente, mesmo que seja num país longínquo. A comunicação social não deve ser insensível quando a vida humana é desconsiderada na sua dimensão e subjugada a valores económicos e políticos. Neste contexto, João Paulo II refere uma atual exigência de paz: *“a divisão dos povos em blocos opostos é sobretudo uma recordação dolorosa do passado, mas ainda faltam paz, justiça e estabilidade social em numerosas partes do mundo. O terrorismo e o conflito no Médio Oriente e noutras regiões, as ameaças e as contra-ameaças, a injustiça, a exploração e os ataques contra*

⁷⁰ JOÃO PAULO II, XVI, n. 4.

⁷¹ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n.1.

a dignidade e a santidade da vida humana, tanto antes como depois do nascimento, constituem algumas das realidades consternadoras do nosso tempo.”⁷²

Esta noção de paz, ao longo dos textos de João XXIII, tem como pressuposto a verdade, a liberdade, a justiça e a caridade: *“paz autêntica «não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus», o Santo Padre indicou a verdade, a justiça, a caridade e a liberdade como os pilares de uma sociedade pacífica.*”⁷³

É evidente que *“o poder que os mass-media têm de delinear os relacionamentos humanos e de influenciar a vida política e social, tanto no bem como no mal, aumentou enormemente.*”⁷⁴ Preocupado com a possibilidade de fazer parecer o mal mais atrativo, mais fácil⁷⁵, João Paulo II propõe à comunicação social este conceito de paz introduzido por João XXIII: a paz com base na 1) Verdade; 2) Justiça; 3) Liberdade e 4) Caridade:

1. *A verdade.* Desde logo a Igreja considera a verdade parte essencial nas relações humanas: no conhecimento da ciência, na política e na família, é pela verdade que o homem deve raciocinar e julgar: *“A verdade sobre o bem e o mal é reconhecida prática e concretamente pelo juízo da consciência, o qual leva a assumir a responsabilidade do bem realizado e do mal cometido: «Desta forma, no juízo prático da consciência, que impõe à pessoa a obrigação de cumprir um determinado ato, revela-se o vínculo da liberdade com a verdade. Precisamente por isso a consciência se exprime com atos de “juízo” que refletem a verdade do bem, e não com “decisões” arbitrárias. E a maturidade e responsabilidade daqueles juízos — e, em definitivo, do homem que é o seu sujeito — medem-se, não pela libertação da consciência da verdade objetiva em favor de uma suposta autonomia das próprias decisões, mas, ao contrário, por uma procura insistente da verdade deixando-se guiar por ela no agir.»*”⁷⁶ É nesta perspetiva que a doutrina social exige aos meios de comunicação o respeito e serviço pela verdade como *“requisito moral fundamental de toda a comunicação.”*⁷⁷ É necessário atingir a convergência de liberdade e de verdade: *“a liberdade de procurar e de dizer a verdade é essencial para a comunicação humana, não apenas no que se refere aos factos e às informações, mas também, e de maneira especial, no que diz respeito à natureza e ao destino da pessoa humana, à sociedade, ao bem comum.*”⁷⁸

Os meios de comunicação social devem assumir um grande compromisso na promoção e defesa da verdade, como fator de promoção da paz: *“os*

⁷² JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 2.

⁷³ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n.1.

⁷⁴ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 2.

⁷⁵ Cf. CIC n.407: *“Ignorar que o homem tem uma natureza ferida, inclinada para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da ação social e dos costumes”.*

⁷⁶ CDSI, n. 139.

⁷⁷ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 3.

⁷⁸ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 3.

*mass-media têm uma responsabilidade iniludível neste sentido, uma vez que constituem o foro moderno em que as ideias são compartilhadas e as pessoas podem crescer em compreensão mútua e em solidariedade. Este é motivo pelo qual o Papa João XXIII defendia o direito «à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento» como condições necessárias para a paz social”.*⁷⁹ Para o Magistério a liberdade tem limites definidos pela lei moral e a lei natural. Contudo, esses limites não são céticos, como é presente em alguns pensadores da filosofia política, por exemplo o sociólogo inglês darwinista Hebert Spencer, que imortalizou a máxima: “*a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro*”. Na Igreja existe uma confiança inabalável na liberdade, enquanto tem como fim o sentido de bem comum.

Contudo, apesar desta confiança nos meios de comunicação, é necessário não cair no erro da inocência, pelo que a defesa da verdade terá de ser prioritária acima de qualquer interesse: “*com efeito, os mass-media prestam com frequência um serviço intrépido à verdade; contudo, às vezes funcionam como agentes de propaganda e desinformação ao serviço de interesses limitados, de preconceitos nacionais, étnicos, raciais e religiosos, de avidez material e de falsas ideologias de vários géneros. É imperativo que as pressões exercidas neste sentido sobre os mass-media, em ordem a levá-los a cometer tais erros, sejam contrastadas em primeiro lugar pelos homens e pelas mulheres dos próprios meios de comunicação, mas também pela Igreja e pelos outros grupos interessados.*”⁸⁰

2. A justiça. Na perspectiva da doutrina social, poder-se-ia resumir na seguinte afirmação: “*do ponto de vista subjetivo a justiça traduz-se na atitude, determinada pela vontade, de reconhecer o outro como pessoa, ao passo que, do ponto de vista objetivo, essa constitui o critério determinante da moralidade no âmbito intersubjetivo e social. O Magistério social evoca a respeito das formas clássicas da justiça: a comutativa, a distributiva, a legal. Um relevo cada vez maior no Magistério tem adquirido a justiça social, que representa um verdadeiro e próprio desenvolvimento da justiça geral, reguladora das relações sociais com base no critério da observância da lei. A justiça social, exigência conexas com a questão social, que hoje se manifesta numa dimensão mundial, diz respeito aos aspetos sociais, políticos e económicos e, sobretudo, à dimensão estrutural dos problemas e das respetivas soluções.*”⁸¹

⁷⁹ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 3.

⁸⁰ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 3.

⁸¹ CDSI, n. 201.

Neste sentido a justiça que se pretende no âmbito dos meios de comunicação tem uma dimensão universal, por si só, a justiça para se realizar tem que pretender chegar a todos; porém não é igualitária no sentido de ser igual para todos, mas é no sentido universal, deve chegar a todos: *“na Pacem in terris, sobre o bem humano universal – ou seja, «o bem comum universal» – em que cada indivíduo e todos os povos têm o direito de participar.”*⁸²

Para que os meios de comunicação subsistam como este instrumento de paz, são necessário que as suas capacidades tenham um autêntico compromisso com a justiça: *“o alcance mundial dos mass-media acarreta consigo particulares responsabilidades a este respeito. Enquanto é verdade que os mass-media pertencem com frequência a grupos de interesse, particulares e públicos, a própria natureza do seu impacto sobre a vida exige que eles não sirvam para pôr uns grupos contra os outros – por exemplo, em nome da luta de classe, do nacionalismo exasperado, da supremacia racial, da purificação étnica, e assim por diante. Pôr uns contra os outros em nome da religião é uma falta particularmente grave contra a justiça, da mesma forma que é o tratamento discriminatório das crenças religiosas, dado que estas pertencem à índole mais profunda da dignidade e da liberdade da pessoa humana.”*⁸³

Aqui é fundamental transcender a definição legislativa de justiça, não limitar o seu sentido à lei positiva, nem sempre a lei é justa. Nesse sentido é fundamental que os meios de comunicação sejam porta-vozes da verdadeira justiça. O Papa interpela os operadores a irem à origem da justiça: *“anunciando com fidelidade os acontecimentos, explicando corretamente as problemáticas e apresentando de maneira imparcial os vários pontos de vista, os mass-media têm o dever rigoroso de promover a justiça e a solidariedade nos relacionamentos humanos, a todos os níveis da sociedade. Isto não significa atenuar indevidamente as injustiças e as divisões, mas ir até às suas origens, de tal maneira que as mesmas possam ser compreendidas e emendadas.”*⁸⁴

Segundo João XXIII, para que haja justiça é necessário empenho em aderir de verdade, com vontade e com obras: *“se portanto queremos - e quem não o há de querer? - reconduzir as ações humanas ao caminho da justiça, é necessário, primeiro que tudo, reconduzir a razão e a vontade a estes princípios.”*⁸⁵

3. A liberdade. A liberdade que faz parte da definição da pessoa humana: *“A liberdade, com efeito, não só muda convenientemente o estado de*

⁸² JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 4.

⁸³ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 4.

⁸⁴ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 4.

⁸⁵ JOÃO XXIII, *Pacem in Terra*, n.18, 1963.

coisas externas ao homem, mas determina o crescimento do seu ser pessoa, mediante escolhas conformes ao verdadeiro bem: desse modo, o homem gera-se a si próprio, é pai do próprio ser, constrói a ordem social.”⁸⁶ Na doutrina social da Igreja a condição de liberdade tem de estar vinculada a uma responsabilidade da verdade e com o dever do bem.

Para se pretender a paz, é fundamental que os meios de comunicação gozem de liberdade.

O Papa João Paulo II defende nos meios de comunicação uma analogia entre a liberdade e a paz: *“Os mass-media e a liberdade. A liberdade é uma condição prévia para a paz verdadeira, assim como um dos seus frutos mais preciosos. Os mass-media servem a liberdade, quando servem a verdade: e impedem a liberdade, na medida em que se separam da verdade, difundindo falsidades ou criando um clima de reação emotiva malsã diante dos acontecimentos. Somente se tiverem acesso livre às informações verdadeiras e suficientes, é que as pessoas poderão procurar o bem comum e considerar as autoridades públicas responsáveis.*”⁸⁷

Esta relação de interdependência, a liberdade é condição essencial para a paz, e é também a liberdade fruto da própria paz, exige aos meios de comunicação uma livre submissão à verdade: *“se os mass-media quiserem servir a liberdade, deverão ser eles mesmos livres e utilizar tal liberdade corretamente. A sua condição privilegiada obrigam os mass-media a elevar-se acima das solitudes meramente comerciais e a servir as verdadeiras necessidades e interesses da sociedade. Embora uma certa regulamentação pública dos mass-media em relação aos interesses do bem comum seja apropriada, o controle governamental não é oportuno. Os jornalistas e, de modo particular, os comentadores, têm o grave dever de seguir as instâncias da sua consciência moral e de resistir às pressões de «adaptar» a verdade para satisfazer as exigências da riqueza ou do poder político.*”⁸⁸

É no cenário da liberdade que se pode compreender o bem comum, e consequentemente, trabalhar em prol dele. É indispensável o livre acesso à informação para se gerar a capacidade de fazer escolhas e de aderir ao bem de forma genuína, pela razão e não por obrigação. Também é fundamental que o jornalista trabalhe em liberdade, o conveniente papel do Estado é ajudar os jornalistas a possuírem uma consciência bem formada, a reagirem perante as injustiças e a não se moverem por interesses meramente comerciais ou políticos. É dever do jornalista ou do operador da comunicação social defender a verdade - *“no exercício da liberdade, o homem põe atos moralmente bons, construtivos da pessoa e*

⁸⁶ CDSI, n. 135.

⁸⁷ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 5.

⁸⁸ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 5.

da sociedade, quando obedece à verdade, ou seja, quando não pretende ser criador e senhor absoluto desta última e das normas éticas.”⁸⁹

Mas, infelizmente também é notório que a liberdade é um dom frequentemente deturpado nos meios de comunicação, sendo muito comum justificar a má qualidade da programação, a injustiça e a deturpação de valores com a defesa da liberdade. Mas, para além de denunciar o erro comum que consiste no abuso da liberdade, é fundamental que a liberdade se apoie noutros valores; segundo a doutrina social, a liberdade “*«não tem o seu ponto de partida absoluto e incondicionado em si própria, mas na existência em que se encontra e que representa para ela, simultaneamente, um limite e uma possibilidade. É a liberdade de uma criatura, ou seja, uma liberdade dada, que deve ser acolhida como um gérmen e fazer-se amadurecer com responsabilidade».* Caso contrário, morre como liberdade, destrói o homem e a sociedade.”⁹⁰

4. A *caridade*, virtude genuinamente cristã, com uma exigente presença em toda a ação do homem, também na vida social. A caridade traz consigo uma maior profundidade na realização do bem: “*a libertação das injustiças promove a liberdade e a dignidade humana: porém é «necessário, antes de tudo, apelar para as capacidades espirituais e morais da pessoa e para a exigência permanente de conversão interior, se se quiser obter mudanças económicas e sociais que estejam realmente ao serviço do homem.»*”⁹¹ Nos meios de comunicação este requisito de caridade é reclamado, porque o Papa defende que é pela caridade que a virtude da justiça, da liberdade e da verdade terão como finalidade a paz. “*Os mass-media e a caridade. «A ira do homem não produz a justiça de Deus».* No ápice da Guerra Fria, João XXIII exprimiu este pensamento, simples mas profundo, sobre o que o caminho para a paz pressupõe: “*Isto requer que, em vez do critério de equilíbrio em armamentos, que hoje mantém a paz, se abrace o princípio segundo o qual a verdadeira paz entre os povos não se baseia em tal equilíbrio, mas exclusivamente na confiança mútua.*”⁹²

Assim, para que a paz seja possível, é determinante a posição dos meios de comunicação em relação à caridade: “*os meios de comunicação são factores-chave no mundo contemporâneo e têm um papel muito importante a desempenhar na formação desta confiança. O seu poder é tão grande que, em poucos dias, eles podem criar uma reação pública positiva ou negativa em relação aos acontecimentos, segundo as suas finalidades. As pessoas sensatas compreenderão que este enorme poder*

⁸⁹ CDSI, n. 138.

⁹⁰ CDSI, n. 138.

⁹¹ CDSI, n. 137.

⁹² JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 6.

exige os mais elevados padrões de compromisso na verdade e na justiça. Neste sentido, os homens e as mulheres que trabalham nos mass-media devem contribuir de maneira especial para a paz em todas as partes do mundo, rompendo as barreiras da desconfiança, promovendo a consideração dos pontos de vista dos outros, procurando sempre aproximar os povos e as nações na compreensão e no respeito recíprocos e - para além da compreensão e do respeito - na reconciliação e na misericórdia! «Onde predominam o ódio e a sede de vingança, onde a guerra causa o sofrimento e a morte dos inocentes, é necessária a graça da misericórdia para aplacar as mentes e os corações, e para fazer reinar a paz.»⁹³

Introduzindo as exigências da caridade e as suas repercussões ultrapassaram as relações humanas, introduzindo-se nas relações internacionais, própria geopolítica como o exemplo da lógica do perdão, do perdão sincero com esquecimento de culpa, pois assim se poderá ultrapassar feridas originadas pelas guerras passadas.

O Magistério reconhece as dificuldades que existem na defesa dos valores mais altruístas, tanto a sociedade como a comunidade política tem tendência a reduzir o conceito de paz a um sentido vazio de pacifismo, que faz parte de ideais da geração dos anos 60, tal como reduzir a caridade a um conjunto de bons sentimentos.

O Magistério reitera a sua confiança no progresso e nas capacidades dos meios de comunicação, e na possibilidade de serem verdadeiros instrumentos para a construção da paz e dos seus valores: *“embora tudo isto seja um grande desafio, não significa de modo algum que é demasiado pedir aos homens e às mulheres dos mass-media que o enfrentem. Com efeito, por vocação e por profissão, eles são chamados a tornar-se agentes da verdade, justiça, liberdade e amor, contribuindo com o seu importante trabalho para uma ordem social «fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade». Os homens e as mulheres dos mass-media estejam cada vez mais plenamente à altura do desafio da sua vocação: o serviço ao bem comum universal. O seu cumprimento pessoal e a paz e a felicidade do mundo dependem em grande medida disto.”⁹⁴*

⁹³ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 6.

⁹⁴ JOÃO PAULO II, XXXVII MDCS, 2003, n. 6.

ANEXO J – RELATIVISMO

Em relação aos meios de comunicação, a influência do relativismo faz-se sentir em dois pontos: *no pensamento democrático e na vida política.*

1. *“O relativismo aparece como fundamento filosófico da democracia, que baseia no princípio de a ninguém ser lícito reclamar o conhecimento do caminho certo; a democracia vive de todos os caminhos se reconhecerem, uns nos outros, como fragmentos de um esforço por encontrar o que é melhor, procurando construir uma comunidade em diálogo; mas a esta pertence também a concorrência entre conhecimentos que em última análise não podem ser reduzidos a uma forma comum. Um sistema de liberdade deveria ser, por sua natureza, um sistema de posições relativas que se entendem e que, além disso, dependem de contextos históricos e têm de estar abertas a novos desenvolvimentos. Uma sociedade livre será uma sociedade relativista; só com este pressuposto poderá permanecer livre e aberta para o futuro.”⁹⁵*

Para Bento XVI é evidente uma certa ambiguidade na forma de compreender a democracia ocidental. Sendo notório que se confunde o relativismo com o pluralismo – este sim, imprescindível nos regimes democráticos.

Na democracia torna-se essencial o debate de ideias, mas nem tudo deve estar sujeito a discussão: ou seja o debate democrático deve ter na sua essência uma base que proteja a verdade, sob pena de a própria democracia ficar ameaçada. No relativismo a liberdade é vivida sem limites, sustentando-se a si própria: a liberdade pela liberdade e não aquela liberdade pela qual pugnava Alexis Tocqueville quando defendia o regime democrático: *“é o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimentos sob o único governo de Deus e das leis”*.

Desta forma o relativismo também influencia os meios de comunicação em que a liberdade de expressão e a imparcialidade são vividas como *posições relativas*, e não com o pressuposto da verdade.

2. *“No âmbito político, esta conceção é em grande parte válida. A única opção politicamente correta certa não existe. O relativo, a construção da vida em comum dos homens, ordenada em liberdade, não pode ser absoluta – pensar assim foi o erro do marxismo e das teologias políticas. Mas também no domínio da política, o relativismo político não é solução: existe a injustiça, que nunca pode ser justiça (p. ex., matar inocentes, negar a indivíduos ou grupos o direito à sua dignidade humana e a condições de vida condizentes); e existe justiça que nunca pode ser*

⁹⁵ RATZINDER, Joseph, *Fé Verdade Tolerância – O Cristianismo e as Grandes Religiões do Mundo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2006, p. 107p. 107.

*tornada injustiça. Sendo assim, não se pode negar ao relativismo uma certa validade no campo político-social; o problema é que ele se quer impor sem limites.*⁹⁶

Na política é importante não assumir uma postura absoluta; essa atitude, além de centralizar o Estado, tornando-o autoritário, pois não terá em conta os problemas e os desafios políticos são mutáveis, variando com o tempo e com as circunstâncias, tal como as suas soluções. Isto não significa, no entanto, que a justiça admita também uma visão relativista; porque aí existe uma enorme possibilidade dela própria desaparecer, legitimando injustiças.

Na comunicação política é essencial fomentar as diferentes opiniões políticas e, sobretudo, é importante uma incessante avaliação da regulamentação e do comportamento do Estado.

⁹⁶ RATZINDER, Joseph, *Fé Verdade Tolerância – O Cristianismo e as Grandes Religiões do Mundo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2006, p. 107.

ANEXO L – A NATUREZA DA CULTURA

A Constituição Pastoral do Concílio do Vaticano II sobre da Igreja do mundo atual, *Gaudium et Spes*, define a cultura com dois conceitos presentes na sociedade: a *história* e o *pluralismo*. Portanto, a cultura molda a pessoa na sua circunstância, seja a partir de comportamentos mais superficiais, como a moda, seja informando a própria maneira de pensar, impondo teorias ou correntes filosóficas, configurando a arte e até os simples gostos da alimentação. Tem, por isso, caráter histórico e plural: “*palavra «cultura» indica, em geral, todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. Daqui se segue que a cultura humana implica necessariamente um aspeto histórico e social e que o termo «cultura» assume frequentemente um sentido sociológico e etnológico. É neste sentido que se fala da pluralidade das culturas. Com efeito, diferentes modos de usar das coisas, de trabalhar e de se exprimir, de praticar a religião e de formar os costumes, de estabelecer leis e instituições jurídicas, de desenvolver as ciências e as artes e de cultivar a beleza, dão origem a diferentes estilos de vida e diversas escalas de valores. E assim, a partir dos usos tradicionais, se constitui o património de cada comunidade humana. Define-se também por este modo o meio histórico determinado no qual se integra o homem raça ou época, e do qual tira os bens necessários para a promoção da civilização.*”⁹⁷

É pela natureza que o homem requer uma cultura: “*é próprio da pessoa humana necessitar da cultura, isto é, de desenvolver os bens e valores da natureza, para chegar a uma autêntica e plena realização. Por isso, sempre que se trata da vida humana, natureza e cultura encontram-se intimamente ligadas.*”⁹⁸ Este pensamento é de novo retomado no *Catecismo* quando afirma que “*certas sociedades, como a família e a comunidade civil, correspondem de modo mais imediato à natureza do homem. São-lhe necessárias. Para favorecer a participação do maior número possível de pessoas na vida social, deve fomentar-se a criação de associações e instituições de livre iniciativa, «com fins económicos, culturais, sociais, desportivos, recreativos, profissionais, políticos, tanto no interior das comunidades políticas como a nível mundial». Esta «socialização» exprime também a tendência natural que leva os seres humanos a associarem-se, com vista a atingirem objetivos que ultrapassam as capacidades*

⁹⁷ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 1965, n. 53.

⁹⁸ CONCÍLIO VATICANO II, *Gaudium et Spes*, 1965, n. 53.

individuais. Desenvolve as qualidades da pessoa, particularmente o sentido de iniciativa e de responsabilidade, e contribui para garantir os seus direitos.”⁹⁹

Se é da natureza do homem ser inevitavelmente um ser cultural, terão que existir elementos comuns às diferentes culturas: todas elas terão de referir-se, por exemplo, de um modo ou outro à essência da pessoa humana. Isso significa também que um homem não é mais ou menos homem por pertencer a determinada cultura. Trata-se de um requisito determinante de qualquer cultura, dele dependendo a validade e a legitimidade de uma cultura: uma cultura que não defenda a dignidade da vida humana, não é autêntica.

Em *Caritas in Veritas*, Bento XVI define os elementos comuns e as formas distintas das culturas: *“As sociedades em crescimento devem permanecer fiéis a tudo o que há de verdadeiramente humano nas suas tradições, evitando de lhes sobrepor automaticamente os mecanismos da civilização tecnológica globalizada. Existem, em todas as culturas, singulares e variadas convergências éticas, expressão de uma mesma natureza humana querida pelo Criador e que a sabedoria ética da humanidade chama lei natural. Esta lei moral universal é um fundamento firme de todo o diálogo cultural, religioso e político e permite que o multiforme pluralismo das várias culturas não se desvie da busca comum da verdade, do bem”*¹⁰⁰ É desta forma antropológica que o Magistério acredita que a sociedade consegue salvaguardar a justiça, a paz e o bem comum, podendo-se ver no pensamento da doutrina social o desafio da Igreja aos leigos, propondo uma cultura libertadora: *“a questão da verdade é essencial para a cultura, porque permanece em «cada homem o dever de salvaguardar a estrutura de toda a pessoa humana, em que se destacam os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade». Uma correta antropologia é critério de iluminação e de verificação para todas as formas culturais históricas. O empenho do cristianismo no âmbito cultural se opõe a todas as visões redutivas e ideológicas do homem e da vida. O dinamismo de abertura à verdade é garantido antes de tudo pelo fato de que «as culturas das diversas nações constituem fundamentalmente modos diferentes de enfrentar a questão sobre o sentido da existência pessoal».*”¹⁰¹

A cultura que também reflete a interdependência humana e a influência mútua das comunidades: *“quando, no entanto, uma cultura se fecha em si própria e procura perpetuar formas antiquadas de vida, recusando qualquer mudança e confronto com a verdade do homem, então ela torna-se estéril e entra em decadência”*¹⁰². É indispensável, portanto, o multiculturalismo, que se acentuou principalmente por influência da globalização e da ação dos meios de comunicação, tornando-se na nova forma de viver a cultura do século XXI.

Bento XVI constata esta evolução histórica na cultura, chegando a referir a enorme mudança ocorrida desde os tempos de Paulo VI, que conferiu uma enorme

⁹⁹ CIC n.1882.

¹⁰⁰ BENTO XVI, *Caridade na Verdade*, 2009, n. 59.

¹⁰¹ CDSI, n. 558.

¹⁰² JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, 1991, n. 50.

importância a esta área, sendo mesmo o primeiro Pontífice a iniciar as *Mensagens do Dia Mundial da Comunicação Social*: “no plano cultural, as diferenças, relativamente aos tempos de Paulo VI, são ainda mais acentuadas. Então, as culturas apresentavam-se bastante bem definidas e tinham maiores possibilidades para se defender das tentativas de homogeneização cultural. Hoje, cresceram notavelmente as possibilidades de interação das culturas, dando espaço a novas perspectivas de diálogo intercultural; um diálogo que, para ser eficaz, deve ter como ponto de partida uma profunda noção da específica identidade dos vários interlocutores. No entanto, não se deve descurar o facto de que esta aumentada transação de intercâmbios culturais traz consigo, atualmente, um duplo perigo. Em primeiro lugar, nota-se um ecletismo cultural assumido muitas vezes sem discernimento: as culturas são simplesmente postas lado a lado e vistas como substancialmente equivalentes e intercambiáveis umas com as outras. Isto favorece a cedência a um relativismo que não ajuda o verdadeiro diálogo intercultural; no plano social, o relativismo cultural faz com que os grupos culturais se juntem ou convivam, mas separados, sem autêntico diálogo e, conseqüentemente, sem verdadeira integração. Depois, temos o perigo oposto que é constituído pelo nivelamento cultural e a homogeneização dos comportamentos e estilos de vida. Assim perde-se o significado profundo da cultura das diversas nações, das tradições dos vários povos, no âmbito das quais a pessoa se confronta com as questões fundamentais da existência. Ecletismo e nivelamento cultural convergem no facto de separar a cultura da natureza humana. Assim, as culturas deixam de saber encontrar a sua medida numa natureza que as transcende, acabando por reduzir o homem a simples dado cultural. Quando isto acontece, a humanidade corre novos perigos de servidão e manipulação.”¹⁰³

Desta forma, o fenómeno do multiculturalismo – a coexistência de diversas culturas, com diferenças acentuadas, na mesma área geográfica – introduz novos desafios às comunidades: impõe a necessidade de defender o conceito da dignidade do homem, porque só poderá haver uma pacífica existência de culturas diferentes se houver respeito e solidariedade entre as diferentes comunidades, e para isso é necessário ter plena consciência da dignidade do outro. Este tema está presente em todos os âmbitos da vida social, também na diplomacia e nas relações internacionais, quando, por exemplo, um país, economicamente e politicamente distinto das outras nações, assume uma geoestratégia de soberania e de arrogância cultural.

Para a Igreja, esta realidade não é novidade. De facto, a Igreja apresenta-se de certa forma ao longo dos milénios como uma instituição *multicultural*; ainda que exista uma unidade, personificada na pessoa do Papa, os católicos não partilham todos a mesma nacionalidade, a mesma língua, a mesma cultura: “desde a origem, no entanto, esta Igreja apresenta-se com uma grande diversidade, proveniente ao mesmo tempo da variedade dos dons de Deus e da multiplicidade das pessoas que os recebem. Na unidade do povo de Deus, juntam-se as diversidades dos povos e das culturas. Entre os membros da Igreja existe uma diversidade de dons, de cargos, de condições e de modos

¹⁰³ BENTO XVI, *Caridade na Verdade*, 2009, n.26.

de vida. «No seio da comunhão da Igreja existem legitimamente Igrejas particulares, que gozam das suas tradições próprias». A grande riqueza desta diversidade não se opõe à unidade da Igreja.»¹⁰⁴

É certo que cada cidadão nasce e cresce numa cultura que é a sua, que lhe oferece valores e ensinamentos elementares para a sua vida pessoal e intelectual. Contudo, o homem não está integralmente determinado pela sua cultura, ultrapassa-a e contribui sempre, de um modo ou outro para a transformar. Por isso é tão importante promover uma cultura humanista, direcionada para o homem. *“É mais difícil hoje do que outrora fazer uma síntese dos vários ramos do saber e das artes. Porque ao mesmo tempo que aumenta a multidão e diversidade dos elementos que constituem a cultura, diminui para cada homem a possibilidade de os compreender e organizar; a figura do «homem universal» desaparece assim cada vez mais. No entanto, cada homem continua a ter o dever de salvaguardar a integridade da pessoa humana, na qual sobressaem os valores da inteligência, da vontade, da consciência e da fraternidade”*¹⁰⁵. Como já se referiu, o Papa Paulo VI alerta para o facto de que, quando os cidadãos negligenciam a educação e a cultura, criam uma circunstância propícia à aparição dos regimes autoritários. Também por isso, a Igreja exorta os leigos a erigir uma cultura humana, vendo nela um aspeto fundamental da sua responsabilidade na defesa e promoção da paz. *“O empenho social e político do fiel leigo em campo cultural assume atualmente algumas direções precisas. A primeira é a que procura garantir a cada um o direito de todos a uma cultura humana e civil «de harmonia com a dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, de sexo, de nação, de religião ou de condição social». Tal direito implica o direito das famílias e das pessoas a uma escola livre e aberta; a liberdade de acesso aos meios de comunicação social, pela qual deve ser evitada toda forma de monopólio e de controlo ideológico; a liberdade de pesquisa, de expressão de pensamento, de debate e de confronto. Na raiz da pobreza de tantos povos, há várias formas de privação cultural e de falta de reconhecimento de direitos culturais. O empenho pela educação e a formação da pessoa constitui desde sempre a primeira solicitude da ação social dos cristãos.”*¹⁰⁶

Apesar das tentativas, sobretudo por parte de alguns movimentos intelectuais, de negar ou reduzir a ação da Igreja na cultura contemporânea, é inegável o contributo da Igreja Católica na cultura mundial. Para além da sua importância histórica, a Igreja continua a desempenhar um papel único no compromisso social da cultura, quando pugna pela verdade e pelo autêntico valor do homem.¹⁰⁷

¹⁰⁴ CIC n.814.

¹⁰⁵ II CONCÍLIO DO VATICANO, *Gaudium et Spes*, 1965, n. 61.

¹⁰⁶ CDSI, n. 557.

¹⁰⁷ Cf. Sobre este tema, o discurso de João Paulo II aos Bispos italianos da Lombardia em Visita *Ad Limina Apostolorum*, 15 Janeiro 1982:

“A fê não mata a razão e não exclui, de facto, o que pela razão é conquistado. Mas a cultura que a fê gera, quando é sinceramente vivida, não é só razão. Nasce da vida cristã, e da vida cristã traz o selo. Torna-se mentalidade; exige coerência; reconhece o primado da contemplação; dilata-se na caridade; faz-se atenta com a especial inclinação para cada homem e para todo o homem. Onde a causa do homem

Em 2002 a *Congregação para a Doutrina da Fé* - que tinha ainda como prefeito o Cardeal Joseph Ratzinger - escreveu uma nota doutrinal acerca do comportamento dos católicos na vida política, chamando a atenção para a necessidade dos leigos se envolverem na cultura. Mais tarde esse documento será citado – pelo *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* - na tentativa de purificar os elementos culturais para irem ao encontro de uma antropologia cultural: *“Um campo particular de empenho dos fiéis leigos deve ser o cultivo de uma cultura social e política inspirada no Evangelho. A história recente tem mostrado a fragilidade e o radical falimento de perspectivas culturais que foram por longo tempo compartilhadas e hegemônicas, sobretudo no plano social e político. Neste âmbito, especialmente nos decênios posteriores à Segunda Guerra Mundial, os católicos, em vários países, souberam desenvolver um empenho alto, que testemunha, hoje com evidência cada vez maior, a consistência da sua inspiração e do seu património de valores. O empenho social e político dos católicos, com efeito, nunca se limitou à mera transformação das estruturas, porque a sua base é perpassada por uma cultura que acolhe e presta contas das instâncias que derivam da fé e da moral, pondo-lhes como fundamento e objetivo de projetos concretos. Quando esta consciência vem a faltar, os próprios católicos se condenam à diáspora cultural e tornam insuficientes e redutivas as suas propostas. Apresentar em termos culturais atualizados o património da Tradição Católica, os seus valores, os seus conteúdos, todo o património espiritual, intelectual e moral do catolicismo é também hoje a urgência prioritária. A fé em Jesus Cristo, que se definiu a Si próprio «o caminho, a verdade e a vida», leva os cristãos a comprometer-se com empenho sempre renovado na construção de cultura social e política inspirada no Evangelho.”*¹⁰⁸

Por conseguinte, a Igreja entende que a sua missão neste âmbito é contribuir para que cada cultura, com as suas diferenças, salvaguarde a dignidade do homem, fazendo isto conjuntamente com os meios de comunicação social, pois estes instrumentos são os maiores e melhores difusores da cultura.

exige um empenho particular, para aquilo que o homem produz não se voltar contra ele, o papel de uma cultura católica é fundamental por motivos não só religiosos, mas também civis e sociais.”

¹⁰⁸ CDSI, n.555.

BIBLIOGRAFIA

1. Lista cronológica das Mensagens para o Dia Mundial das Comunicações Sociais

a) Papa Paulo VI (1967 – 1978)

- I Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação social*, 1967.
- II Dia Mundial das Comunicações Sociais, *A imprensa, o rádio, a televisão e o cinema para o progresso dos povos*, 1968.
- II Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações sociais e família*, 1969.
- IV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais e a juventude*, 1970.
- V Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação social a serviço da unidade dos homens*, 1971.
- VI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais a serviço da vida*, 1972.
- VII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais e a afirmação e promoção dos valores espirituais*, 1973.
- VIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais e a evangelização no mundo contemporâneo*, 1974.
- IX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicação social e reconciliação*, 1975.
- X Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais diante dos direitos e deveres fundamentais do homem*, 1976.
- XI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *A publicidade nas comunicações sociais: vantagens, perigos, responsabilidades*, 1977.
- XII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *O recetor da comunicação social: expectativas, direitos e deveres*, 1978.

b) Papa João Paulo II (1979 – 2005)

- XIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações sociais e desenvolvimento da criança*, 1979.
- XIV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comportamento ativo das famílias perante os meios de comunicação social*, 1980.
- XV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais a serviço da liberdade responsável do homem*, 1981.
- XVI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais e os problemas dos idosos*, 1982.

- XVII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações Sociais e promoção da paz*, 1983.
- XVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais, instrumento de encontro entre fé e cultura*, 1984.
- XIX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As comunicações sociais e a promoção cristã da juventude*, 1985.
- XX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações sociais e formação cristã da opinião pública*, 1986.
- XXI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações sociais e promoção da justiça e da paz*, 1987.
- XXII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicações sociais e promoção da solidariedade e fraternidade entre os homens e os povos*, 1988.
- XXIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *A religião nos mass media*, 1989
- XXIV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *A mensagem cristã na cultura informática atual*, 1990.
- XXV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação para a unidade e o progresso da família humana*, 1991.
- XXVI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *A proclamação da mensagem de Cristo nos meios de comunicação*, 1992.
- XXVII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Videocassete e audiocassete na formação da cultura e da consciência*, 1993.
- XXVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Televisão e família: critérios para saber ver*, 1994.
- XXIX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Cinema, veículo de cultura e proposta de valores*, 1995.
- XXX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os mass-media: areópago moderno para a promoção da mulher na sociedade?* 1996.
- XXXI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Comunicar o Evangelho de Cristo: Caminho, Verdade e Vida*, 1997.
- XXXII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Sustentados pelo Espírito, comunicar a esperança*, 1998.
- XXXIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Mass media: presença amiga ao lado de quem procura o Pai*, 1999.
- XXXIV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Proclamar Cristo nos meios de comunicação social no alvorecer do Novo Milênio*, 2000.

- XXXV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Anunciai-o do cimo dos telhados: o Evangelho na era da comunicação global*, 2001.
- XXXVI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Internet: um novo foro para a proclamação do Evangelho*, 2002.
- XXXVII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação social ao serviço da paz autêntica, à luz da Paxem in terris*, 2003.
- XXXVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os mass media na família: um risco e uma riqueza*, 2004.
- XXXIX Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação: ao serviço da compreensão entre os povos*, 2005.

c) Papa Bento XVI (2006 – 2013)

- XL Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os mass media: rede de comunicação, comunhão e cooperação*, 2006.
- XLI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *As crianças e os meios de comunicação social: um desafio para a educação*, 2007.
- XLII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Os meios de comunicação social: na encruzilhada entre protagonismo e serviço. Buscar a verdade para partilhá-la*, 2008.
- XLIII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Novas tecnologias, novas relações. Promover uma cultura de respeito, de diálogo, de amizade*, 2009.
- XLIV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos media ao serviço da Palavra*, 2010.
- XLV Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital*, 2011.
- XLVI Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Silêncio e Palavra: caminho de evangelização*, 2012.
- XLVII Dia Mundial das Comunicações Sociais, *Redes Sociais: portais de verdade e de fé; novos espaços de evangelização*, 2013.

2. Outros textos do Magistério:

- BENTO XVI, Carta Encíclica, *Caridade na Verdade*, 2009.
- BENTO XVI, *Discurso à Cúria Romana para a apresentação dos bons votos de Natal*, 21 de dezembro de 2009.
- BENTO XVI, Motu Proprio, *Porta Fidei – Porta da Fé*, 2011.
- BENTO XVI, XLII Mensagem para o Dia Mundial da Paz, *Família Humana, Comunidade de Paz*, 2008.
- II CONCÍLIO DO VATICANO, Declaração, *Dignitatis humanae – Sobre a liberdade religiosa*, União Gráfica, Coleção Documentos Conciliares, Lisboa, 1966.
- CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes - Sobre a Igreja no Mundo Atual*, in *Documentos Conciliares*, Lisboa, União Gráfica, 1966.
- CONCÍLIO VATICANO II, Decreto Conciliar, *Inter Mirifica – Sobre os Meios de Comunicação Social*, in *Documentos Conciliares*, Lisboa, União Gráfica, 1966.
- CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Conciliar, *Sacrosanctum Concilium - Sobre a Sagrada Liturgia*, in *Documentos Conciliares*, Lisboa, União Gráfica, 1966.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Nota Doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política*, 2002.
- CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Cascais, Editora Principia, 2005.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Instrução Pastoral Communio et Progressio*, 1971.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*, 2000.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Pornografia e violência nos meios de comunicação: uma resposta pastoral*, 1989.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2ª Edição, 1999.
- JOÃO XXIII, Constituição apostólica, *Humanae Salutis – Convocação do Concílio Ecuménico Vaticano II*, 1961.
- JOÃO XXIII, Carta encíclica, *Pacem in Terra – Paz na Terra*, 1963.
- JOÃO PAULO II, Carta apostólica - *O rápido Desenvolvimento*, 2005.
- JOÃO PAULO II, *Carta às famílias*, 1994.
- JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Centesimus annus*, 1991.
- JOÃO PAULO II, Carta encíclica *Veritatis Splendor – O Esplendor da Verdade*, 1993.

- JOÃO PAULO II, “Discurso do Santo Padre no encontro com os trabalhadores no final da concelebração eucarística”, 1º de Maio de 2000, *L'Osservatore Romano*, ed. em Português, 6 de Maio de 2000.
- JOÃO PAULO II, Discurso na sede da Organização das Nações Unidas, *Para a Educação, ciência e Cultura* – UNESCO, Paris: 2 de Junho de 1980.
- JOÃO PAULO II, *Discurso no Congresso Parábolas mediáticas*, 9 de Novembro de 2002.
- JOÃO PAULO II, Exortação apostólica *Familiaris Consortio*, 1981.
- JOÃO PAULO II, Exortação apostólica pós-sinodal *Christifideles laici*, 1988.
- JOÃO PAULO II, *Homilia do Santo Padre na cerimónia da coroação da imagem da Virgem da Caridade do Cobre*, Santiago de Cuba, 24 de Janeiro de 1998.
- JOÃO PAULO II, XVI Mensagem do Dia das Mundial da Paz, *O diálogo para a paz, um desafio para o nosso tempo*, 1983.
- JOÃO PAULO II, XX Mensagem do Dia das Mundial da Paz, *Desenvolvimento e solidariedade duas chaves para a paz*, 1987.
- LEÃO XIII, Carta encíclica *Rerum Novarum* – *Sobre as condições dos Operários*, 1891
- LEÃO XIII, Carta encíclica *Sapientiae Christianae*, 1890.
- PAULO VI, Carta encíclica *Humanae Vitae* – *Sobre a regulação da Natalidade*, 1968.
- PAULO VI, Carta encíclica *Populorum progressio* – *Desenvolvimento dos povos*, 1967.
- PAULO VI, Carta apostólica *Octogesima Adveniens*, 1971.
- PIO XII, *Rádio Mensagem de Natal de 1944*.
- PIO XI, Carta encíclica *Vigilanti Cura* - *Sobre o Cinema*, 1936.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, Instrução Pastoral *Aetatis novae*, 1992.

3. Outros textos:

- ARENDT, Hannah, *A condição humana*, 4ª Edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- BERNAYS, Edward, *Propaganda*, Lisboa, Editora Mareantes, 2006.
- *Para o Terceiro Milénio da Encarnação – Bíblia Sagrada*, Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, 4.ª edição revista, 2005.
- BORGES DE MACEDO, Jorge, *Viver a família hoje: 1994 Ano Internacional da Família – Construir a mais pequena democracia no coração da sociedade*, cadernos 1 Comissão para o Ano Internacional da Família, Editora Impressão e Acabamento, 1994.
- BORLADO, Fernando Rodríguez, “Os custos da desestruturação familiar”, *AcepreNSa*, <http://www.acepreNSa.pt/articulos/2013/jul/30/os-custos-da-desestruturao-familiar/>
Acedido: 30 Julho 2013.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel, “O Papa e a Universidade”, *Nova Cidadania*, Ano XI, n. 42, Lisboa, Abril – Julho 2010.
- DAHL, Robert, *Sobre a democracia*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DUGUIT, Léon, *Os elementos do Estado*, 2ª Edição Lisboa, Editorial Inquérito, 1937.
- ESPADA, João Carlos, CASTELLO BRANCO, José Tomaz, GAMBÔA, Eugénia Nobre, (orgs.), *Família e Políticas Públicas*, Cascais, Principia, 2004.
- FRIEDMAN, Thomas L., *O Mundo é Plano*, 5ª Edição, Lisboa, Actual Editora, 2006.
- HOMEM, António Pais Agostinho, “João Paulo II, a Liberdade e a Verdade”, *João Paulo II e o Direito – Estudos por ocasião do 25º Aniversário do seu Pontificado*, Cascais, Principia, 2003.
- HASKINS, Ron, “Work over Welfare: The Inside Story of the 1996 Welfare Reform Law”, *Brookings Institution Press*, Washington, D. C. 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d’Água Editores, 1983.
- ESPADA, João Carlos, ROSAS, João Cardoso (orgs.), *Pensamento Político Contemporâneo – Uma Introdução*, Lisboa, Bertrand, 2004.
- MONROY, Alfonso, SADA, Ricardo, *Curso de Teologia Moral*, Lisboa, Rei dos Livros, 1989.
- NUNES, Sedas Adérito, *Princípios de Doutrina Social*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Moraes, 1961.
- O’SULLIVAN, John, *O Presidente, o Papa e a Primeira-Ministra*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

- PIMENTEL, Padre João Paulo, “Quem é o homem?”, *Nova Cidadania*, Ano IX, n. 36, Lisboa, Julho – Setembro 2008.
- POPPER, Karl, CONDRY John, *A televisão: Um perigo para a democracia*, 2ª Edição, Lisboa, Editora Gradiva, 1999.
- RATZINDER, Joseph, *Fé Verdade Tolerância – O Cristianismo e as Grandes Religiões do Mundo*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006.
- RODRIGUES, António dos Reis, Pessoa, Sociedade e Estado, Estoril, Principia, 2008.
- RODRIGUES, Adriano Duarte, *Estratégias de Comunicação*, Oeiras, Editorial Presença, 2000.
- SALES, Francisco, *Introdução à vida devota*, Porto, Edições Voz Portucalenses, 2010.
- VIEIRA E SOUSA, Francisco, “Estado, Liberdade e Educação”, *Nova Cidadania*, Ano VIII, n. 32, Lisboa, Abril – Junho 2007.
- WOODS, Thomas, *O que a civilização ocidental deve à Igreja Católica*, Lisboa, Alêtheia, 2005.
- WOJTYLA, Karol, *A fé da Igreja – Intervenções do Cardeal Karol Wojtyla*, Braga, Edições CAS, 1980.
- WEIGEL, George, “Para além da «laicidade», do «laicismo» e do «clericalismo» o que a Igreja pede ao mundo”, *Nova Cidadania*, Ano IX, n. 36, Lisboa, Julho-Setembro 2008.